Dinalva Derenzo Roldan

Um Ideário Urbano em Desenvolvimento

A EXPERIÊNCIA DE LOUIS-JOSEPH LEBRET EM SÃO PAULO DE 1947 A 1958

Dinalva Derenzo Roldan

**UM IDEÁRIO URBANO EM DESENVOLVIMENTO:
A EXPERIÊNCIA DE LOUIS-JOSEPH LEBRET
EM SÃO PAULO DE 1947 A 1958.**

Exemplar revisado e alterado em relação à versão original,
sob responsabilidade do autor e anuência do orientador.

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração em História e Fundamentos da
Arquitetura e do Urbanismo.

Orientador: Prof. Ass. José Tavares Correia de Lira

São Paulo, 2012.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL AUTORA: diroldan@yahoo.com.br

Roldan, Dinalva Derenzo

R744i Um ideário urbano em desenvolvimento: a experiência de Louis-Joseph Lebreton em São Paulo de 1947 a 1958 / Dinalva Derenzo Roldan. --São Paulo, 2012.
229 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.

Orientador: José Tavares Correia de Lira

1.Planejamento territorial urbano – História – Brasil 2.História do pensamento urbanístico 3.História urbana 4.Sagmacs 5.Lebreton, Louis-Joseph, 1897-1966 I.Título

CDU 711.4(091)(81)

RESUMO

O trabalho insere-se no estudo das visões e presenças estrangeiras na cidade de São Paulo no período procurando localizar o campo teórico e conceitual que embasa as proposições urbanísticas formuladas acerca de seu processo de modernização, desenvolvimento e metropolização. O foco recai no paradigma introduzido por Louis-Joseph Lebreton de “Desenvolvimento Harmonizado” a partir da atuação nos países considerados do “Terceiro Mundo”, no segundo pós-guerra, considerando seus conteúdos de inovação do ponto de vista da abordagem da problemática urbana, bem como o peso que teria na redefinição do campo urbanístico em São Paulo. A pesquisa tem como recorte específico a atuação e presença de Lebreton na cidade entre 1947 e 1958.

Palavras-chave: *História do urbanismo no Brasil; Lebreton, Louis-Joseph; SAGMACS; Economia e Humanismo; História do pensamento urbanístico.*

ABSTRACT

This dissertation is a contribution to the studies on the consolidation of urbanistic ideas in São Paulo related to the presence of a Dominican French, Louis-Joseph Lebreton, who came to Brazilian cities during the 1950's. This work is part of a collective research on the presence and views of foreigners in São Paulo during this period, and makes an effort to elucidate the theoretical and conceptual field at the base of urbanistic propositions related to the city development, modernization and metropolization. Our focus is the conceptual paradigm of “Harmonized Development” introduced by Lebreton in the so called “Third World” countries after the Second World War, considered in terms of its innovative approach of urban problems and of its role in the redefinition of the urbanistic field in São Paulo. The specific object of the analysis is the work developed by Lebreton in the city between 1947 and 1958.

Keywords: *History of Urbanism in Brazil; Lebreton, Louis-Joseph; SAGMACS; Economy and Humanism; History of Urbanistic Thought.*

SUMÁRIO

06 INTRODUÇÃO

- 06 Objeto
- 09 Problemática e objetivo
- 16 Metodologia

27 CAPÍTULO 1. COMUNIDADE E CIDADE NA TRAJETÓRIA DE LEBRET

- 28 1.1 Da formação político-filosófico à *Économie et Humanisme*
- 38 1.2 A comunidade de *Économie et Humanisme*
 - 44 Comunidade e propriedade
 - 47 Mística contra mística ou contraideologia em perspectiva?
 - 51 O método de pesquisa empírica de *Économie et Humanisme* e a tradição católica de pesquisa social
- 57 1.3 O urbano na *Revue Économie et Humanisme* de 1942 a 1948
 - 65 Experiências urbanas de planejamento e descentralização
 - 70 O problema da habitação
 - 79 As cidades francesas e a SAGMA
 - 82 *Économie et Humanisme* em direção ao “Terceiro Mundo”

92 CAPÍTULO 2. LEBRET EM SÃO PAULO

- 93 2.1 São Paulo: um novo campo de atuação
 - 94 Estrangeiro cá e lá?
 - 98 Um encontro de práticas de pesquisa
 - 103 O curso de Economia Humana na ELSP
 - 108 Difusão do pensamento lebreteano e de *Économie et Humanisme*
- 110 2.2 Uma sondagem da habitação e da cidade
 - 113 A pesquisa sobre São Paulo em 1947
 - 122 SAGMACS

127	2.3 Um olhar sobre a América
127	Deslocamentos: <i>soit ici, soit lá</i>
128	Indagações latino-americanas sobre Jacques Maritain e o comunismo
136	Um olhar para o Brasil: desvelar novas tarefas
138	A presença norte-americana
139	Crises e recepções: um ponto de inflexão?
159	CAPÍTULO 3. TERRITÓRIOS DO DESENVOLVIMENTO
160	3.1 Diálogos
165	3.2 A geopolítica do subdesenvolvimento em <i>Économie et Humanisme</i>
167	A problemática agrícola
169	A fome como questão regional
171	A questão social entre o rural e o urbano
174	Josué de Castro em <i>Économie et Humanisme</i>
177	Josué e o reconhecimento do subdesenvolvimento
181	3.3 Desenhando os territórios do Desenvolvimento Harmonizado
182	Brasil: a experiência regional
186	<i>Aménagement du territoire</i>
191	O Brasil urbano de <i>Économie et Humanisme</i>
165	O Desenvolvimento Harmonizado e os territórios do Terceiro Mundo
210	CONSIDERAÇÕES FINAIS
213	BIBLIOGRAFIA
224	LISTA DE IMAGENS
229	AGRADECIMENTOS

INTRODUÇÃO

O objeto

Esta dissertação pretende contribuir com um estudo sobre a formação de um ideário urbano através da atuação do frei dominicano francês Louis-Joseph Lebret em São Paulo nos anos 50. O trabalho insere-se no estudo das visões e presenças estrangeiras na cidade de São Paulo no período procurando localizar o campo teórico e conceitual que embasa as proposições urbanísticas formuladas acerca de seu processo de modernização, desenvolvimento e metropolização. O foco recai no paradigma introduzido por Louis-Joseph Lebret de “Desenvolvimento Harmonizado” a partir da atuação nos países considerados do “Terceiro Mundo”, no segundo pós-guerra, considerando seus conteúdos de inovação do ponto de vista da abordagem da problemática urbana, bem como o peso que teria na redefinição do campo urbanístico em São Paulo. A pesquisa tem como recorte específico a atuação e presença de Lebret na cidade entre 1947, ano de sua primeira viagem ao Brasil e da fundação da SAGMACS – Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais –, escritório que elaborou uma série de pesquisas e planos urbanos e regionais, até a formulação da noção de Desenvolvimento Harmonizado que culminou com a fundação do IRFED – *Institut International de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé* –, em 1958, que se dedicou à formação de técnicos especializados para atuar em projetos de desenvolvimento nos países considerados do Terceiro Mundo.

O frei dominicano Louis-Joseph Lebreton (1897-1966), Padre Lebreton, veio pela primeira vez a São Paulo em 1947 a convite da Escola Livre de Sociologia e Política para ministrar o curso de “Economia Humana”. Neste mesmo período fundou a SAGMACS – Sociedade de Análise Gráfica e Mecnográfica Aplicada aos Complexos Sociais –, associação que produziu uma série de estudos sobre as condições de habitação na cidade de São Paulo, assim como projetos e planos de desenvolvimento urbano e regional ao longo dos anos 50. Lamparelli reconhece esta instituição como um braço local do *Mouvement Économie et Humanisme* que, criado na França em meio à Segunda Guerra, nos anos seguintes basear-se-ia na concepção do processo de desenvolvimento e na política de solidariedade como princípio de atuação no chamado “Terceiro Mundo”¹. A SAGMACS, tendo como norteadores os princípios deste movimento, realizou inúmeras consultorias, pesquisas e estudos para instituições públicas sobre a realidade das cidades brasileiras e sua dinâmica social. É neste sentido que Lebreton através da SAGMACS introduz e difunde uma metodologia própria do movimento francês no urbanismo no Brasil, focando as análises de campo e o modo de vida da população como meio para orientar as ações específicas do planejamento urbano evidenciando o projeto de pesquisa-ação.

Antes de chegar ao Brasil, Lebreton fora oficial da marinha de guerra da França e após uma atuação marcante na corporação a abandonou e entrou para a Ordem dos Dominicanos (1923) onde se deteve nos estudos de São Tomás de Aquino. Em 1941, em meio aos turbulentos anos da Segunda Guerra Mundial, Lebreton fundou em *Marseille* a associação *Économie et Humanisme*. Estes são, sucintamente, os antecedentes que contextualizam a vinda de um frei dominicano a São Paulo para dar o curso de “Economia Humana” na Escola Livre de Sociologia e Política. Esta viagem é importante para a presente análise, pois foi a primeira vez que Lebreton teve contato com a América Latina – durante este período visitou também o Uruguai, a Argentina e o Chile – e teve a vivência, ainda que curta, da realidade urbana de grandes cidades latinoamericanas e contato com os problemas sociais e urbanos que configuraria a noção de

¹ LAMPARELLI, Celso Monteiro. “Louis-Joseph Lebreton e a pesquisa urbano-regional no Brasil: crônicas tardias ou história prematura.” *Espaço e Debates*, São Paulo, nº 37, pg. 90-99, 1994. Pg.90.

subdesenvolvimento através de sua experiência no local e de obras de autores brasileiros como Josué de Castro.

A atuação de Lebrete no Brasil se deu, sobretudo, nos anos 1950, e correspondeu, dentro de sua trajetória intelectual, ao momento de consolidação das ideias sobre desenvolvimento e atuação nos países de “Terceiro Mundo” no contexto de polarização do mapa político mundial durante a Guerra Fria. François Malley, colaborador de Lebrete no *Mouvement Économie et Humanisme* e autor de uma pequena biografia a seu respeito² escrita logo após sua morte, divide sua trajetória em três momentos: sua participação no *Mouvement de Saint-Malo* na década de 1930, a formação do *Mouvement Économie et Humanisme* a partir de 1941 e por fim a criação do IRFED – *Institut International de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé* em 1958. Foi dentro destes dois últimos momentos da trajetória de Lebrete que a atuação no Brasil foi preponderante.

Diferentemente de outros estrangeiros que se fixaram no Brasil, onde consolidaram seus trabalhos, ou mesmo grupo de estrangeiros que se estabeleceram no país durante alguns anos para depois retornarem aos seus países de origem, Lebrete não se fixa no Brasil, mas estabelece com ele uma ponte regular de deslocamento. Entre os anos 1947 e 1961 Lebrete realizou nove viagens³ passando por várias cidades brasileiras – São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belém, Porto Alegre e Belo Horizonte – seja para orientar as atividades da SAGMACS, seja para proferir conferências ou participar de congressos, estabelecendo uma “rede” de intelectuais, políticos, religiosos e profissionais em torno de sua figura.

Neste período, sob sua coordenação, a equipe da SAGMACS realizou trabalhos importantes na área de planejamento territorial como a “*Sondagem preliminar a um*

² MALLEY, François *Le Père Lebrete: L'economie au service des hommes* Paris : Les Editions du Cerf, 1968.

³ BREUIL, Mathilde Le Tourneur du *Le Père Lebrete et la construction d'une pensée chrétienne sur le développement: dans la sillage de modèles politiques et intellectuels émergents au Brésil 1947-1966* Paris : Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 2006.

estudo de habitação em São Paulo” (1947) para o Serviço Social da Indústria; “*Pesquisa sobre as possibilidades de desenvolvimento do Estado de São Paulo*” (1952) para O Governo do Estado de São Paulo; *L'aménagement du territoire des huit Etats du sud du Brésil* (1953) para a CIBPU - Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí; *Étude sur les conditions de développement et d'industrialisation d'Etat du Pernambouc* (1955) para o CODEPE – Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco; *Estrutura urbana da aglomeração paulistana* (1956-58) para a Prefeitura de São Paulo; *Pesquisa de desenvolvimento urbano de Belo Horizonte* (1958) para a Prefeitura de Belo Horizonte; *Aspectos humanos da favela carioca* (1958-1960) para o jornal *O Estado de São Paulo*.

Esta pesquisa tem, então, como objeto a formação de um ideário urbano a partir das formulações de um estrangeiro, o dominicano francês Padre Lebre. O recorte temporal diz respeito à primeira viagem de Lebre a São Paulo e os planos e pesquisas urbanas realizadas neste território até a formulação da concepção de Desenvolvimento Harmonizado e a fundação do IRFED em 1958.

Problemática e Objetivos

Dentro deste cenário, é importante tecer os modos como um intelectual influente no campo religioso, político, da sociologia e dos urbanistas insere-se na cena urbana paulistana auxiliando a reorganizar, a remodelar e repensar a cidade, seus traçados e sua vida social dentro das instituições públicas – as universidades e órgãos públicos – e por meios de formação e circulação de concepções e ideias sobre a cidade, o território e o desenvolvimento.

O trabalho visa analisar como a experiência em São Paulo entre 1947 e 1958 desempenha um papel importante nas concepções teóricas do autor, e ainda como Lebre olha para a cidade a partir de todo um referencial teórico, conceitual e técnico desenvolvido em outras circunstâncias. Deste modo, estabelece uma posição de alteridade com este novo espaço. Lebre é, portanto, um agente que aporta

determinadas concepções sobre modernização e desenvolvimento e introduz novas noções de pesquisas sociais e populacionais como metodologia de intervenção na cidade no meio cultural e intelectual de São Paulo, mas concomitantemente é tocado pela experiência de um universo estranho – uma cidade que se industrializava e iniciava um processo de metropolização, em um país de herança colonial que vai sendo caracterizado como subdesenvolvido em contraste com a situação francesa de onde provinha.

Sobre esta posição particular que Lebrecht ocupa como estrangeiro face à sociedade em que se insere, podemos analisar a partir das formulações de Simmel sobre esta figura. “Sua posição no grupo é determinada, essencialmente pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo, pelo fato de ter introduzido qualidades que não se originaram e nem poderiam se originar no próprio grupo”⁴. Deste modo, o estrangeiro estabelece uma relação de proximidade e distanciamento com o grupo e passa a ter uma mobilidade e uma relativa independência em suas formulações. “Se a mobilidade tem lugar em um grupo fechado, personifica aquela síntese de proximidade e distância, que constitui a posição formal do estrangeiro, pois a pessoa fundamentalmente móvel entra ocasionalmente em contato com todos os elementos do grupo, mas não está organicamente ligada com qualquer deles por laços estabelecidos de parentesco, localidade e ocupação”⁵. A partir destas considerações podemos pensar como Lebrecht se insere nas redes e estabelece estas relações com os dominicanos de São Paulo, a JUC – Juventude Universitária Católica –, o Centro Dom Vital no Rio de Janeiro, com a ELSP, com a SAGMACS e com as camadas dirigentes.

Outro aspecto importante a ser considerado ainda com relação à posição de estrangeiro diz respeito aos modos de ver, interpretar e representar. “Objetividade não significa de maneira alguma não-participação (que geralmente exclui tanto a interação subjetiva quanto a objetiva), mas um tipo específico e positivo de participação – assim

⁴ SIMMEL, Georg “O estrangeiro” In: SIMMEL, G. *Sociologia* ; organização e introdução Evaristo de Moraes Filho São Paulo: Ática, 1983. Pg. 182.

⁵ Ibidem. Pg. 184.

como a objetividade de uma observação teórica não se refere a mente como uma *tábula rasa* passiva onde as coisas inscrevem suas qualidades, mas, ao contrário, refere-se a sua atividade total que opera segundo suas próprias leis, e à eliminação, através disso, de ênfases e deslocamentos acidentais, por meio dos quais as diferenças individuais e subjetivas produziram retratos diferentes do mesmo objeto”⁶. Esta passagem na argumentação de Simmel nos é particularmente importante para compreender a representação da cidade produzida por Lebrecht através dos planos urbanos realizados em São Paulo, utilizando as técnicas e concepções elaboradas por ele em experiências anteriores, e como esta representação se coloca no meio local nos debates sobre desenvolvimento e metrópole, assim como esta nova experiência – no Terceiro Mundo – o afeta na formulação da noção de Desenvolvimento Harmonizado dentro de sua trajetória intelectual.

O processo de metropolização nas capitais européias entre o final do século XIX e início do XX é relatado por autores como Simmel⁷ e Benjamin⁸ como parte de uma experiência de racionalização da vida em paralelo aos processos de industrialização e urbanização, e que teria despertado entre os intelectuais um modo distinto de ver a cidade assumindo uma posição central na literatura e no pensamento social⁹. Segundo Williams, deste pensamento social resultaria os modos de reconhecimento da pobreza urbana, desenvolvendo um vínculo entre sociologia, pesquisa empírica, serviço social e urbanismo; do processo de racionalização dos modos de reconhecimento da cidade decorreriam uma “versão empírica da imaginação sociológica”¹⁰. Ainda sobre as metrópoles e as representações sobre a pobreza no século XIX, Bresciani analisa as percepções contraditórias sobre os núcleos urbanos e a configuração do pobre como

⁶ Ibidem. Pg. 184.

⁷ SIMMEL, Georg “A metrópole e a vida mental” In: O. G. VELHO, O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

⁸ BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo* São Paulo: Brasiliense, 1996.

⁹ WILLIAMS, Raymond *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

¹⁰ Ibidem. Pg. 365.

figura sob a qual se articulavam “estratégias disciplinadoras”¹¹. No caso brasileiro, a cidade de São Paulo no segundo pós-guerra sofre uma rápida industrialização, recebe uma intensa leva de migrantes (estrangeiros e de outros estados do país) que dinamizam a vida urbana, entretanto, sua estrutura social ainda encontra-se atrelada a vínculos agrários de uma sociedade em transformação. Interessa-nos compreender como foi interpretada por um estrangeiro esta combinação peculiar entre modernidade, cujo processo de industrialização se acelerava, e atraso, em um momento de transformação da sociedade brasileira e da cidade¹², e como ele vai estabelecendo deslocamentos disciplinares no campo urbanístico¹³.

O processo de mudança na constituição espacial de São Paulo entre os anos 1940 e 1970, segundo Feldman¹⁴, tem como eixo a intensificação da verticalização, expansão da periferia e reestruturação da centralidade. Este processo se dá dentro de um contexto de *boom* imobiliário, que atinge grandes cidades brasileiras, obras de larga escala nos principais centros urbanos e mudanças estruturais nas formas de provisão habitacional. Segundo a autora, aquele momento representou um novo ciclo de implantação de uma modernidade metropolitana, sucedendo o ciclo de desconstrução da cidade colonial.

Sobre as relações entre cidades, modernidade e modernização, Adrià Gorelik argumenta sobre a forma encarnada na cidade da relação íntima, em especial na América Latina, entre modernidade e processos de modernização¹⁵. E ainda propõe três fases de análise dos “ciclos expansivos” de modernização: o primeiro sendo

¹¹ BRESCIANI, M. S. M. “Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)” *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.5, n°8/9, PP. 35-68, set.1984/abr. 1985.

¹² RIZEK, Cibele S. *Os sentidos da cidade brasileira: figurações da ordem e de seus avessos*. In: Espaço & Debates v.23 – n.43-44, São Paulo, Jan/dez 2003.

¹³ LEME, Maria Cristina da Silva. *Formação do urbanismo em São Paulo como campo de conhecimento e área de atuação profissional* Tese de Livre-docência, FAU-USP, São Paulo, Janeiro 2000.

¹⁴ FELDMAN, Sarah *Planejamento e zoneamento São Paulo 1947-1972* São Paulo : Edusp / Fapesp, 2005.

¹⁵ GORELIK, Adrian. “O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização” In: MIRANDA, Wander Melo (org.) *Narrativas da Modernidade* Belo Horizonte: Autentica, 1999, pp.55-80.

caracterizado como a “modernização conservadora” de finais do século XIX, o das vanguardas dos anos 30 e o de desenvolvimento dos anos 50 e 60. Ao adotarmos estes ciclos de análises, abordamos as proposições da SAGMACS sobre o território brasileiro e as concepções elaboradas por Lebreton a partir destas experiências dentro do último ciclo em que, segundo o autor, emergem as questões entre centro e periferia – sob a forma de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, estes últimos oriundos das “franjas” coloniais – e do dualismo tradicional-moderno “em que se devia resolver na universalização deliberada do setor modernizador”¹⁶, na visão do autor, a partir da cidade.

É nesse momento preciso que as proposições de Lebreton de um planejamento descentralizado, orgânico e aberto à participação da sociedade emergem em contraposição às matrizes tecnocráticas da engenharia, da planificação e do urbanismo funcionalista. Seu método de análise baseado na pesquisa social, no modo de vida dos habitantes, e na dimensão prática da ação representa uma mudança de perspectiva frente ao urbanismo baseado na técnica, do zoning ao planejamento urbano, da circulação rodoviária à setorização funcional. Procuramos compreender os pontos de convergência e divergência dessas postulações urbanas, as rupturas e inovações que Lebreton introduz no pensamento urbanístico *vis-à-vis* sua concepção de desenvolvimento e humanismo.

No Brasil, segundo Maria Cristina Leme¹⁷, é na década de 50 que se inicia um terceiro período do pensamento urbanístico, marcado por importantes transformações no campo dos estudos urbanos pela emergência de novos temas, novos métodos e a participação de profissionais de outras disciplinas. O papel de Lebreton assume grande relevância nesse processo, pois abre o debate sobre a cidade e o urbanismo para outras áreas do conhecimento (economia, sociologia e urbanismo) e incorpora essas novas metodologias. No campo profissional do urbanista o escritório das SAGMACS criou expectativas de ação política e social através da atuação profissional.

¹⁶ Ibidem. Pg. 69.

¹⁷ LEME, Maria Cristina da Silva. *A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965* São Paulo: Studio Nobel/FauUsp/Fupam, 1999.

Investigamos, portanto, a formulação desta nova perspectiva de urbanismo pelo prisma das representações da cidade formuladas pelo Padre Lebreton, procurando lançar luzes sobre suas visões e propostas centrais de modernização e desenvolvimento – inclusive a marca de determinados ideários europeus – e seus rebatimentos sobre as especificidades locais: um país que se urbanizava rapidamente, com o surgimento de grandes cidades e cuja população em grande parte respondia de maneira precária à falta de moradia.

Faz-se necessário um estudo não especificamente sobre a matriz urbanística lebretoniana, sua influência e ressonâncias no país, mas sobre um determinado ideário urbano e de desenvolvimento – seus pressupostos teóricos-conceituais de abordagem dos fenômenos sociais, econômicos e espaciais. Por isso não se trata de um estudo sobre categorias, ferramentas e instrumentos que Lebreton teria deixado como legado aos discípulos da SAGMACS. Aqui priorizamos a montagem de um campo de questões pertinentes ao trabalho de urbanistas, geógrafos, demógrafos, economistas, sociólogos, teólogos, ativistas e administradores públicos no país. Dentro deste campo de ideais a cidade de São Paulo é um caso que tem relevância e precedência, em que é preciso valorizar as mediações entre o universo conceitual e a doutrina, a organização social e os princípios religiosos.

Ao buscar analisar o papel de Lebreton e seu ideário como um estrangeiro atuante no urbanismo no Brasil, especificamente em São Paulo, deparamo-nos com as questões sobre “influência”, “ressonância” e “receptividade”. Michael Löwy¹⁸ ao analisar a constituição de uma vertente radical do catolicismo brasileiro através da atuação e leitura de fontes francesas se distancia da noção de influência.

“é bom dizer de uma vez por todas, que as influências de qualquer natureza explicam pouca coisa... devido a duas realidades evidentes: a escolha e as deformações. Sejam precisos. Não importa em que momento da história, todo escritor ou pensador e, também, todo grupo

¹⁸ LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina* Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

social encontra em volta de si um considerável número de ideias, de posições religiosas, morais, políticas etc., que são tantas *influências possíveis* e pelas quais escolhe um único ou um pequeno número de sistemas cuja influência realmente sentirá... Por outro lado, a atividade do sujeito individual e social se exerce não somente na *escolha* de um pensamento em que se encontra, mas também nas transformações que ela lhe impõe”¹⁹

Citando o trabalho de Lucien Goldmann, Löwy descarta este tipo de análise procurando antes compreender por certas determinações históricas e sociais a escolha seja de uma fonte ou referências e ainda os modos como estas fontes foram reinterpretadas por grupos sociais segundo suas necessidades.

A estética da recepção se abre neste caminho ao voltar-se para as condições sócio-históricas das diversas interpretações textuais – de uma obra, autor ou ideia – remetendo a obra em um duplo horizonte: o implicado pela obra e o projetado pelo leitor de uma determinada sociedade²⁰. É neste sentido que se procura analisar menos a influência de Lebrecht no Brasil e de movimento ou autores que seguiriam suas orientações e mais uma recepção de suas ideias e as mediações entre os grupos sociais aqui atuantes.

Adrián Gorelik também se depara com esta questão, ainda que em seu caso se trate de compreender as atuações da cultura arquitetônica de vanguarda na América Latina²¹. O autor analisa a mudança de sinal das ideias de vanguarda – referindo-se às vanguardas artísticas e arquitetônicas dos anos 20 – quando são incorporadas na América Latina. A ideologia do plano²², assim como a cultura de vanguarda

¹⁹ GOLDMANN, Lucien APUD LOWY Op. Cit. Pg. 232.

²⁰ Cf. JAUSS, Hans Robert *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard, 1978.

²¹ GORELIK, Adrián *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

²² Análise de Manfredo Tafuri sobre os planos urbanos. Cf. TAFURI, Manfredo *Projecto e utopia: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo*. Lisboa: Presença, 1985.

caracterizada pela negatividade e o caráter destrutivo²³, ganha aqui o sinal positivo na construção dirigida pelo Estado, mas também do nacionalismo reativado pela cultura local. É neste ponto que Gorelik descarta a noção de influência para analisar a complexidade dos contatos culturais, “eliminando também a visão simplista de uma via de mão única entre um modelo central e sua aplicação periférica”²⁴. O autor propõe, então, uma “dialética da vanguarda”, buscando analisar as “marginalidades” como parte essencial para renovar as perguntas sobre os casos centrais.

Diante de tal sugestão nos voltamos a nosso objeto de investigação procurando colocar as questões de modo inverso: o que Lebrecht carrega em seu pensamento a partir de sua experiência no Brasil? Como este novo terreno social que é tocado por suas ideias poderia igualmente repercutir em suas formulações criando uma inflexão em seu pensamento? Como poderia a experiência com intelectuais locais contribuir para o entendimento de determinados deslocamentos em seu pensamento? Qual o papel de intelectuais, técnicos, amigos e colaboradores deste novo terreno social nas configurações de “Desenvolvimento Harmonizado”?

Metodologia

Para tratar das questões acima expostas, procuramos abordar a trajetória de Lebrecht, sem nos restringir ao campo profissional do urbanismo onde ele desempenhou um papel formador, nem à análise dos planos urbanos, ou mesmo à matriz técnica inserida na análise urbana. Antes buscamos evidenciar, a partir de sua atuação no campo do urbanismo, a constituição de um ideário urbano à luz da inserção de Padre Lebrecht na cidade de São Paulo. Para isso, duas chaves de leitura foram utilizadas: o peso da circunstância de estrangeiro na trajetória intelectual de Lebrecht; e seus modos de inserção e circulação sob o ângulo da história cultural, como imprescindíveis a uma

²³ BENJAMIN, W. “O caráter destrutivo” IN: *Obras escolhidas II: Rua de mão única* São Paulo: Brasiliense, 1996.

²⁴ GORELIK Op. Cit. Pg. 17.

reflexão em torno da formação de um ideário urbano e a partir de determinadas representações da cidade e do território.

Podemos observar a presença de Lebreton em diversos campos de atuação no Brasil, ela não se restringe no campo de atividade profissional do urbanista²⁵ – atuando diretamente nos planos de desenvolvimento urbano e criando novas metodologias para a análise e propostas –, ele se insere como teórico no campo da sociologia – no desenvolvimento das pesquisas de campo sobre a cidade, habitação e pobreza –, da ciência política, da economia – com a temática do desenvolvimento e da economia solidária –, da demografia, do serviço social – pesquisas sobre as condições de vida da população que orientou as ações neste campo –, até mesmo do design²⁶, enfim configura-se como um intelectual.

²⁵ Dentre os trabalhos que tratam da atuação de Lebreton no urbanismo no Brasil podemos citar: LAMPARELLI, Celso Monteiro *Louis-Joseph Lebreton e a pesquisa urbano-regional no Brasil* In: Espaço e Debates, nº 37. São Paulo: 1994; LAMPARELLI, Celso Monteiro. *O ideário do urbanismo em São Paulo em meados do século XX: o padre Lebreton: continuidades, rupturas, sobreposições*. In: Cadernos de Pesquisa do LAP, nº 5. São Paulo: março-abril, 1995; LEME, Maria Cristina da Silva. *Formação do urbanismo em São Paulo como campo de conhecimento e área de atuação profissional* Tese de Livre-docência, FAU-USP, São Paulo, Janeiro 2000; LEME, Maria Cristina da Silva. *A pesquisa pioneira de Lebreton sobre as condições de habitação em São Paulo* In: Espaço e Debates, v.24, n.45, p.110-113, jan./jul. 2004; MEYER, Regina. *Metrópole e urbanismo: São Paulo anos 50*. Tese de doutorado. São Paulo, FAU-USP, 1991; MORI, Klara Anna Maria Kaiser *Brasil: urbanização e fronteiras* Tese de doutorado, São Paulo, FAU-USP, 1997; PONTUAL, Virginia *Urbanismo no Recife e a circulação dos saberes: o estudo do padre dominicano francês Louis-Joseph Lebreton* In: Anais IPHS, 2008; e mais recentemente em trabalho mais específicos CESTARO, L. *Urbanismo e Humanismo: a SAGMACS e o estudo da “Estrutura Urbana da aglomeração paulista”* Dissertação de mestrado, EESC-USP, 2009; e RAMOS, M. *Les développeurs: Louis Joseph-Lebreton e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil* Tese de doutorado, EESC-USP, 2010.

²⁶ Podemos encontrar referências da atuação de Lebreton em trabalhos tão diversos como: BOSI, A. *Ideologia e contraideologia: temas e variações* São Paulo: CIA das Letras, 2010, sobre as disputas em torno do pensamento ideológico ao qual Lebreton se insere; VALLADARES, L. P. *A invenção da favela: do mito de origem à favela* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, sobre a história da pesquisa sobre as favelas no Rio, mais amplamente sobre as ciências sociais no Brasil; BREUIL, Mathilde *Le Père Lebreton et la construction d'une pensée chrétienne sur le développement: dans la sillage de modèles politiques et intellectuels émergents au Brésil 1947-1966* Mémoire de Master II, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, outubro 2006, sobre a construção de um pensamento

Os estudos feitos sobre Lebrecht no campo do urbanismo, que procuraram resgatar aspectos de sua trajetória, tiveram como enfoque os conteúdos de contribuição para a disciplina, como a metodologia de pesquisa de campo, a leitura do processo de urbanização e as propostas de intervenção dos planos urbanos. Lamparelli²⁷, urbanista que trabalhou próximo à Lebrecht na SAGMACS, resgata parte de sua experiência com o personagem a partir de crônicas, modo de se colocar próximo ao objeto analisado, e inicia um movimento de reconstituição da história deste personagem e sua importância para o urbanismo no Brasil. Já Leme²⁸, a partir destes relatos, busca compreender o papel deste personagem no aporte teórico de conhecimento da cidade e na perspectiva de uma atuação política pela profissão do urbanista, construindo a tese de uma politização do urbanismo pela “vertente católica”.

Nesta pesquisa procuramos tratar da formação de um ideário urbano pelo enfoque da história intelectual. O fio condutor foi, portanto, a trajetória intelectual de Lebrecht, procurando localizar sua origem, seus anos de formação, a constituição de um determinado pensamento e ideias sobre as cidades e o processo de urbanização, e as inflexões deste pensamento à prova de suas experiências no Brasil. Para tanto, nos apoiamos nas discussões entre os historiadores sobre a história cultural e a história intelectual.

cristão sobre o desenvolvimento; SCHALLENMUELLER, C. J. *Nacional-desenvolvimentismo e Igreja Católica: algumas repercussões do movimento Economia e Humanismo no Brasil* Relatório de Iniciação Científica, FFLCH-USP, 2007, sobre a relação entre nacional-desenvolvimentismo e o movimento economia humanismo; SIGOLO, V. M. *Trabalho em movimentação: a formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina pós-90* Dissertação de mestrado, PROLAM-USP, 2007, sobre a formação de movimentos populares de economia solidária; CLARO, M. *Unilabor: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária* São Paulo: Senac, 2004, sobre a experiência em São Paulo de uma cooperativa de trabalho de mobiliário moderno – UNILABOR – ligada ao Movimento Economia e Humanismo; além é claro de toda discussão teológica em torno da figura de Lebrecht.

²⁷ LAMPARELLI, Celso Monteiro “Louis-Joseph Lebrecht e a pesquisa urbano-regional no Brasil” *Espaço e Debates*, São Paulo, nº 37, 1994.

²⁸ LEME, Maria Cristina da Silva. “A politização do urbanismo no Brasil: a vertente católica” *Anais ANPUR*, Rio de Janeiro, 2001.

Thomas Bender²⁹ analisa como o campo da história intelectual atualmente não é unificado nem pela metodologia, nem pelo assunto, tendo ela mesma se tornado história cultural, deixando de ser um discurso sobre saberes especializados e passando a um modo de investigação integrado e sintético que procurou responder ao rompimento entre história intelectual e história social. Para Bender, os historiadores teriam se voltado para os estudos de intelectuais, das ideias e da cultura em períodos de incerteza acerca das regras de conhecimento e do poder das ideias. Entre os historiadores³⁰ é clara a percepção de que no período entre as guerras mundiais o que estava abalado era o próprio poder da razão, dissolvendo a identificação entre história e progresso. Desde então, o viés da história cultural teria se transformado em um caminho para enfrentar esta crise.

Este engajamento da história com a cultura, sobretudo nos estudos americanos, foi amplamente difundido pela história intelectual. Deste encontro um debate importante foi colocado entre a análise interna e externa. Por um lado, uma tradição ligada à história social, para a qual o pensamento artístico e a cultura não eram vistos como constituintes da história, mas como meras ilustrações de processos políticos e sociais. De outro, a pura história das ideias, tratando do desenvolvimento e relações internas destas. Entretanto, o que se buscava era uma combinação sutil de análise das ideias e suas causas e implicações sociais.

Recentemente a história cultural e intelectual ampliou os domínios de seu campo tornando-se mais atenta e inclusiva às diferenças, não se encontrando em “embate com a história social”, interessada nas relações entre os intelectuais e o sistema político ou mesmo a cultura de massas e o sistema econômico. Segundo Bender, essa nova história cultural e intelectual se dividiria em algumas categorias conforme seus ângulos de

²⁹ BENDER, Thomas *Intellectual and cultural history* Nova York: Amer Historical Ass, 1997.

³⁰ Além de Thomas Bender, somente para citar alguns historiadores deste campo, Cf. SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo* São Paulo: Companhia das Letras, 2000 e HUNT, Lynn *History, Culture and Text* In: *The new cultural history* Los Angeles: University of California Press, 1989.

acesso: algumas iniciam pelo personagem, ou pelos textos, ou comunidades de discursos ou ainda questões partilhadas em um grupo, instituições ou lugares.

Para a presente pesquisa o acesso foi justamente o personagem que nos levou a uma discussão com relação à sua biografia intelectual. Esta nos fornece um modo de acompanhar a trajetória de Lebrecht, não como uma construção linear de exaltação de uma vida exemplar³¹, mas com o foco justamente nas inflexões, nas crises, nos desajustes da experiência pessoal frente a mudanças de seu tempo. Neste sentido, procuramos combinar a biografia com o estudo das ideias e os caminhos pelos quais estas ideias foram construídas numa interação entre a tradição intelectual disponível, o lugar deste personagem e as dinâmicas de sua inserção na cena pública. Atentos àquilo que Bender chamou de uma biografia profundamente contextualizada em que a relação do personagem com seu tempo, lugar e sua obra é iluminada por considerações de sua vida contextualizada.

Sob este aspecto, estamos atentos às formulações de Schorske que desenha para a história cultural, em sua relação com a vida política, uma combinação de análise interna rigorosa com uma trama histórica traçada como uma tessitura onde se cruzam duas linhas de análise: uma vertical ou diacrônica, onde o historiador estabelecerá a relação de um sistema de pensamento com expressões anteriores dentro do mesmo campo; e outra horizontal ou sincrônica, em que se relaciona o conteúdo do objeto intelectual com outros ramos da cultura que emergem simultaneamente³².

Ainda para nosso caso, outro aspecto relevante diz respeito às análises de representação. Como já dissemos anteriormente, um dos objetivos deste trabalho é analisar como as transformações da cidade de São Paulo e do território brasileiro nos anos 50 foram vistas sob o prisma de Lebrecht segundo seus modos de vê-las, interpretá-

³¹ Atento neste aspecto ao que Bourdieu chamou de ilusão biográfica. Cf. BOURDIEU, Pierre (org.) A ilusão biográfica In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral* Rio de Janeiro: fundação Getúlio Vargas, 2006. Pg. 183-192.

³² SCHORSKE, Carl E. *Viena Fin-de-Siècle: política e cultura* São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Pg.17.

las e representá-las. Neste aspecto Chartier³³ nos auxilia ao ver na história cultural um meio de analisar os procedimentos da representação, o modo como uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. Deste modo, o autor reformula a relação tradicional entre o social, identificado com o real, e as representações, supostas como o refletindo ou se desviando dele. Neste ato de representar não se produz uma “falsificação” do real, mas um sentido, por meio de suas representações, e estas não são meras imagens, mas atuam na disputa simbólica do mundo social. A partir destas formulações, podemos pensar como Lebreton construiu sentidos e significações, e mesmo a construção da noção de Desenvolvimento Harmonizado, através da representação da cidade – da pobreza, da periferia, da precariedade habitacional – e mais, como aquela representação se relacionou com as representações disponíveis e foi apropriada no contexto em que ele se inseriu, de crescimento urbano, industrialização e modernização.

Este trabalho procura analisar, ainda, as relações entre biografias, experiência e formulação teórica. A biografia, como dissemos, serve de fio condutor que nos remete às práticas desta personagem a partir da qual as representações do território são construídas servindo como análise para a formulação teórica. Se Simmel nos auxilia a pensar a posição de estrangeiro, as formulações de Bernard Lepetit nos são sugestivas para pensar as práticas dos atores sociais a partir de seus deslocamentos.

Heliana Salgueiro ao apresentar a obra de Lepetit enfatiza a contribuição do autor às análises de “ação da situação” ressaltando a liberdade dos atores individuais e a pluralidade das ações contra as grandes generalizações. Ao defender a categoria de análise individual, Lepetit argumenta: “ver as ações humanas como uma série de *seqüências* em que as pessoas, engajadas em momentos sucessivos, devem mobilizar em si competências diversas para realizar, na medida dos encontros com as circunstâncias, uma adequação à *situação presente*”³⁴. No debate entre “estrutura” e “história”, seria,

³³ CHARTIER, Roger *A história cultural entre práticas e representações* Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

³⁴ LEPETIT, Bernard “O presente da história” In: SALGUEIRO, H. A. (org.) *Por uma nova história urbana* São Paulo: Edusp, 2001. Pg. 156.

segundo o autor, na ação que a estrutura se manifestaria, mas também seria a partir dela que esta estrutura se transformaria: “se as significações fazem os fatos, a situação faz as significações”³⁵. A temporalidade passa, então, a entrar em cena nas análises sociais e para o autor o presente de um indivíduo ou grupo seria “uma modalidade particular de agenciamento entre espaço de experiência e um horizonte de expectativa, entre um passado e um futuro que eles atualizam sob as formas de reconfiguração e do projeto”³⁶.

Diante deste enfoque, a avaliação das viagens de personagens torna-se um dos eixos de investigação de Lepetit. Segundo Heliana Salgueiro esta abordagem procurava “reconstituir as novas modalidades de produção de um saber sobre o espaço e a partir das experiências mentais dos atores sociais, sua percepção do lugar estando ‘nele mesmo’ e a complexidade das diferenças entre uma civilização e outra”³⁷.

Estas passagens nos são sugestivas para pensar o caso de Lebrecht, por ser ele um estrangeiro no Brasil, que tem grande presença como um intelectual – como buscamos argumentar até aqui –, mas um intelectual que se debruça sobre o espaço, que formula métodos de pesquisa social que é lida a partir do espaço – em suas várias escalas, do habitat à região. Mais ainda, é um intelectual que, como buscamos argumentar ao longo da pesquisa, formula a concepção de Desenvolvimento Harmonizado a partir de sua experiência em novos territórios em que o Brasil se configurou como um espaço privilegiado desta experiência.

³⁵ Ibidem. Pg.157.

³⁶ Ibidem. Pg. 187.

³⁷ SALGUEIRO, Heliana A. (org.) *Por uma nova história urbana* São Paulo: Edusp, 2001. Pg.16.

Retomando. Esta pesquisa tem, então, como tema a formação de um ideário urbano a partir das formulações de um estrangeiro, o dominicano francês Padre Lebreton. O recorte espacial diz respeito a São Paulo, às viagens de Lebreton à cidade e aos planos e pesquisas urbanos realizados desde 1947 até a formulação da noção de Desenvolvimento Harmonizado e a fundação do IRFED – *Institut International de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé* – em 1958.

As principais fontes utilizadas foram as biografias de Lebreton e estudos sobre sua trajetória, alguns de seus textos (obras e artigos), assim como uma análise das revistas em que se desenvolveram o debate de Economia e Humanismo e as pesquisas e planos urbanos. A *Revue Économie et Humanisme* serviu como fonte privilegiada a partir da qual foi possível acompanhar as formulações teóricas, as análises de conjuntura e as transformações de EH a partir dos artigos de Lebreton. Em alguns momentos julgamos necessário ampliar a gama de artigos para os colaboradores próximos de Lebreton para abordarmos assuntos específicos como o caso dos problemas referentes ao urbanismo e a habitação no imediato pós-guerra e em um segundo momento, após a primeira viagem de Lebreton ao Brasil, os diálogos estabelecidos com a obra de Josué de Castro.

Inicialmente, o recurso à *Revue Économie et Humanisme* foi uma busca por artigos que tratassem dos trabalhos realizados no Brasil sobretudo a partir de 1947. Ao não encontrar tais referências, ao menos não de modo evidente, partiu-se para uma pesquisa da documentação no acervo da Escola Livre de Sociologia e Política sobre o curso proferido naquela instituição. O programa das aulas, assim como a bibliografia selecionada indicava uma série de questões tratadas pelo movimento Economia e Humanismo na França que foram publicadas na Revista. Deste modo, este veículo tornava-se um campo privilegiado para a compreensão daquilo que Lebreton havia produzido na França antes de sua chegada ao Brasil. Mais, ao enfatizar a Revista como fonte das discussões de Economia e Humanismo foi possível analisar não somente as posições e formulações de Lebreton mas também os debates entre uma série de atores e colaboradores passando então para uma dimensão coletiva do movimento e de seu contexto político. Os artigos de revista, de publicação bimestral, apresentavam não

somente os ideais da associação mas também os debates cotidianos, as posições e análises de conjuntura em momentos de grandes impasses políticos a partir do qual pode-se entrever as crises, os conflitos e as dificuldades na construção do ideário de EH.

Para tal pesquisa foi analisada uma seleção de artigos publicados entre 1942 e 1958, segundo os critérios do recorte do trabalho. Foram observadas algumas fases com predominância de temas na Revista: a primeira fase seria de 1942 a 1945 marcada pela formulação das noções centrais de Economia Humana e do método de pesquisa de EH; a segunda de 1945 a 1947 marcado pelo fim da Segunda Guerra em um momento de difusão das ideias do movimento e discussões acerca dos planos de reconstrução do pós-guerra; e por fim, de 1948 a 1958 período em que é construída a noção de Desenvolvimento Harmonizado e que se pode observar uma abertura do movimento para fora da França em direção aos países do Terceiro Mundo.

Na primeira fase foram selecionados os artigos de Le Bret que abordavam os temas prioritários nos anos de formação do movimento, a saber: o princípio do Bem Comum, o ideal comunitário, a tentativa de aproximações de forças políticas próximas naquele contexto e a formulação do método de pesquisa. Ainda sobre este período da revista buscou-se as referências urbanísticas de EH, uma vez que os trabalhos de Le Bret de grande relevância e reconhecimento no Brasil encontram-se nesta área. Para tal, ampliou-se a pesquisa para os artigos dos colaboradores próximos de Le Bret que tratavam do tema e encontramos os artigos de urbanistas e referências urbanísticas que estavam sendo lidos e divulgados pelo movimento.

Quanto à segunda fase da revista, nota-se que o fim da guerra o debate da reconstrução da França gerou grande entusiasmo a Le Bret e ao movimento no sentido de colocar em ação os métodos e princípios construídos durante a guerra. Foi o momento também em que o debate sobre o urbano se intensifica na revista e mais uma vez o procedimento de seleção dos artigos foi expandido para uma série de autores que tratavam dos problemas urbanos sob variados pontos de vista: o problema da habitação, a falta de investimentos, estudos dos possíveis modos de financiamentos no setor, chegando até mesmo a um esboço de plano político para o habitat. É dentro deste

período, e em um momento de expansão de atuação, que Lebret vem ao Brasil e podemos ver seu primeiro artigo sobre as impressões gerais deste contato com um novo terreno social.

A partir deste ponto buscou-se na revista ressonâncias e repercussões possíveis da experiência brasileira, uma vez que de 1947 a 1958 foi o período de atuação de Lebret no país. Pode-se observar que neste período houve uma mudança na estrutura da revista – que acompanhou mudanças significativas nas perspectivas do movimento – em que se pode analisar as formulações acerca do desenvolvimento nos artigos de Lebret em relação direta com suas viagens e a abertura de EH à problemática dos países considerados do Terceiro Mundo. É deste modo, que a *Revue Économie et Humanisme* tornou-se um fio condutor da pesquisa onde se pode acompanhar as formulações do movimento EH mas também os deslocamentos intelectuais de Lebret face à mudanças de conjunturas e impasses políticos encontrados em sua trajetória.

O primeiro capítulo privilegiou os anos de formação de Lebret e sua trajetória até a fundação de *Économie et Humanisme*, assim como as principais formulações teóricas do movimento em seus anos de formação, os debates travados com as correntes de pensamento escolhidas como interlocutoras, as concepções sobre o urbano, a formulação do método de pesquisa social e urbano no embate com as cidades francesas em processo de reconstrução, após amplo debate sobre os modelos de urbanismo e a construção do problema da habitação no período entre 1942 e 1945.

O segundo capítulo teve como foco a primeira viagem de Lebret ao Brasil no ano de 1947, especificamente a São Paulo, buscando analisar as motivações deste deslocamento, as atividades aqui realizadas e os meios de inserção deste estrangeiro. Procuramos localizar a inserção de Lebret na ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política – para ministrar o curso de Economia Humana, a introdução do tema aos alunos deste espaço, assim como a realização da primeira pesquisa nesta nova cidade “*Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo*”, a fundação da SAGMACS dentro das perspectivas de ensino e atuação profissional do urbanismo naquele momento, e por fim buscamos avaliar as primeiras impressões de Lebret sobre

a viagem através do artigo *Lettre aux américains*, escrita ao final da viagem de onde emerge um primeiro contato com as questões da obra de Josué de Castro na análise da situação brasileira.

O terceiro capítulo privilegiou a formulação da noção de “Desenvolvimento Harmonizado” a partir dos diálogos estabelecidos com intelectuais brasileiros, sobretudo Josué de Castro, e da experiência de Lebrecht através dos trabalhos de pesquisa social e urbano-regional da SAGMACS. Buscamos compreender ainda como estas formulações se colocavam dentro do debate político no contexto de Guerra-Fria e de luta pela independência no processo de descolonização que se somava com antigas colônias configurando o que se chamou de Terceiro Mundo.

CAPÍTULO 1

COMUNIDADE E CIDADE NA TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE LEBRET

Conhecer as noções centrais da “Economia Humana” é imprescindível para compreender as visões sobre a cidade e as formulações acerca do urbanismo introduzidas por Lebreton em São Paulo nos anos 50. Entretanto, a própria formulação destas noções não é estanque e fechada, é ela mesma parte da experiência de seu principal formulador e de uma rede de intelectuais que configuraram o *Mouvement Économie et Humanisme*. Experiência esta atrelada às transformações econômicas, sociais, políticas e culturais da França entre duas Guerras Mundiais.

Neste primeiro capítulo, será focalizada a trajetória de Lebret em seus anos de formação até o momento em que se abrem as perspectivas de atuação para além da França. Em um primeiro momento, serão analisados os seus anos de formação filosófica e política passando pelos movimentos em que ele se engajou até a constituição do *Mouvement Économie et Humanisme*. Em seguida, o foco estará no debate que se desenvolveu dentro da *Revue Économie et Humanisme*, com ênfase na formulação do conceito de Economia Humana e no seu interior dos conceitos de cidade e comunidade, bem como as leituras urbanas que nela pode-se entrever entre o período de 1942-1948. Adiante, será avaliada a atuação da SAGMA e a aplicação do método EH de pesquisa empírica no estudo das cidades francesas. Por fim, serão lançadas algumas questões acerca do deslocamento de Lebret para São Paulo, vis-à-vis a expansão da EH para novos territórios no contexto de polarização ideológica da Guerra-Fria.

1.1 Da formação político-filosófica à Economia e Humanismo

A trajetória de Lebret fornece um caminho para acompanhar sua formação intelectual, mas também nos lança no conjunto de suas experiências políticas de engajamento em movimentos populares e operários que também configuram seu desenvolvimento, inclusive por desestabilizar teorias e conceitos, impulsionando-lhe à pesquisa e a novas formulações. Desta maneira, aborda-se aqui, um traço marcante em Lebret: seu engajamento no “mundo real”, em uma ação não meramente contemplativa ou filosófica, mas uma teoria da ação e um ativismo “mundano”.

Louis-Joseph Lebret nasceu no seio de uma família católica em 26 de junho de 1897, em *Minihic-sur-Rance*, na região costeira da Bretanha, onde a principal atividade econômica era a pesca. Entre os anos 1910 e 1920, portanto durante a Primeira Guerra Mundial, Lebret entrou na *École Naval* e se tornou oficial da marinha francesa. Após uma atuação marcante na corporação e diante de uma carreira promissora, Lebret abandonou em 1923 para ingressar na Ordem dos Dominicanos em *Angers*, França.

Logo em seguida, como parte de sua preparação religiosa, foi para o Colégio São Domingos de Filosofia e Teologia no Convento de *Rijckholt*, Holanda¹.

Nos anos de formação na Ordem dos Dominicanos (1923-1929), Lebret aprofundara seus estudos da obra de São Tomás de Aquino, sob orientação de P. Augier e P. Sertillages, dominicanos considerados por Malley mais abertos às correntes modernas de pensamento e voltados à ação – nexos fundamentais aos dominicanos que se intitulavam ordem dos pregadores e viam na ação temporal um vínculo necessário para a vida religiosa. Este período de estudo deixou como marca no pensamento de Lebret o ideal de vida comunitária em que uma ética do bem comum orientaria as relações sociais e mesmo as relações econômicas, em favor da criação de um equilíbrio entre a produção e o consumo, entre as fontes disponíveis e potenciais – “*ressources*” – e as necessidades da comunidade humana – “*besoin*”. Segundo Pelletier, este modo de pensar a sociedade ainda estaria ligado a uma compreensão de estruturas sociais próprias ao mundo rural pré-industrial, em que a harmonia da sociedade corresponderia a um conjunto de comunidades autônomas e equilibradas².

Em 1929 Lebret retornou à região da Bretanha para o convento de *Saint-Malo*, onde se engajou em um movimento de pescadores artesanais da região, o *Mouvement Saint-Malo (1930-39)*. Ao retornar a sua região de origem Lebret se deparou com a miséria das famílias costeiras em um momento de crise econômica marcado pelo desemprego e pela desestruturação dos vínculos de trabalho tradicionais da pesca artesanal face ao desenvolvimento da pesca industrial de maior rentabilidade com o uso de novas técnicas e tecnologias e um mercado ameaçado frente à concorrência estrangeira³. Lebret teve uma atuação importante dentro do movimento, tanto em sua organização como formando comissões multiprofissionais do setor da pesca, na reivindicação frente ao poder público e inclusive na elaboração de legislação de

¹ MALLEY, François *Le Père Lebret: L'économie au service des hommes* Paris : Les Editions du Cerf, 1968.

² PELLETIER, Denis *Economie et Humanisme: de l'utopie communautaire au combat pour le tiers-monde 1941-1966* Paris : Les Editions du Cerf, 1996. Pg.130.

³ Ibidem. Pg.20.

regulamentação profissional. Ele esteve também envolvido na criação do jornal *La Voix du Marin*, que dava visibilidade às dificuldades e reivindicações deste setor, e na fundação da *École Normal Sociale Maritime* em *Saint-Malo* que entre outras atividades produziu uma pesquisa sobre as atividades de pesca no conjunto dos portos do Canal da Mancha e do Oceano Atlântico. Deste modo, o movimento contava com o alicerce de uma competência econômica e técnica dentro de sua perspectiva de mudança social. Segundo Pelletier, a originalidade da ação de Lebret consistiu em opor ao sindicalismo de classe na CGTU – *Confédération general du travail unitaire* - uma ação de tipo corporativa que se apoiava nas estruturas comunitárias tradicionais da profissão⁴.

Os autores que, como François Malley, Thomas Suavet e Denis Pelletier, trabalham com a trajetória de Lebret são unânimes em destacar a experiência de *Saint-Malo* como o momento de colocar em prática algumas de suas primeiras formulações derivadas da formação religiosa. Para Malley⁵, o período aponta para uma forma de ação conforme os princípios dominicanos: através da “misericórdia” deixar-se afetar pelos problemas que se colocam no cotidiano, submeter-se ao objeto e analisar os fatos à procura das razões dos problemas encontrados e de princípios de ação coerentes, educar os homens, colaborar com os leigos sem estabelecer hierarquias, valorizando a organização horizontal, “adquirir um setor” ou um ramo de atividade ao qual se engajar em prol da promoção humana. Vê-se, deste modo, como a experiência de Lebret em seu tempo e com os problemas colocados por ele é decisiva para sua formação. E mais, pode-se analisar como sua formação religiosa no seio da ordem dos dominicanos coloca a ação temporal como uma prerrogativa de sua atividade como frei. *Saint-Malo*, desta maneira, representa o primeiro contato de engajamento com o “mundano” estabelecendo um elo entre princípios e a ação.

Suavet⁶ também enfatiza a ação de Lebret junto aos pescadores de *Saint-Malo* como um momento de reconhecimento da miséria de uma população, das condições

⁴ Ibidem.

⁵ MALLEY, F. Op. Cit.

⁶ SUAVET, Thomas *Actualité de Louis-Joseph Lebret*. Paris: Éditions Économie et Humanisme, 1968.

precárias de vida de um grupo cujas atividades e relações tradicionais se dissolviam, esgarçavam-se. Em sua visão aquele também foi o momento em que Lebret colocou em ação seus princípios cristãos de reconhecimento da miséria do mundo, de modo a promover uma ação junto às forças capazes de fazer respeitar os princípios de justiça social, engajando homens de ação e especialistas de diferentes disciplinas das ciências sociais, em um trabalho de cunho educativo. Entretanto, a atuação em *Saint-Malo* gerou uma ressonância ainda maior, uma vez que os estudos sobre a pesca haviam conduzido ao reconhecimento das profissões conexas. Sendo assim, passava-se à análise de toda uma cadeia de produção e deste modo o que se estava questionando era toda uma estrutura econômica e social. Na visão de Suavet, neste momento, ainda que as causas morais da miséria permeassem as formulações de Lebret, desde as atividades em *Saint-Malo* não era mais sobre elas que se dirigia a atenção, mas sobre as próprias estruturas sociais.

Pelletier ressalta na experiência de *Saint-Malo* o elo concreto de ação e doutrina católica e a formulação de uma noção de utopia comunitária própria de Lebret. Segundo Pelletier, Lebret descenderia de uma tradição do catolicismo “intransigente” que recusava simultaneamente o capitalismo e o socialismo, vistos como duas faces de uma mesma tragédia das sociedades modernas saídas do Iluminismo e da Revolução⁷. Segundo o autor, Lebret teria interpretado na particularidade da experiência da comunidade dos pescadores a doutrina cristã dos corpos intermediários, doutrina esta divulgada como discurso oficial na *Rerum Novarum*⁸. A doutrina dos corpos intermediários estaria presente na noção de ordem comunitária expressa por Lebret no artigo “*L’ordre communautaire*” (1943)⁹ em que a família seria a estrutura comunitária fundamental, essencial. Pelletier interpreta esta relação da seguinte maneira:

⁷ PELLETIER, D. Op. Cit. Pg. 55.

⁸ A encíclica *Rerum Novarum* foi escrita pelo Papa Leão XIII em 1891 e é considerada a pedra angular da política social da Igreja ainda hoje, inclusive com a comemoração do centenário da *Rerum Novarum* pelo Papa João Paulo II em 1991.

⁹ LEBRET, L. J. GATHERON, J.-M. « L’ordre communautaire : principes d’une économie humaine » *Revue Economie et Humanisme*, n.6, Mar-Avr 1943.

“A família fornece um modelo de comunidade orgânica e natural, o amor recíproco como princípio do elo social, a autoridade paternal é aquele do poder político. A família é por sua vez uma comunidade autárquica em que o equilíbrio nasce da repartição harmoniosa das funções entre cada um dos membros, e uma comunidade aberta para o exterior, em contato com outras comunidades familiares ou de uma categoria superior (o vilarejo, o quarteirão, o “país”, a região, mas também a profissão...) cuja combinação forma a sociedade e na evocação destas nós encontramos a doutrina dos corpos intermediários”¹⁰.

A partir desta formulação de uma utopia comunitária Lebret e sua rede de intelectuais, religiosos e leigos passam a atuar em outros “setores”, em outros ramos de atividades, ou seja, em outros agrupamentos humanos que se dedicam a uma mesma atividade, não somente os homens da pesca, mas os camponeses e os operários.

Como se sabe, em 1940, em meio à Segunda Guerra Mundial, a França foi ocupada pelos alemães. A capital, Paris, a região centro-norte assim como toda a costa atlântica foram ocupadas e o restante do território ficou sob o domínio do General Pétain, instaurando o Regime de Vichy, cujo lema era: família, pátria e trabalho. Neste momento Lebret passou a atuar nos portos da costa mediterrânea em Marselha. É também o momento em que ele estende os estudos para outros setores, para outras comunidades, como o estudo de condição de vida dos camponeses da Bretanha¹¹, ou mesmo o estudo e atuação junto aos trabalhadores, estivadores nos portos de Marselha¹², que rendeu ao frei Marie-Réginald Loew a designação de padre-operário, e o encontro fecundo com a Comunidade de Boimondau – BOîtiers des MONtres du DAUphiné – de Barbu e Mermoz. Este último ao explorar a problemática da comunidade experimentou a autogestão operária, abrindo caminhos para as futuras sociedades cooperativas operárias de produção.

¹⁰ PELLETIER, D. Op. Cit. Pg.56. Livre tradução da autora.

¹¹ LEBRET, M. T. « Conditions de vie de la paysanne bretonne » *Revue Economie et Humanisme*, n.20, Jui-Aout 1945.

¹² LOEW, M-R. « Les dockers de Marseille depuis la Libération » *Revue Economie et Humanisme*, n.20, Jui-Aout 1945.

Pelletier, ao analisar este percurso, faz uma importante aproximação da noção de utopia comunitária elaborada por Lebreton e sua rede de colaboradores com um modelo de organização social defendido pelo Regime de Vichy. Para ele, esta formulação de Lebreton serviria de modelo à organização harmoniosa e hierarquizada do corpo social por meio da organização do espaço, o que encontraria paralelos com o projeto de regionalização da França suscitado por Vichy. A hostilidade aos valores da sociedade moderna também o colocaria próximo do tradicionalismo do círculo do Marechal Petáin e permitiria a Lebreton seguir com as atividades de organização operária postas em ação desde os anos 30. Entretanto, continua Pelletier, decepcionado com as ações do regime – inclusive com a perseguição de alguns de seus colaboradores – Lebreton vai dele se distanciando, mas sem se integrar ao movimento de resistência. A fundação de *Économie et Humanisme* neste sentido teria representado um passo na direção desse distanciamento.

De fato, é em meio a este conturbado período que Lebreton funda em 1941 o Centro de Estudos *Économie et Humanisme*. Esta associação estabeleceu como seus principais objetivos estudar através de pesquisas empíricas a realidade econômica, humana e social em sua complexidade; promover entre seus membros ou mesmo pesquisadores externos trabalhos científicos capazes de contribuir para a elaboração de uma doutrina espiritual que colocasse a economia a serviço dos homens; suscitar no seio das organizações profissionais as condições concretas do bem comum, e participar dos esforços públicos ou privados de reorganização profissional¹³.

Segundo Malley, em 1940, Lebreton havia expressado sua vontade de fundar um centro internacional de estudos sobre o marxismo, tendo como foco a análise da dialética, capaz de colocar em questão o capitalismo liberal, o nacional-socialismo assim como o comunismo real. “Centrar os esforços sobre o marxismo, era na realidade analisar e julgar as três “*mystiques conquérantes*” que juntas partiam à conquista do mundo”¹⁴. Ainda segundo este autor, a identificação direta com o marxismo não era o

¹³ MALLEY, F. Op. Cit. Pg.60.

¹⁴ Ibidem. Pg.55.

objetivo do centro de estudo. O desejo de Lebreton seria trabalhar a partir do marxismo pelo novo objeto detectado por ele no campo das ciências humanas – o método dialético e a análise da teoria do valor. Deste modo, Lebreton investiria na elaboração de uma doutrina e de um método que ele passaria a chamar de Economia Humana, procurando qualificar uma economia que estivesse subordinada às necessidades dos homens.

Em 1938 ainda em meio às atividades do *Mouvement de Saint-Malo*, onde entrou em contato com a prática sindical da esquerda francesa, segundo Pelletier, Lebreton havia realizado um longo estudo sobre *O Capital* de Karl Marx. Tocado por sua crítica sistemática ao capitalismo, ele seria particularmente marcado pela teoria do valor e pela noção de alienação apresentadas por Marx em sua análise da estrutura do capital, que para ele possuía paralelos com a teoria de São Tomás de Aquino¹⁵. Até aquele momento, segundo Pelletier, os intelectuais católicos na França liam Marx pelos manuscritos filosóficos e pela obra do jovem Marx, em que está colocada com maior veemência a questão da luta de classes e, justamente por isso, rejeitavam-na. A encíclica *Divini Redemptoris* de 1937 reafirmava a hostilidade da Igreja ao comunismo e ao marxismo. Para Pelletier, é neste ponto em que se encontra um desvio original da trajetória de Lebreton. Este leria *O Capital*, obra em que o foco encontra-se na economia política e onde, segundo a interpretação de Pelletier, ele localizaria um esforço por “salvar o humano” diante o desenvolvimento da sociedade moderna capitalista¹⁶. Deste modo, haveria uma convergência de ambos na desconfiança face ao capitalismo, precisamente no que dizia respeito às análises de Marx sobre a jornada de trabalho, o sobretrabalho e a exploração dentro das fábricas modernas. O socialismo aparece nesta obra, como uma reação ao abuso e exploração na jornada de trabalho. Para Pelletier, Lebreton encontraria nesta leitura um quadro sociológico e conceitual semelhante ao que encontrara em sua experiência com os pescadores marítimos de *Saint-Malo* e apontaria os “limites do catolicismo social” a transformar com profundidade o mundo contemporâneo¹⁷. É deste

¹⁵ Pelletier analisa os escritos e anotações no rodapé nos livros de Lebreton e analisa as relações que Lebreton estabelece entre o pensamento tomista e a análise marxista.

¹⁶ PELLETIER, D. Op. Cit. Pg.113.

¹⁷ Ibidem. Pg.115.

modo que o marxismo mais que uma posição política se tornaria um objeto de pesquisa e posteriormente, como se poderá observar no curso de 1947 que Lebreton iria proferir em São Paulo, um referencial teórico de análise de economia política fundamental para a formulação da Economia Humana.

A Economia Humana, portanto, procura se exprimir não somente como doutrina social da Igreja Católica, mas também em termos de teoria econômica. E neste ponto parecem se encontrar as duas correntes de pensamento: uma matriz marxista e outra tomista. Da matriz de Marx retém-se a noção de mais-valia através da análise da relação valor-trabalho em que o valor da mercadoria é medido socialmente pelo tempo de trabalho e a exploração residiria justamente neste ponto, na medida mesma em que o trabalhador gera um sobretrabalho que é capturado pelo dono da fábrica. Já a matriz tomista parte da teoria do preço justo colocando o foco nas relações de troca do comércio sob um viés ético da justiça das trocas, não se atendo às relações que se estabelecem na produção. Lebreton adotaria a versão marxista de valor – expresso no curso de 1947 - e, segundo Pelletier, amadureceria certa tradição tomista em que a teoria de valor adotada mantém a perspectiva de criar a noção da “economia das necessidades” – *économie de besoin*. E de qualquer modo, colocava Lebreton no quadro de uma crítica moderna da economia capitalista¹⁸.

Ao redor da discussão do valor, o que estava em questão era uma ética que punha em destaque o valor humano. Neste ponto, Lebreton se apoiaria nas formulações de um renomado e importante economista francês, e seu colaborador próximo, François Perroux¹⁹ (1903-1987), que no artigo *La Valeur*²⁰ define economia humana nos seguintes termos:

¹⁸ Ibidem. Pg.119.

¹⁹ François Perroux nasceu em Lyon em 1903, foi licenciado em letras, doutor em Direito em 1926. Foi “professeur agrégé” na Faculdade de Direito em 1928 e titular de uma cadeira em 1934. Entre 1934 e 1939 realizou inúmeras viagens à Itália, Áustria, Alemanha, Portugal e Brasil. Foi professor nas Universidades de Coimbra, São Paulo e Porto Alegre e doutor *honoris causa* das Universidades de Coimbra e São Paulo. Em 1937 tornou-se professor da Faculdade de Direito de Paris e transferiu-se para a École Pratique des Hautes Etudes (PERROUX, 1942). Em 1941, compunha os quadros de *Économie et Humanisme* como vice-presidente até 1945.

“... em nossa empreitada de uma teoria do valor nós somos próximos a filosofia tradicional de Aristóteles e Aquino e de pesquisas mais recentes em torno da teoria do valor, reabilitando o valor humano na ordem das finalidades e o valor supremo do julgamento político na ordem dos meios, eles são próximos, de fato, da economia humana”²¹.

Deste modo, o ideal comunitário e a noção do bem comum, ligados a formas de estrutura social próprias ao mundo rural tradicional em dissolução com a ascensão do individualismo e da impessoalidade próprios à sociedade industrial, encontram-se com uma teoria de economia política no horizonte de uma leitura crítica da modernidade.

Em 1941, quando Lebret fundou o *Mouvement Économie et Humanisme*, ele contava com o apoio do economista François Perroux, René Moreux²², do filósofo Gustave Thibon²³ (1903-2001), Alexandre Dubois, do agrônomo Jean-Gatheron e de mais dois religiosos: Marie-Réginald Loew e Marie-Fabien Moos, conhecidos como padres-operários²⁴. Foi também neste período que foi lançada a *Revue Économie et Humanisme*, sob a direção de Lebret e Moreux, logo transferida para François Malley e Thomas Suavet. A revista difundiu uma série de pesquisas e os debates travados neste momento de formulação dos conceitos de economia humana e os métodos de pesquisa empírica e contou com a participação de uma ampla rede de intelectuais e religiosos como Henry-Charles Desroche²⁵ (1914-1994) e Marie-Dominique Chenu. (Ver Figura 1)

²⁰ PERROUX, F. *La valeur* Paris: PUF, 1943.

²¹ PERROUX, F. Op. Cit. apud PELLETIER, D. Op. Cit. Pg.121. Livre tradução da autora.

²² Economista, colaborador próximo à Lebret que participara do movimento em Saint-Malo e dos cursos da *École Normale Sociale Maritime* pesquisando as atividades do setor da pesca e do mercado internacional.

²³ Gustave Thibon era filósofo e se dedicava aos assuntos do campesinato na Bretanha.

²⁴ Loew e Moos ficaram conhecidos como padres-operários pela atuação com os trabalhadores dos portos de Marselha enquanto realizavam uma pesquisa sobre as condições de trabalho dos doqueiros do porto, assim como, o habitat de suas famílias revelando a extrema precariedade de trabalho marcado pela instabilidade e a pobreza das famílias e seu habitat.

²⁵ Henri Desroche foi teólogo, sociólogo e filósofo e um dos colaboradores próximos de Lebret na fundação de *Economie et Humanisme* onde atuou em 1942 à 1950, tendo se afastado do movimento

Em 1945, após a liberação da França da ocupação alemã (1944) e com o fim da Segunda Guerra, a equipe de *Économie et Humanisme* foi transferida para *La Tourette*, na província de *Lyon*, onde se estabelece uma sede para receber e promover sessões com as equipes do movimento. Segundo François Malley, foi neste momento de ebulição da França após a liberação que as equipes se dispersaram, seja para colocar em prática os métodos de pesquisa, seja para difundir os princípios do movimento. Justamente em 1945 foi criada a SAGMA – *Société pour l'application du graphisme et de la mécanographie à l'analyse* – entidade que se dedicou aos estudos das condições de vida nas cidades francesas, somando esforços para os planos de reconstrução do pós-guerra. Em 1947 foi aberta em Paris a livraria *Économie et Humanisme*. É neste impulso de abertura de frentes de atuação e difusão do movimento que Lebreton aceita o convite para vir a São Paulo.

e deixado a Igreja católica como padre após a querela em função de sua publicação sobre o significado do marxismo. Em 1951 entrou na CNRS onde desenvolveu seus estudos como sociólogo e filósofo com ênfase nos estudos sobre cooperativismo. Em 1953 fundou o Bureau d'Études Coopératives et Communautaires (BECC), foi Diretor na École Pratique des Hautes Études (1958) e fundou o Collège Coopératif de Paris (1959).

1.2 A comunidade de Economia e Humanismo

A *Revue Économie et Humanisme* (1942-2007) se constituiu como um importante meio de difusão dos ideais da associação então fundada por Lebret e a rede de intelectuais religiosos e leigos ao seu redor. É importante salientar que a relação de *Économie et Humanisme* com a hierarquia da Igreja Católica não é clara ainda que muitos de seus membros nos anos de fundação tenham sido religiosos. Esta relativa independência permitiu ao movimento e à revista, em sua fase inicial, o debate, a circulação e a publicação de textos, autores e temas nem sempre em consonância com as posições oficiais da Igreja - como é o caso de toda a discussão acerca do marxismo - o que não a impediu de atuar junto a alguns de seus colaboradores quando da radicalização das discussões no interior da entidade.

A vinda de Lebret ao Brasil coincide não apenas com a abertura do movimento para outros países, mas também com um momento de reorganização da revista, que desde a sua fundação até 1948, seguindo uma estrutura editorial constante, vinha preferencialmente se dedicando a divulgar os princípios e perspectivas de Economia e Humanismo, os métodos e resultados de suas pesquisas sociais e um conjunto de análises de conjuntura econômica e política. Ao fim de 1948 a revista sofreu uma importante reformulação, transformando-se em duas revistas encadernadas conjuntamente: *Idées et Force*, um caderno trimestral sob a direção de H.Ch. Desroche e G. Th Guilhaud; e *Diagnostique Économique et Social*, uma revista mensal de análise de conjuntura sob a direção de J. L. Lebret e Raymond Delprat, tendo A. Chomel como secretário de redação, seguida de um boletim mensal, *Lettre de la Tourette*.

De periodicidade bimestral, a revista foi estruturada basicamente em três seções: os artigos propriamente ditos, uma seção intitulada "*Document et Notule*" subdividida em "*bases doctrinales, économie et complexes sociaux, éléments de l'humanisme e ouvrage analysés*" e por fim uma seção dedicada a indicações bibliográficas. Lebret, René Moreux e François Perroux foram os editores da revista entre os anos de 1942 e 1944 em *Marseille* (42) e depois em *Écully*, até o momento da liberação da França da ocupação alemã, em que termina o Regime de Vichy. Após este

período Perroux e Moreux se afastaram da revista e esta foi transferida para *L'Arbresle*, situada nos arredores de *Lyon* no convento dos dominicanos, local que se tornou a sede da associação.

Ao analisar os artigos publicados na revista entre 1942 e 1948 é perceptível a profusão de leituras das obras de Marx e de marxistas, ao lado dos debates sobre a noção de comunidade, dos métodos de análise próprios à economia humana, urbanismo e pesquisas sobre as cidades. Durante estes anos o editorial da revista esteve atento às leituras das obras de Engels e Marx, sobretudo em suas análises da economia política, no estabelecimento da noção do materialismo dialético, mas também do humanismo. Há também algumas leituras individuais de obras específicas destes autores. Outro tema frequente na revista diz respeito à noção de comunidade, que aparece como uma preocupação teórica, mas também prática, abordada por exemplo, a partir da atuação do movimento junto à comunidade *Boimondau* ou aos trabalhadores portuários de Marselha²⁶. Com relação ao urbanismo e a questão da habitação, pode-se observar a frequência dos artigos assinados por Gaston Bardet - sobre urbanismo, métodos de pesquisa, habitação e unidade de vizinhança, entre outros temas - ou de Paul Voisin, como no caso de seu "*Préface à une politique de l'habitat*". É importante salientar que uma seleção destes textos irá compor a bibliografia do curso de Lebreton em São Paulo em 1947.

Em Janeiro de 1945, Lebreton, abriu a revista com o artigo "*Tristesse et lumière*"²⁷ em que a partir da perda de dois colaboradores de *Économie et Humanisme* - a esposa de René Moreux e Edmond Laulhère - lança suas memórias para os anos de formação do movimento, remontando os caminhos percorridos e as perspectivas que se abriam no pós-guerra. Lebreton retoma os temas principais de *Économie et Humanisme* naqueles anos: o estudo do marxismo, a discussão em torno da noção de comunidade e bem

²⁶ LOEW, M-R. « Les dockers de Marseille depuis la Libération » *Revue Economie et Humanisme*, Écully, v.4, n.20, Jui-Aout 1945.

²⁷ LEBRET, L. J. « Tristesse et lumière ». *Revue Economie et Humanisme*, Écully, v.4, n.17, p. 1-14, Jan-Fev 1945.

comum, lançando a discussão sobre as três categorias da economia e, por fim, estabelecendo as tarefas do movimento.

Ao relembrar os dias hospedado na casa da família Moreux, Lebret evoca os debates com seu anfitrião, inicialmente sobre a noção de “*bien commun*” tendo em vista a sessão de outubro na *École Normale Sociale Maritime* em *Saint-Malo* e posteriormente ao marxismo. Teria sido ao próprio René Moreux que Lebret teria expressado sua vontade de criar um centro internacional de estudos sobre o marxismo:

“Eu havia escolhido o marxismo pela sua posição que dialeticamente aparecia como uma posição-chave: posição de antítese massiva e brutal entre a tese ultrapassada que seria o capitalismo e a síntese equívoca cujo nacional-socialismo se mascarava. Centrar os esforços sobre o marxismo era na realidade, analisar e julgar as três místicas que conjuntamente partiam à conquista do mundo”²⁸

Lebret relata o entusiasmo de seu colaborador diante da proposta e os momentos de fundação da associação, assim como, o papel fundamental desempenhado por René Moreux ao lançar o projeto de fundação da *Revue Économie et Humanisme* junto com a associação e sua atuação expressiva como seu presidente e co-diretor da revista até 1945, ano em que se afastaria também da associação²⁹.

Lebret passa em seguida a lembrar dos apelos de Edmond Laulhère logo antes de sua morte. Laulhère havia participado de intensas discussões sobre a ordem comunitária nas sessões de formação do movimento. No artigo Lebret cita trechos julgados mais relevantes do discurso de Laulhère em seu leito de morte. Destas passagens, três questões fundamentais para a formulação de Economia Humana podem ser reconhecidas: a reiteração na noção do bem comum e o debate em torno da

²⁸ Ibidem. Pg.2.

²⁹ Neste mesmo artigo Lebret comenta sobre a formação de René Moreux e sua escolha pela economia e editoração, o que nos sugere a presença deste personagem na configuração da linha editorial da *Revue Économie et Humanisme* em seus primeiros anos.

classificação e hierarquização das necessidades humanas, o apelo a uma ordem comunitária e a classificação dos tipos de economia.

Ao reiterar o princípio do bem comum como meta da economia e das atividades humanas o debate nos anos de formação do movimento teria passado, então, para a distinção e caracterização dos bens necessários a todos os homens – a chamada *économie des besoins*. Seu ponto de partida seria a distinção de três categorias de bens: primários, secundários e terciários. Estes corresponderiam, grosso modo, às necessidades de subsistência, de conforto e de superação³⁰. Durante algum tempo o movimento teria hesitado quanto à classificação das atividades dentro de cada categoria, mas Lebret com o aval de Laulhère publicou em *Principes et Perspectives d'une Économie Humaine* uma tabela com a definição das atividades³¹.

A ordem comunitária, ou antes, a necessidade de estabelecê-la, teria sido o segundo ponto discutido pelos dois amigos. Partindo da definição das necessidades dos homens a comunidade seria pensada como a organização ideal para a partilha do bem comum. A constituição da comunidade seria uma forma de resistência ao individualismo e ao estatismo. A aglomeração comunitária seria “uma articulação indispensável entre o interesse privado e público”, e ainda “protegeria o indivíduo contra a tendência à estatização”³². O que estava em questão era a composição de uma “fraternidade humana” pensada não de cima para baixo, mas pelos “de baixo” entre os “próximos”:

³⁰ Traduzimos por superação o termo em francês *dépassement*, mas é importante salientar que a utilização desta palavra nos artigos aqui analisados mantém um sentido religioso de superação como elevação do espírito ou transcendência e, como veremos adiante, no pensamento religioso a ação intelectual e cultural está ligada a noção do espírito. Portanto, as necessidades terciárias são aquelas relacionadas à cultura, ao lazer, às artes, à educação.

³¹ LEBRET, L. J. *Principes et perspectives d'une économie humaine* Ecully :Éditions Ouvrières Économie et Humanisme, 1943.

³² LEBRET, L. J. « Tristesse et lumière ». *Revue Économie et Humanisme*, Écully, v.4, n.17, p. 1-14, Jan-Fev 1945. Pg.6.

“... e não pela conquista do poder e do mundo pela uma força qualquer que seja que decretaria em seguida a fraternidade universal imposta do alto.”³³

“Jamais os socialistas fizeram o desenho junto aos próximos. Eles querem sempre partir do ‘alto’. Ora, é por ‘baixo’ que se deve começar, como Barbu³⁴. É preciso começar de ‘baixo’, pela cidade, pela vila, pela organização comunitária de uma vila.”³⁵

A noção de comunidade aparece, então, como uma resposta a uma sociedade marcada pelo individualismo crescente do liberalismo econômico, assim como à concentração de poder do Estado, referindo-se aos casos das experiências soviéticas. A segunda questão importante dentro deste tema, presente na fala de Laulhère, conduziria à discussão acerca do papel da cidade na economia humana. Com efeito, ela aparece como um lugar privilegiado para a constituição da comunidade idealizada, retomando um elo tão frequente no pensamento social entre uma ordem social idealizada (ou utópica) e a organização e forma urbanas.

Lebret continua seu relato sobre Laulhère, abordando o papel da Igreja dentro de um quadro econômico. Segundo Laulhère existiriam três tipos de economia que coexistiriam – a economia comunitária, a economia liberal e a economia dirigida – e conforme o desenrolar do tempo as duas últimas se sobressairiam à primeira³⁶. Ainda segundo aquele autor, a “economia primitiva” seria aquela de um comunismo primitivo, e, sobretudo, a de um comunismo familiar baseado nas trocas primárias. Já a “economia liberal” seria regida pela lei de mercado de oferta e procura e estaria ligada à produção de bens terciários – aqueles ligados à cultura, frutos da invenção e da criatividade. Por fim, a “economia dirigida” seria inevitável quando se intensificasse a produção de bens

³³ LAULHÈRE APUD LEBRET. Ibidem. Pg.6.

³⁴ Referência à comunidade de Boimondau, tida como exemplo de cooperação do trabalho pelo movimento.

³⁵ LAULHÈRE APUD LEBRET. Ibidem. Pg.7.

³⁶ Ibidem. Pg.8.

secundários, bens ligados às necessidades de conforto. A economia dirigida não teria uma distribuição igualitária como na economia familiar, nem uma distribuição pelo mercado como na economia liberal; nela a repartição seria matemática e o equivalente se estabeleceria segundo o preço que define a compatibilidade (entre as mercadorias) a partir da medida rigorosa do trabalho incorporado³⁷.

Reconhecem-se facilmente as duas vertentes de pensamento – já mencionadas anteriormente – em que se ancora a noção de economia humana. De um lado, a concepção tomista na qual o enfoque recai sobre na esfera da circulação, da distribuição “justa” e do consumo dos bens (mercadorias); assim é lida a economia comunitária e a economia liberal. De outro lado, nota-se também uma aproximação à teoria do valor de Marx em um ponto específico, a incorporação do trabalho como fonte de valor da mercadoria. Entretanto, esta teoria da formação do valor é apropriada pelo movimento somente na análise dos produtos ligados aos “bens secundários”³⁸.

Segundo Lebreton, Lauthère apresentaria um modo peculiar de análise da economia, a partir da qual seria possível apreender as mudanças do mundo moderno, tendo a Igreja o papel de salvaguarda do humanismo em uma época crescentemente materialista.

“As três economias coexistem. Na economia ordenada, é necessário que ao invés de se confrontarem e se combaterem, elas se sobreponham.”

“Não, a Igreja não pode falhar. Através do advento da utilização mecânica, todos os ritmos foram acelerados. A Igreja também irá mais rápido. É a ascensão do homem, a ascensão da humanidade, o novo humanismo. Para mim, a humanidade está progredindo.(...) A criação é sempre fruto de um avanço moral anterior. A balística é verdade, conquista sobre a ignorância. Tanto faz para o homem, se ele se serve

³⁷ Ibidem. Pg.9.

³⁸ Podemos inferir que seriam os bens de consumo produzidos pela indústria, e ainda poderíamos interpretar que em uma “economia dirigida” o preço da mercadoria seria “justa” porque este seria equivalente ao trabalho incorporado sem a incorporação da mais-valia.

mal dela. Os homens que não conheceram os aviões ou os gases asfixiantes não tiveram menos virtudes que os homens de hoje; ele se matavam a golpes de faca”³⁹

Através do relato de Lebreton pode-se perceber um esforço de renovação do pensamento cristão: de um pensamento ligado à economia medieval a novas formas de compreender a sociedade moderna, e sobretudo seus males, reafirmando o humanismo em pleno pós-guerra, período em que ainda se avaliava os efeitos da nova tecnologia para fins de destruição em massa. É neste contexto, que Lebreton revela a mudança do nome do centro de estudo: de Centro Internacional de Estudos sobre o Marxismo para Economia e Humanismo⁴⁰. E ainda lança o programa de ação do movimento no pós-guerra como de pesquisa, pesquisa empírica⁴¹, expressão e ação em três direções: de modo a examinar os fatos comunistas encontrando muitas concordâncias e algumas divergências profundas, a atuar no esforço de reconstrução da França e de seu tecido social e urbano, e a aprofundar e difundir a doutrina de Economia e Humanismo.

Este artigo de Lebreton que abre o ano de 1945 da revista, ao mesmo tempo em que testemunha um momento de tristeza ante à perda de colaboradores próximos de Economia e Humanismo, expressa também a passagem entre a obscuridade dos anos de formação do movimento (41-44) em uma França de Vichy ocupada pelo exército alemão e as perspectivas que se abriam iluminadas pela liberação e o fim da guerra, otimistas em face às tarefas da reconstrução.

Comunidade e propriedade

É justamente nesses anos de formação do movimento que emerge no interior do movimento um debate com os comunistas acerca do tema da propriedade em relação à

³⁹ LAULHÈRE APUD LEBRET. Ibidem. Pg.9. Livre tradução da autora.

⁴⁰ Ibidem. Pg.12.

⁴¹ No original são utilizadas *recherche e enquêtes* que traduzimos aqui por pesquisa e pesquisa empírica respectivamente.

noção de comunidade. O artigo “*Propriété et communautés*”⁴², publicado por Lebreton em 1942 na terceira sessão de estudos de Economia e Humanismo, anuncia sua visão acerca do assunto. O artigo inicia-se com as posições em face de uma pauta de questões prioritárias, claramente enunciada: o retorno à terra, a descentralização da indústria, a alternância das atividades, o remembramento de terras e do regime de exploração agrícola com o estabelecimento de “comunidades de produção”⁴³, a estrutura corporativa e a distinção entre setores privados e setores comunitários ou nacionalizados⁴⁴.

O elo entre comunidade e propriedade começa a ser analisado por Lebreton a partir da filosofia e da teologia, desde Platão. Segundo Lebreton, Platão teria dado ênfase na relação entre propriedade e comunidade, propondo a supressão da propriedade para que fosse possível o empenho dos chefes da cidade e dos soldados ao bem comum⁴⁵. Deste modo, os aspectos social e político da propriedade prevalecem sobre o aspecto individual e econômico. Ainda que insistindo na noção platônica de bem comum, Lebreton coloca sua posição a favor da propriedade:

« O animal é, ele não tem. Ter é dominar, participar do soberano domínio de Deus. Assim também a propriedade, modo de ter, seja coletivo ou pessoal, deve permitir ao homem de se servir, dominando os bens inferiores a Deus, não de os servir. Quem diz dominação, diz poder de distinção: assim se revela a grandeza da propriedade.”⁴⁶

⁴² LEBRET, L. J. « *Propriété et communautés* » *Revue Economie et Humanisme*, Marseille, v.1, n.3, p. 321-328, Oct-Nov 1942.

⁴³ O termo em francês é *Communautés d'entreprises*, optou-se aqui por traduzi-lo por “comunidade de produção” para enfatizar um aspecto importante do método de pesquisa elaborado por EH: a dimensão vertical ligada à cadeia produtiva e a perspectiva do movimento de comunidade de produção e a horizontal ligada à dimensão territorial ligada à perspectiva de comunidades de destino, como veremos adiante.

⁴⁴ *Ibidem*. Pg.321.

⁴⁵ *Ibidem*. Pg.322.

⁴⁶ *Ibidem*. Pg.323. Livre tradução da autora.

Todavia, após avaliar os modos diversos de posse de bens materiais – de uma posse “primordial” ao direito de posse -, ressalta que o exercício da propriedade não pode jamais contrariar um “direito superior” de cada homem viver dos bens destinados a toda espécie humana. Deste modo, a propriedade passa a estar subordinada ao comum, o que Lebret chama de comunidade.

“viver em comunidade, não é inicialmente agir *por*, mas existir *com*, viver *com*. As comunidades de destino são comunidades reais de pessoas concretas que vivem juntas, se completando, se controlando quando for necessário e se entre - ajudando.”⁴⁷

Lebret parece, então, defender uma propriedade comum onde os homens possam viver se ajudando mutuamente. Mas aponta certas fragilidades desta “comunidade de destino” que deve ser na escala do homem, onde ele possa estabelecer as regras e ritmos das atividades e das relações.

“certas vilas, de países agrícolas, algumas pequenas cidades ainda nos oferece o modelo, ainda que a dissolução destas seja generalizada pelo triunfo do individualismo, do liberalismo, do capitalismo.”⁴⁸

Nota-se nestas passagens como a construção da noção de comunidade ainda está ligada a certa nostalgia do mundo rural pré-industrial, e ao risco de dissolução desta ordem pelo mundo moderno. Por outro lado, Lebret parece não operar pela dualidade sociedade-comunidade cara à sociologia, mas por uma noção de que a sociedade seria composta por comunidades hierarquizadas. É neste sentido, que o autor comenta a constituição de “comunidades superiores”, mais vastas, a partir das comunidades fundamentais. Para fins de análises mais próximas às experiências de cada membro do movimento, estas comunidades essenciais foram divididas em dois planos: um vertical, que consiste nas comunidades profissionais que compreendem as comunidades de produção, de trabalho, comunidades econômicas e comunidades sindicais, ou seja, todas

⁴⁷ Ibidem. Pg.323-324. Livre tradução da autora.

⁴⁸ Ibidem. Pg. 324. Livre tradução da autora.

aquelas que se ligam às relações de produção; e um plano horizontal, composto das comunidades familiares e locais, depois das comunidades de vilas, rurais ou de região até a comunidade nacional. É a partir da hierarquia destas comunidades que EH propõe a construção de uma sólida sociedade piramidal onde os lugares são a família, a oficina, a vila, o centro urbano reunidos por um vínculo orgânico – inclusive como uma analogia ao sistema biológico:

“reencontra-se o equilíbrio do vivo composto de células e de membros reunidos pela rede nervosa, sanguínea e linfática, harmonizada pelo jogo das secreções e dos hormônios e, mais eminentemente, pela alma.”⁴⁹

Ao final do artigo, Lebreton expõe claramente um projeto político. A partir dos quadros comunitários definidos, restaria ainda colocá-lo em ação conduzindo a sociedade e reformando as instituições existentes até estabelecer um “plano diretamente revolucionário”⁵⁰, em que a ordem comunitária deveria exercer uma influência sobre a transformação da economia capitalista ou sobre a instauração de uma economia natural e equilibrada das necessidades – *économie des besoins*. E no plano imediato reafirma a necessidade da descentralização da indústria, descongestionamento das grandes cidades e a alternância das atividades reivindicando um novo estilo de vida e um novo urbanismo.

Mística contra mística ou contraideologia em perspectiva?

Temas como a propriedade, a crítica da economia capitalista, e o próprio desejo de Lebreton de uma leitura de Marx o encaminham a um debate com os comunistas. No artigo “*Reflexes e réflexions marxiste*”⁵¹ de 1945, publicado como editorial do número 18 da revista – então dirigida por Lebreton – apresenta-se uma compilação das trocas e

⁴⁹ Ibidem. Pg. 326. Livre tradução da autora.

⁵⁰ Ibidem. Pg.326.

⁵¹ REVUE ÉCONOMIE ET HUMANISME « Réflexes et réflexions marxistes » *Revue Economie et Humanisme*, Écully, v.4, n.18, p.134-151, Mar-Avr 1945.

correspondências realizadas entre pesquisadores católicos e militantes comunistas. A introdução do artigo salienta que ele exprime idéias e pontos de vista comuns aos “companheiros” do movimento EH, e que teriam sido suprimidas as questões e reações por parte dos católicos dentro deste diálogo complexo. Inicia-se, então, a aproximação entre estes dois campos: “é necessário que as forças revolucionárias que existem entre os católicos reencontrem as forças revolucionárias comunistas”⁵², “é preciso tentar esta experiência conjunta”, propunham os comunistas.

O primeiro ponto de aproximação entre ambas as correntes é o pressuposto da centralidade do homem. No entanto, se para os adeptos da EH o objetivo seria a necessidade de uma satisfação espiritual dos homens, para os comunistas tratar-se-ia de conduzi-los a uma satisfação terrestre tal que não haveria a necessidade de um refúgio na metafísica, contrapondo-se enquanto tal o materialismo ao cristianismo⁵³. Quanto às posições econômicas e sociais, e especificamente quanto à questão da propriedade, a posição comunista era clara: tratar-se-ia de instaurar a propriedade coletiva dos meios de produção, o que não significava a supressão da propriedade de uso, e da posse dos bens de consumo, da casa e, no campo, do seu entorno. “Para nós, como para vocês, trata-se de satisfazer as necessidades humanas”⁵⁴, diriam os comunistas articulando esta aproximação. Com relação às análises das “estruturas rurais”, as propostas apresentariam diferenças substanciais. Não propunham – os comunistas – a partilha imediata das terras francesas, mas uma reorganização política do campesinato, constituindo os sindicatos como base da representação política. Propunha também, em consonância com os católicos, a formação de cooperativas de produção. No plano das estruturas industriais, por outro lado, recomendavam a criação de comitês de empresa, que teriam também um caráter de formação do operário e de garantia de sua participação nas decisões quanto ao modo de organização e produtividade do trabalho, uma proposta próxima às “comunidades de produção”,

⁵² Idem. Pg. 134.

⁵³ Idem. Pg. 139.

⁵⁴ Idem. Pg. 141.

entretanto com uma diferença: para os comunistas haveria a necessidade de uma planificação do todo o setor através dos “comitês de organização” com representação do Estado, dos técnicos e dos operários. Quanto às “estruturas residenciais”, relatam – os comunistas - as discussões acerca da cidade ideal e as discordâncias sobre o tamanho desta cidade, definindo, todavia, a necessidade da localização das habitações ao redor dos centros de trabalho e a estes locais articulados por um sistema econômico e rápido de transporte. O dilema entre um “urbanismo urbano” e um “urbanismo rural”⁵⁵, retomando a relação campo-cidade, questão canônica no campo marxista, a proposta se colocava em favor da industrialização do campo e da ruralização da cidade⁵⁶, combinando trabalho agrícola e trabalho industrial.

No plano da “tática e das medidas políticas” o primeiro ponto é a distinção do marxismo como um método e não uma doutrina como se referem os católicos, e a dialética, nem tanto como uma forma de análise teórica, mas principalmente como meio de analisar as circunstâncias e tomar posição em uma sociedade dinâmica. Com relação às posições anti-religiosas, afirmam não serem sistematicamente contrários à religião, mas afirmam discordâncias quanto a determinadas ações da hierarquia da Igreja e algumas de suas posições como no caso da política familiar, colocando-se favoráveis ao aborto e à livre união. Na esfera da tática, diante do dilema entre reforma ou revolução, posicionam-se a favor das reformas “progressistas”, isto é, das que se relacionavam com as reivindicações populares, mas que não neutralizavam o potencial revolucionário⁵⁷. A perspectiva de uma revolução, segundo este artigo, não seria uma aventura, mas uma construção séria com aporte “científico”. Nesta direção “o comunismo começa por analisar as necessidades e os meios de as satisfazer” ⁵⁸ e os diagramas de análise do habitat – formulados por Le Bret, como será visto adiante – eram considerados como um

⁵⁵ Apesar de estranhas as expressões, durante os debates sobre as utopias político-econômicos dos primeiros anos do urbanismo soviético, existiram experiências de descentralização do planejamento urbano que ficaram conhecidas como o “desurbanismo”.

⁵⁶ Idem. Pg. 145.

⁵⁷ Idem. Pg. 149.

⁵⁸ Idem. Pg. 150.

trabalho científico necessário para a “preparação de uma revolução”, segundo os termos do artigo. Por fim, o artigo estabelece as fases da revolução: inicialmente socialista – como no caso da Rússia naquele momento – isto é, caracterizada pelo lema “a cada um seu trabalho”⁵⁹; passando pelo comunismo, “a cada um suas necessidades”⁶⁰; e culminando no anarquismo, de incomparável liberdade e supressão da concentração política, “muito próximo, politicamente, do comunitarismo que vocês preconizam”⁶¹.

Ao analisar este documento é preciso ter em mente que não se trata da posição ou mesmo da escrita de um autor específico, mas caracteriza-se pela seleção de questões, por parte de EH, como modo de acentuar as afinidades e divergências entre estes dois polos de pensamento. É neste sentido que as posições dos “comunistas” são ordenadas ao longo do artigo segundo as subdivisões praticadas por EH. São notáveis os termos religiosos utilizados, como na referência emblemática ao embate de pensamento entre “católicos” e “comunistas” como um duelo entre duas místicas: “*mystique contre mystique*”. Este termo sugere uma noção de crença, confirmando uma noção importante no pensamento teológico para o qual a atividade intelectual é ligada à noção de espírito⁶². Entretanto, pode-se interpretar a relação entre estes dois campos políticos e intelectuais não como uma debate entre crenças – em que, como observado acima, existem pontos comuns e diferenças profundas - mas a formação de uma perspectiva contraideológica⁶³, tendo como terreno comum uma crítica profunda ao capitalismo liberal e sua ideologia (dominante).

⁵⁹ Idem. Pg. 151.

⁶⁰ Idem. Pg. 151.

⁶¹ Idem. Pg. 151.

⁶² Com relação a esta vinculação ver o artigo “Positions-clés” *Revue Economie et Humanisme*, L’Arbresle, v.5, n.23, p. 1-74, jan-fev 1946.

⁶³ Devo ao trabalho de Alfredo Bosi « Ideologia e contraideologia » a perspectiva do movimento de ideais entre a denúncia da construção de um pensamento mistificado e a formação de resistências a ele. Cf. BOSI, A. *Ideologia e contraideologia: temas e variações* São Paulo: Cia das Letras, 2010.

O Método de pesquisa empírica de Economia e Humanismo e a tradição católica de pesquisa social

Em 1944, Lebret em conjunto com Henri Charles Desroches publicaram na revista “*La méthode d'économie et humanisme*”⁶⁴, apresentado em duas partes. Trata-se de uma revisão de dois cursos ministrados na sessão de formação de pesquisadores de *Économie et Humanisme* em Abril de 1943 em *Marseille*, e segundo o artigo constituiria o “guide pratique de l'enquêteur” que permitiria a utilização dos diagramas monográficos elaborados por Lebret nas pesquisas empíricas. Segundo uma pequena nota do artigo estes guias seriam publicados em 5 fascículos redigidos por MM. Fantapié e J. Queneau. Eram eles: (1) o método de *Économie et Humanisme* (EH); (2) diagramas – homens, mulheres, jovens homens, jovens mulheres e lar- ; (3) diagramas – empresa- ; (4) diagramas – pirâmide etária, equilíbrio das profissões, equilíbrio primário, habitat, “ilot”, rua, paróquia católica-; e (5) diagramas – exploração agrícola, vilas, países. Os guias destinavam-se à difusão do método de EH na formação de pesquisadores, e sobretudo à utilização dos diagramas monográfico. Eles seriam publicados pela renomada PUF – *Presses Universitaires de France* – ao longo dos anos 1950, período em que foram sendo revisados e ampliados conforme as pesquisas eram realizadas, e efetivamente apresentados ao público em quatro volumes: o manual do pesquisador (1952), a pesquisa rural (1951), a pesquisa urbana (1955) e pesquisa em vista à organização regional (1958)⁶⁵. (Ver Figuras 2, 3 e 4)

Os dominicanos Lebret e Desroches iniciam o artigo definindo a atuação de *Économie et Humanisme* como um engajamento diante da miséria do mundo e a vontade

⁶⁴ LEBRET, L. J., DESROCHES H. C. « La méthode d'économie et humanisme I » *Revue Economie et Humanisme*, Ecully, v.3, n.12, p.121-134, Mar-Avr 1944. E, LEBRET, L. J., DESROCHES H. C. « La méthode d'économie et humanisme II » *Revue Economie et Humanisme*, Ecully, v.3, n.13-14, p.225-258, Mai-Jul 1944.

⁶⁵ LEBRET, L. J. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo I Manuel de l'enquêteur* Paris : Presses universitaires de France, 1952; LEBRET, L. J. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo II L'enquête rurale* Paris : Presses universitaires de France, 1951 ; LEBRET, L. J. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo III L'enquête urbaine* Paris : Presses Universitaires de France, 1955 ; e LEBRET, L. J. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo IV L'enquête en vue de l'aménagement régional* Paris : Presses Universitaires de France, 1958. As datas indicadas são das primeiras edições.

de reestabelecer a justiça diante desta “miséria imerecida”. É deste modo que o método inicia-se pelos princípios, e o primeiro deles é justamente a capacidade do pesquisador em reconhecer uma “miséria universal”; os autores fazem inclusive uma distinção tênue entre miséria e pobreza. Parece que EH estabelece neste aspecto um elo entre o reconhecimento da miséria e a renovação do humanismo. Agir sobre a miséria humana, seria reestabelecer o humanismo, colocar novamente em equilíbrio os homens, para que eles “evoluam” conforme suas potencialidades e virtudes. É neste sentido, também que EH se coloca uma perspectiva universalista em que a “misericórdia” não se define por uma ação individual, mas por uma ação redentora totalizante – poder-se-ia dizer aqui, política – capaz de agir sobre as causas da miséria e instaurar o bem comum universal na comunidade dos homens⁶⁶. Para tal, o pesquisador deveria ter como princípios estudar as adversidades, os males, os homens “concretos” de seu tempo, pesquisando as causas destas adversidades e intervindo na realidade para atenuá-las ou suprimi-las⁶⁷. Nota-se, portanto, a demanda por uma pesquisa ao mesmo tempo empírica, aplicada e participante, para a qual o debate com especialistas, o recurso às bibliografias especializadas e o emprego de um método indutivo, se alia a um modo de conhecimento sensível e prático.

A pesquisa, propriamente dita, teria como enfoque o homem visto em seu complexo econômico e social, retomando a concepção de comunidade humana, e teria como finalidade identificar as estruturas precárias e recomendar ações de melhoria. Neste ponto, começa-se a entrever o subsídio das pesquisas para a elaboração de planos, programas e políticas. Como procedimento de análise, os complexos econômicos e sociais são subdivididos em: vertical, relacionado à pesquisa de uma cadeia produtiva, a empresa, a profissão e as atividades correlatas, em que são abordados os problemas das corporações (de trabalho) e a repartição dos frutos do trabalho; e o complexo horizontal ou geográfico que trata das relações estabelecidas pelo homem em um território e diz respeito a uma análise espacial. Estas duas divisões correspondem à

⁶⁶ LEBRET, L. J., DESROCHES H. C. « La méthode d'économie et humanisme I » *Revue Economie et Humanisme*, Ecully, v.3, n.12, p.121-134, Mar-Avr 1944. Pg.124.

⁶⁷ Ibidem. Pg. 125.

análise do homem em duas dimensões das relações sociais, que parecem ser priorizadas: trabalho e família. O artigo ainda ressalta a família como o primeiro complexo em que o homem se insere e gradativa e hierarquicamente os complexos se somam da família, ao vilarejo, à vila, à rua, ao bairro, à comuna e à cidade. Forma-se, portanto, a imagem de círculos concêntricos que envolvem as relações entre os homens.

O método de pesquisa de EH implica, portanto, em uma pesquisa de campo para reconhecimento das condições de vida deste homem. A apresentação dos dados de pesquisa deste tipo é usualmente feita por meio de monografias, que apresentam um julgamento impreciso do pesquisador. É neste sentido, em um esforço de precisar as informações da pesquisa de campo, que Lebreton propõe a elaboração de diagramas monográficos. É preciso salientar a participação Gaston Bardet⁶⁸, a equipe central de EH e Heiries Fantapié na preparação dos gráficos para sua generalização⁶⁹, que será uma questão central para o método como será visto adiante. O diagrama monográfico representaria em uma só folha as informações quantitativas e qualitativas, apresentando uma escala numérica para cada item da pesquisa e estes, por sua vez, organizados por temas e representados lado a lado ao longo de uma figura oval. Deste modo, o gráfico expressa uma idéia de conjunto do objeto estudado, de seus valores e, segundo a leitura do movimento, o equilíbrio ou desequilíbrio entre os itens⁷⁰. Ainda, a representação do objeto de estudo pelo gráfico permitiria ao pesquisador a comparação dos objetos situados em condições diversas, uma vez que eles foram analisados pelos mesmos critérios e os dados apresentados de forma padronizada, permitindo também um método indutivo de pesquisa⁷¹. (Ver Figura 5 e 6)

Após apresentar o diagrama, o artigo passa a tratar do modo de análise de um complexo horizontal, ou seja, de um conjunto geográfico: aglomeração, cidade ou vila.

⁶⁸ Gaston Bardet em 1942 já era um urbanista reconhecido, secretário geral da *Société Française des Urbanistes* e professor-chefe do *Atelier Supérieur d'Urbanisme Appliqué*.

⁶⁹ LEBRET, L. J., DESROCHES H. C. « La méthode d'économie et humanisme II » *Revue Economie et Humanisme*, Ecully, v.3, n.13-14, p.225-258, Mai-Jul 1944. Pg. 225.

⁷⁰ Ibidem. Pg. 226.

⁷¹ Ibidem. Pg. 226.

Segundo os autores, a pesquisa inicia-se buscando as razões pelas quais os homens se agrupam de tal ou qual maneira⁷² e procurando uma caracterização para o agrupamento em questão, segundo sua principal atividade econômica, subdividida em “extração”, “transformação”, “distribuição” e excepcionalmente “funções de superestrutura”⁷³. As atividades de extração seriam aquelas ligadas à agricultura, pesca, minas e hidroelétrica; já as de transformação, as relacionadas à indústria; enquanto as funções de distribuição seriam as de transporte e comércio e por fim as atividades de superestrutura, que incluiriam as atividades de serviço, cultura e administração⁷⁴. Interessante notar, como os autores utilizam aqui uma noção marxista – superestrutura – para caracterizar as atividades culturais, políticas, jurídicas, financeiras, talvez aquelas que com frequência são descritas para as metrópoles – aquelas que concentram centro de decisões políticas e econômicas muitas vezes ligadas às atividades financeiras e culturais.

Segundo o método de EH, a análise do complexo geográfico se faria por um jogo comparativo dos diversos tipos de diagrama. Para isso, os diagramas deveriam ser adaptados para cada grupo estudado, adotando sempre o mesmo método. A ênfase recai, portanto, na possibilidade de comparação entre os diagramas de mesmo tipo em locais distintos, a rapidez da leitura das informações facilitando tal procedimento. Posteriormente, o método recomenda a criação de um “diagrama de equilíbrio primário”, um diagrama sintético com as informações de todos os diagramas mais específicos, a partir do qual se empreenderiam as análises dos complexos sociais em “equilíbrio” ou em situação de fragilidade. (Ver Figura 7)

Na continuação dos procedimentos para a utilização do método pode-se notar o funcionamento das equipes de EH. Primeiramente seriam realizados os “estágios” de pesquisa de campo, em seguida seriam organizadas as “sessões de elaboração” em que os participantes contariam com o suporte de especialistas e discutiriam as questões da

⁷² Ibidem. Pg. 229.

⁷³ Ibidem. Pg. 229.

⁷⁴ Ibidem. Pg. 230.

doutrina no intuito de conferir maior objetividade às pesquisas⁷⁵. Por isso os autores afirmavam: “*Économie et Humanisme* é essencialmente uma universidade, um centro de síntese de elementos provenientes de todas as ciências”⁷⁶. Neste ponto é preciso salientar que EH estava, efetivamente, formando pesquisadores e, sobretudo, aqueles ligados à prática da pesquisa empírica, capazes de atuar nos trabalhos sobre as condições de habitação encomendados pelo MRU - *Ministère de la Reconstruction Urbaine* - no pós-guerra.

O artigo ainda exprime o desejo de realizar uma “sessão internacional”, após a guerra, em que se realizaria uma confrontação e síntese das equipes provinciais e nacionais⁷⁷. *Économie et Humanisme* expressa, pois, desde então, a orientação universalista do método de pesquisa como via para a expansão da análise ao plano internacional. Para tal, a reprodução técnica das fichas e dos diagramas padronizados teriam um papel fundamental.

“Os diagramas são facilmente transformados em fichas perfuradas de mecanografia, é isto que permite aos escritórios de estudos bem equipados e dispendo de largas possibilidades de pesquisa efetuar rapidamente as comparações e os cálculos.”⁷⁸

A abertura política internacional parece ser esperada, com o fim da Segunda-Guerra, para a difusão do método e do movimento na reconstrução da sociedade a partir de seu programa:

“A introdução das novas técnicas permitindo a regulação dos fatores materiais da vida humana e a orientação racional dos esforços humanos até o plano internacional tornou-se possível.”⁷⁹

⁷⁵ Ibidem. Pg. 236.

⁷⁶ Ibidem. Pg. 236.

⁷⁷ Ibidem. Pg. 236.

⁷⁸ Ibidem. Pg. 238.

⁷⁹ Ibidem. Pg. 238. Livre tradução da autora.

Nota-se, portanto, a preparação de EH desde seus pontos doutrinários, mas também políticos, com a elaboração particular de uma técnica de pesquisa social – de longa tradição na França, inclusive entre os católicos como é o caso de Frédéric Le Play⁸⁰ (1806-1882), para um patamar internacional de ação. É neste sentido, que, inicialmente, EH faria parte dos esforços no plano de reconstrução do pós-guerra difundido as equipes de pesquisas, mas, em um segundo momento, procuraria expandir sua atuação para além da França, como no caso do Brasil e outros países sul-americanos.

⁸⁰ LE PLAY, Frédéric *Les ouvriers européens : étude sur les travaux, la vie domestique et la condition morale des populations ouvrières de l'Europe* s.i., 1855.

1.3 O urbano na *Revue Économie et Humanisme* de 1942 a 1948

De modo geral, até a publicação do artigo de Gaston Bardet (1907-1989) sobre as escalas comunitárias nas aglomerações urbanas em 1943, o debate sobre o urbano e o urbanismo na *Revue Économie et Humanisme* aparece inicialmente de modo lateral, por meio de notas de Marie-Réginald Loew na seção dedicada a bibliografias, ou na seção “*documents e notules*”. Pode-se notar que após esta fase de sondagem sobre as questões urbanas, inicia-se um debate em torno dos métodos de análise das comunidades urbanas, associado a uma busca de referências no urbanismo que dialogassem com a noção de comunidade do movimento. A partir de 1945, em meio ao debate sobre a reconstrução das cidades européias no pós-guerra, as preocupações parecem tender a se concentrar nas questões habitacionais.

Com efeito, as discussões sobre a cidade aparecem desde o primeiro ano da revista. Inicialmente no formato de uma resenha de Loew⁸¹ do livro de Bardet “*Problème d’Urbanisme*”⁸². Loew faz um exercício de aproximação daquela formulação urbanística com a doutrina comunitária de Economia e Humanismo. Inicialmente expõe sua problemática, o de uma sociedade industrial que com a introdução das novas técnicas de trabalho mecanizado expande a “associação entre os homens” e produz uma alteração da noção e percepção do tempo e espaço, cada vez mais acelerado e adensado. O problema seria, então, o da escala humana, isto é, como compatibilizar os avanços contemporâneos com a escala dos agrupamentos locais e suas relações cotidianas.

É neste sentido que Loew dirige o olhar para a “*l’unité résidentielle*” proposta na obra do urbanista. Esta, nas palavras de Bardet, não convergiria para as idéias de um falanstério ou cidades-jardins autônomas, nem para a afirmação de uma filosofia social específica. Ao contrário, tratar-se-ia de “reencontrar no interior das massas amorfas aglomeradas sobre quilômetros de extensão, os grupos sociais ali contidos, porque

⁸¹ LOEW, Marie-Réginald “Problème d’urbanisme par Gaston Bardet” *Revue Economie et Humanisme*, Marseille, v.1, n.1, p. 154-156, Avril-Mai 1942.

⁸² BARDET, Gaston *Problèmes d’urbanisme* Paris : Éd. Dunod, 1941.

neles se encontram as possibilidades fisiológicas, psicológicas e sociológicas do ser humano”⁸³. Nota-se, aqui, a construção de uma imagem da dissolução do humano na multidão amorfa, como diluição da comunidade tradicional na sociedade industrial em pleno processo de expansão urbana.

Loew focaliza duas propostas de Bardet para a organização deste meio: “refazer a estrutura rural para evitar a ruína urbana”⁸⁴ e “refazer a estrutura urbana para que a vida nela seja possível”⁸⁵ através de um regionalismo ou de um urbanismo em escala regional. É importante salientar, que a organização do território se daria através da hierarquia das escalas em que família é a comunidade primordial e a cada uma corresponderiam funções sociais determinadas. O autor termina a resenha exaltando a capacidade de Bardet de imprimir suas ideias através da técnica do urbanismo, e não somente o uso deste para atenuar os males sociais ou, por outro lado, em meio à elaboração de utopias. Ao contrário, nele reconheceria, justamente, caminhos possíveis para a realização dos anseios do movimento em elaborar princípios para a ação social.

Em um segundo movimento de aproximação ao urbanismo, o mesmo autor Loew, analisa quatro obras – “*Le drame de la Maison*”⁸⁶, de Suzanna Lainé; “*La Maison des hommes*”⁸⁷, de François Pierrefeue e Le Corbusier; “*Habitation Moderne et Urbanisme*”⁸⁸, de André Boll; e “*Le Charte de l’urbanisme*”⁸⁹, de A. Gutton – em uma resenha intitulada “*Urbanisme et humanisme*”⁹⁰.

⁸³ BARDET apud LOEW Idem. Pg 155-56. (livre tradução da autora)

⁸⁴ Ibidem. Pg. 156.

⁸⁵ Ibidem. Pg. 156.

⁸⁶ LAINÉ, Suzanna *Le drame de la Maison :enquête sur les conditions de logement des familles ouvrières*. Paris : Éditions Ouvrières, 1942.

⁸⁷ LE CORBUSIER; PIERREFEU, F. *La Maison des Hommes* Paris : Plon, 1942.

⁸⁸ BOLL , Andre *Habitation moderne et urbanisme* Paris : Dunod, 1942.

⁸⁹ GUTTON, A. *Le Charte de l’urbanisme* Paris : Dunod, 1942

⁹⁰ LOEW, Marie-Réginald "Urbanisme e Humanisme (par S. Laine, F. Pierrefeue, Le Corbusier, André Boll, A. Gutton)" *Revue Economie et Humanisme*, Marseille, v.1, n.4, p.620-628, dec 1942.

Para ele, a primeira obra, que reúne os resultados de uma pesquisa realizada pela L.O.C. - *Ligue ouvrière chrétienne* - sobre as condições de habitação das famílias operárias na França⁹¹, articulava o quadro de precariedade das habitações da população operária com a desproporção entre o valor dos aluguéis e os salários dos inquilinos, bem como com a instabilidade do emprego destas famílias. Esta pesquisa seria responsável por afirmar a crise habitacional como o principal problema social do período, reivindicando um serviço público de oferta de habitação. Os livros de Corbusier, Pierrefeu e Boll seriam analisados conjuntamente na tentativa de encontrar um fundamento humanista – o foco nas necessidades do homem moderno e sua relação com os elementos naturais, o sol, o espaço e a natureza – na base de suas concepções urbanas, ainda que utópicas. Já o livro de Gutton ofereceria uma compilação da legislação urbanística da França.

É importante ressaltar, como Loew faz a articulação de autores distintos, na tentativa de fixar uma convergência entre as conclusões de Pierrefeu e Corbusier com as dos pesquisadores da L.O.C.: estes últimos partiriam do que existe e os outros do que poderia vir a ser, mas ao reuni-los, um projeto político em torno do urbanismo e da habitação social poderia ser esboçado na França. Nele famílias operárias e técnicos, ação social católica e arquitetura e urbanismo modernista poderiam ser reconciliados na proposta de uma revisão da noção de propriedade e da legislação urbanística⁹².

O debate sobre o urbano ganha destaque a partir de 1943 com a publicação do artigo assinado pelo próprio Bardet⁹³, *“Les échelons communautaires dans les*

⁹¹ Obra baseada na pesquisa conduzida em 1939 pela *Ligue ouvrière chrétienne* (L.O.C.).

⁹² Ibidem. Pg. 627.

⁹³ Gaston Bardet (1907-1989) realizou seus estudos na *École de Beaux Arts de Paris*, em 1936 formou-se em urbanismo pelo *Institut d’urbanisme de Paris* e pela *École Pratique des Hautes Études* em *sciences historiques et philosophiques*. Em 1937 dirigiu a *Agence d’Architecture de l’Exposition Internationale* e em 1938 fundou o *Atelier Supérieur d’Urbanisme Appliqué*. Em 1940 dirigiu o *Laboratoire d’enquêtes et d’analyses urbaines* onde desenvolveu uma série de métodos de análise das estruturas sociais e organização da cidade e da região.

*agglomération urbaines*⁹⁴, onde o urbanista expõe sua proposição de escalonamento das comunidades, ou seja, de uma organização - pode-se dizer hierárquica - das comunidades. O autor parte de uma distinção entre os tipos de agrupamento: grupos de parentesco ligados por consanguinidade ou totemismo; grupos de localidade baseados na fixação geográfica - a vizinhança - e grupos de atividade, provenientes de uma especialização de trabalho⁹⁵. Mas define como as principais escalas para a análise urbana: a escala patriarcal – grupo elementar que consiste em uma organização de cinco a seis famílias-; escala doméstica – um agrupamento de lares suficientemente grande para constituir uma economia urbana, compondo uma escala intermediária entre a casa e o bairro -; e por fim, a escala paroquial – em que as atividades cotidianas e relações de vizinhança estariam contidas. É interessante notar como Bardet formula esta última escala. Segundo o autor, esta escala seria delimitada pelas funções nela realizadas que deveriam ser balizadas segundo as atividades das crianças, ou seja, pelos equipamentos de educação necessários para o deslocamento de uma criança em suas atividades cotidianas. Esta escala corresponderia a um circuito de casas e a um espaço livre comum onde seriam localizados os equipamentos comunitários que deveriam reunir todas as funções cotidianas e imediatas da comunidade. Ainda segundo Bardet, esses elementos teriam um papel na vida moderna correspondente ao das igrejas e conventos na Idade Média, por isso o nome em referência à atividade religiosa, “paroquial”, mas também para atribuir uma ideia de solidariedade entre os habitantes deste espaço⁹⁶. Observa-se, portanto, que estas categorias são definidas tendo como foco as relações humanas cotidianas de vizinhança em distinção, por exemplo, a um foco nas atividades de um indivíduo.

A partir destes agrupamentos humanos, o autor faz toda uma relação entre as escalas de tipos distintos procurando estabelecer uma correspondência entre este escalonamento e os diferentes modos de ocupação do espaço: a primeira escala seria o

⁹⁴BARDET, Gaston "Les échelons communautaires dans les agglomérations urbaines" *Revue Economie et Humanisme*, Marseille, v.2, n.8, p.501-521, Mai-Jun 1943.

⁹⁵ Ibidem. Pg. 503.

⁹⁶ Ibidem. Pg. 509-510.

povoado; a segunda, a vila; a terceira o centro antigo de uma vila e seus “satélites”; a quarta, a cidade; a quinta, a metrópole regional ou “département”; e finalmente a sexta escala seria a capital metropolitana ou a “Région”⁹⁷ Desta maneira, Bardet articula uma leitura dos tipos sociais com os modos de ocupação do território, olhando para o urbanismo como uma ciência social aplicada às aglomerações urbanas. Associa, portanto, uma concepção de sociedade através das comunidades a uma prática, o urbanismo.

Bardet ao estabelecer as categorias de análise do território a partir das escalas de comunidades propõe outra maneira do urbanismo abordar a cidade, a partir da leitura do tecido urbano existente, diferentemente da propostas de cidades ideais ou mesmos de cidades-jardins, que se constituiriam a partir da *tábula rasa*.

“Se a busca por uma unidade, por uma organização de sociedades urbanas vastas é uma coisa louvável, ainda é necessário que os novos traços não criem pontos de hemorragia, nem pontos de unidade muito pequenos; é necessário que a despeito de um belo aspecto do plano, os traços saibam aproximar as comunidades existentes tendo um papel de elo e não de ruptura”⁹⁸.

Observa-se nesta posição de Bardet uma leitura crítica do urbanismo orientado pela abertura das vias de circulação que ligariam partes mais distantes da cidade ao centro, notadamente uma alusão aos planos urbanos de Haussmann para Paris, ainda que planos desta orientação viessem de uma preocupação de organizar um território mais vasto, procurando estruturar um sistema de “elementos existentes”, de vilas e “paróquias”⁹⁹ - nas palavras de Bardet - a abertura das grandes vias de circulação destruíram as vias locais de circulação dos bairros, assim como o tecido urbano existente às custas das suas comunidades locais.

⁹⁷ Ibidem. Pg. 514.

⁹⁸ Ibidem. Pg. 516. Livre tradução da autora.

⁹⁹ Ibidem. Pg. 515.

O autor preconiza um urbanismo que preserve as escalas comunitárias e organize aquilo que de fato existe. A partir da consideração da cidade existente, passa a distinguir três tipos de tecidos urbanos onde encontra as escalas comunitárias definidas por ele: o centro urbano antigo; os subúrbios¹⁰⁰ orgânicos provenientes de uma federação lenta ao longo do tempo; e os loteamentos modernos – segundo o autor, produtos da crise da habitação. É neste último tipo de tecido urbano que se observam as maiores críticas de Bardet. Nele o urbanista não distingue nenhum grupo comunitário e relaciona a esta aridez social uma indistinta forma urbana, a quadrícula – ou grelha¹⁰¹ -, em que os pontos de encontro se fazem por um simples cruzamento de vias.

Bardet analisa, então, a forma urbana em relação aos grupos comunitários, como poderia ser a composição das habitações e a forma espacial que elas assumiriam conforme o tipo de relações humanas que se quisesse criar ou manter – patriarcal, doméstica ou paroquial.

“Ao invés de implantar cada habitação isoladamente, é suficiente que as reúna em três ou quatro formando casas enfileiradas. Estes renques se

¹⁰⁰ Traduzimos por subúrbios o termo em francês “faubourg”.

¹⁰¹ Dentro do debate historiográfico a solução urbanística da grelha que se configura como uma malha uniforme de vias ortogonais capaz de se reproduzir no território na perspectiva de expansão urbana é analisada, por diversos autores, como um partido urbanístico que vinha se desenvolvendo nos projetos de novas cidades desde o século XIX em um processo mais amplo de industrialização e urbanização e se articulava com um novo modo de pensar a cidade em que a divisão da cidade geometricamente em partes compatíveis, o metro quadrado, permitia-se a venda dos novos terrenos indiferente aos usos. Este novo modo de desenhar a cidade foi analisada pelos historiadores urbanos como um rearranjo entre desenho urbano e desenvolvimento do capitalismo. Cf. BENEVOLO, L. *História da arquitetura moderna* São Paulo: Editora Perspectiva, 1998. Pg. 218-233; TAFURI, Manfredo “La montaña desencantada: el rascacielo y la ciudad” In: CUICCI, Giorgio et al. *La ciudad americana: de la Guerra Civil al New Deal* Barcelona: GG, 1975; e GORELIK, Adrián *La grilla y el parque: espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936* Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

disporiam na forma de um anfiteatro ao redor de um pequeno espaço livre comum, fórum necessário para individuar o grupo”¹⁰².

Esta proposta de desenho urbano seria uma resposta de Bardet a um urbanismo que ele considera individualista. Ou seja, um urbanismo que ao procurar resolver problemas de aeração, ventilação, circulação e isolamento institui, via leis de ocupação do solo, “isolamentos laterais”, e o afastamento da habitação tanto das ruas como de seus vizinhos, considerado nefasto, pelo autor, seja do ponto de vista social como plástico¹⁰³.

“Portanto, o urbanista deve desenhar ele mesmo cada renque de cada pequeno grupo patriarcal em forma de anfiteatro na extensão que ele prevê, afim de não deixar ao loteador, aos geômetras, aos proprietários privados, a possibilidade de continuar seus traços individualistas. Será necessário abandonar o deplorável método de coeficiente de aproveitamento do terreno e substituir por números de assentamentos por hectare, com na Inglaterra.”¹⁰⁴.

Nota-se, portanto, críticas a uma organização do território ligadas às leis de uso e ocupação do solo – recuos e coeficientes de aproveitamento do terreno -, que se alia sobretudo a uma crítica a uma estrutura de construção calcada na propriedade individual. É neste sentido preciso que a posição de Bardet converge para os princípios do movimento EH ao pensar a organização do território em função da propriedade coletiva ou comunal.

A regulamentação dos programas oficiais de organização do território na França naquele momento, segundo Bardet, subdividia a cidade em: *l’îlot, le secteur et la zone*. As escalas comunitárias seriam de natureza diversa dos setores. Estes últimos seriam uma subdivisão administrativa, uma “abstração cômoda” de classificação legal que, segundo Bardet, não serviam senão que para controlar as autorizações de construção.

¹⁰² BARDET, Gaston *Op. Cit.* 1943.Pg. 518. Livre tradução da autora.

¹⁰³ Ibidem. Pg. 518.

¹⁰⁴ Ibidem. Pg. 518. Livre tradução da autora.

Diferentemente delas, as escalas comunitárias diriam respeito a uma realidade viva e complexa dos agrupamentos humanos e ao urbanista caberia distinguir e organizar estes agrupamentos, em dissonância com o papel do loteador como um geômetra, ou antes, como um especulador.

“O zoneamento não será mais uma cristalização de um estado de fatos desastrosos provenientes da materialização plástica dos efeitos do maquinismo e da concentração capitalista. Ele virá a ser um zoneamento de *épanouissement*. O urbanismo não será mais um urbanismo de cumplicidade. A cidade será tratada como lhe convém não como um alvo composto de anéis concêntricos, mas como um cacho de vilas. Tratar as vilas afirmando nelas sua constituição escalonada que, de etapa à etapa, de federação à federação, conduz à cidade. (...) Esta deve ser a doutrina dos urbanistas da segunda metade do século XX.”¹⁰⁵

Nota-se, assim, na proposta de Bardet, uma crítica à regulamentação urbanística, expressa sobretudo pelo zoneamento, que se restringia a normatizar a ocupação respondendo às questões de higiene sem no entanto propor uma reestruturação da propriedade fundiária. E ainda uma crítica aos planos urbanos de abertura das grandes vias de circulação e bulevares em convivência com a concentração capitalista. Deste modo, os círculos concêntricos aparecem como uma imagem da concentração espacial focada em um só centro econômico em dissonância com a proposta de fortalecimento de centros menores, sugerindo um papel para as comunidades de polinucleação e desconcentração dos grandes centros urbanos. Observa-se aí o encontro entre duas noções de comunidade: a comunidade de destino, formulada por Lebreton e EH, em que está em jogo a família e a ajuda-mútua entre elas (mas também de um destino comum), e uma comunidade espacial na chave das relações de vizinhança onde se desenvolvem laços sociais em um espaço determinado. Deste modo, EH vai encontrando uma expressão, senão científica, técnica e propositiva para suas aspirações. (Ver Figura 8)

¹⁰⁵ Ibidem. Pg. 521. Livre tradução da autora.

É importante salientar a aproximação de EH e Bardet, que naquele momento já era um urbanista de grande relevância em seu meio profissional. Além da nota bibliográfica de Loew sobre o livro “*Problème d’Urbanisme*” no primeiro número da revista, em 1943, o mesmo autor fez uma resenha¹⁰⁶ do livro “*Principes inédits d’enquête et d’analyse urbaine*”¹⁰⁷; em 1943 o artigo de Bardet sobre as escalas comunitárias aparece no corpo da revista; e em 1944, como já assinalado anteriormente, ele participa da construção dos diagramas monográficos registrados por Lebreton que foi a base para as pesquisas urbanas realizadas pelo movimento.

Experiências urbanas de planejamento e descentralização

É, sobretudo, a partir de 1945 que a discussão acerca do urbano toma corpo dentro da revista. Ela se dá em duas frentes (complementares): uma se coloca em debate com modelos urbanos ou teorias urbanísticas; e outra se debruça sobre o problema da habitação. As duas frentes convergem em termos de preocupações e busca de meios de ação em face da reconstrução das cidades, mas também do tecido social destruído pelos anos de guerra.

Quanto ao debate em torno dos modelos urbanísticos, dois aportes são analisados na revista – sobretudo por Bardet e Loew. O primeiro diz respeito à noção de “unidade de vizinhança”, oriunda do urbanismo anglo-saxão, inclusive na análise da proposta de cidade-jardim de Howard¹⁰⁸, e o segundo trata da experiência norteamericana do T.V.A. – *Tennessee Valley Authority* –, uma organização regional de planificação e infraestrutura, ambas tendo como foco a descentralização.

¹⁰⁶ LOEW, M-R. “Principes d’urbanisme: principes inédits d’enquête et d’analyse urbaine par Gaston Bardet” *Revue Economie et Humanisme*, Marseille, v.2, n.6, p. 263-268, Mar-Avr 1943.

¹⁰⁷ BARDET, Gaston *Principes inédits d’enquête et d’analyse urbaine* Paris : Éd.Colma, 1942.

¹⁰⁸ Ebenezer Howard publica em 1898 “*Gardens cities of tomorrow*” onde expõe sua proposta de urbanismo face ao fenômeno da urbanização da sociedade industrial.

No artigo “*L’unité de voisinage dans l’urbanisme anglo-saxon*”¹⁰⁹, Bardet procura comparar sua concepção das escalas comunitárias, sobretudo aquelas que ele intitula as escalas inferiores – a patriarcal, doméstica e paroquial – com a concepção da “*neighbourhood unit*”, tal como sistematizada por Clarence Perry (1872-1944) e exposta no “*Regional Survey of New York*” (1929).

Perry foi um sociólogo que atuou como planejador de comunidades¹¹⁰ para a *Russel Sage Foundation*¹¹¹, com sede em Nova York, de 1913 à 1937. Instituição que financiou o “*Regional Survey of New York*”¹¹². Segundo Peter Hall, Perry antes mesmo dos trabalhos na fundação já teria se aproximado de um movimento em prol da implantação de escolas locais dentro de centros comunitários mediante o envolvimento dos pais como forma de desenvolver laços de vizinhança – segundo o mesmo autor, proposta derivada da linha de Jane Addams¹¹³ em Chicago. Mas foi no plano para Nova York que Perry estudou pormenorizadamente a unidade de vizinhança, que já havia apresentado em 1923 na reunião da *American Sociological Association* e na *National Community Center Association*¹¹⁴, para a qual uma instituição pública – preferencialmente a escola – teria o papel de incentivar as relações de comunidade em uma determinada área.

Ao aproximar as duas concepções de comunidade, Bardet percebe alguns deslocamentos. Enquanto a “escala paroquial” dizia respeito a um tecido urbano

¹⁰⁹ BARDET, Gaston “L’unité de voisinage dans l’urbanisme anglo-saxon” *Revue Economie et Humanisme*, L’Arbresle, v.4, n.20, p. 427-435, Jui-Aout 1945.

¹¹⁰ HALL, P. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005 (1988). Pg.143.

¹¹¹ A *Russel Sage Foundation* é uma fundação privada criada em 1907 dedicada à pesquisa em ciências sociais, com ênfase sobre as questões de migração, desigualdade social e formulação de indicadores social de qualidade de vida.

¹¹² Hall, op. Cit. Pg.145.

¹¹³ Jane Addams (1860-1935) foi socióloga e ativista política em prol do sufrágio feminino e dos direitos humanos, e fundadora do *Hull House neighborhood*, entidade que recebeu imigrantes de várias nacionalidades – e grupos étnicos – em Chicago no começo do século XX. Em 1931, foi a primeira mulher americana a receber o Prêmio Nobel da Paz.

¹¹⁴ Hall, Op. Cit. Pg.145.

consolidado historicamente, o que ele chama de orgânico, a unidade de vizinhança seria lida por ele como uma busca de criar uma comunidade na “retícula indiferenciada”¹¹⁵ americana – a quadrícula. (Ver Figura 9)

Para Hall, a proposta de Perry seria oriunda de uma leitura das cidades-jardim de Howard, que nos Estados Unidos ganharia o sentido de um “subúrbio-jardim”. Ainda segundo sua interpretação a ênfase em estreitar os elos de vizinhança seria motivada pelo esforço de integração do imigrante. Deste modo, os deslocamentos de sentido poderiam ser vistos também com relação à noção de comunidade: enquanto a integração do imigrante era uma tarefa urgente para as sociedades que o recebiam, no velho continente tratava-se de restabelecer laços em um tecido social esgarçado por conflitos e perseguições político-ideológicas, raciais, étnicas ou religiosas. Em ambos os casos, porém, tratava-se de reconstituir laços sociais, seja na Europa como na integração dos migrantes fora dela.

É no final do artigo que Bardet expressa o projeto premente naquele momento: reconstruir as cidades destruídas como uma confederação de unidades de vizinhança ao redor de um núcleo central. Nela não haveria zonas habitacionais isoladas, mas uma mescla entre habitação coletiva (de altura moderada), habitação unifamiliar (enfileiradas) e as vilas (com casas isoladas ou geminadas) e ainda o comércio, a pequena oficina e indústrias não nocivas. A unidade de vizinhança seria, pois, marcada por uma mescla das funções, de modo que as atividades cotidianas fossem supridas em seu interior, em dissonância inclusive com o funcionalismo presente na Carta de Atenas, onde se estabeleciam funções isoladas na cidade. E termina orientando a ação do urbanista: para aquele que se encontrasse diante a uma cidade não demolida era preciso analisar e delimitar a vizinhança constitutiva, e no caso das cidades destruídas seria necessário estabelecer a “topografia social” – que Bardet havia definido em outro artigo da revista.

¹¹⁵ Ibidem. Pg. 428.

No número seguinte da revista do mesmo ano Loew escreve um pequeno artigo intitulado "*Une expérience américaine d'économie planifiée et décentralisée*"¹¹⁶ apresentando os aspectos centrais da experiência do TVA¹¹⁷ – *Tennessee Valley Authority* –, e os pontos de convergência com os ideais de EH. Loew enumera as características desta experiência a partir da leitura de três trabalhos que haviam sido publicados em francês naqueles anos: "*Construit pour le peuple*"¹¹⁸, de David Lilienthal – membro da junta do TVA e responsável pelo desenvolvimento dos planos energéticos públicos; "*La Vallée du miracle*"¹¹⁹, de Julian Huxley, e "*Le expérience de la Tennessee Valley Authority*"¹²⁰, de Douchan D. Dohtchévitch. Segundo Loew, este último concentrava-se nas questões energéticas, o de Huxley chamava a atenção pelas fotografias, e era, sobretudo, o livro de Lilienthal, por apresentar as linhas gerais do projeto, que lhe retinha a atenção¹²¹.

A TVA foi uma experiência de planificação de uma região - a Bacia hidrográfica do vale do rio Tenesse, com uma extensão maior que 1.500 km - e que tinha em seu programa a construção de barragens para fornecimento de energia elétrica e consequente estímulo à industrialização, o controle das enchentes, o estímulo à diversificação da produção agrícola, assim como a instalação de novas e pequenas cidades, e de indústrias pesadas e de suprimento para indústrias leves. Tratava-se de um projeto de desenvolvimento regional e de estímulo ao emprego dentro dos planos do *New Deal* do governo Roosevelt. (Ver Figura 10)

¹¹⁶ LOEW, M-R. "Une expérience américaine d'économie planifiée et décentralisée TVA" *Revue Economie et Humanisme*, L'Arbresle, v.4, n.21, p. 549-557, Set-Out 1945.

¹¹⁷ A TVA foi criada pela Comissão do Vale do Tennessee, esta era uma entidade jurídica e administrativa criada por decreto com fins de utilidade pública.

¹¹⁸ LILIENTHAL, D. *Construit pour le peuple : TVA, une expérience de la démocratie américaine* New York : Éditions Transatlantique, 1945.

¹¹⁹ HUXLEY, J. *La Vallée du miracle : TVA, une aventure dans le domaine de l'économie planifiée* New York : Éditions Transatlantique, 1944.

¹²⁰ DOHTCHÉVITCH, D. D. *Le expérience de la Tennessee Valley Authority* Paris : Recueil Sirey, 1939.

¹²¹ É interessante notar o trânsito entre os trabalhos e das publicações sobre eles. Hall, comenta o grande fluxo entre EUA e Grã-Bretanha das ideias e dos próprios atores nas décadas de 30 e 40. HALL, Op. Cit. Pg. 191.

Na leitura de Loew pode-se observar o entusiasmo em encontrar uma experiência de planificação regional e descentralizada na criação de “um organismo investido de uma autoridade governamental, mas possuindo a agilidade e a iniciativa de uma empresa privada”¹²². Segundo Loew o TVA seria um ensaio de planificação que encontrava um terceiro caminho no qual não seria necessário “escolher entre a extrema direita e a extrema esquerda, entre o estatismo e o *laisser-faire*, entre a empresa privada e o socialismo, entre a arrogância de uma burocracia “paperassière” e a dominação de monopólios privados”¹²³. Para tal feito, duas condições seriam necessárias: respeitar o equilíbrio natural e a participação dos habitantes locais.

“o valor desta experiência reside no fato de que ela estabelece a melhor maneira de colocar em bom termo uma tarefa como esta em que a questão é *respeitar o equilíbrio estabelecido pela natureza*, de aplicar os princípios da democracia, e recorrer à cooperação dos habitantes da região onde se pretende explorar os recursos.”¹²⁴

Deste modo, Loew vai encontrando na proposta de planificação regional do TVA pontos de convergência com os princípios de EH no que diz respeito à utilização das novas técnicas e tecnologias em função de valores “morais”, no sentido de colocar os recursos disponíveis a serviço das necessidades humanas a partir daquilo que o movimento chama de escalas inferiores – “*à portée d’homme*” – em que a planificação descentralizada garantia a liberdade individual, mas mantinha uma autoridade central responsável pelo bem comum. (Ver Figura 11)

Peter Hall propõe uma circulação das ideias sobre o urbanismo entre os anglosaxões através do trânsito de trabalhos, publicações e profissionais em um fluxo entre EUA e Grã-Bretanha. Neste trânsito faz um encadeamento das ideias sobre as cidades-jardins de Ebenezer Howard, sua leitura nos EUA que configurariam a noção de

¹²² Loew, Op. Cit. Pg.554.

¹²³ Ibidem. Pg. 550.

¹²⁴ Ibidem. Pg. 553.

subúrbios e ainda uma apropriação das questões pelo planejamento regional, sobretudo o RPPA – *Regional Planning Association of American*. Na construção das referências urbanísticas de EH pode-se ver a aproximação com esta vertente de urbanismo.

O problema da habitação

A questão habitacional também se impõe entre as preocupações do movimento. Podemos perceber em uma série de artigos publicados na revista o foco em caracterizar o problema habitacional, em configurar um plano de reconstrução, discutindo inclusive os modos de financiamento através de “*building societies*” e associações de “*habitation à bon marche*”.

Em artigo intitulado “*Le problème du logement*”¹²⁵, que aparece na revista em 1944 sem autoria, notamos o esforço do movimento em caracterizar as deficiências habitacionais, suas causas, as implicações econômicas deste problema e uma série de propostas alternativas que poderiam configurar uma política habitacional. O artigo baseia-se nas informações de três livros publicados¹²⁶ naqueles anos sobre o problema da habitação com enfoques diferentes. O primeiro, mais geral, tratava da habitação urbana e rural; o segundo abordava mais precisamente a habitação operária; e o terceiro focalizava o problema da habitação especificamente na França. O artigo não se resume à indicação desta bibliografia, mas a partir destas fontes aborda o problema segundo critérios próprios.

Inicialmente, há o reconhecimento de que todas as cidades tinham um problema comum de habitações insalubres – “*taudis*” - que assolava todos os países, ao menos

¹²⁵ “Le problème du logement” *Revue Economie et Humanisme*, Ecully, v.4, n.16, p.605-613, Nov-Dec 1944.

¹²⁶ HELGER, B. *L’habitation urbaine e rurale* Genève : Service d’Études Économiques de la Société des Nations, 1939. *Etude sur le logement ouvrier* Comité d’Organisation de la Sidérurgie, 1944. ISSAC, P. *Le problème d’habitation urbaine en France* PUF, 1944. Este último presente na bibliografia do curso de Lebreton no Brasil.

aqueles de que tratavam as publicações – Bélgica, Reino Unido, Dinamarca, Finlândia, França, Noruega, Países Baixos, Estados Unidos e Canadá -, e que faziam parte de um processo de urbanização em que o aumento das necessidades habitacionais excedia o incremento populacional e se concentrava nas áreas urbanas. O artigo faz também uma caracterização importante da precariedade e das deficiências destas habitações: adensamento populacional e falta de banheiros – ou seja, de espaços apropriados de higiene pessoal, revelando também um problema correlato de estrutura urbana e saneamento. No caso específico francês, o problema é caracterizado como sendo quantitativo e qualitativo: faltavam habitações confortáveis - lidas também como uma depreciação da importância da família – tanto do ponto de vista de sua densidade de ocupação como de suas condições de higiene; e quantitativamente, visto que o incremento habitacional era menor que o crescimento da demanda, sobretudo nos anos de guerra. As causas da crise habitacional eram, portanto, interpretadas por um conjunto de fatores desde o crescimento de cidades antigas onde a acomodação das novas necessidades era mais difícil, passando pelo rápido crescimento das cidades industriais, associada a uma intervenção tardia e insuficiente por parte do poder público e um desequilíbrio financeiro nas operações de novas construções, o que desestimularia os investimentos privados.

Diante de tal situação, o artigo toma posição em favor da intervenção estatal na formulação de uma política habitacional em contraposição a uma noção de que o progresso material da sociedade de um modo geral levaria a uma melhoria das condições de moradia. EH preconiza uma intervenção estatal pela instituição de créditos a coletivos ou a particulares, através da diminuição de taxas de impostos aos construtores encorajando, deste modo, efetivamente a construção¹²⁷ de novas moradias. Segundo o texto, durante o século XX além do crescimento das intervenções estatais haviam crescido as iniciativas patronais para provimento de moradia e, ao contrário, diminuído os esforços da iniciativa privada. Um bom exemplo deste processo seria a constituição das associações de *“habitation à bon marché”* (HBM) que através de

¹²⁷ Ibidem. Pg.608.

medidas legislativas pretendia difundir a propriedade (e não incentivos de moradias para aluguel) como forma de provisão habitacional, o que durante a guerra teria sido a forma mais difundida. É interessante notar uma menção à política inglesa de habitação. Ainda que ali a maior produção de moradias tivesse partido da iniciativa privada (diferentemente da França), uma parcela expressiva fôra construída pelo “poder local”, isto é, por intervenção estatal. Mas o que chama a atenção é um pequeno comentário sobre a existência na Inglaterra de uma *Building research station*, um serviço de pesquisa que produzia dados com base “científica” que auxiliavam e orientavam as ações para novas construções. Parece ser esta uma das aspirações de EH: produzir pesquisas sobre as condições de habitação na França, segundo seus métodos, para subsidiar o plano de reconstrução.

Após caracterizar o problema da moradia, o artigo passa a analisar as implicações econômicas, sobretudo, financeiras da construção civil deste setor. A construção de novas moradias, segundo o texto, estaria intimamente ligada com toda a cadeia produtiva do setor, mas também com os aspectos financeiros, as taxas de lucro e os preços dos aluguéis. “Quando a taxa de lucro sobe, o índice de custo da construção sobe mais rápido que o preço do aluguel”¹²⁸ o que acarretaria um desestímulo à construção uma vez que o retorno com os aluguéis seriam baixos, tendo em vista a lógica de construção pela iniciativa privada. Conforme o artigo pode-se entender que se as taxas de lucro são muito altas, a demanda (que paga os aluguéis) não acompanharia este aumento, gerando uma crise entre produção e consumo.

Após esta análise, o artigo passa a elencar os meios de financiamento existentes naquele momento. A maioria do crédito imobiliário nos países analisados era constituída por empréstimos realizados de livre e espontânea vontade entre os particulares, entretanto existiam alguns mecanismos de financiamento: *Banque hypothécaires privées* (Países Baixos e Bélgica); *Crédit foncier de France* - espécie de hipoteca para compra de terreno que exigia como garantia uma outra propriedade -; *Coopératives de crédit foncier* (Escandinávia); *Building Societies* (Inglaterra), *Savings and*

¹²⁸ Ibidem. Pg.610.

Loan Associations (Estados Unidos). Segundo a análise do artigo, na França e na Bélgica as HBMs através de impostos menores estavam sendo subvencionadas para a construção de moradias para operários e pequenos empregados. E conclui avaliando que dentro deste quadro esta categoria de habitação estaria sempre defasada, pois os locatários não teriam recursos suficientes para pagar o aluguel correspondente aos custos reais da construção. Nota-se, portanto, que a análise apresentada não priorizava políticas de financiamento para aquisição de imóveis por parte dos operários ou trabalhadores, mas os estímulos aos investidores que construíssem para ter retorno com os aluguéis. Parece ser por esta razão que EH terá como proposta a difusão de linhas de construção que estimulassem aquisição da propriedade por parte dos trabalhadores, retirando-os do mercado de aluguéis, como forma de retirar um intermediário entre a produção da habitação e sua destinação final.

O artigo conclui sublinhando os principais e diferenciados aspectos que a questão envolve, sugerindo algumas propostas. A questão financeira saltava aos olhos – de EH – uma vez que enquanto o custo de construção fosse maior que o rendimento, não haveria muitos particulares dispostos a construir imóveis novos. Ainda segundo a análise de EH, o problema financeiro dependeria de um problema político, posto que a questão habitacional não envolveria somente aspectos quantificáveis. Ela relacionava-se também ao problema da estrutura urbana, de transporte, de áreas livres indo ao encontro às preocupações urbanísticas. Os custos habitacionais não seriam somente um problema de créditos, para EH. Eles poderiam ser parcialmente resolvidos com a aplicação de novas técnicas de construção e de organização do trabalho.

Em resumo, EH recomendava em primeiro lugar, que o foco das políticas habitacionais recaísse sobre o usuário e não para o estímulo de produção ao mercado de aluguéis. Em segundo lugar sugeria que a política habitacional focalizasse os incentivos de construção de moradia pelos particulares, pelas sociedades sem fins lucrativos, pelas comunas, colocando à disposição não somente os meios financeiros, mas também meios técnicos que permitissem uma organização racional do trabalho e um emprego justo e eficaz da mão-de-obra. EH chegava até a ratificar a proposta de

Isaac - autor de uma das publicações analisadas - de criação de uma *Caisse Nationale de Crédit à la Construction*, mais eficaz que o *Crédit Foncier* pois estimulava diretamente a construção. E por fim, propunha a redução dos custos de construção em três vertentes: a redução do custo de mão-de-obra a partir da racionalização do trabalho – valendo-se da mecanização e da pré-fabricação dos componentes construtivos – e retirando das empresas as atividades que poderiam ser feitas pelos próprios habitantes, em associações com os vizinhos, ou mesmo cooperativas de trabalho constituídas pelos futuros proprietários. Esta proposta parece uma modificação importante da lógica de financiamento exposta até aqui, uma vez que ela se dirigia não aos construtores que esperassem um retorno do investimento, mas diretamente ao usuário que teria, deste modo, acesso a propriedade. A segunda vertente seria a redução dos custos dos materiais a partir da redução de deslocamentos desnecessários, a utilização de novos materiais e a normatização dos elementos da construção, inclusive com a standardização de elementos como escadas, cozinhas, lavabos e banheiros. E a última seria a redução dos custos tendo em vista o caráter coletivo que as habitações poderiam assumir tendo em vista um plano maior de urbanismo, considerando um plano urbanístico com ênfase na coletividade as despesas individuais poderiam diminuir.

Após este esboço de um plano habitacional, em que inclusive os meios de financiamentos eram discutidos como forma de efetivação e viabilidade de uma política, no ano seguinte a revista publica o artigo "*Le financement de la reconstruction: les building societies en France*"¹²⁹ igualmente sem autor identificado. Nele pode-se observar os esforços de compreensão aprofundada das *Building Societies* inglesas e dos mecanismos de adaptação deste modelo para a França através de *L'Association pour l'Etude des Conditions de l'Acession à la Propriété en France* situada em Paris.

Segundo o artigo, as *Building Societies* teriam permitido a 2 milhões de famílias inglesas acessar a propriedade habitacional em um período de 20 anos, e como tal seriam tomadas como um modelo a ser estudado, sobretudo a partir de seus

¹²⁹ REVUE ÉCONOMIE ET HUMANISME "Le financement de la reconstruction: le building societies em France" *Revue Economie et Humanisme*, L'Arbresle, v.4, n.20, p. 436-438, Jui-Aout 1945.

mecanismos jurídicos e financeiros para dar suporte a um proposta segundo as características da situação francesa. Do ponto de vista legal era necessário criar um novo estatuto jurídico sob o controle estrito, porém flexível do poder público, uma vez que as leis em vigor naquele momento, ao exigirem um capital mínimo muito elevado, não permitiam senão um pequeno número de empresas. Outro aspecto importante dizia respeito à isenção fiscal de impostos sobre os valores imobiliários concedida às novas sociedades para que elas pudessem repassar os empréstimos aos mutuários a taxas econômicas. As fontes de capital destas *Sociétés de Crédit Mutuel Hypothécaire* seriam os investimentos dos “aderentes” que serviriam de garantia para empréstimos maiores provenientes da *Caisse d’Épargne*, das *Assurances publiques* ou *privée*, ou ainda da *Caisse des Dépôts et Consignations*. Através de um mecanismo financeiro complexo e subvencionado pelo Estado estas sociedades poderiam atingir uma demanda – operários e assalariados – que não possuía formas de poupança e, portanto, de acesso à propriedade. Segundo o artigo, os esforços deste tipo de sociedade teriam ressonância em toda economia: “fora as vantagens sociais, morais e humanas que decorrem de um habitat são”¹³⁰, eles acreditavam poder agir sobre um dos problemas econômicos mais árduos, “a saber, como reduzir os gastos com o consumo em proveito da Reconstrução”¹³¹. Ou seja, a transferência de capital para o setor produtivo, como plano de atendimento à demanda habitacional e também de estímulo à atividade produtiva com geração de emprego.

No ano de 1946 Paul Voisin¹³² publica o artigo “*Préface à une politique de l’habitat*”¹³³. Nele, reafirma o papel da habitação como local de convivência e

¹³⁰ Ibidem. Pg.438.

¹³¹ Ibidem. Pg.438.

¹³² Paul Voisin era licenciado em direito e foi diretor do Foyer Remois, uma sociedade de H.B.M – *habitation à bon marche* – fundada e dotada de uma rede de trabalhos sociais por George Charbonneaux. Essa se constituiu como uma experiência de cidade-jardim cuja propriedade era da sociedade de habitação social. Voisin foi também secretário geral da Federação das Sociedades de HBM e responsável pela região de Reims de 1939 a 1945.

¹³³ VOISIN, Paul “*Préface à une politique de l’habitat*” *Revue Economie et Humanisme*, L’Arbresle, v.5, n.24, p.99-114, Mar-Avr 1946

desenvolvimento da vida familiar, expõe os problemas específicos do setor habitacional e propõe um plano de ação. Após iniciar o artigo ratificando sua posição valorativa de que a casa deveria atender a uma função de “abrigo” - ou seja, seu valor de uso - em contraposição à especulação e aos preços abusivos dos alugueis, Voisin explicita as condições daquele momento quanto ao problema da habitação e os entraves para a produção de novas moradias. Inicialmente, estimava que houvesse uma necessidade de 2 milhões de novas habitações, somada a insuficiência do patrimônio imobiliário existente em atender a demanda, não apenas pelo número reduzido, mas também pela qualidade precária e pela concentração em alguns pontos do território. O artigo apresenta dados referentes à construção de moradia em Paris de meados do século XIX até aquele momento: de 1850 até 1914 o número era crescente, sobretudo no início do século XX, mas há uma queda abrupta de 1914 em diante – com o início da guerra – e uma queda maior ainda de 1936 a 1942 – início da segunda (que somados não chegam à metade do que havia sido construído de 1880 a 1914) ¹³⁴. Estes dados demonstravam que na segunda metade do século XIX teriam sido construídas mais habitações que na primeira metade do século XX. Estes dados eram alarmantes e davam a dimensão que o problema assumira durante os anos de guerra, tendo em vista que não só se construiu muito pouco no período como a população se concentrou nas cidades, o que em parte explicava o super adensamento das moradias e a falta de qualidade repetidamente denunciada pelos autores.

O outro problema apontado era a falta da noção de um “preço justo”, considerando abusivos os preços dos alugueis uma vez que estes não encontravam relações com os preços de construção, podendo ser encontrados pequenas habitações com um aluguel maior que uma habitação maior¹³⁵. Mas a maior disparidade apontada seria entre a rentabilidade de uma moradia antiga e de uma nova, uma vez que esta última incorporava em seus preços a amortização dos custos e por isso, se tornaria

¹³⁴ Ibidem. Pg. 102.

¹³⁵ Com relação a este aspecto, da aparente não correlação entre os preços de construção – de produção – e os preços dos alugueis – do consumo –, análises marxistas explicam o fator da localização – como mais-valia socialmente produzida através da urbanização – como fonte de alteração de preço por incorporar valor à mercadoria – habitação.

menos rentável e deste modo seria um desestímulo a construção¹³⁶. Outro aspecto do mesmo problema seria a impossibilidade de acesso à propriedade uma vez que o aumento dos salários não acompanhava em proporção o aumento dos custos da construção. Diante de tal situação, Voisin era profundamente crítico ao que ele chamava de uma falsa concepção de propriedade, que não distinguiria o direito de posse e de uso e ignoraria uma concepção de propriedade que articulasse direitos individuais e função social¹³⁷. Somado a isto o autor via a predominância da aspiração pelo lucro como consequência do individualismo que assolava tanto empregadores, como moradores, como detentores dos fundos e que difundiria uma concepção insuficiente de seus deveres diante da questão, assim como, inspirado pelo liberalismo, o Estado “*laissez-faire*” não intervia no problema.

A partir de tal leitura, Paul Voisin formula propostas como meio de estabelecer um programa de ação. Para ele, sobrecarregar o Estado para realizar diretamente o programa de construção seria tão inócuo quanto deixar a cargo da iniciativa privada. Ainda nas palavras de Voisin, não seria “nem estatismo, nem liberalismo anárquico”¹³⁸. É deste modo, que a noção de corpos intermediários ganha sentido - nem Estado, nem indivíduo. Nas palavras de Voisin não está presente claramente o papel das comunidades, mas em seu programa tratava-se de cada ator social – no caso, proprietários, empregadores e Estado – assumir seu deveres perante um problema comum tendo em vista o princípio de justiça social.

Dentre as propostas, o autor apresenta a idéia de uma regulação dos preços através da criação de taxas que comporiam os fundos regionais e nacionais para subvencionar a construção de habitação. A primeira delas – *taxe de remplacement* – seria um tributo cobrado do proprietário de um imóvel antigo que teria como finalidade a manutenção e renovação destes imóveis tendo em vista, de um lado, a melhoria do patrimônio edificado, e de outro, um equilíbrio de rentabilidade entre aluguéis de

¹³⁶ Voisin, Op. Cit. Pg. 103.

¹³⁷ Ibidem. Pg. 105.

¹³⁸ Ibidem. Pg. 102.

imóveis novos e antigos¹³⁹. A segunda medida seria a subvenção direta que poderia alcançar 70% do preço da construção, como meio de estímulo do setor, esta porcentagem poderia diminuir ao longo do tempo de acordo com o retorno às condições econômicas “normais”¹⁴⁰. Ou seja, subvenção direta ao setor da construção como parte do plano de reconstrução econômica. Entretanto, na proposta há uma vinculação de variação das taxas de subsídio de acordo com um plano territorial. Isto é, dentro de um plano de descentralização e descongestionamento das grandes cidades, as taxas de subsídio seriam maiores para aqueles locais onde se pretendesse instalar novas indústrias e, portanto, novas habitações e equipamentos sociais; e taxas maiores nas grandes cidades como parte de um plano de desconcentração populacional. Mas há ainda propostas para que as taxas variassem de acordo com dois outros critérios: qualidade das construções e emprego de novas tecnologias que acarretassem uma racionalização do trabalho¹⁴¹.

Com relação aos deveres dos empregadores, além de pagar salários suficientes para a sobrevivência de uma família, o programa propunha a criação de um abono salarial destinado à moradia. Não seria um aumento do salário, mas uma rubrica específica para gastos destas famílias com acesso à propriedade da habitação, contribuindo e alimentando os fundos de subvenção para a construção¹⁴². Deste modo, a taxa paga pelos empregadores complementaria as taxas de manutenção paga pelos proprietários. Ao Estado caberia a implementação de uma política de construção – no caso de reconstrução – assegurando uma unidade de direção nas ações descentralizadas, inclusive com a criação de organismos privados ou semi-públicos com qualificação para construir os conjuntos – com instalação de indústrias, habitações operárias e equipamentos sociais necessários¹⁴³. Deste modo, Voisin apresenta seu

¹³⁹ Ibidem. Pg. 110.

¹⁴⁰ Ibidem. Pg. 110.

¹⁴¹ Ibidem. Pg. 111.

¹⁴² Ibidem. Pg. 112.

¹⁴³ Ibidem. Pg. 113.

programa de reformas tendo em vistas as ações e os papéis dos vários setores dentro de uma perspectiva de justiça social e espírito de ajuda-mútua.

É importante salientar que o trabalho completo de Paul Voisin assim como o livro de P. Issac – analisado no artigo “*Le problème du logement*” – iriam compor a bibliografia do curso que Lebreton iria ministrar em São Paulo em 1947. Verifica-se a importância que as questões urbanas iam tomando no corpo do movimento, seja ligado a um problema específico da habitação, mas também o articulando a concepções urbanísticas e a seus princípios. Deste modo, *Économie et Humanisme* vai participando das discussões urbanas mais relevantes no momento e se cercando de um respaldo técnico para atuar nos planos de reconstrução do pós-guerra, sobretudo através da SAGMA.

As cidades francesas e a SAGMA

Em 1945, Lebreton escreve o editorial da revista intitulado “*Tour de France*”¹⁴⁴ onde procura reconhecer uma complexidade política, econômica e social nova naquele momento e propor as diretrizes necessárias para a reconstrução francesa. Nele, Lebreton revela seu olhar sobre as cidades francesas a partir das viagens que vinha realizando desde 44, no momento da liberação. A partir de seu deslocamento reconhece a dimensão da destruição processada nas cidades e a disparidade dos meios socialmente disponíveis para a auto-reconstrução com a expansão da miséria, da insalubridade e da superlotação habitacional. Diante de tal fato, apela por um plano de reconstrução do conjunto da França. Para tal, seria necessário detectar metodicamente os problemas encontrados a partir de análises minuciosas das cidades francesas, o que exigiria colocar em ação seu método de pesquisa empírica.

Por outro lado, ao colocar a necessidade de um plano nacional de reconstrução, reafirmava o “dirigismo econômico”, ou seja, a necessidade de uma intervenção do

¹⁴⁴ LEBRET, L. J. “Tour de France” *Revue Economie et Humanisme*, L'Arbresle, v.5, n.25, Pg. 225-235, Mai-Jun 1946.

Estado no plano econômico. Entretanto, Lebret faz uma ressalva importante. Não se trataria de um “dirigismo de tipo nazista”¹⁴⁵ em que o Estado seria “onipresente e onisciente”, mas de uma “democracia econômica”¹⁴⁶ em que as diversas associações civis – de diversas escalas, segundo sua concepção das escalas comunitárias – através da democracia política, representativas das forças atuantes, pudessem participar da elaboração do plano.

Os principais objetivos de tal plano de reconstrução seriam, então, o desadensamento dos grandes centros urbanos e a descentralização industrial. Dispersar os centros de produção e os centros de habitat em uma rede fluida de circulação fariam parte, portanto, de um plano completo de organização do território. Em resumo, como proposta para o plano, Lebret levanta alguns pontos prioritários: aumentar a produção agrícola através do remembramento das terras e a multiplicação das cooperativas de produção; estabelecer uma rede de vias navegáveis para escoar a produção internamente; desconcentrar os centros urbanos; modernizar a indústria e racionalizar a produção; utilizar ao máximo a capacidade energética hidráulica e estabelecer uma rede de distribuição de alta tensão de acordo com um plano de desconcentração e reconstrução; realizar uma reforma política e administrativa para a transformação comunitária das comunas e do país¹⁴⁷.

Lebret finaliza o editorial invocando que a França refizesse seu plano segundo suas potencialidades, “pelo esforço intensivo e inteligente de seus filhos ao invés de esperar sua salvação pela intervenção ou pela imitação do estrangeiro”¹⁴⁸. Deste modo, ele sinaliza o conflito político entre as hegemonias que emergem da Segunda-Guerra e se posiciona nas questões que fariam parte do plano de reconstrução europeu, o Plano Marshall.

¹⁴⁵ Ibidem, Pg. 226.

¹⁴⁶ Ibidem, Pg. 227.

¹⁴⁷ Ibidem. Pg. 234-235.

¹⁴⁸ Ibidem. Pg. 235.

Em 1945, segundo Pelletier¹⁴⁹, Lebreton acompanhado de Jean Queneau¹⁵⁰ foi ao encontro com Raoul Dautry do MRU - *Ministère de la Reconstruction Urbaine* – para recorrer à adoção de um plano de reconstrução que levasse em consideração o problema habitacional a partir de um profundo reconhecimento da questão. Na ocasião, o Ministério da Reconstrução encomendou à *Économie et Humanisme* a realização de uma pesquisa sobre as condições de habitação em quatro cidades – *Marseille, Nantes, Lyon e Saint-Etienne* para fornecer dados para a elaboração de uma política de reconstrução¹⁵¹. Em cada uma das cidades estabeleceram-se laboratórios de pesquisa em forma de associações sob a coordenação de Jacques Gauducheau em *Nantes* (CREDOC - *Centre regional de documentation et de conjoncture*), Jacques Loew em *Marseille* (IMSAC – *Institut Marseillais de statistique et d'analyse et de conjoncture*), Jean Queneau em *Saint-Étienne* (SAGMA – *Société pour l'application du graphisme et de la mécanographie à l'analyse*) e a cargo da equipe central em *Lyon* (BLAC – *Bureau Lyonnais d'analyse et conjoncture*). Pelletier salienta a importância da figura de Queneau, pois foi com seu auxílio técnico e financeiro que se constituíram as quatro sociedades civis que realizaram as pesquisas e ficaram conhecidas como o grupo SAGMA¹⁵².

Durante este período uma rede de entidades foi fundada conformando equipes locais de aplicação do método de *Économie et Humanisme* sobre as condições de habitação, o consumo alimentar nas zonas rurais entre outros, com o intuito de orientar

¹⁴⁹ PELLETIER, Op. Cit. Pg. 93.

¹⁵⁰ Jean Queneau foi um industrial e engenheiro da *Compagnie National du Rhône*, ele frequentou *La Tourette*, participou da construção do método de EH, coordenou as publicações dos “*Guide pratique de l'enquête sociale*” e teve uma forte atuação na SAGMA. De 1967 à 1973 assumiu a direção de *Économie et Humanisme*.

¹⁵¹ É interessante notar que em algumas das cidades onde a SAGMA efetuou a pesquisa, posteriormente foram realizados os projetos habitacionais de Le Corbusier. Dentre eles, a *Unité d'Habitation de Marseille* e o projeto de Nantes. Ainda sobre a relação entre Le Corbusier e os dominicanos, podemos mencionar o Convento de *La Tourette* projetado e construído por Corbusier (1953-1985). Cf. Ferro, S., Kebbal, C., Potié, P. E Simonnet, C. *Le corbusier: Le Couvent de La Tourette*. Marseilles, Parenthèses, 1987.

¹⁵² PELLETIER, Op. Cit. Pg. 91.

e subsidiar o plano de reconstrução. Pelletier chama a atenção para o estreito vínculo entre o núcleo central de *Économie et Humanisme*, que foi fundada como uma experiência comunitária e que naquele momento tinha um papel fundamental de formação dos pesquisadores, e a rede do grupo SAGMA que aplicava e difundia as pesquisas.

Muitas foram as pesquisas empíricas realizadas pelo movimento, mas é neste momento que o método desenvolvido por ele – especialmente por Lebret – começa a ter reconhecimento político através da contratação do Ministério – mas também de outras órgãos, como o *Institut National d'Hygiène* (INH)– e também um reconhecimento científico, contando inclusive com o apoio da CNRS¹⁵³. É neste sentido que Leme¹⁵⁴ observa que Economia e Humanismo, inicialmente marcado por uma utopia comunitária e um catolicismo de herança tomista, passa a um reencontro com o marxismo através da pesquisa social com suporte científico e político típico do pós-guerra, sugerindo um deslocamento na ênfase do religioso ao científico.

Economia e Humanismo em direção ao Terceiro Mundo

O *Mouvement Économie et Humanisme* é compreendido por Pelletier através de três fases: os anos de ocupação (41-45), em que se coloca o debate sobre a utopia comunitária cristã; o período inicial da Guerra-Fria (45-47), em que os problemas da reconstrução são pautados por uma polarização ideológica, e a emergência das questões do “Terceiro Mundo” nos anos 50.

Desde 1945, com a ebulição da França após a liberação, as equipes vinculadas à *Économie et Humanisme* se dividiram, seja para colocar em prática os métodos de pesquisa, seja para difundir os princípios do movimento, seja através da SAGMA, seja através da abertura da livraria *Économie et Humanisme* em 1947 na cidade de Paris. É

¹⁵³ Ibidem. Pg. 91.

¹⁵⁴ LEME, Maria Cristina da Silva. *A pesquisa pioneira de Lebret sobre as condições de habitação em São Paulo* In: Espaço e Debates, v.24, n.45, p.110-113, jan./jul. 2004.

neste impulso de abertura de frentes de atuação e difusão do movimento que Lebrete aceita o convite do dominicano Frei Romeu Dale que havia conhecido o movimento na França nos anos de sua formação, para vir a São Paulo em 1947. Abre-se, desta maneira, a atuação de Lebrete ao que pouco depois viria a ser conhecido como “Terceiro Mundo”.

Estes são alguns dos antecedentes que contextualizam a vinda do frei dominicano a São Paulo para ministrar o curso de “Economia Humana” na Escola Livre de Sociologia e Política. Esta viagem é importante, pois foi a primeira vez que Lebrete teve contato com a América Latina – durante este período visitou também o Uruguai, a Argentina e o Chile– e vivenciou, ainda que brevemente, a realidade urbana de grandes cidades da América Latina, entrando em contato com a noção de subdesenvolvimento¹⁵⁵. Foi naquele momento também que fundou a SAGMACS - Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica dos Complexos Sociais - em São Paulo e as “Équipes du bien commun” em Montevideu com o apoio de Juan Pablo Terra.

Desde então Lebrete realizou uma série de viagens para os países do “Terceiro Mundo” - da América Latina, África e Ásia. Durante os anos 50 Lebrete teve uma atuação marcante no Brasil seja ministrando cursos como coordenando trabalhos de planejamento urbano e regional, mas também de pesquisas de condição de habitação e de níveis de condições de vida. Na América Latina teve presença importante no Chile, no Uruguai, na Argentina, Colômbia e Peru. Em 1958, iniciou o que François Malley chamou de terceira etapa da trajetória de Lebrete marcada pela criação do IRFED - *Institut International de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé*. Lebrete dirigiu este instituto até sua morte em 1966, dedicando-se, sobretudo, a análises das condições sociais, econômicas e urbanas de países periféricos e elaborando planos de desenvolvimento, com atuação no Senegal¹⁵⁶, Vietnã e Líbano¹⁵⁷. A partir de 1963 Lebrete passou a assessorar o Concílio do Vaticano II (1962-1965), inclusive como

¹⁵⁵ Pelletier. Op. Cit. Pg. 100.

¹⁵⁶ LEBRET, L. J. *Rapport général sur les perspectives de développement du Sénégal* 1960.

¹⁵⁷ LEBRET, L. J. *Besoins et Possibilités de développement du Liban* Liban : Mission Irfed, 1960.

representante da Santa-Sé na ONU para assuntos de comércio e desenvolvimento e em seus últimos anos segue atuando junto ao Vaticano no esboço da encíclica *Popularum Progressio*¹⁵⁸ que seria publicada em 1967 pelo Papa Paulo VI (1963-1978) que sucedeu João XXIII (1958-1963) após o Concílio.

¹⁵⁸ MALLEY, François *Le père Lebreton l'économie au service des hommes* Paris: Les edition Du cerf, 1968.

N° 1	Première Année	AVRIL-MAI
<h1>ÉCONOMIE ET HUMANISME</h1>		
<p>Joseph LEBRET René MOREUX DIRECTEURS</p>		
<h2>SOMMAIRE</h2>		
<p>Pour un renouvellement de l'Économie et de la Sociologie humaines</p>		
Les catégories fondamentales d'une économie redéfinie	1	
Le Peuple et l'Économie	14	
L'Évolution du Bien-Vieux depuis le socialisme	19	
Unité et diversité des Hommes : Japon et Occident	38	
Pour une Économie humaine : Partis de l'Économie	55	
Économie et culture	73	
Table des matières	81	
	99	
	134	
	150	

ÉCONOMIE ET HUMANISME
CENTRE D'ÉTUDES DES COMPLEXES SOCIAUX
Compte Chèque Postal 32, Rue Marengo
Marseille 692-90
Téléphone Garibaldi 65-74

CONSEIL DE DIRECTION
Président : René MOREUX
Vice-Président : François PERRON
Secrétaire Général : Louis-Joseph LEBRET
Trésorier : Alexandre DUBOIS
Membres : Jean-Marius GATHERON
Gustave THIBON
Marie-Fabien MOOS
Secrétaires de Rédaction : Marie-Réginald LOEW

BUT
Art. 1^{er}. — L'Association dite « Économie et Humanisme » constituée conformément à la loi du 1^{er} Juillet 1901 a pour but :
1^o — d'étudier par des enquêtes et tous autres moyens d'investigation appropriés les réalités humaines, économiques et sociales dans leur complexité actuelle.
2^o — de provoquer parmi ses membres ou en dehors d'eux des travaux scientifiques susceptibles d'aboutir à l'élaboration d'une doctrine économique spiritualiste, remettant l'économie au service de l'homme.
3^o — de susciter, au sein des diverses professions ou de certaines régions économiques, des techniciens et des professionnels capables de déterminer les conditions concrètes du Bien Commun de leur profession ou de la région envisagée, et susceptibles, de ce fait, de participer aux efforts publics ou privés de réorganisation économique et professionnelle.

MOYENS D'ACTION
Art. 2. — Les moyens d'action de l'association sont :
1^o — la création, tant en France qu'à l'étranger d'un ou plusieurs centres d'étude de complexes sociaux, ainsi que l'organisation de tous les services qui se révéleront nécessaires à l'élaboration et à l'utilisation des enquêtes économiques et sociales.

La suite page 3 de la couverture

Fig 1

• NOTE TECHNIQUE

Voici son sommaire, à titre d'indication :

Chapitres	Dossiers et sous-dossiers
B 1. La localisation	A. Les cartes
B 2. La population	B. Evolution et migrations { B ₁ L'évolution. B ₂ Les migrations. C. La structure professionnelle { D. Répartition du territoire et évolution des cultures ; D ₁ Les exploitations agricoles ; D ₂ Production et consommation ; D ₃ L'organisation professionnelle.
B 3. La structure (économico-pro-fessionnelle)	E. L'artisanat. F. L'industrie. G. Le commerce { G ₁ Commerce de détail ; G ₂ — — — — — gros et commerces spéciaux. H. Le service des transports. I. Les autres services. J. L'alternance d'activités. K. Les courants village.
B 4. La vie familiale	L. L'habitat { L ₁ L'habitat rural ; L ₂ — — — — — urbain L ₃ Habitat, récapitulation et conclusions.
B 5. Equipements et vie sociale	M. L'alimentation. N. Niveaux et genres de vie. O. La famille. P. Santé et équipement sanitaire. Q. Equipement et niveau culturel. R. Equipement physique et sports. S. — — — — — loisirs. T. Equipement culturel et st. { T ₁ La pratique religieuse ; T ₂ L'union religieuse ; T ₃ La structure sociale. V. Forces et tensions sociales.
B 6. Synthèse	A. Position de l'analyse { B ₁ Structure et suffisance ; B ₂ Les cycles ; B ₃ Le sujet municipal ; B ₄ La balance des ressources et des dépenses. B. Equilibre d'ensemble { C. Mise en valeur. Productivité, modernisation. D. Besoins d'immigration. E. Répartition. F. Répartition. G. Répartition des besoins. H. Diagnostic et traitement.

Ce sommaire suffit à montrer l'étendue et la variété des recherches qui conduisent au analyse de villages.

Figs 2 e 3

PLAN DU GUIDE

Chaque élément du Guide est désigné par la lettre « U » rappelant qu'il s'agit du Guide « URBAIN ».
Le Guide est divisé en 5 chapitres numérotés de U.1 à U.5. Chaque chapitre comprend une ou plusieurs « sections » désignées par des lettres majuscules (A, B, C...).
Pour faciliter l'analyse, certaines sections sont subdivisées en « sous-sections » désignées par la lettre de section affectée d'un indice (J₁, J₂, etc.).
Le tableau ci-dessous donne le détail de ce plan.

Chapitres	Sections et sous-sections
U.1. Le premier contact global	A. Le contact direct. B. Les sources aux documents et leur utilisation pour la population. C. Inventaire des équipements fondamentaux.
U.2. Implantation et zones d'influence	D. Les divisions administratives. E. La division fonctionnelle. F. Les quartiers. G. Les zones d'influence. H. Structure implantation. I. Auto-suffisance et organisation.
U.3. Le quartier	J. Structure population J ₁ Statistiques de la population. J ₂ Niveau de vie et niveau humain. K. Groupements internes au quartier. K ₁ Groupements dépassant le quartier. K ₂ Formes et tensions sociales. L. Particularités du « centre-ville ». M. Tiers et besoins du quartier.
U.4. La cité dans son ensemble	N. Du quartier à l'agglomération. O. Structure sociale et vie sociale. P. Réseaux d'élus de l'agglomération et sécurité économique. Q. Plan d'urbanisme. R. Budget communal urbain.
U.5. Synthèse	A. Position de l'analyse. B. Besoins de développement. C. Nécessité. D. Diagnostic et traitement.

Fig 4

Annexe VI – Figure 5

Fig 6

Annexe V'_E – Figure 4

Fig 5

The diagram consists of a central black circle, surrounded by four concentric white circles, all enclosed within a larger black circle. This visualizes the concept of a central point from which expansion occurs without limit.

A diagram illustrating a community structure. It features a central black circle surrounded by several overlapping white circles. Some of these white circles contain smaller black dots. The circles are arranged in a roughly circular pattern, with some overlapping each other. To the right of the diagram is a handwritten signature and the number 43.

E.H.130

Fig. 2. - Lo^uville telle qu'elle est : une groupe, une fédération de communautés

Fig 9

Fig 10

Fig 11

CAPÍTULO 2

LEBRET EM SÃO PAULO

Neste segundo capítulo procura-se abordar a inserção de Lebrete na cidade de São Paulo a partir do curso de Economia Humana ministrado na ELSP, a representação da cidade a partir da primeira pesquisa *“Sondagem preliminar a um estudo de habitação em São Paulo”* e os diálogos possíveis acerca do subdesenvolvimento. Em um primeiro momento, foram analisadas as concepções centrais de Economia Humana introduzidas por Lebrete no seio das discussões acadêmicas da ELSP, assim como sua relação com a camada dirigente que frequentava aquele espaço de formação. Em seguida, a representação da cidade de São Paulo a partir de uma primeira pesquisa sobre as condições de habitação, procurando estabelecer as relações desta em meio às discussões locais sobre o assunto. E por fim, localizar o diálogo acerca do subdesenvolvimento a partir da obra de Josué de Castro, um intelectual igualmente comprometido com os temas da pobreza e da habitação na cidade, e logo convertido em um dos interlocutores do movimento no país, além de outros intelectuais brasileiros.

2.1 São Paulo: um novo campo de atuação

Após 1945, em meio ao movimento de difusão do ideário de *Économie et Humanisme* e de formação de pesquisadores para a aplicação do método de pesquisa empírica desenvolvido por Lebret e seus colaboradores no contexto francês, Lebret aceita o convite do frei dominicano Romeu Dale para ministrar um curso sobre “Economia Humana” em São Paulo. Em 1947, após passagem pelo Rio de Janeiro – então capital nacional – Lebret chega a São Paulo onde ministra o curso na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). Durante este período realiza também a primeira pesquisa intitulada “*Sondagem preliminar a um estudo de habitação em São Paulo*” e funda uma associação para a atuação de uma equipe local, a SAGMACS – Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais. Lebret parece, portanto, seguir os mesmos passos que havia traçado na França: começando por um núcleo central de formação que aqui se resumira a um curso, a aplicação das pesquisas como forma de mediação entre os princípios e a atuação social e, por fim, a constituição de uma associação local para a implementação e difusão de pesquisas sociais.

Entretanto, se no caso francês as ideias de Lebret foram sendo construídas em um elo estreito entre formação intelectual e prática política, a partir do deslocamento de Lebret, suas ideias assumem uma posição de alteridade com a tradição intelectual disponível neste novo espaço. Deste modo, Lebret ocupa a posição de um estrangeiro que, segundo Simmel, representa um modo específico de interação caracterizado por uma relação de proximidade e distanciamento com o grupo ao qual se insere, mas também “pelo fato de ter introduzido qualidades que não se originaram e nem poderiam se originar no próprio grupo”¹, o que lhe assegura ao mesmo tempo grande mobilidade e relativa independência em suas ideias. E mais,

“se a mobilidade tem lugar em um grupo fechado, personifica aquela síntese de proximidade e distância, que constitui a posição formal do estrangeiro, pois a pessoa fundamentalmente móvel entra

¹ SIMMEL, G. “O estrangeiro”. In: SIMMEL, G. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. Pg. 182.

ocasionalmente em contato com todos os elementos do grupo, mas não está organicamente ligada com qualquer deles por laços estabelecidos de parentesco, localidade e ocupação”².

A partir desta posição que Lebrecht ocupa é importante ressaltar aquilo que ele introduz, em quais espaços e os modos de recepção de suas ideias, inclusive os conflitos gerados por estes deslocamentos. Para tal, é preciso compreender sua inserção no âmbito acadêmico, no sistema universitário que se constituía em torno da Universidade de São Paulo (USP) e da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) – instituições criadas nos anos 1930 em São Paulo –, no âmbito religioso, haja vista a maneira como a Ordem dos Dominicanos se constituía no Brasil, especificamente em São Paulo, mas também com relação ao Centro Dom Vital no Rio de Janeiro e da Juventude Universitária Católica (JUC).

Estrangeiro cá e lá?

A presença de estrangeiros no Brasil, especificamente em São Paulo, não é algo incomum no cenário cultural e intelectual que se configurava desde os anos 1930 com a criação da Universidade e na formação de especialistas. Os estudos sobre a história das ciências sociais no Brasil enfatizam a atuação e presença de estrangeiros na constituição deste campo disciplinar, inclusive na contratação de estrangeiros de múltiplas nacionalidades na criação e constituição das universidades, como é o caso da “missão francesa” junto às áreas de filosofia e ciências humanas na USP, e de norte-americanos, como Donald Pierson, na ELSP³.

Fernanda Peixoto ao analisar o fluxo de intelectuais franceses para a constituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1934) constata dois períodos distintos deste movimento: um inicial, intenso de 1934 a 1939, que é

² Ibidem. Pg.184.

³ PEIXOTO, Fernanda. “Franceses e Norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)” In: MICELI, Sergio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP: Vértice, 1989.

interrompido durante a guerra, e um segundo que se dá com a sua retomada a partir de 1946. Segundo a autora, os primeiros intelectuais que chegam ao Brasil fazem parte de uma geração da sociologia francesa marcada pela tensão entre os “durkheimianos” e aqueles que queriam romper com o “durkheimianismo”, e que tinham como um dos principais pontos de conflito a posição que a pesquisa empírica deveria assumir.

“O lugar secundário ocupado pelo trabalho empírico é uma marca inegável da Sociologia francesa. Durkheim é um sociólogo de gabinete, assim como Lévy-Bruhl e Mauss. À tradição filosófica da disciplina une-se a falta de recursos para as pesquisas do país, até os anos 30. A Etnologia, empírica por definição, não conhece senão curtos períodos de trabalho de campo, com poucos recursos oferecidos pelas colônias.”⁴

Outra característica importante, salientada pela autora, desta geração do entre-guerras é uma postura de reação à ordem intelectual estabelecida e a procura de novas vias entre esquerda e direita, no momento mesmo em que “a solução comunista não parece ser mais uma saída satisfatória para o capitalismo.”⁵ Em um segundo momento, já no pós-guerra, o fluxo das viagens foi retomado, as viagens configuravam-se mais uma vez, como uma alternativa frente aos embates locais. A fala de Henri Lefèbvre dá o tom do debate:

“Nós, os jovens-filósofos do pós-guerra, rechaçamos as ideias dominantes, tanto do positivismo como o intelectualismo da Sorbonne e de outro lado o bergsonismo do *Collège de France*. Nosso grupo buscava sua própria via, esse era o nosso postulado: buscar uma via diferente.”⁶

Na interpretação da autora, o recurso à viagem, ao deslocamento, seria um caminho possível aos intelectuais naquele contexto, na busca por uma outra via e constituiria muitas das motivações para virem ao Brasil.

⁴ Ibidem. Pg.499.

⁵ Ibidem. Pg.500.

⁶ LEFEBVRE, H. APUD PEIXOTO, F. Op. Cit. Pg.501.

Parece ser este o caminho percorrido por Lebreton exatamente no mesmo contexto, ainda que não tivesse vínculos diretos com o sistema universitário: a procura da terceira via no Brasil a partir de 1947. Frequentemente, os autores que tratam da trajetória de Lebreton desenhavam um quadro explicativo similar para a sua vinda ao Brasil: Mathilde Breuil assinala que após as seções de estudo sobre marxismo-leninismo criada em 1945 por *Économie et Humanisme*, Lebreton procura teorias para a leitura da sociedade contemporânea, mas ao recusar igualmente o comunismo e o liberalismo, ele teria saído de uma disputa tradicional entre os dois blocos evidenciando sua vontade em traçar uma terceira via.⁷ Para Pelletier, a escolha por um país “subdesenvolvido” permitiria a Lebreton se distanciar da polarização ideológica entre o mundo capitalista e o mundo comunista.

A ascensão da Guerra-Fria no pós-guerra parece constituir-se em um fator explicativo da “diáspora” de intelectuais que não aceitavam a dualidade colocada e buscavam novos caminhos, ou olhares, ou ainda, temáticas. Parece-nos, deste modo, que Lebreton toma parte de um fluxo de intelectuais que procuravam uma abertura de vias para desenvolver seus estudos e pesquisas, assim como suas carreiras, entretanto, a trajetória de Lebreton é marcada por certa peculiaridade, ao menos com relação aos acadêmicos, inclusive os franceses da missão uspiana.

Se para alguns destes intelectuais como Levi-Strauss, Roger Bastide, Fernand Braudel e Pierre Monbeig, que se instalaram no Brasil no imediato pré-guerra, a transferência para o país representou a possibilidade de uma renovação temática, direcionando-os a estudos sobre o índio, o negro, o barroco, ou mesmo, ao estabelecimento de uma linha “americanista” dentro da Escola dos *Annales*, ou ainda ao estudo de “zonas pioneiras” no âmbito da geografia humana, ele representou também um outro caminho dentro da carreira universitária⁸. Neste aspecto, vemos uma

⁷ BREUIL, Mathilde *Le Tourneur du Le Père Lebreton et la construction d'une pensée chrétienne sur le développement: dans la sillage de modèles politiques et intellectuels émergents au Brésil 1947-1966* Mémoire Master II Paris : Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 2006. Pg. 29.

⁸ PEIXOTO, Fernanda. “Franceses e Norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)” In: MICELI, Sergio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP: Vértice, 1989.

diferença latente com relação à trajetória de Lebreton, este não se vinculou ao sistema universitário francês. Muito pelo contrário, o projeto de *Économie et Humanisme* foi criado entre religiosos e militantes católicos como uma “comunidade” de intelectuais que buscavam enfrentar teoricamente os problemas encontrados em suas práticas políticas. Algo muito diverso da formação dos intelectuais que se fixaram em São Paulo, por um período maior ou menor, profundamente marcados pela cultura laica e carreira acadêmica, de Liceus e Universidades francesas. É importante aqui lembrar que na formação de EH, entre 41 e 44, estava François Perroux, interlocutor importante de Lebreton, que em 1936 integrara a missão francesa da USP na área de “Economia Política, Finanças e História das Doutrinas Econômicas”. No momento em que veio ao Brasil, Perroux já era professor da Faculdade de Direito de Lyon, que em 1937, quando retornou à França, foi transferido para a *École Pratique des Hautes Etudes*, fundando nos anos seguintes o *Institut de Science Économique Appliquée* no *Collège de France* (1955) e se tornando em 1960 diretor do *Institut d’Étude de Développement Économique et Social* (IEDES).

Neste sentido, se a relação de proximidade e distanciamento é marca do tipo de interação estabelecida pelo estrangeiro, ao menos com relação ao sistema universitário é possível considerar Lebreton como um “estrangeiro em seu próprio país”, dele também se diferenciando no contraponto à contribuição intelectual francesa dominante no Brasil nos anos imediatamente anteriores à sua chegada. Ainda que estabeleça laços intelectuais efetivos com professores universitários e aborde alguns dos temas acadêmicos dominantes naquele momento, Lebreton parece permanecer à margem da universidade. Parte deste distanciamento com a instituição pode ser compreendida – ou ao menos nos dar pistas – em dois aspectos: por ser ele um intelectual religioso e pelo papel que a pesquisa empírica representa em seu trabalho. Pelletier é um dos autores que enfatizam esse contraste ao traçar um paralelo entre as pesquisas monográficas de Frédéric Le Play (1806-1882) e Lebreton, comprometidas com um determinado modelo

de engajamento político comum entre os intelectuais católicos⁹ em contraposição à sociologia de corte acadêmico, mas também ao analisar os conflitos políticos que no começo do século (1905) teriam sido responsáveis por uma separação bastante nítida entre a Igreja e o Estado na França. O que na ótica de Pelletier teria acarretado uma perda de posição da escola sociológica de Le Play frente à ascensão da sociologia “durkheimiana” e a continuidade da primeira fora da esfera intelectual universitária.

Se na França o vínculo religioso e o peso da sociologia empírica o distanciam, portanto, da cultura universitária, no Brasil a situação se inverte. É curioso notar em uma pequena passagem do artigo de Fernanda Peixoto esta situação:

“A Faculdade Nacional de Filosofia é criada em 1939, seguindo de perto a experiência paulista. É (George) Dumas, mais uma vez, o intermediário da contratação de professores franceses. A diferença é que no Rio este convite foi realizado por vias oficiais, com autorização direta de Vargas. Além disso, um requisito básico é exigido dos novos professores: que sejam ligados à Igreja.”¹⁰

Havia, portanto, mesmo no âmbito universitário brasileiro, algum terreno receptivo às ideias religiosas. Se Lebreton, por um lado, distancia-se do perfil dos franceses ligados à “missão” uspiana e não faz parte dela, por outro, também não encontra aqui uma resistência institucional *tout court* ao seu vínculo religioso e ainda encontra espaço para a realização das pesquisas empíricas.

Um encontro de práticas de pesquisa

O sistema universitário que se configurava em São Paulo nos anos 30 contou não somente com a criação da USP (1934), mas também da Escola Livre de Sociologia e

⁹ Pelletier se atém com maior especificidade a este tema no artigo: PELLETIER, Denis « Engagement intellectuel catholique et médiation du social. L'enquête monographique de Le Play à Lebreton. » *Revue Mil neuf cent*, N° 13, 1995. pp. 25-45.

¹⁰ PEIXOTO, Fernanda. Op. Cit. Pg. 484.

Política (ELSP) em 1933. Fundada por setores da camada dirigente de São Paulo, a ELSP em seus anos iniciais (1933-39) teve como objetivo formar quadros para a administração pública, tanto de especialistas como de funcionários e dirigentes públicos¹¹. Neste sentido, o curso de Lebrete na ELSP insere-se em uma rede que articulava intelectuais, técnicos e dirigentes em um projeto de modernização do Estado.

É interessante notar como as formulações de Lebrete são inseridas no contexto local. Segundo Limongi¹², a ELSP tem um papel fundamental na definição dos rumos da Sociologia em São Paulo, sobretudo por estabelecer um modelo de sociologia aplicada e do sociólogo como profissional treinado para o desenvolvimento de pesquisas empíricas. Em contraste com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que teria como objetivo a formação de uma elite intelectual e de professores secundários, à ELSP caberia a formação de técnicos com competência administrativa, e para esta finalidade prática, a pesquisa de campo seria um método de ensino fundamental.

Nos anos de formação sob o impacto da criação da USP, a Escola procura delimitar seu campo de atuação em distinção à USP:

“Fica assim, bem claro que os dois institutos têm finalidade bem diversa. A nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tem por fim formar uma elite de professores secundários e elevar o nível da cultura geral do nosso meio. A sua finalidade política, dentro da forma de governo por nós adotada, é de concorrer para aumentar a competência do eleitorado. Enquanto isso, a ELSP tem a finalidade de formar funcionários técnicos, que, seguindo a carreira administrativa, tanto pública como particular, concorram para aumentar a competência das nossas administrações”¹³

¹¹ Informações gerais do Anuário da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, décimo terceiro ano letivo (1947).

¹² LIMONGI, Fernando. “A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo” IN: MICELI, S. *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol.1 São Paulo: IDESP: Vértice, 1989-1995.

¹³ LOWRIE APUD LIMONGI, F. Op. Cit. Pg. 259.

Ao mesmo tempo em que este trecho procura estabelecer as distinções entre os dois projetos político-pedagógicos ele dá o tom da política do período. Marcado pela “Revolução Constitucionalista de 1932”, movimento ocorrido no Estado de São Paulo contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), que havia perdido as eleições, rompido com a República Velha e invalidado a Constituição de 1891, o movimento exigia a promulgação de uma nova constituição. É dentro deste quadro que Limongi articula o projeto da ELSP com um projeto de modernização do Estado em que se negava o Estado Liberal clássico – em que este não desempenharia um “simples papel de policial” – no momento mesmo em que o funcionamento e as funções do Estado complexificavam-se. Neste sentido, as posições de Lebreton vão ao encontro do projeto da ELSP uma vez que é igualmente crítico ao liberalismo econômico (e ao Estado autoritário) e reivindica uma “intervenção estatal” nas questões sociais (como no caso da habitação social no pós-guerra), tendo como perspectiva as pesquisas empíricas como subsídio para a política pública.

Durante os anos 1940 a ELSP contratou uma série de professores estrangeiros, alguns como visitantes e outros para compor o quadro fixo da Escola, como foi o caso de Donald Pierson (norte-americano), assim como de Herbert Baldus e Emílio Willems (alemães). Autores como Limongi e Peixoto enfatizam a importância de Pierson na Escola, que chega em 1939 e permanece até 1957, ao imprimir “novos rumos ao projeto, dotando-o de uma base acadêmica de que não dispunha”¹⁴. Neste sentido, a preocupação de formar “elites técnicas” vai cedendo espaço a de treinar e formar sociólogos profissionais.

Em 1941, Pierson toma a iniciativa de criar a seção de “estudos pós-graduados” na ELSP, onde deixaria clara sua linha de pesquisa orientada teoricamente pela Sociologia de Chicago.

“Quando tomamos contato com o funcionamento de Chicago, vemos que Pierson tentou fazer em São Paulo uma réplica deste modelo: primazia

¹⁴ LIMONGI, F. Op. Cit. Pg. 263.

dos estudos pós-graduados, formação de grupos de trabalho, onde a cada estudante corresponde um subtema da pesquisa mais ampla, sob a direção de um professor-doutor; além de seminários, leitura e orientação individual de alunos. Ou seja, com Pierson chega à São Paulo não só uma problemática trabalhada pela Sociologia de Chicago (os estudos de comunidades), mas também um modelo institucional.”¹⁵

É importante salientar que Pierson¹⁶ havia sido aluno de Robert Park na Universidade de Chicago, onde a prática de pesquisa ligava-se à observação direta, à coleta de depoimentos e ao contato efetivo com a população estudada, assim como o interesse pelos problemas urbanos e pela sociedade moderna eram preocupações presentes nas pesquisas¹⁷. Limongi avalia que neste processo de institucionalização acadêmica da sociologia mantêm-se o projeto inicial da ESLP de centralidade das pesquisas empíricas enquanto o intervencionismo e a aplicação são postergados.

Lebret parece se beneficiar dos dois projetos: o empirismo da pesquisa com a preocupação com as técnicas de coleta de dados, a estatística, assim como com os dados qualitativos, e também o intervencionismo via Estado. Ao menos na França era este caminho que EH vinha trilhando com as pesquisas sobre as condições de habitação como subsídio para a política do MRU. É aparentemente neste projeto que Lebret se insere ao ministrar o curso de Economia Humana e ao focalizar o método em um estudo de caso, o da habitação em São Paulo, nos quais reitera a perspectiva de pesquisa empírica com finalidade intervencionista. Convém ressaltar, no entanto, a distância do método e a perspectiva de Lebret em relação aos estudos de comunidade baseados nos

¹⁵ PEIXOTO, F. Op. Cit. Pg. 519.

¹⁶ Ainda sobre a atuação de Pierson em São Paulo e os vínculos institucionais que este personagem estabelece ver SILVA, Isabela O. P. “Donald Pierson em São Paulo: entre o Departamento de Cultura e a Escola Livre de Sociologia e Política” In: LANNA, A. L. D. [et al.] (org.) *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades* São Paulo: Alameda, 2011.

¹⁷ Sobre o cruzamento ou encontro do pensamento urbano e um certo debate antropológico na América Latina do pós-guerra aos anos 1970 ver GORELIK, Adrian “A Aldeia na cidade: ecos urbanos de um debate antropológico” In: LANNA, A. L. D. [et al.] (org.) *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades* São Paulo: Alameda, 2011.

métodos da Escola de Chicago. Ao inserir-se na seção de economia e não sociologia e antropologia, o trabalho de Lebreton por outro lado revela o seu vínculo com o ideário de planejamento econômico em um momento no qual este começa a pavimentar sua interface com o planejamento urbano. Poderíamos dizer, então, que em São Paulo uma certa herança da sociologia empírica de Le Play se encontra com a prática da Escola de Chicago.

Se Lebreton vai encontrando terreno receptivo a suas ideias em um cenário intelectual em meio à formação de uma cultura universitária, o papel decisivo para a vinda de Lebreton será a Ordem dos Dominicanos no Brasil. Um dos motivos que facilitava a circulação de dominicanos entre a França e o Brasil era que a congregação local, naquele momento, era diretamente vinculada à Toulouse. O frei dominicano Romeo Dale e Lebreton haviam se conhecido em 1941, na França, quando Dale terminava seus estudos no Convento de *Saint Maximin*. Era o momento de fundação de *Économie et Humanisme* e, segundo Breuil, Lebreton teria enxergado em Dale um colaborador potencial para integrar a equipe da associação em formação. Entretanto, o seu retorno ao Brasil no final de 1942 teria impedido tal elo direto¹⁸, ainda que ambos tivessem mantido contato por cartas. Michelly de Angelo¹⁹ ao analisar tais registros desta relação ressalva a menção de Lebreton a um projeto de viagens e estudo à América Latina e a troca de informações sobre o projeto da Revista e das concepções de EH. Através destes relatos, segundo Angelo, Dale parece entusiasmado em fundar um Centro de EH no Brasil quando do seu retorno.

Em 1946, Dale retomando o contato com Lebreton via cartas, faz a intermediação do convite de Ciro Berlink, diretor da ELSP, a Lebreton para vir ministrar o curso sobre *Política Econômica*. Nota-se que Dale também era professor desta instituição desde 1943, e aconselharia Lebreton a aceitar tal convite uma vez que a escola passava a ter influência sobre os jovens que se formavam e constituiria uma oportunidade de

¹⁸ BREUIL, Mathilde Op. Cit. Pg. 31.

¹⁹ ANGELO, Michelly. *Les développeurs: Louis Joseph-Lebreton e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil*. Tese de doutorado, EESC-USP, 2010.

fundação de um braço do movimento no Brasil²⁰. É neste sentido que a primeira viagem de Lebrete a São Paulo, como dissemos, ocorreu em 1947, a convite do Frei Romeo Dale para ministrar o curso sobre Economia Humana na ELSP fazendo parte dos anseios Lebrete de expansão das pesquisas e difusão do método construído por EH em um contexto que as atividades do movimento na França encontravam resistências frente ao momento político de polarização da Guerra-Fria.

O curso de Economia Humana na ELSP

De Abril a Junho de 1947, Lebrete esteve como professor visitante no curso de “Estudos Pós-Graduados” junto à seção de Economia da Escola²¹. Segundo os anuários da ELSP, o curso se estrutura em 36 aulas sendo que a primeira parte (12 aulas) aborda a crítica ao mundo moderno, a crítica da economia política, a reação marxista e as teorias de planificação (soviéticas), fornecendo uma espécie de preâmbulo no qual se inseriria a formulação das bases da economia e humanismo, e deixando evidente o campo de debate. Só então o curso se dedicaria aos fundamentos da Economia Humana. As 24 aulas restantes abordam os conceitos fundamentais de economia humana, sua inserção nas ciências, assim como sua dimensão territorial. Em seguida, foca nas categorias de análise da nova teoria – as pessoas, os hábitos, a demografia, a estrutura econômica das unidades territoriais e os equipamentos (sanitários, cultural e espiritual) necessários nestas unidades, para, ao final, dedicar-se à articulação destes conceitos naquilo que ele caracteriza como um “sistema de economia humana”, em que são abordadas outras dimensões daqueles elementos iniciais: a economia ordenada, a organização profissional e as comunidades territoriais. O curso é finalizado com um

²⁰ Michelly de Angelo analisa as cartas trocadas entre Lebrete-Dale e Lebrete-Ciro Berlink disponíveis no Fundo Lebrete. Cf. ANGELO, M. Op. Cit. 2010. Pg. 60-64.

²¹ Anuário da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, décimo terceiro ano letivo (1947).

debate sobre as estratégias de passagem da “economia atual à economia humana”²².
(Ver Figura 12)

O curso foi cuidadosamente preparado por Lebreton e parece sistematizar os conteúdos sobre a Economia Humana e seus fundamentos, nos quais é possível reconhecer uma síntese das formulações teóricas e a articulação dos conceitos-chave para a perspectiva do movimento, que trazem em paralelo a própria trajetória intelectual do Padre Lebreton e da rede de intelectuais que configuravam EH. Muitos dos trabalhos de seus companheiros de movimento compõem a bibliografia do curso, incluindo escritos de François Perroux, M.-D. Chenu, Paul Voisin, T. Suavet, G. Thibon, H. Desroche, R. Moreux, seja em artigos publicados na *Revue Économie et Humanisme*, seja em livros de autoria própria.

Segundo Pelletier, as aulas preparadas foram agrupadas em quatro volumes que compõem a “*Introduction générale à l’économie humaine*”, que até o momento permanecem inéditos. O sumário dá a dimensão do projeto, sendo os volumes compostos das seguintes partes²³:

Primeira parte (Vol. 1 e 2): Appel d’une économie humaine

- I. Échec humain du monde moderne.
- II. Critique de l’économie politique.
- III. La préparation du marxisme.
- IV. *Le capital* de Marx.
- V. Synthèse de position Marx-Engels
- VI. Regard d’ensemble sur le marxisme
- VII. Le national-socialisme
- VIII. Les essais corporatifs et corporatistes
- IX. Les structures soviétique
- X. Le leninisme

²² Anuário da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, décimo terceiro ano letivo (1947).

²³ Pelletier. Op. Cit. Pg.100.

Segunda parte : (vol. 3) – Ligne d’orientation d’une économie humaine

- I. Le drame d’un siècle
- II. Aspiration à Économie Humaine. Definition e place d’économie humaine.
- III. Postulats de l’économie humaine
- IV. Les précurseurs de l’économie humaine
- V. Les précurseurs de l’économie humaine dans l’Église

Terceira parte (Vol. 4) – Perspectives d’une économie humaine

- I. Economie de besoin hiérarchisés et scientifiquement recensés.
- II. Economie à orientation communautaire, réalisée dans de communautés de base à portée d’homme.
- III. Économie équilibrée par unités territoriales de taille restreinte
- IV. Économie différenciée de secteurs
- V. Économie assouplie par le service civil et l’alternance des activités
- VI. Economie d’échanges rationalisés e humanisés
- VII. Economie évolutive adaptée au mouvement démographique et aux migrations.
- VIII. Économie mondiale de sécurité maxime
- IX. Economie de progrès pondéré
- X. Economie préparée par une pédagogie nouvelle
- XI. Economie mise en place par étapes, selon une stratégie et une tactique définies.

No Brasil a documentação disponível na Biblioteca dos Dominicanos refere-se às 16 aulas iniciais agrupadas e encadernadas sob o título “*Forces du monde moderne*”, equivalendo à primeira parte descrita por Pelletier. Nelas Lebreton expõe as linhas gerais do curso que começa com uma “rápida exposição da situação atual do mundo, crítica da economia política e as forças que se opõem à desumanização da sociedade; e em seguida, estudo sobre a Economia Humana”²⁴. (Ver Figura 13)

²⁴ LEBRET, L-J. “Forces du monde moderne” Curso São Paulo, 1947. Datilografado e numerado por aula. Aula 1 pag.1

Lebret inicia as aulas procurando compreender as razões para o “fracasso humano no mundo moderno”. Ele vai desenhando uma crítica ao mundo moderno pautado pelo avanço da ciência e pelo desejo de conhecer em que o “mundo moderno aparece, inicialmente, como que buscando os segredos da natureza”²⁵. Entretanto, o progresso técnico, segundo o autor, havia se desenvolvido em uma velocidade acelerada e ele “deu às atividades sociais um movimento tão rápido que o homem não pode mais conduzir aquilo que ele colocou em movimento”²⁶. A construção de uma imagem do homem levado por um turbilhão, aprisionado pela técnica e clamando pela liberdade é usada por Lebret para desvelar aquilo que ele chama de “mística” do conhecimento e do progresso.

O autor passa, então, a articular a ideologia do progresso técnico ao sistema econômico capitalista. “O progresso técnico não pode se realizar senão por um esforço gigantesco de produção, dominado até então por uma paixão pelo ganho, uma avidez pelo lucro”²⁷. E ainda, em um procedimento dialético, desvela aquilo que encobre as ideologias: “as místicas de uma grande nobreza se prolongam assim em uma mística sórdida que estimula que uns se enriqueçam cada vez mais, que arrisquem cada vez mais, enquanto os outros não param de se debater na inquietude e na tortura”²⁸. É neste sentido que Lebret enxerga o mundo moderno como um mundo ávido de progresso, que se torna fatalmente desfavorável ao homem. (Ver Figuras 14, 15 e 16)

Ao analisar os aspectos sociais e políticos dos anos de guerra onde se colocavam as disputas entre países e blocos econômicos – no momento mesmo de acirramento da Guerra-Fria – Lebret enfatiza estas disputas como expressão de uma “luta de classes”, que revelaria dois atores: o proletariado e o “sub-proletariado”.

²⁵ LEBRET, L-J. “Forces du monde moderne” Curso São Paulo, 1947. Datilografado e numerado por aula. Aula 1 pag.1

²⁶ Ibidem. Aula 1. Pg.1

²⁷ Ibidem. Aula 1. Pg.1

²⁸ Ibidem. Aula 1. Pg.2.

“Ao mesmo tempo em que (há) esta oposição entre povos, entre blocos, entre continentes, nós constatamos no seio de cada povo uma luta suprema: o proletariado. Abaixo das massas operárias, nós encontramos uma vasta camada da população que não têm nem ofício, nem instrução, nem possibilidade de se erguer, estes são os sub-proletários.”²⁹

Lebret relata que havia “descoberto” esta camada social a partir do contato com os doqueiros de Marselha, onde Loew havia realizado as pesquisas sobre as condições de trabalho e de vida das famílias trabalhadoras. Ao ampliar as pesquisas para as condições de vida das famílias, em que entram em questão dados sobre a escolaridade dos filhos, os hábitos alimentares, a sazonalidade do emprego, em suma, as condições de vida a partir do habitat, e não apenas os dados relativos às condições de trabalho, Loew parece ampliar o quadro da situação desta camada da população, permitindo talvez a Lebret enxergar esta “subdivisão” do proletariado.

Após constatar o “fracasso do humano” no mundo moderno, Lebret passa à crítica da economia política e procura avaliar algumas “forças que se opõem à desumanização da sociedade”, ou seja, respostas ao menos aparentes ao capitalismo liberal, inclusive àquelas consideradas por ele equivocadas, como no caso do nacional-socialismo. Ao tratar das “estruturas soviéticas” uma das questões centrais é a ideia de planificação. “A esta altura dos desdobramentos históricos uma certa coordenação econômica se impõe a todas as nações e o exemplo da Rússia nos fornecerá o exemplo mais típico”³⁰. Lebret se apóia nos estudos de Charles Bettelheim³¹ para analisar a planificação soviética³². No curso deste estudo afirma: “após Engels, os planos tem por objetivo passar do reino da necessidade ao reino da liberdade. É necessário substituir as leis naturais ou econômicas que dominaram até o momento a vida dos homens pelas

²⁹ Ibidem. Aula 1. Pg.3.

³⁰ Ibidem. Aula 10. Pg.15.

³¹ Bettelheim (1913-2006) foi um economista e historiador francês, fundador do CEMI (*Centre pour l'Étude des Modes d'Industrialisation*) na Sorbonne.

³² BETTELHEIM, Charles *La planification soviétique*. Rivière, 1945.

leis impostas pelo homem à natureza e à economia. A planificação bem preparada irá permitir ajustar a produção às necessidades”³³. Ajustar, equilibrar os recursos e as fontes disponíveis às necessidades humanas é uma das orientações centrais de Economia Humana e para tal a ideia de planificação se ajusta bem aos princípios perseguidos, ajustar os meios aos fins em oposição aos meios que se tornam fins em si mesmos, segundo a leitura marxista da produção da mais-valia, que tem como finalidade exclusiva o lucro. Lebrete está atento à ideia de planificação ainda que fosse crítico a vários aspectos dos resultados da planificação soviética, como o peso da burocracia e do controle central, a continuidade da especulação e do mercado clandestino frente a um mercado estritamente controlado e a ausência de democracia real.

O curso de Economia Humana ministrado na ELSP foi a um só tempo difusor das ideias e um momento de síntese e articulação dos conceitos chave do movimento fora da França. Ao tratar das noções de modernização e planificação e lançar as bases teóricas da economia humana a partir do referencial da economia política, o curso se propunha a introduzir uma alternativa social, cientificamente planificável, ao capitalismo liberal. A Economia Humana colocava-se, portanto, como uma terceira via dentro do contexto de guerra-fria, entre comunismo e capitalismo, e neste caminho colocava-se, sobretudo, contra qualquer perspectiva totalitária.

Difusão do pensamento lebreteano e de *Économie et Humanisme*

Sobre a difusão das ideias de Lebrete e *Économie et Humanisme*, é importante ressaltar que Malley³⁴, ao relatar os momentos de formação da associação, revela como estratégia formadora do movimento não só a publicação da revista, mas outros meios de propaganda, ensino e ação, entre os quais a criação de centros de estudos de

³³ LEBRETE. Op. Cit. Aula 13. Pg.13

³⁴ MALLEY, François *Le Père Lebrete: L'economie au service des hommes* Paris : Les Editions du Cerf, 1968.

complexos sociais na França e no exterior. No Brasil, o curso foi frequentado por alunos regularmente matriculados, mas também por uma série de alunos especiais, entre os quais vários religiosos dominicanos³⁵, como o Frei Benevenuto de Santa Cruz, que nos anos 1950 seria um dos colaboradores mais próximos de Lebreton na SAGMACS e na ordem dos dominicanos no Brasil. (Ver Figura 17)

Segundo Breuil, a *Revue Économie et Humanisme*, antes mesmo da primeira passagem de Lebreton por São Paulo, já possuía oito assinantes locais³⁶, no início dos anos 1950 aumenta para mais de 50 assinaturas e este número cresce nos anos seguintes atingindo 150 na década de 1960³⁷. Por outro lado, o Frei Benevenuto foi o administrador da editora e livraria Duas Cidades, que seria responsável pela tradução e publicação das obras de Lebreton nos anos 1950 e 1960³⁸, ampliando a difusão do pensamento de Lebreton para fora dos círculos intelectuais acostumados com a leitura em francês. Dentre os livros de Lebreton publicados pela Duas Cidades encontram-se: *Princípios para a ação* (1952), *Dimensões da Caridade* (1960), *Renovar o exame de Consciência* (1960), *Suicídio ou sobrevivência do Ocidente?* (1960), *Drama do século XX: miséria, subdesenvolvimento, inconsciência, esperança* (1962), *Manifesto para uma civilização solidária* (1961). Deste modo, vai se estabelecendo uma rede de circulação dos ideais de Lebreton.

³⁵ Alunos regulares: P. A. Amaral, O. Baptista Filho, I. Dale, C. Escobar Filho, O. F. Leme, W. J. Loewenberg, E. H. M. Lopes, Z. B. Luna, M. C. Mariante, O. Roldão, M. M. Rosa, J. Scantimburgo. Alunos especiais: N. Abrão, D. B. Almeida, A. Assis, L. N. Assumpção, M. A. Barbosa, O. Bernardini, E. Bridi, A. Calvo, A. J. Caropreso, F. V. Carvalho, S. Casheil, E. Chaves, Frei A. M. A. Costa, H. S. D'Ávila, J. M. Donozetti, J. P. Ferreira, O. C. Ferreira, G. C. Franco, J. M. Freitas, Pe. E. C. Gusso, H. T. Junqueira, Frei H. T. B. Lagenest, O. S. Melanson, F. R. Mello Jr., R. Meyer, N. Nazo, Frei L. M. Neves, J. Penteado, S. M. Pompeia, A. C. Prado, Frei E. Puppi, (A.) F. Ramos, V. M. Rangel, L. C. G. Reis, Frei G. M. Saab, (A)A. Sampaio, M. M. Sampaio, Frei B. Santa Cruz, J. J. B. Turpin, C. C. F. Vampré, L. C. M. Vasconcellos. Fonte: Anuário da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, décimo quarto ano letivo (1948), na seção de alunos matriculados.

³⁶ Breuil. Op. Cit. Pg. 33.

³⁷ Ibidem. Pg. 118-119. Breuil colhe estas informações a partir das cartas entre Lebreton e Frei Benevenuto existentes nos Archivès du père Lebreton, CNAC.

³⁸ LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina* Petrópolis: Editora Vozes, 2000. Pg. 234-235.

2.2 Uma sondagem da habitação e da cidade

Ainda com relação à primeira passagem de Lebrecht por São Paulo, trataremos da representação da cidade fornecida a partir da primeira pesquisa aqui realizada, a “*Sondagem preliminar a um estudo de habitação em São Paulo*”. Mais uma vez a noção de estrangeiro se apresenta como um caminho de análise. Outro aspecto importante a ser considerado ainda com relação a esta posição diz respeito aos modos de ver, interpretar e representar.

“Objetividade não significa de maneira alguma não-participação (que geralmente exclui tanto a interação subjetiva quanto a objetiva), mas um tipo específico e positivo de participação – assim como a objetividade de uma observação teórica não se refere à mente como uma *tábula rasa* passiva onde as coisas inscrevem suas qualidades, mas, ao contrário, refere-se à sua atividade total que opera segundo suas próprias leis, e à eliminação, através disso, de ênfases e deslocamentos acidentais, por meio dos quais as diferenças individuais e subjetivas produziram retratos diferentes do mesmo objeto”³⁹.

A passagem de Simmel é particularmente importante para compreender a representação da cidade produzida por Lebrecht através das pesquisas urbanas realizadas em São Paulo, utilizando as técnicas e concepções elaboradas por ele em experiências anteriores, e como esta representação se coloca no meio local.

A pesquisa sobre as condições de habitação realizada por Lebrecht em 1947 se insere em um quadro maior de preocupações e análise sobre as condições e caracterização das habitações em São Paulo. A problemática não era nova, tendo sido enfrentada por médicos e engenheiros desde o século XIX. Ao longo da década de 1930, ao lado dessa tradição técnica de levantamentos, censos e enquetes, estreitamente vinculadas a atividades políticas, administrativas, policiais ou filantrópicas, viria a se desenvolver uma tendência científica de pesquisa, vinculada ao ensino superior em

³⁹ SIMMEL, G. Op. Cit. Pg. 184.

formação no Brasil, especialmente no campo das ciências sociais e econômicas. Mesmo dentro da ELSP, Donald Pierson já havia realizado em 1942 uma pesquisa sobre as habitações intitulada *“Habitação em São Paulo: Estudos Comparativos”*⁴⁰. Neste estudo o objetivo era elaborar um estudo comparativo das acomodações e alojamentos da cidade de São Paulo e ressaltar a amplitude de variações entre uma situação e outra. Neste trabalho, Pierson afirma preocupar-se, sobretudo, com o treinamento prático dos alunos no campo dos métodos e técnicas de ciências sociais, especificamente em fazer formulários, questionários e entrevistas. Pierson chega a afirmar tratar-se mais de um estudo de cunho censitário que sociológico. Contudo, Isabela Silva⁴¹, ao analisar o conjunto de pesquisas que Pierson realizou na cidade de São Paulo, avalia que nesta prioridade dos levantamentos de campo estaria implícito um método de pesquisa em que as teorias deveriam ser testadas e comprovadas para então serem extraídas conclusões mais amplas a partir dos materiais empíricos levantados pelo pesquisador, revelando a importância das descrições e relatos das situações encontradas. Observa-se, deste modo, como as pesquisas de Pierson inserem-se em um quadro de preocupações em formar pesquisadores e consolidar métodos de pesquisas de cunho científico.

No caso do estudo sobre as habitações em São Paulo, buscou-se selecionar áreas para os dois tipos de situações: as moradias “melhores” e “mais adequadas”, e aquelas “menos adequadas”. Para tal, foram definidas 6 seções da cidade como amostra: Bexiga, Canindé e Mooca para representar o nível “inferior” de moradia, e ainda Jardim América, Pacaembu e Higienópolis para o nível “superior”. As amostragens foram formadas por um conjunto de cem casas para cada nível de moradia – “superior” e “inferior” – distribuídas entre os bairros. Nota-se, portanto, que não se trata de um estudo que envolva toda a cidade, mas a própria pesquisa deixa esta questão em aberto ao focalizar a comparação entre dois tipos de situação e as contrapor numericamente à procura da amplitude desta variação.

⁴⁰ PIERSON, D. “Habitações em São Paulo: estudo comparativo” *Revista do Arquivo Municipal*, Vol. LXXXI, Ano VIII, p.199-238, Jan-Fev 1942.

⁴¹ SILVA, Isabela O. P. “Donald Pierson em São Paulo: entre o Departamento de Cultura e a Escola Livre de Sociologia e Política” In: LANNA, A. L. D. [et al.] (org.) *São Paulo: os estrangeiros e a construção das cidades* São Paulo: Alameda, 2011.

O estudo apresenta, então, os dados relativos às duas situações – divididas por bairros – e a comparação entre elas referente à concentração populacional, aos materiais utilizados nas construções pesquisadas, à propriedade ou não dos ocupantes das moradias, ao tamanho do terreno por prédio, aos valores dos aluguéis, ao uso comum ou particular dos quintais e jardins, à mobilidade da população a partir do tempo de ocupação da moradia, à existência ou não de empregados domésticos, à existência de rede de abastecimento de água e luz elétrica, à quantidade de cômodos por moradia, à densidade dos cômodos, além de dados sobre a mobília, existência de fogão de tijolo, ferro, ou ainda fogo desabrigado e lata para preparar as refeições, condições das instalações sanitárias, presença de chuveiros ou pias, presença de eletrodomésticos como geladeiras, refrigeradores, lava-roupas, enceradeiras, aspiradores de pó e ventiladores; e ainda itens de hábitos culturais, dados pela existência nas moradias de rádios, vitrolas, instrumentos musicais (pianos em especial), quadros nas paredes, tapetes, livros; e ainda o automóvel, piscina e telefone. Observa-se pela descrição dos itens de pesquisa o olhar minucioso no levantamento das características físicas das habitações e sua equipagem, e a amplitude das variações em cada nível – “inferior” e “superior” – como parte do esforço de caracterização das minúcias dos hábitos e das condições sociais e econômicas de uso e propriedade, em suas escalas específicas.

A partir da argumentação de Isabela Silva sobre a posição de Pierson com relação ao censo demográfico em que este defenderia o quarteirão como unidade territorial de menor escala - considerando os diferentes limites humanos e sociais em contraponto com a divisão político-administrativa⁴². Podemos observar no estudo sobre a habitação a mesma preocupação em buscar estes “interesses humanos” nas “comunidades” estudadas.

⁴² Ibidem. Pg. 628.

A pesquisa sobre São Paulo em 1947

Concomitantemente ao curso na ELSP, Lebrete dirigiu uma pesquisa empírica chamada *“Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo”*, na qual teve como assistentes o médico Dr. Oscar Rezende Lima e Sr. Estanislau Roberto Maiorano, ambos alunos da ELSP, além de alunos da Faculdade de Direito da USP, dirigidos por André Franco Montoro⁴³, alunos da Escola de Serviço Social e pesquisadores da Divisão de Estatística e Documentação Social da Prefeitura do Município de São Paulo, contando para sua realização com recursos do Serviço Social da Indústria⁴⁴. Desenvolvida no âmbito na ELSP, a pesquisa também se afinava com uma inflexão social da Igreja Católica no Brasil, que desde meados da década de 1930 vinha motivando a realização de inquéritos sociais em cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, Recife e São Paulo.

Lira ao tratar das pesquisas sobre padrões de vida no Recife como parte de uma cultura política de pesquisas para a ação social que se delineava na década de 1930, analisa diversos tipos de inquéritos, dos censitários aos de orçamento familiar e custos de vida que informavam a precariedade das condições de reprodução, especialmente da classe trabalhadora. Mas seriam os inquéritos sobre as condições de alimentação das camadas proletárias que se aproximariam dos modelos de pesquisa sobre habitação⁴⁵. A

⁴³ André Franco Montoro formou-se em Direito em 1938 pela USP e Filosofia, também em 1938, pela Faculdade Filosofia, Ciências e Letras de São Bento que viria a dar origem à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em 1940, tornou-se professor titular da Faculdade de Direito da USP, em 1946, professor catedrático de Direito da PUC e em 1947, professor de direito administrativo da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP. No âmbito da carreira política, foi secretário geral do PDC – Partido Democrata Cristão –, legenda sob a qual se tornou vereador de São Paulo (1950-1952). FONTE: Acervo CPDOC. A partir do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da FGV. Acesso 8.12.2011.

⁴⁴ LEBRETE, L.J. *“Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo”* Revista do Arquivo Municipal São Paulo, São Paulo, Vol. CXXXIX, Ano XVII, Pg. 7-52, Abr- Mai 1951.

⁴⁵ LIRA, José Tavares Correia de *Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado* Tese de doutoramento, São Paulo, FAUUSP, 1996. Pg. 185. Dentre as pesquisas citadas neste trabalho estaria CASTRO, Josué *“As condições de vida das classes operárias do Recife: estudo econômico de alimentação”* Rio de Janeiro: Departamento de Estatística Pública do Ministério do Trabalho, 1935.

Terceira Semana de Ação Social, realizada no Recife em 1939, seguida das *Semanas de Ação Social* realizadas no Rio de Janeiro em 1936 e 1937, teve como centralidade as discussões sobre os inquéritos de condições de vida das camadas operárias seguindo as orientações gerais das *Semanas de Ação Social* de formulação de pesquisas sociais aplicadas norteadas por princípios cristãos⁴⁶.

Em 1947, um de seus colaboradores, o advogado Franco Montoro era responsável pela Ação Católica em São Paulo, ligada diretamente a ACB – Ação Católica Brasileira - criada em 1935, por dom Sebastião Leme, cardeal do Rio de Janeiro. Com efeito, desde 1943 vinha se delineando no interior deste movimento uma abertura e aproximação às atividades sociais que possibilitariam a criação da própria Juventude Universitária Católica (JUC), da Juventude Operária Católica (JOC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC). Ainda em 1947, Montoro, Clóvis Garcia e Marcos Nogueira Garcez, junto com outros acadêmicos, fundaram a JUC em São Paulo, mantendo relações constantes com a ACB, assim como com Alceu Amoroso Lima no Rio de Janeiro⁴⁷.

A pesquisa de Lebreton foi a campo entre Abril e Julho de 1947, mas sua divulgação ocorreu apenas em 1951, com sua publicação na *Revista do Arquivo Municipal*, vinculada ao Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo, que desde a sua criação, em 1934, tornara-se um canal privilegiado de divulgação de pesquisas realizadas pela ELSP⁴⁸.

⁴⁶ Ibidem. Pg.175.

⁴⁷ FONTE: Acervo CPDOC. A partir do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da FGV. Acesso 8.12.2011.

⁴⁸ Como se pode observar: DAVIS, Horace. “Padrões de vida dos operários da cidade de São Paulo” *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, ano II, vol. XIII, p. 113-166, junho 1935; LOWRIE, S. Origem da população de São Paulo e diferenciação das classes sociais”. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, ano IV, Vol. XLIII, p. 195-212, jan. 1938; PIERSON, D. “Habitação em São Paulo: Estudos Comparativos” *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, ano VII, vol. LXXXI, P. 199-238, jan-fev 1942; PIERSON, D. “Hábitos alimentares em São Paulo” *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, vol. 98, p. 45-79, 1944; PIERSON, D. “Recenseamento por quarteirões” *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, vol. LXII, p. 173-175, 1939.

No trabalho da *Sondagem*, o prioritário era avaliar as condições de habitação da população de São Paulo, e a partir de subsídios estatísticos foi realizada a amostra em vários bairros da cidade. Como procuramos salientar anteriormente, uma das preocupações na elaboração do método de pesquisa de Economia e Humanismo foi a incorporação de métodos estatísticos como forma de precisar as informações, atribuindo-lhes maior cientificidade. Deste modo, o método de EH mantinha uma tensão constante entre o quantitativo e o qualitativo, entre a estatística e a monografia – de longa tradição entre intelectuais católicos dedicados à pesquisa social, desde Frédéric Le Play. Esta tensão era expressa pelos “diagramas monográficos” construídos por Leuret – com o apoio de Gaston Bardet, a equipe central de EH e Heiries Fantapié. Os diagramas seriam também uma peça-chave para difundir não apenas os resultados, mas o método de pesquisa, uma vez que permitia a reprodução técnica das fichas – e talvez por isso o nome “mecanografia” presente nas associações SAGMA e SAGMACS – a serem preenchidas pelos pesquisadores locais, permitindo também – um dos pontos centrais do método – a comparação de situações diversas a partir do confronto entre os múltiplos estudos de caso. É neste sentido, que o estudo sobre São Paulo, ao utilizar os mesmos critérios de coleta de dados, manifesta a preocupação de montá-los de maneira que eles fossem comparáveis com as pesquisas realizadas em algumas cidades francesas pela SAGMA no imediato pós-guerra.

O relatório da pesquisa sobre São Paulo foi dividido em 11 capítulos: (1) A sondagem; (2) Resultados gerais; (3) Resultados por zona; (4) Localização das categorias extremas; (5) Estudos de tipos de habitação; (6) Estudo de habitação segundo seu número de peças; (7) Estudo da superfície das habitações; (8) Ensaio de localização das classes sociais e tipos de moradia; (9) Estudos dos defeitos da habitação por classe social; (10) Nacionalidade dos ocupantes e a (11) Comparação com a França. Depois de realizado um primeiro ensaio da pesquisa, notou-se a necessidade de algumas adaptações dos itens inicialmente adotados pela SAGMA tendo em vista as especificidades de São Paulo.

As mudanças efetuadas foram na escala e em alguns itens da pesquisa. Por exemplo, o item “aquecimento” foi suprimido, o item “solo” foi incorporado, uma vez que as habitações possuíam o chão de terra batida, assim como o item “telhado”, para caracterizar as moradias que não possuíam lajes (ou forro de estuque, que era o modo mais difundido naquele momento) e as peças encontravam-se diretamente sob o telhado. A segunda mudança diz respeito à escala do estudo. Inicialmente ele cobriria um universo de 1.257 domicílios, de modo a obter uma sondagem representativa de cada bairro, proporcional ao número de casa e habitantes. No entanto, foram realizados somente 500 inquéritos, o que não era suficiente para uma representação válida. É neste sentido que este primeiro trabalho se apresenta como uma sondagem preliminar e não um estudo completo – diferentemente do método de Pierson, Lebreton buscava um quadro geral da cidade demonstrando sua disposição em lançar as pesquisas a serviço das ações públicas sobre o problema diagnosticado. Outro fator de dificuldade enfrentado foi a falta de experiência e formação dos pesquisadores que foram a campo, que teria resultado em dados pouco precisos. Problemas como esses levariam o relatório final a sugerir que os serviços públicos se sensibilizassem para a questão e realizassem a pesquisa completa.

Efetivamente, o treinamento dos pesquisadores na França acontecia por meio das sessões de estudos no centro de EH e se prolongava por sessões de estudos, estágios de campo, sessões de elaboração com a presença de especialistas dando suporte às pesquisas até a elaboração dos relatórios. Neste primeiro momento em São Paulo, o caminho não era esse. Os pesquisadores não eram necessariamente os alunos do curso e este não abordava diretamente os métodos de pesquisa empírica, nem mesmo os modos de utilização das fichas, mas focalizava a base político-filosófica de EH e o papel que este teria na construção da sociedade. Limites, aliás, que se articulavam à própria condição da presença de Lebreton no Brasil, um estrangeiro que não se fixa no país, mas antes estabelece com ele uma ponte regular de deslocamento, enquanto liderança intelectual e doutrinária, e não tanto como um *expert*. Fruto dessa primeira viagem de Lebreton a São Paulo, e de sua breve permanência, a realização da pesquisa parece obedecer à necessidade de fundação de uma “base local” para a consolidação de um centro de

pesquisa na região, o que se consolidaria com a criação da SAGMACS, ainda em sua primeira viagem.

Neste sentido, esta primeira sondagem sobre o problema da habitação não utiliza as fichas e não elabora os diagramas monográficos. Os dados são apresentados na forma de gráficos estatísticos, mas também por meio de uma primeira territorialização dos dados através dos mapas, os quais seriam produzidos na França pela SAGMA.

A sondagem de São Paulo teve como base a pesquisa sobre as cidades francesas realizada pela SAGMA, que efetuou um levantamento, segundo Lebreton, em larga escala, de 1.500 unidades⁴⁹ por cidade a partir do qual se elaborou um agrupamento dos tipos de habitação em 7 categorias:

- 0. Sub-casebre: habitação miserável, insatisfatória em todos os aspectos.
- I. Casebre: habitação miserável, que pode ter alguns elementos satisfatórios.
- II. Semi-casebre: habitação insatisfatória, que não pode ser melhorada.
- III. Habitação insatisfatória, mas passível de melhoria.
- IV. Habitação satisfatória.
- V. Habitação confortável.
- VI. Habitação luxuosa.

Em São Paulo foram usadas as mesmas categorias, pois a gradação entre elas se manteria mesmo se as características de cada uma diferissem de uma situação para a outra. A partir dos resultados gerais, a cidade revelada pela pesquisa indica uma primeira estrutura urbana: uma grande variação da densidade populacional e uma ocupação predominantemente horizontal.

⁴⁹ LEBRET. Op. Cit. Pg 9.

“Esta diversidade permite distinguir-se zonas homogêneas de ocupação que correspondem à evolução histórica da cidade: evolução por zonas concêntricas, processo habitual no crescimento de nossas metrópoles”⁵⁰.

A cidade é dividida então em 3 partes: zona central, zona residencial e zona de arrabalde, que corresponderiam às áreas urbana, suburbana e rural, a densidade populacional caindo na medida em que tomavam distância do centro. (Ver Figuras 18 e 19)

Dentro desta divisão da cidade encontra-se na área central uma concentração dos tipos extremos de habitação - os casebres e as casas luxuosas -, já na zona residencial estariam concentradas as moradias em melhor situação, indicando um movimento de suburbanização, para onde tenderiam a se localizar as moradias das elites; e por fim, os arrabaldes em que estariam concentradas as moradias em situação precária. O gráfico a seguir apresenta a divisão das categorias de habitação por zona da cidade, enquanto os mapas espacializam os extremos: os sub-casebres e as habitações luxuosas, tal como identificado pela sondagem. (Ver Figuras 20, 21 e 22)

Os tipos de habitação foram divididos em 3 categorias que se distinguem pelas formas de ocupação passando do coletivo ao individual, tendo a densidade de ocupação como critério: a) cortiços ou habitações muito povoadas, com deficiência de iluminação, insolação e ventilação, com dimensões dos cômodos insuficientes e com arranjos simples de água, gabinetes e dependências; b) prédios coletivos, que em geral concentravam habitações “miseráveis”, mas também habitações satisfatórias nesta categoria, indicando uma discreta verticalização; e finalmente c) as habitações individuais que concentravam a maioria das habitações satisfatórias. Um dos dados mais alarmantes da pesquisa diz respeito às habitações superpovoadas que, se cruzadas com a estratificação social, revelava o quadro da moradia dos operários. (Ver Figura 23)

Em seguida a pesquisa vai procurar quantificar as habitações por categoria social, segundo a ocupação do chefe de família. A partir dela observa-se a

⁵⁰ LEBRET. Op. Cit. Pg 15.

predominância de famílias operárias e comerciantes. Mas ao procurar cruzar os dados destas famílias com o tipo de habitação, pela superfície ocupada, vê-se que a maior parte da população que tem como ocupação o trabalho fabril ocupa uma pequena superfície, revelando o super adensamento da habitação destas famílias, que constitui a maior parte das habitações pesquisadas. E ainda revelam a desproporção de poucas famílias que desfrutavam de grandes áreas, justamente aquelas em que o chefe ocupa uma posição de “mando ou direção”. (Ver Figura 24)

Outro dado que, segundo a pesquisa, revela um traço característico da São Paulo daquele momento diz respeito à presença de estrangeiros na cidade. Quase um terço das residências pesquisadas (27%) eram ocupadas por imigrantes, em sua maioria de origem latina – portugueses, italianos e espanhóis – mas havia também entre eles sírios, poloneses, japoneses, lituanos, húngaros, russos, alemães, iugoslavos romenos, turcos e ingleses. Mas ainda era “digno de nota” (sic) que 5% das habitações pesquisadas entre lares brasileiros eram de negros e todas elas situadas dentro da categoria precária⁵¹.

Por fim, a comparação com a França revela uma estrutura de cidade absolutamente diversa das várias cidades francesas pesquisadas pela SAGMA naqueles anos. Enquanto na situação francesa, o gráfico resultante definia um cume no qual se distribuíam as categorias de habitação de sua pior situação à melhor, indicando poucos casebres e casas luxuosas e concentrando as habitações nas categorias medianas; o gráfico paulistano conformava um vale, indicando uma concentração nas extremidades – muitas casas miseráveis ao lado de casas luxuosas. E ainda revela que a média de ocupantes por habitação em São Paulo era muito mais elevada que na França, ainda que na França fossem frequentes habitações pequenas, mas confortáveis. Os extremos, portanto, caracterizavam São Paulo:

“os casebres são mais numerosos e mais deficientes que os franceses. São ocupados por uma população sem dúvida muito pobre e mal educada, que vive de recursos casuais, em estado de absoluta falta de higiene, às vezes

⁵¹ LEBRET. Op. Cit. Pg 50.

com uma cozinha rudimentar comum a diversas famílias. Por outro lado, encontram-se em muito maior número que na França habitações de grande luxo, possuem elas um refinamento e uma busca de conforto raramente realizáveis entre nós”⁵².

Notamos, ainda, nesta passagem de Lebreton o desenho de duas imagens: a do cortiço e a do “sub-proletário”. A imagem do cortiço, representado pelo casebre adensado onde famílias dividem as áreas molhadas, vinha sendo divulgada por pesquisas sucessivas. Mas nestes espaços vemos agora, com Lebreton, uma população “pobre, e mal educada, que vive de recursos casuais”, imagem próxima da “população que não têm nem ofício, nem instrução, nem possibilidade de se erguer”, que Lebreton havia encontrado em Marselha e denominou como “sub-proletariado”. (Ver Figura 25)

Desde o século XIX, na história do urbanismo, nas ciências sociais e mesmo na literatura, a cidade e, sobretudo, os bairros operários foram vistos sob ângulos muito diversos, e até mesmo divergentes⁵³. Através deles nos deparamos com distintas representações da cidade e de seu corpo social. Seguindo as reflexões de Isabelle Astier e Jean-François Laé⁵⁴ podemos pensar as pesquisas “urbanas”, e em particular as pesquisas empíricas das cidades, como reveladoras de suas características físicas e dos modos de vida de seus habitantes e, portanto, de seu “habitat”, mais ainda como construtoras de imagens da cidade e de seu corpo social, que a partir de sua visibilidade pública dariam suporte a políticas sociais ou urbanas.

⁵² LEBRET. Op. Cit. Pg 52.

⁵³ Cf. WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

⁵⁴ ASTIER, Isabelle; LAÉ, Jean-François "La notion de communauté dans les enquêtes sociales sur l'habitat en France. Le groupe d'Économie et humanisme, 1940-1955." *Genèses*, n. 5, Observer, classer, administrer. pp. 81-106., 1991. Livre tradução da autora.

“uma das funções das enquetes é reunir os fatos para instigar a imaginação, acumular as visões para difundir as imagens com o objetivo de encontrar a aderência entre as esferas do social e do político”.⁵⁵

É neste sentido, que estes autores analisam o papel que a noção de comunidade presente nas pesquisas urbanas do movimento Economia e Humanismo desempenha no campo das ações estatais na esfera social. Segundo eles, a passagem de uma ideia de massa a uma ideia de comunidade nos princípios de EH, e que se revela nas pesquisas sobre o operário e seu habitat, iria configurando a ideia de um corpo “intermediário sólido entre um Estado burocrático e uma população sem representantes”⁵⁶. Entre o individualismo liberal e o coletivismo associado ao comunismo, EH parece tecer a noção de comunidade como um antídoto a uma sociedade industrial, ao colocar o homem em uma escala à qual ele teria domínio e autonomia. Neste sentido, parece-nos que Lebreton ao ressaltar a imagem do “sub-proletário”, dentro da extrema desigualdade reconhecida na estrutura de São Paulo, lança ao público o cenário no qual seria necessário atuar, evidenciando os elos entre pesquisa e ação, tendo em vista o fortalecimento dos traços comunitários e seu vínculo com o território, mas também a constituição dos corpos intermediários em sua relação com o Estado democrático.

Em retrospecto, o urbanista Celso Lamparelli, que atuaria próximo a Lebreton na SAGMACS ao longo dos anos 1950, observou:

“O processo de industrialização acelera-se nos dois países, recebendo significativo fluxo de capitais multinacionais que se concentravam em territórios privilegiados. Agravam-se os problemas de Paris e São Paulo, obrigando os poderes públicos, os técnicos e cientistas a uma reconsideração da importância da problemática urbana. (...) As prioridades se acumulavam e ao lado do saneamento aparecem a circulação e a habitação, como setores

⁵⁵ Ibidem. Pg. 105.

⁵⁶ Ibidem. Pg. 83. Livre tradução da autora.

privilegiados, exigindo atenção especial, ainda que por motivos completamente distintos: na França, a reconstrução [das cidades e da economia destruída pela guerra], no Brasil, a construção de quase tudo para criar as condições de uma nova civilização urbano-industrial.”⁵⁷

Em contraste com a França, onde os esforços de planejamento e ação social convergiam para a reconstrução do país devastado depois de 1945, no Brasil pós-Estado Novo colocava-se o debate sobre a democracia e o papel modernizador do Estado. Pode-se observar, portanto, como *Économie et Humanisme* através da presença de Lebrete em São Paulo vai difundindo um ideário urbano que articulava a perspectiva reconhecimento das condições de vida da população que passava pelo problema da habitação e inserção nas cidades que se urbanizavam rapidamente através das pesquisas empíricas e a formulação de uma ação pública, de intervenção estatal em tais problemas através do planejamento contrastando com as posições liberais mas igualmente crítico a um Estado totalitário. Neste sentido, os corpos intermediários, ou ainda a organização da população ou ainda “comunidades” de um determinado espaço ou habitat onde se estabelecem suas relações cotidianas prioritárias tem papel fundamental na conformação de tal planejamento e sua relação com o poder público.

SAGMACS

Ainda durante a primeira estadia de Lebrete em São Paulo, é fundada em 26 de Julho de 1947 a SAGMACS, tida como um braço local da SAGMA francesa. A SAGMACS funcionou como um escritório de planejamento urbano de caráter interdisciplinar reunindo religiosos, intelectuais, políticos, arquitetos, economistas, geógrafos e sociólogos, e que ao longo dos anos 1950 e 1960 foi responsável por estudos, projetos e programas de planejamento de desenvolvimento urbano e regional. Em sua criação

⁵⁷ LAMPARELLI, Celso Monteiro. “Louis-Joseph Lebrete e a pesquisa urbano-regional no Brasil: crônicas tardias ou história prematura.” *Espaço e Debates*, São Paulo, nº 37, 1994. Pg. 90-91.

estavam Padre Dupuy, Frei Benevenuto de Santa Cruz, Luiz Cintra do Prado – professor da Escola Politécnica da USP –, Luciano Carvalho, Le Digou – membro de EH na França –, Olga Pinheiro – operária que militou no Partido Comunista, que naquele momento fora colocado na clandestinidade –, o médico José Leitões, André Franco Montoro – então presidente da Ação Católica em São Paulo e professor universitário –, Lucas Nogueira Garcez⁵⁸ – engenheiro e professor da Escola Politécnica, que em 1952 se tornaria governador do Estado de São Paulo – e mais 4 homens e 4 mulheres da JOC – Juventude Operária Católica⁵⁹. Deste modo, configurava-se uma rede de profissionais e militantes em torno dos ideais lebrebianos e do movimento Economia e Humanismo com sede em São Paulo. (Ver Figura 26)

No ano seguinte (1948), Luiz Cintra do Prado⁶⁰ publica um pequeno livreto difundindo os ideais de Economia e Humanismo – tratava-se de uma reprodução de um artigo que o mesmo autor havia publicado na Revista *Digesto Econômico*⁶¹. Neste artigo Prado procurou recuperar os princípios centrais do movimento francês a partir dos textos de Lebert, Gatheron, Loew, Moos, Moreux e Perroux, recuperando as posições centrais e traduzindo alguns de seus trechos para o português. Deste modo, em um texto breve, ele apresenta Lebert ao público brasileiro, difundindo os princípios, considerando a importância das pesquisas empíricas e do método elaborado por Lebert e a perspectiva de uma atuação na nova associação que se criava, a SAGMACS.

⁵⁸ Lucas Nogueira Garcez (1913-1982) formou-se pela Escola Politécnica da USP em 1936, instituição na qual seria professor de hidráulica a partir de 1939, tornou-se professor catedrático em 1946 onde atuou até 1966. Em 1947, Garcez foi também professor na Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, função que desempenhou até 1949. No âmbito da carreira política, sua atuação foi marcada pela eleição a governador do Estado de São Paulo entre 1952 a 1955. Após este período, ao ser sucedido por Jânio Quadros nas eleições para governador, retornou às atividades docentes. Além de suas atividades à frente da Escola Politécnica, Garcez foi professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo em 1957. FONTE: Acervo CPDOC. A partir do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da FGV. Acesso 8.12.2011.

⁵⁹ BREUIL, M. Op. Cit. Anexo I pg. VIII.

⁶⁰ Luiz Cintra do Prado (1904-1984) foi professor na Escola Politécnica da USP na qual fora diretor (1941-1943). Naquele momento era também membro da Academia Brasileira de Ciência.

⁶¹ PRADO, Luiz Cintra do. “Economia e Humanismo: princípios e perspectivas do movimento” *Digesto Econômico* Ano III, N.36, Pp.31-42, 1947.

Pode-se também reconhecer igualmente a difusão (e uma certa leitura) do pensamento de Lebreton e da SAGMACS entre os politécnicos, em especial entre os alunos da Escola Politécnica da USP, através da revista “O Politécnico” - revista organizada e dirigida pelos alunos através do Grêmio Politécnico desde 1944. Em 1949, em uma seção intitulada “Da cátedra” aparecia o artigo “S.A.G.M.A.C.S.”⁶², uma nota na qual o Grêmio da Poli demandava ao professor catedrático Lucas Nogueira Garcez que falasse de sua experiência ao lado do professor Luiz Cintra do Prado na SAGMACS. Nas palavras de Garcez, a SAGMACS de inspiração no Movimento Economia e Humanismo era uma associação onde se reuniam pessoas preocupadas com o imenso desequilíbrio social do país, ligadas a um pensamento cristão de valorização do ser humano, mas em um tom menos religioso do que encontramos nos manifestos de EH. Vemos em seu discurso uma ênfase nas pesquisas empíricas como forma de reconhecimento dos problemas sociais do país e na busca de ações pautadas pela noção de “bem comum”. Vemos, ainda, a leitura de EH como um movimento – em suas palavras – “revolucionário”, buscando as críticas elaboradas pelo movimento ao mal estar social, ao desequilíbrio econômico e à fragilidade das iniciativas privadas e intervenções estatais em reformas que não suprimiam a subalimentação, nem a condição proletária. Para ele, em tal projeto de mudanças profundas o planejamento pautado em pesquisas científicas aparece como um dos caminhos a serem seguidos. E neste sentido, estava aberta a trilha para a atuação de jovens universitários:

“como vêm os politécnicos, a nossa revolução está em marcha e estamos precisando de bons soldados, de “homens novos”, ambiciosos de prestar serviços, (...), homens que tenham consciência de se engrandecer servindo ao bem comum, de se enriquecer por valores humanos...”⁶³

É interessante mencionar que o ensino de urbanismo naquele momento ainda estava ligado ao ensino da Escola Politécnica. Foi justamente em 1947 que se desenrolou o processo de separação do ensino de arquitetura e urbanismo do curso de

⁶² “S.A.G.M.A.C.S.” *O Politécnico*, São Paulo, ano 5, nº9, pg.1-2, Maio de 1949.

⁶³ *Idibem*. Pg.2.

engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica, com a criação em 1948 da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo sob a direção de Luiz Ignácio de Anhaia Melo⁶⁴. E curiosamente, foi das primeiras turmas desta nova instituição que saíram alguns dos profissionais que integrariam a SAGMACS ao longo dos anos 1950. Dentre eles podemos mencionar: Clementina D. A. de Ambrosis (formada na primeira turma da FAU de 1952), Domingos Theodoro de Azevedo Netto (1953), Flávio J. M. Villaça (1953), Joaquim M. Guedes Sobrinho (1954), Francisco Whitaker Ferreira (1957), Antônio Cláudio Moreira Lima e Moreira (1958), Luiz Carlos Costa (1958)⁶⁵ e ainda Celso Monteiro Lamparelli⁶⁶. Não foi acaso que, em 1953, quando de sua terceira visita a São Paulo, Lebrecht ministrou na FAUUSP uma palestra sobre desenvolvimento, planejamento e método de pesquisa, a convite do então diretor⁶⁷ Luiz Cintra do Prado.

De 1952 a 1963, sob a coordenação de Lebrecht, a equipe da SAGMACS realizou trabalhos importantes na área de planejamento territorial como a *Pesquisa sobre as possibilidades e necessidades do Estado de São Paulo*⁶⁸ (1952), para o Governo do Estado de São Paulo; *Aspectos Demográficos e Econômicos da Bacia Paraná-Uruguai*⁶⁹ (1953),

⁶⁴ Sobre este processo ver FICHER, S. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo* São Paulo: EDUSP, 2005.

⁶⁵ Ver lista de formados na FAU em anexos SODRE, J. C. A. *Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil (1938-1962)* Dissertação, FAU-USP, São Paulo, 2010.

⁶⁶ Lamparelli ingressou na FAU em 1952 e terminou seus estudos no Rio de Janeiro em função de seus compromissos com a JUC, conforme entrevista cedida à autora em 15.09.2010.

⁶⁷ Entrevista de Lamparelli publicada na Revista Dominicana de Teologia, São Paulo, ano 3, nº5, julho-set 2007.

⁶⁸ SAGMACS *Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* Vol. I e II São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 1954.

⁶⁹ SAGMACS *Aspectos Demográficos e Econômicos da Bacia Paraná-Uruguai Tomo I Aspectos Demográficos, Nível e Ritmo de Desenv. Econ., Agricultura* São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 1963.

SAGMACS *Aspectos Demográficos e Econômicos da Bacia Paraná-Uruguai Tomo II O desenvolvimento Industrial, a demanda de energia elétrica, o sistema de transporte* São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 1963.

SAGMACS *Aspectos Demográficos e Econômicos da Bacia Paraná-Uruguai Tomo III Receita e dispêndios federais na região* São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 1963.

para a CIBPU - Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai; *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao nordeste*⁷⁰ (1955), para o CODEPE – Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco; *Estrutura urbana da aglomeração paulistana*⁷¹ (1956-58), para a Prefeitura de São Paulo; *Pesquisa de desenvolvimento urbano de Belo Horizonte* (1958), para a Prefeitura de Belo Horizonte; *Aspectos humanos da favela carioca*⁷² (1958-1960), para o jornal *O Estado de São Paulo*. (Ver Figuras 27, 28, 29, 30 e 31)

Pode-se observar que ao longo dos anos 1950, a SAGMACS vai se consolidando como um espaço profissional no âmbito do planejamento, utilizando os métodos desenvolvidos por Lebreton e os refinando conforme as pesquisas de campo eram realizadas. Ao mesmo tempo em que as pesquisas eram encomendadas, jovens universitários ou recém egressos dela, como o caso dos arquitetos, mas também de advogados como Plínio de Arruda Sampaio – graduado pela USP em 1954 - viam a possibilidade de atuação profissional e ação social, uma vez que muito deles foram militantes na JUC - como Celso Lamparelli, Plínio de Arruda Sampaio e Francisco Whitaker. É neste sentido, que Leme chama a atenção para atuação de uma vertente católica no momento mesmo de grande politização do urbanismo⁷³.

⁷⁰ LEBRET, L. J. *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste* Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1955.

⁷¹ SAGMACS *Estrutura urbana da aglomeração paulistana Parte 1 e 2* São Paulo: SAGMACS, 1958. SAGMACS *Estrutura urbana da aglomeração paulistana Parte 4 Análise Urbanística* São Paulo: SAGMACS, 1958.

⁷² Publicada originalmente no jornal *O Estado de São Paulo* em dois encartes nos dias 13 e 15 de Abril de 1960, dias antes do Rio de Janeiro deixar de ser o Distrito Federal com a inauguração de Brasília.

⁷³ LEME, Maria Cristina da Silva. “A politização do urbanismo no Brasil: a vertente católica” In: Anais ANPUR, Rio de Janeiro, 2001.

2.3 Um olhar sobre a América

Deslocamentos: *soit ici, soit là!*

Ao fim de sua estadia, já de volta à França, Lebret escreveu “Lettre aux américains”, publicada na *Revue Économie et Humanisme* no final do ano de 1947⁷⁴. Ele inicia esta carta revelando justamente sua própria crença inicial de ser capaz de “aplicar” os conceitos europeus à realidade sul-americana e sua observação posterior da inadequação de determinados conceitos neste novo contexto. Para ele, através das lentes européias se compreendia mal a situação e se colocavam falsas questões⁷⁵. A verdadeira tarefa seria, portanto, segundo o autor, descobrir os problemas fundamentais, problemas de acesso aos bens essenciais a todos, problema do equilíbrio econômico e de ascensão da população⁷⁶. É evidente que o período em São Paulo e a sondagem social realizada na cidade estão na base de sua constatação, mas as suas observações se propõem mais abrangentes. Na carta, Lebret relata a extrema desigualdade observada no país: por um lado a exuberância da paisagem carioca e a pujança econômica paulista corporificada na brancura dos arranha-céus, por outro, a miséria da população forçada a privações e fome. Já então se revela um contato de Lebret com a obra de Josué de Castro, *Geografia da fome*⁷⁷, publicada no ano anterior, e o descortinamento da noção de subdesenvolvimento. Em 1946, o estudo de Castro sobre as regiões de fome no Brasil se propunha como uma via de acesso ao problema mundial da subnutrição. De grandes dimensões e marcado por uma singular diversidade ecológica e econômica, talvez como nenhum outro, o país apresentava-se como um campo favorável a uma larga investigação do problema de alimentação nos trópicos, permitindo, por meio da aplicação do método comparativo, “generalizações até

⁷⁴ LEBRET, L. J. "Lettre aux américains" *Revue Économie et Humanisme*, Lyon, v. 6, n.34, p. 561-580, Nov-Dec 1947.

⁷⁵ Idem. Pg. 561-568.

⁷⁶ Ibidem. Pg. 567.

⁷⁷ CASTRO, Josué *Geografia da fome* Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

certo ponto válidas para inúmeras outras regiões tropicais do mundo”⁷⁸. Castro não caracteriza de modo explícito aquilo que entende por subdesenvolvimento, mas se apóia em um extenso diagnóstico socioeconômico da América Latina recentemente elaborado por uma equipe da *National Planning Association* norte-americana⁷⁹, que sugere um conjunto de aspectos representativos de uma situação problemática na região em termos de alimentação, alfabetização, saúde coletiva, assistência social, emprego, renda, relações de trabalho, capacidade produtiva, acesso à terra, exploração externa, mercado interno, infraestrutura etc.

Segundo Pelletier, a viagem ao Brasil e a descoberta da tragédia “humana” do “subdesenvolvimento” colocará em jogo as conclusões iniciais de Lebreton e abrirá um novo campo de investigação e combate. Aquilo que o autor chamaria de terceiro-mundismo⁸⁰. *Lettre aux américains* revela o olhar estrangeiro sobre São Paulo, a América e sua miséria. Mais que um quadro estático representa o início de um movimento, um longo diálogo com um novo terreno de pesquisa e ação que afetará decisivamente a trajetória intelectual de Lebreton. Trata-se, portanto, de uma experiência que sugere uma inflexão em seu pensamento, no qual o Brasil se tornará um campo privilegiado de observação, investigação e atuação.

Indagações latino-americanas sobre Jacques Maritain e o comunismo

Podemos ler este documento em três partes: uma inicial, em que Lebreton aparentemente procura responder as perguntas que frequentemente foram colocadas a ele em sua primeira estadia, mas que revela, como veremos, suas posições frente aos conflitos gerados por sua passagem; em um segundo momento, Lebreton faz uma leitura das cidades que ele percorreu, da estrutura territorial, econômica e política, assim como

⁷⁸ Castro, Op. Cit, p. 27.

⁷⁹ SOULE, George; EFRON, David; NESS, Norman T. *Latin America in the future world*. Nova York: Farrar & Rinehart, 1945.

⁸⁰ PELLETIER, D. *Économie et Humanisme: de l'utopie communautaire au combat pour le tiers-monde 1941-1966*. Paris: Les Éditions Du Cerf, 1996.

das condições de vida da população com que ele se deparou; e por fim, apresenta as suas impressões sobre a “influência” norte-americana presente no Brasil.

O artigo na revista inicia-se, então, em tom de carta endereçada aos amigos de *Économie et Humanisme* espalhados pelo continente americano, mas o próprio autor trata de ampliar o círculo restrito e a dirige a “todos os americanos de boa vontade”. “*Lettre aux hommes politiques chrétiens de bonne volonté*” é o título do documento que Lebrete confiou a Alceu Amoroso Lima para que este lesse na reunião de Montevideu (Uruguai) em Abril de 1947⁸¹. Tratava-se de um encontro em que se reuniram personalidades argentinas (Manuel Ordonez⁸²), uruguaias (senador Dardo Regules), chilenas (como Eduardo Frei Montalva - 1911-1982⁸³) e brasileiras (como Alceu e André Franco Montoro) com o objetivo de fundar uma organização latino-americana de partidos democrata-cristãos⁸⁴. Segundo Breuil, o texto de Lebrete teria sido bem recebido entre os intelectuais católicos que participavam do encontro e grande parte da linha geral deste documento estaria presente em “*Lettre aux américains*”. Este último artigo, portanto, dirige-se não somente aos novos colaboradores de EH no Brasil, como àqueles abertos aos seus ideais na América Latina.

A primeira parte da carta refere-se às questões colocadas a Lebrete pelos novos interlocutores estabelecidos pela primeira viagem, não somente os alunos do curso

⁸¹ BREUIL, Mathilde Le Tourneur du *Le Père Lebrete et la construction d'une pensée chrétienne sur le développement: dans la sillage de modèles politiques et intellectuels émergents au Brésil 1947-1966*. Paris: Ecole des Hautes Etudes em Sciences sociales, 2006. Pg.76.

⁸² Professor de filosofia da Faculdade de Buenos Aires e difusor e defensor de Maritain na Argentina. Cf. PELLETIER, D. Op. Cit. Pg.163.

⁸³ Eduardo Frei foi presidente do Chile entre 1964 -1970, sendo considerado o primeiro chefe de Estado democrata-cristão da América. Entretanto, ao cabo de seu governo suas posições foram criando divisões dentro do próprio Partido Democrata Cristão, sendo que parte dele fundou a MAPU (Movimento de Ação Popular Unificado) que integrava a União Popular que apoiou Salvador Allende, o opositor de Frei, nas eleições de 1970. Dentre os intelectuais católicos ligados à MAPU podemos encontrar Jacques Chonchol, engenheiro agrônomo que integrou a FAO (1957-1961) e o Ministério da Agricultura responsável pela experiência de reforma agrária no Chile durante o Governo de Allende. Cf. BOSI, Alfredo “Jacques Chonchol: o Chile ontem e hoje” *Revista Estudos Avançados*, Vol. 8, n. 21, São Paulo, Maio-Ago, 1994.

⁸⁴ BREUIL, M. Op. Cit. Pg. 77.

proferido na ELSP, mas também o público presente na conferência proferida por ele na sede da Ação Social Arquidiocesana no Rio de Janeiro. As questões giravam ao redor do comunismo e do pensamento de Jacques Maritain (1882-1973), intelectual católico francês considerado um renovador do pensamento tomista e de grande influência nas concepções de democracia cristã, assim como nas considerações sobre o humanismo, sobretudo, a partir de sua obra “Humanismo Integral” (1936).

Na carta, portanto, Lebreton assume uma posição favorável à leitura de um humanismo eficaz e integral a partir da obra de Maritain. “Ora, quem diz humanismo diz confiança na pessoa humana, porque ela porta em si mesma as possibilidades de superação que pode ser atingida pelo **exercício da liberdade**”⁸⁵. Confiar na pessoa humana e em sua capacidade de superação e ascensão se articulava com uma leitura da ordem social em que se propunha a constante renovação das “elites, fazendo aflorar do povo mesmo os homens de valor”⁸⁶, em oposição à consolidação do poder de grupos no Estado e dos privilégios dos “possuidores”. No plano internacional, Lebreton expressa sua percepção de que a América Latina estaria entrando em um “movimento universal”. “Seu capitalismo próprio não está mais na fase *manchestérienne*; a influência do capitalismo evoluído dos países estrangeiros penetra cada vez mais na América Latina.”⁸⁷. A aposta seria, então, em uma modernização das estruturas locais suportando a pressão crescente do capitalismo internacional.

“Esta é a tarefa essencial dos espiritualizados, longe de teimosamente querer a todo custo manter as estruturas do passado e longe do ingênuo entusiasmo pela adoção de fórmulas de vanguarda elaboradas em outro lugar. A América do Sul não sairá de suas contradições e de seus impasses senão concebendo ela mesma o seu porvir.”⁸⁸

⁸⁵ LEBRET, L. J. “Lettre aux américains” *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v. 6, n.34, p. 561-580, Nov-Dec 1947. Pg. 565. Grifos da autora.

⁸⁶ Ibidem. Pg. 565.

⁸⁷ Ibidem. Pg. 566.

⁸⁸ Ibidem. Pg. 566. Livre tradução da autora.

Ainda segundo Lebret, a leitura de Maritain poderia ajudar nesta empreitada, não como mais uma voga estrangeira a ser adotada, mas como um pensamento que visava o humanismo e a democracia como princípios para ação política. Sobre o assunto ainda comenta: “Sua viagem (de Maritain) de antes da guerra abriu um campo que não pode mais se fechar. A oposição sistemática a Maritain, o esforço de tachar [a sua obra] como uma heresia, na realidade não fazem mais que lançar a atenção sobre sua obra cuja venda não diminui. (...) Maritain: um filósofo cristão e um embaixador; nem messias, nem herege”, conclui Lebret.⁸⁹ Neste trecho o autor refere-se à passagem de Maritain pela América Latina, precisamente pelo Brasil e a Argentina em 1936, e a grande repercussão local de sua obra “*Humanisme intégral*”, na qual ele desenvolve as ideias da primazia da pessoa humana, a valorização da comunidade e a recusa tanto do capitalismo quanto do comunismo⁹⁰.

O espaço que a questão ao redor do pensamento de Maritain toma nesta carta de Lebret pode ser compreendido pelo debate que se colocava entre os intelectuais católicos no período. A oposição sistemática a este autor, acusando a sua obra de herética (e a menção sobre este fato na carta de Lebret) revela os conflitos emergentes na hierarquia e doutrina da Igreja Católica. Maritain havia se pronunciado contra o apoio da Igreja à guerra e ao governo ditatorial do General Franco na Espanha, o que causou a reação por parte da hierarquia. Ao tratar da passagem de Lebret pela América Latina (Brasil, Uruguai, Argentina e Chile) em 1947, Pelletier avalia a repercussão deste conflito entre os arcebispos destes países e a hostilidade local ao pensamento de Maritain, mas sugere ao mesmo tempo um eco das divergências franco-espanholas no continente, sobretudo com a Ordem dos Dominicanos no Brasil, uma vice-província de formação francesa entre províncias hispânicas da igreja católica⁹¹.

No plano local, sobretudo no Rio de Janeiro, a figura de Alceu Amoroso Lima é de grande relevância. Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo literário Tristão

⁸⁹ Ibidem. Pg. 566. Livre tradução da autora.

⁹⁰ BREUIL. Op. Cit. Pg. 73.

⁹¹ PELLETIER, Op. Cit. Pg. 166.

de Athaíde, foi um grande leitor e difusor da obra de Maritain no Brasil. Convertido ao catolicismo, desde 1928 presidia o Centro Dom Vital que havia sido fundado por Jackson de Figueiredo em 1922 sob inspiração da Ação Católica Francesa, e que se caracterizava como uma associação civil para o estudo, discussão e apostolado vinculado à Igreja Católica⁹². A Ação Católica no Brasil criada em 1935 pelo arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, assim como seu setor especializado, a JUC – Juventude Universitária Católica – que foi oficialmente reconhecida em 1950 – teriam tido como base o Centro Dom Vital⁹³. Segundo Ridenti, este centro reunia parte dos intelectuais católicos conservadores que defendia um nacionalismo de direita – inclusive membros do movimento integralista e da UDN. Entretanto, Alceu Amoroso Lima vai se afastando das posições mais conservadoras e tornando-se “um expressivo intelectual católico de esquerda”⁹⁴. Este movimento teria sido acompanhado também por Dom Helder Câmara que, segundo Ridenti, renegaria o integralismo e como assistente da Ação Católica nomeado em 1947 por Alceu, teria se sensibilizado cada vez mais pela problemática social até ser considerado um símbolo do “clero progressista” no Brasil.

Este movimento de posições conservadoras a posturas mais politizadas pela problemática social e com vínculos com os movimentos sociais entre intelectuais católicos e membros do clero, sobretudo nos anos 1950, tem sido objeto de uma revisão historiográfica. Marcelo Timotheo da Costa, ao tratar da trajetória de Alceu Amoroso Lima, busca igualmente as diferentes recepções a ele associada⁹⁵ em dois momentos distintos. Já Michael Löwy analisa as mudanças das posições conservadoras até um catolicismo social de esquerda a partir do contato progressivo com autores católicos franceses: Alceu teria sido marcado, inicialmente, por Maritain, aberto ao pensamento democrático e pluralista, passando por Emmanuel Mounier – de uma linha personalista

⁹² Informações obtidas a partir do CPDOC da FGV. Acesso jan, 2012.

⁹³ RIDENTI, Marcelo. “Ação Popular: cristianismo e marxismo.” In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2002 (vol. 5).

⁹⁴ RIDENTI, Op. Cit. Pg. 229.

⁹⁵ Cf. COSTA, Marcelo Timotheo da “História, fé e exemplaridade: pensando o trajeto de Alceu Amoroso Lima” *Alceu (PUCRJ)*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.132-145, 2001. http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n3_Marcelo.pdf

que se abre a perspectivas socialistas – culminando no contato com Lebrete e a obra de *Économie et Humanisme* - que se abre para uma leitura econômica marcada pela análise marxiana, especificamente com Henri Desroche⁹⁶. Na interpretação de Löwy, estas são as principais fontes francesas católicas que tem um papel decisivo em Alceu Amoroso Lima, uma das figuras de grande importância para a transformação da Igreja na América Latina. E, neste sentido, ratifica a análise Pelletier ao apontar o vínculo privilegiado da Igreja católica francesa e brasileira, sobretudo pela Ordem dos Dominicanos, em contraste com o restante da América Latina, onde as igrejas locais mantêm seus vínculos, preponderantemente, com a Igreja espanhola e italiana⁹⁷.

Voltando à carta de Lebrete, o segundo ponto das discussões tratava de seu posicionamento frente ao comunismo e ao pensamento marxista. Sobre o assunto, Lebrete afirma:

“a constituição de Centros de Estudos analisando com seriedade a obra de Marx-Engels, a estratégia e tática leninistas, a tentativa russa de planificação centralizada se impõem a nossos amigos cristãos como uma condição essencial de um comportamento leal e de uma intervenção eficaz. Toda acusação sem fundamento, toda ofensa não motivada não pode mais que obscurecer a causa evangélica”.⁹⁸

Lebrete parece responder e ao mesmo tempo justificar sua própria atuação, uma vez que *Économie et Humanisme* havia sido inicialmente concebido como um centro de estudos do pensamento marxista e os pontos apontados por Lebrete neste trecho são justamente os aspectos abordados no curso na ELSP. Ele continua sua análise sobre o “problema comunismo” corroborando a visão de Alceu Amoroso Lima de que este seria “um disparate de políticos que querem o triunfo do comunismo sem que seja inicialmente

⁹⁶ LÖWY, Michael; GARCIA-RUIZ, Jesús “Les Sources françaises du christianisme de la libération au Brésil ” The French Sources of Liberation Christianity in Brazil. In: *Archives des sciences sociales des religions*. N. 97, pg. 9-32, JAN-MARS 1997.

⁹⁷ Ibidem. Pg. 10.

⁹⁸ LEBRETE, L. J. "Lettre aux américains" *Revue Économie et Humanisme*, Lyon, v. 6, n.34, p. 561-580, Nov-Dec 1947. Pg. 563.

pela idéia e pela ascensão do povo.”⁹⁹. Mas, concomitantemente, afirma que “fazer oposição ao comunismo sob o ato da força sem ter uma **espiritualidade da libertação e da superação das massas**, sem trabalhar para construir estruturas sociais menos iníquas é uma traição ao povo”¹⁰⁰. Deste modo, Lebrete vai pavimentando a ideia de uma terceira via: nem capitalismo, nem comunismo.

Ainda neste ponto da carta, pode-se perceber nas declarações de Lebrete o pano de fundo, ou seja, o terreno social local em que ele se movimentava.

“isso não quer dizer que os governantes não tenham que se proteger de forças que possam ser, de fato, antinacionais. Mas, que os declare com honestidade e provas de tal apoio. De outro modo, que restaria da democracia que tanto se reclama? Alceu assinala com justiça que é preciso evitar, sob pretexto de oposição às ameaças de ditadura, restaurar qualquer ditadura de tipo nazista”¹⁰¹

Neste trecho podemos ler aquilo que não está dito: a cautela e prudência face à declaração da “ameaça comunista”. O país acabava de sair da política do Estado Novo (1937-1945), em que Getúlio Vargas protagonizou um golpe de Estado, revogando a constituição, e marcado pela ilegalidade do PCB, uma vez que o golpe militar teve como justificativa e pretexto uma possível ameaça comunista em 1937 - conhecido como Plano Cohen - que assegurou a Vargas o apoio das classes médias. Mas com o fim do Estado Novo realizaram-se as eleições em 1945, inclusive com a participação do PCB, que havia sido legalizado naquele ano. Neste período o PCB teve um aumento expressivo de seus filiados e obteve nas eleições um número significativo de deputados, elegendo um senador, Luiz Carlos Prestes – sendo o segundo mais votado no país¹⁰². Entretanto, o novo governo do General Gaspar Dutra, em 7 de Maio de 1947, novamente

⁹⁹ LIMA, Alceu Amoroso APUD LEBRETE, L-J. Op. Cit. Pg. 564.

¹⁰⁰ LEBRETE, L-J. Op. Cit. Pg. 564. Grifos da autora.

¹⁰¹ Ibidem. Pg. 564.

¹⁰² FONTE: CPDOC FGV.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>

cassou o registro do PCB, tendo em vista o agravamento dos conflitos entre União Soviética e Estados Unidos e o início da configuração dos dois blocos que caracterizariam a Guerra Fria.

Este episódio ocorre justamente no momento em que Lebret chega ao Brasil. E ainda que se colocasse na perspectiva de construção de uma terceira via fora da dicotomia capitalismo-comunismo, ele se declara contrário à proibição do partido, defendendo a ideia de uma democracia pluralista. É neste sentido que Lebret faz a seguinte declaração:

“quando se destitui um prefeito comunista porque ele tomou uma posição humana em um caso de expulsão dos proletários de suas casas, longe de parar o avanço comunista, eles o aceleram. Eu assisti em uma tarde, de uma janela, um protesto contra esta destituição. A justiça estava certamente, naquele dia, ao lado da multidão”¹⁰³.

O autor avalia que a razão preponderante na luta contra os comunistas era uma posição radical contra os movimentos operários por parte de um patronato limitado que não se preocupava com a ascensão do povo - ou ainda poderíamos dizer - do seu próximo. E termina esta parte denunciando o maior escândalo visto por ele: a felicidade daqueles que reinam sobre um povo impotente.

Somadas a estas declarações, há ainda a menção de Pelletier a uma fala de Lebret para a Juventude Universitária Católica, denunciando a omissão das elites brasileiras face à pobreza e a coalizão entre Igreja e grupos capitalistas, evocando um apostolado operário e os estágios dos padres nas fábricas¹⁰⁴, similares à prática dos padres-operários ligados à EH na França. Se o pensamento de Maritain já era visto com ressalvas e gerava conflitos entre intelectuais católicos e o clero, os posicionamentos de Lebret, se não de apoio ao menos de diálogo com os comunistas e leituras sistemáticas de marxistas e das ideias de planificação, somados à sua postura de um apostolado de

¹⁰³ Ibidem. Pg. 564.

¹⁰⁴ PELLETIER, Op. Cit. Pg. 161.

leigos indo “a campo” para reconhecer as condições de vida da população e a pobreza, geraram uma reação imediata dos arcebispos de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente Dom Carlos Carmelo Mota e Dom Jaime de Barros Camara: a interdição de Lebreton no Brasil, acusado de comunista.¹⁰⁵

É neste sentido que a primeira parte da carta mais do que responder a algumas perguntas colocadas a Lebreton pelo público brasileiro, é ela mesma uma resposta e uma afirmação de suas posições frente aos conflitos presentes neste novo terreno social.

Um olhar para o Brasil: desvelar as novas tarefas.

Na segunda parte da carta, Lebreton analisa, então, o que ele julga como os verdadeiros problemas da região. Para o autor, procurar os problemas centrais, isto é, o de suficiência para todos dos bens essenciais, o problema do equilíbrio econômico e da ascensão do povo e buscar resolvê-los atenuariam as tensões e se quebrariam os círculos estritos daqueles que preferiam debater sobre o “problema Maritain” e o “problema comunismo”. Desde este ponto de vista, Lebreton anuncia a tentativa e o programa para buscar novas vias para a ação política.

Ele inicia esta parte do documento descrevendo a imagem das cidades - Rio de Janeiro e São Paulo - vistas do alto, do plano do avião. A exuberância da paisagem carioca ou a pujança econômica de São Paulo, corporificada na altura dos arranha-céus, vistas do alto se contrastariam, aos olhos do estrangeiro, com a realidade das populações miseráveis vistas de baixo. Este desnível social é denunciado por Lebreton como um índice de uma civilização construída pelo alto – das camadas abastadas - em detrimento da “civilização dos de baixo”. E inicia uma análise da extrema desigualdade encontrada não só no Brasil, mas também no Chile: “foi necessário ter visto a chegada a São Paulo da população do Norte afugentada pela fome ou ter percorrido os centros residenciais dos operários de Santiago, no Chile, para perceber até onde pode chegar a

¹⁰⁵ PELLETIER, Op. Cit. Pg. 162.

miséria humana”¹⁰⁶. Ele ainda revela o retrato do retirante que ao chegar a São Paulo abriga-se mal, em um lugar adensado, com ganho mensal muito baixo e que à força de privações envia um terço de seu salário a sua mulher e filhos que ficaram em sua cidade de origem. A partir destas imagens, Lebreton avalia a condição desta população sem acesso à terra, aos quadros de vida comunitários e aos serviços de educação e cultura, uma população assolada pela fome, por doenças e que são despossuídas e desprotegidas socialmente – retrato que evoca o cenário da Zona da Mata e do Sertão descrito por Josué de Castro, em *A geografia da fome*.

Diante deste quadro, Lebreton lista uma série de tarefas a serem empreendidas, em parte muito próximas das recomendações propostas por Castro ao final de sua obra. Entre elas a diminuição da mortalidade infantil, a construção de habitações decentes, a produção de alimentos suficientes a todos, substituindo a agricultura de finalidade especulativa ou exclusivamente voltada à exportação por uma policultura de subsistência. Neste sentido, seria necessário criar em abundância os bens essenciais e fazer com que eles fossem equitativamente distribuídos. Esta seria a primeira tarefa.

O próximo passo esboçado por Lebreton aborda o equilíbrio econômico. Neste ponto a tarefa seria mudar profundamente a estrutura econômica e urbana. Os problemas urbanos detectados pelo autor centravam-se na precariedade da habitação – citando inclusive a sondagem realizada em São Paulo e as desigualdades ali encontradas – o adensamento dos cortiços e a formação das favelas com as construções rápidas e mal acabadas em terrenos desocupados ao lado dos problemas viários e de transportes, decorrentes do inchaço das grandes cidades, agravados pela verticalização dos centros antigos sem que as vias tivessem sido alargadas.

Quanto aos arredores de São Paulo, Lebreton constrói a imagem de um deserto com o avanço das plantações de café para a região oeste do estado e a derrubada das florestas. Faz uma crítica à estrutura geográfica, econômica e humana, recomendando para a região a constituição de uma rede de capitais secundárias constituindo com as

¹⁰⁶ LEBRET, Op. Cit. Pg. 567. Livre tradução da autora.

zonas circundantes centros completos de vida, definindo, portanto, uma polinucleação regional. Mais, propõe uma organização racional do território a partir de unidades econômicas equilibradas com atividades agrícola, industrial e cultural. Neste ponto refletem-se as referências urbanísticas que EH construiu nos anos de formação do movimento com a ideia de descentralização das cidades-jardins, mas também da polinucleação e escalonamento das diversas atividades na cidade e na região.

“Em suma, seria necessário começar por uma análise minuciosa das possibilidades agrícolas, minerais e industriais por grupos de municípios vizinhos para canalizar o ímpeto de vida de maneira a multiplicar os conjuntos à escala do homem favoráveis a vida plena.”¹⁰⁷

O autor parece aqui esboçar o programa dos principais trabalhos realizados pela SAGMACS ao longo dos anos 1950 em São Paulo: analisar as potencialidades e as possibilidades do Estado, o nível de vida das populações no interior paulista, assim como sua capacidade de produção agrícola e industrial em uma perspectiva de articulação de núcleos secundários conformando uma polinucleação regional através de unidades autônomas.

A presença norte-americana

Na terceira parte da carta Lebreton dedica suas impressões sobre a influência da cultura norte-americana presente no Brasil, mas também avalia a posição que esta nação ganhava desde o fim da guerra, de certo modo rompendo com a hegemonia européia, ao menos no plano econômico em um primeiro momento, mas também ganhando espaço na cultura, na ciência e na tecnologia. Deste modo, reacendendo as discussões sobre o imperialismo em um momento de mudanças do mapa geopolítico.

¹⁰⁷ LEBRET Op. Cit. Pg. 570-571.

“Tão penetrante que possa ser a infiltração comunista, ela atingiu menos, à primeira vista, que a influência dos Estados Unidos.”¹⁰⁸

Lebret apresenta uma série de aspectos que vai revelando a presença da cultura norte-americana como a difusão da língua inglesa (em detrimento até do francês), do cinema americano, dos hábitos alimentares como a coca-cola, dos carros, dos padrões de conforto e, por fim, da leitura de obras não somente as literárias, mas também as técnicas, revelando uma penetração da ciência e tecnologia americana. O autor relata também ter ouvido aqui de intelectuais respeitáveis a avaliação de que o Plano Marshall – de auxílio e investimento americano na reconstrução européia – seria em realidade um plano anticomunista. Estas declarações vão assinalando o clima de conflito entre duas ideologias, mas também de suas influências econômicas e poderio bélico, que se desenhavam naquele período. O anúncio da Guerra Fria era visto como um embate entre duas ideologias, mas também entre ocidente e oriente, na perspectiva de Lebret.

Neste texto Lebret utiliza claramente a palavra ideologia para definir os termos da questão e expõe sua perspectiva anti-imperialista. Em sua perspectiva, todo avanço técnico-científico era visto com bons olhos desde que seus benefícios fossem igualmente distribuídos e estivessem a serviço das necessidades dos homens dentro de uma perspectiva do universalismo cristão. Mas de qualquer modo, as ressalvas estavam colocadas.

Crises e recepções: um ponto de inflexão?

Na França, Lebret e seus colaboradores de EH mantiveram o projeto de estudo sobre o marxismo. Henri Desroche, um dos mais próximos companheiros de Lebret desde a fundação do movimento, tornara-se responsável pela pesquisa sobre marxismo-

¹⁰⁸ Ibidem. Pg. 574.

leninismo, o que o levou à publicação de *Signification du marxisme*¹⁰⁹ em 1949. Tratava-se de uma compilação de uma série de artigos que Desroche havia publicado na *Revue Économie et Humanisme*, *Idées et Forces*, *Esprit* e *Cahiers de Jeunesse de l'Église* entre 1946 e 1948¹¹⁰. A publicação ocorria em um momento de aumento das tensões da Guerra Fria no contexto internacional (a crise de Berlim, as ações da França na guerra da Indochina e a vitória dos comunistas na China), e no qual a Igreja Católica radicalizava suas posições anticomunistas. Em Julho de 1949 um decreto do Santo Ofício proibia que católicos se inserissem nos partidos comunistas ou os favorecessem de qualquer maneira. A obra de Desroche, deste modo, era condenável e mesmo as tentativas de Lebret de mediação em favor de seu amigo foram insuficientes. Diante de tal crise Henri Desroche se distancia de EH e sai definitivamente da Ordem dos Dominicanos.

É neste ponto da história do movimento *Économie et Humanisme* que autores como Pelletier vêem um momento de inflexão no qual Lebret mais uma vez desempenharia um papel decisivo. Uma vez que EH encontrava-se em dificuldades para continuar seu projeto diante do acirramento das tensões mundiais dentro de um quadro dicotômico e, muitas vezes, considerado maniqueísta, entre anticapitalismo e anticomunismo, Lebret procura conceber uma “terceira via” em outros terrenos também considerados do “Terceiro Mundo”. É neste sentido que Pelletier chama a atenção para uma nova etapa que se abria na história do movimento: o “combate pelo terceiro mundo”, no qual a América Latina, e em um primeiro momento o Brasil, viria a se tornar um campo privilegiado de atuação na denúncia das condições de pobreza, e do subdesenvolvimento, assim como um laboratório para a construção das ideias de desenvolvimento harmonizado e planejamento territorial.

Ainda neste momento conflituoso do movimento *Économie et Humanisme* foi com grandes dificuldades que Lebret conseguiu a autorização para voltar ao Brasil

¹⁰⁹ DESROCHE, H. C. *Signification du marxisme, suivi d'une initiation bibliographique à l'oeuvre de Marx e d'Engels par Charles-François Hubert* Paris : Ed. Économie et Humanisme e Éditions Ouvrière, 1949.

¹¹⁰ PELLETIER Op. Cit. Pg.243.

depois de sua interdição. Com as demandas de trabalho que aumentavam na SAGMACS no momento em que Lucas Nogueira Garcez elegera-se Governador do Estado de São Paulo havia um motivo claro para o retorno de Lebret. Entre 1952 e 1961, ele viria a realizar mais oito viagens ao Brasil, passando pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belém e Belo Horizonte¹¹¹ e estabelecendo uma ponte regular de deslocamento, que abriria acesso também a outros países da América Latina. Ao longo dos anos 1950, portanto, Lebret a partir de sua atuação neste novo território vai desenhando novas perspectivas para EH e trilhando novos caminhos de atuação também na Ásia e na África.

Trabalhos recentes¹¹² têm apontado a importância do pensamento de Lebret na configuração de uma “esquerda cristã” de atuação marcante, sobretudo nos anos 1950 e 1960, no Brasil. Segundo a interpretação de Michael Löwy, dentre os fatores para a conformação de um movimento católico sensível aos problemas sociais, que ao longo dos anos 1960 conheceria uma grande radicalização, estaria a presença de um pensamento católico francês caracterizado por uma corrente crítica marcadamente anticapitalista e aberta ao socialismo¹¹³. Dentre os autores desta linhagem estariam Emmanuel Mounier, Louis-Joseph Lebret, Yves Congar, Marie-Dominique Chenu (EH), além de Henri Desroche, assim como todo um apostolado leigo na construção de associações como a JUC, JOC e a ação dos padres-operários. Para além da difusão do pensamento de Lebret no Brasil, tendo em vista sua formulação dentro do debate do

¹¹¹ Com relação à cronologia e aos itinerários de viagem de Lebret ver o trabalho de Mathilde Breuil (2006) anexo 1 pg.1.

¹¹² Aqui vamos nos ater aos trabalhos: RIDENTI, Marcelo. “Ação Popular: cristianismo e marxismo.” In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). História do marxismo no Brasil. Campinas: Unicamp, 2002 (vol. 5); LÖWY, Michael. “Cristianismo da libertação e marxismo: de 1960 a nossos dias.” In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). História do marxismo no Brasil. Campinas: Unicamp, 2002 (vol. 6); LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina* Petrópolis: Editora Vozes, 2000. Mas ainda podemos citar BOSI, Alfredo “Jacques Chonchol: o Chile ontem e hoje” *Revista Estudos Avançados*, Vol. 8, n. 21, São Paulo, Maio-Ago, 1994; e BOSI, A *Ideologia e contraideologia: temas e variações* São Paulo: CIA das Letras, 2010.

¹¹³ LÖWY, Michael; GARCIA-RUIZ, Jesús “Les Sources françaises du christianisme de la libération au Brésil.” The French Sources of Liberation Christianity in Brazil. In: *Archives des sciences sociales des religions*. N. 97, pg. 9-32, JAN-MARS 1997. Pg. 10

catolicismo francês, julgamos importante analisar os modos de recepção destas ideias neste novo terreno.

O próprio Löwy chama a atenção em seu texto para a problemática da “influência”, ressaltando que ele não busca em seu trabalho “explicar a radicalização do catolicismo brasileiro (...) pela influência da igreja francesa.”¹¹⁴. Citando o trabalho de Lucien Goldmann, Löwy descarta este tipo de análise procurando antes compreender por certas determinações históricas e sociais a escolha de uma fonte ou referências e ainda os modos como estas fontes são reinterpretadas por grupos sociais segundo suas necessidades.

Löwy e Ridenti analisam os elos entre o cristianismo e marxismo e os grupos de militantes que atuaram no Brasil. Löwy ressalta a importância do curso de Lebrecht ministrado na ELSP, assim como a difusão deste autor pela Editora Duas Cidades e do movimento na *Revue Économie et Humanisme* como um papel fundamental na “desdiabolização” do marxismo para os meios católicos, sobretudo entre os leigos, e também entre os jovens da JUC, incentivando a ação fora dos muros da universidade para pesquisar a condição de vida da população¹¹⁵. Ainda segundo o autor, Lebrecht faria parte da corrente “desenvolvimentista” dos anos 1950, entretanto, enxerga em sua atuação um “colorido muito mais social, insistindo no problema da pobreza e nas condições infra-humanas de vida das populações das favelas do Rio e de São Paulo”¹¹⁶. Avalia, ainda, que EH teria um impacto duradouro entre seus colaboradores próximos do clero, como Dom Helder Câmara, frei Benevenuto de Santa Cruz, Frei Gorgulho, intelectuais católicos como Alceu Amoroso Lima e jovens jucistas como Plínio de Arruda Sampaio, Francisco Whitaker, Luís Eduardo Wanderley e Vinícius Caldeira Brant, além de seu diálogo com intelectuais de esquerda - definido por ele como não comunista - como Antônio Cândido, Mário Pedrosa, Azis Simão, Josué de Castro e Paulo Emílio Salles

¹¹⁴ LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina* Petrópolis: Editora Vozes, 2000. Pg. 232.

¹¹⁵ LÖWY. Op. Cit. Pg.235.

¹¹⁶ Ibidem. Pg. 234.

de Oliveira¹¹⁷. Comenta, por fim, que o pensamento de Maritain e Lebreton no interior da JUC teve significativa importância para uma radicalização do movimento e que de um modo geral, a JUC na década de 1950 dividiu-se em duas tendências: os democratas cristãos, discípulos de Maritain e aqueles discípulos de Lebreton e Mounier, que caminhariam na perspectiva do socialismo¹¹⁸.

Marcelo Ridenti ratifica esta leitura de uma radicalização da juventude católica ligada à JUC, tendo em vista uma leitura ético-moral cristã associada a uma crítica social fortemente marcada pelo marxismo. Dentro deste processo nos anos 1960 teria se formado a AP – Ação Popular – grupo formado não exclusivamente por universitários, mas que saíram dos quadros da JUC, dentre eles: Henrique Lima Vaz, Raul Landim e Paulo Arantes¹¹⁹. Ridenti ainda declara, indo ao encontro das formulações de Löwy, que muitos dos que participaram das Comunidades Eclesiais de Base, a partir dos anos 1970, assim como a Teologia da Libertação – amplo movimento social que não se restringia ao clero e teve atuação significativa na América Latina nos anos 1970 – seriam herdeiros da JUC¹²⁰.

¹¹⁷ Ibidem. Pg. 235.

¹¹⁸ Ibidem. Pg. 237.

¹¹⁹ RIDENTI, Marcelo. “Ação Popular: cristianismo e marxismo.” In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). História do marxismo no Brasil. Campinas: Unicamp, 2002 (vol. 5). Pg. 239.

¹²⁰ Ibidem. Pg. 239.

Fig 12

ptéologique de Moutiers, Par; BOULARD, Abbé, *Problèmes missionnaires de la France rurale*, Par, 1946; BOUTHOU, G., *La population du monde*, Par, 1935; BOWLEY, *Éléments de statistique*, Par, 1929; BRUHAT, J., *Histoire de l'U.R.S.S.*, Par, 1945; BRUNHES, J., *La géographie humaine* (édition abrégée), Par, 1942; BUREAU, P., *La science des mœurs, Introduction à la méthode sociologique*, Par, 1923; CHENU, M. D., *Spiritualité du travail*, Par; *Pour être heureux, travailons ensemble*, Par; CORNU, A., *Karl Marx, L'homme et l'œuvre. De l'hygelisme au matérialisme historique (1841-1845)*, Par, 1934; DARMOIS, G., *Statistiques et Applications*, Par; DAUPHIN-MEUNIER, *La cité de Londres*, Par, 1940; *La Banque 1919-1935 (Allemagne, Angleterre, France)*, Par, 1936; DESCAMPS, P., *La sociologie expérimentale*, Par, 1933; DELPECH, H., *Recherches sur le niveau de vie et les habitudes de consommation* (Toulouse 1936-1937), Par, 1938; La science économique appliquée aux problèmes contemporains, Par, 1942; FERENCZI, L., *L'optimum synthétique du peuplement*, Institut International de Coopération Intellectuelle, Par, 1938; FOURASTIÉ, Y. e MONTET, H., *L'économie française dans le monde*, Par, 1945; DUBREUIL, H., *La fin des monstres*, Par, 1938; ENGELS, *Oeuvres complètes*; FAÏN, G., DESROCHES, o terre enfin libre (en curso de publicação); DOU E Histoire du Mouvement ouvrier, 1830. GATHERON, J. M., *Le pain et l'or*, Par; GEORGE, P., *L'Economie de l'U.R.S.S.*, Par, 1945 (13 a 15); GIDE, S. e RIST, C., *Histoires des doctrines économiques depuis les physiocrates jusqu'à nos jours*, Par, 1944; GIGNOUX, C. J., *L'économie française entre les deux guerres 1919-1939*; Par; La crise du capitalisme au XXème siècle, Par, 1943; GOBIET, Y., *La formation des régions*, Par, 1942; GODIN, H. e DANIEL, *La France, pays de mission*, Par; GONNARD, R., *Histoire des doctrines économiques*, Par; GUILLAUME, G. e GUILLAUME, E., *L'économie rationnelle*, Par, 1937; HALBWACHS, M., *L'évolution des besoins dans les classes ouvrières*, Par, 1933; HITLER, *Mein Kampf*; HUBER, M., *Cours de statistique appliquée aux affaires* (3 vol. publiées), Par, 1943, 1944; ISAAC, P., *Le problème de l'habitation urbaine en France*, Par, 1944; INSTITUT SCIENTIFIQUE DE RECHERCHES ECONOMIQUES ET SOCIALES, *Cinq conférences sur méthode dans les recherches économiques*, Par, 1938; JOUVENEL, B., *La crise du capitalisme américain*, Par; KERVAN, *Nos régions naturelles*, Aragon; LA BLACHE, V., *Principes de géographie humaine*, Par, 1941; LANDRY, A., *Traité de Démographie*, Par, 1944; LE BRAS, G., *Introduction à l'étude de l'histoire religieuse en France*; LEBRET, L., *Guide du Militant* (tomes I e II, tomes III e IV en curso de publicação); *Sous la conduite du St-Esprit: le Père Fulgence Bordet*, Par; *Action, chemin vers Dieu* (en curso de publicação); *Positions élites*, Par; LEBRET, L., e DESROCHES, *La Communauté Bomoindou*, Par; LEBRET, L. e MOREUX, B., *Les professions maritimes à la recherche du bien commun*, Par, 1943; LENINE, *Oeuvres complètes*; L'HOMME, J., *Le problème des classes*; *Transformations économiques et classes sociales*, Par; LIZERAND, *Le régime rural de l'ancienne France*, Par, 1942; LOEW, M. R., *Les dockers de Marseille*; *En mis-*

sion prolétarienne, Par; LOMBROSO, G., *La ração du machinisme*, Par; LOMENIE, E. B., *Les dynasties bourgeoises (de Bonaparte a Mac-Mahon)*, Par; LUBAC, H., *Le drame de l'humanité aliée*, Par, 1944; *Catholicisme social*, Par; MARCH, L., *Les principes de la méthode statistique*, Par; MAURETTE, F., *Les grands marchés de matières premières*, Par; MICHONNEAU, *Paroisse Missionnaire*, Par, 1946; MONTCEZ, A., *Initiation aux méthodes statistiques*, Par, 1945; MORAZE, C., *Introduction à l'histoire économique*, Par, 1943; NOGARO, B., *La méthode de l'économie politique*, Par, 1939; PAYOT, J., *La faillite de l'enseignement*, Par, 1937; PERROUX, F., *Cours d'Economie Politique*, Par; *La valeur*, Par; *Capitalisme et Communauté*, Par, 1943; *Communauté*, Par, 1942; PEYRET, H., *La guerre des matières premières*, Par, 1946; *La lutte pour les denrées vitales*, Par; PIE, XII, *Messages de guerre au monde*, Par, 1945; *L'action catholique (messages pontificaux)*, Par, 1933; PILLEMENT, G., *Destruction de Paris*, Par; PIROU, G., *Les doctrines économiques en France depuis 1870*; Par; *Les nouveaux courants de la théorie économique aux Etats-Unis d'Amérique*, Par, 1939; PIROU, G. e BYE, M., *Introduction à l'étude de l'économie politique*, Par, 1939; PLEKHANOV, *Les questions fondamentales du marxisme*, Par; PRINCIPALE, M., *Corporation et Communauté*, Par, 1943; RENARD, G., e LEBRET, L., *Anticipations corporatives*, Par, 1937; REUTER, P., *Les trusts*, 1942; ROMIER, L., *Explication de notre temps*, Par; ROPS, D., *Par delà notre nuit*, Par, 1943; ROUPNEL, *Histoire de la campagne française*, Par; ROUX, P., *Précis de science sociale*, Par, 1914; SAND, R., *L'économie humaine*, Par; SAUVY, A., *Richesse et Population*, Par, 1944 *Bien être et population*, Par; *La population*, Par; *Essai sur la conjoncture et la prévision économiques*, Par, 1938; *La prévision économique*, Par, 1943; *Chances de l'économie française*, Par; SEE, H., *Les origines du capitalisme moderne*, Par; SIEGFRIED, A., *La crise britannique au XXème siècle*, Par; *Vue générale de la Méditerranée*, Par; SPENLE, E., *La pensée allemande*, Par; SOMBART, W., *Le socialisme allemand*, Par, 1938; *L'apogée du capitalisme*, 2v, Par, 1932; SUAVET, T., *Economie saine ou bienfaisance sociale*, Par; THIBON, G., *Destin de l'homme*, Par, 1941; VOISIN, P., *Une politique de l'habitat*, Par; WAGEMAN, E., *Introduction à la théorie du Mouvement des Affaires*, Par, 1932; THE CHAMBERS OF COMMERCE, *Atlas, DIAGRAMMES, Analyse de l'entreprise industrielle*; *ECONOMIE ET HUMANISME, Questionnaires sur le village*; *sur la profession*; *DIVERSOS, Carrières de la communauté*, Par; *STATISTIQUE GENERALE DE LA FRANCE, Annuaire*, 1938; *STATISTIQUE GENERALE DE LA FRANCE, Annuaire*, 1939; *STATISTIQUE GENERALE DE LA FRANCE, 1940-1945*; *STATISTIQUE GENERALE DE LA FRANCE, Annuaire abrégé*, 1º v.; *ECONOMIE ET HUMANISME, n.º 1 a 27*; *LA CONJONCTURE ECONOMIQUE DE LA FINANCIERE*; *BULLETIN S. G. F. Far*; *JOURNAL DE LA SOCIÉTÉ DE STATISTIQUE DE PARIS*; *POPULATION PARIS P. U. F. Par.*

Cours donné par le R.P. Lebreton à
L'Ecole libre de Sociologie & Politique
de Sao Paulo.

I. ECHEC HUMAIN DU MONDE MODERNE

1/ Le Monde moderne: Un monde tumultueux qui a plus changé en 100 ans
que dans les vingt siècles qui l'ont précédé.

Ses mystiques:

de la liberté :	de la science :	du progrès :	du gain :	du travail :
:	:	technique :	du profit :	de la productivité :
:	:	:	:	:
:	:	:	:	:
				des investissements
				du crédit
				de l'inflation

Son échec

- 1° les guerres, ou plutôt la guerre endémique
- 2° La lutte des classes, le fait prolétariat et sous prolétariat
L'insécurité et le chômage
Les grèves
Les forces révolutionnaires internationales
- 3° L'impasse du commerce international
- 4° La surproduction
- 5° le drame des budgets nationaux d'Etats géants
- 6° Désordre et Parasitisme de la distribution
- 7° Le social & son mensonge (diminution des gains réels)
- 8° Inquiétude des savants
- 9° Une nouvelle barbarie : Gestapo & Guépéou-Les déportations
Les fléaux sociaux La concentration urbaine
L'enfance abandonnée & délinquante
Sous-Alimentation, etc...

Déchéance générale de l'homme:

- L'homme :
- le prolétaire
 - les classes moyennes
 - la paysannerie
 - les fonctionnaires
 - la grande bourgeoisie
 - l'homme d'Etat
 - le prêtre

Au total, une immense machine à broyer l'homme

Jamais l'homme n'a été moins libre,
La science est un privilège.
L'homme ne se retrouve plus, ne se connaît plus, ne sait
plus de quelle nature il est, ni quelle est sa grandeur.

Fig 13

1/ Critique de l'Economie politique

CONCLUSION

(Yessle)

Un matérialisme arrachent progressivement l'homme aux disponibilités de l'esprit.

Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
Prédio da Escola de Comércio "Alvares Penteado"
Largo de São Francisco, 19
São Paulo - Brasil

L'ÉCONOMIE HUMAINE

Tableau annexe au IVème cours.

La production du capital

1° La valeur :
d'usage : d'échange :
celle qui com- : celle qui carac- :
ble le besoin : térise l'état de :
humain "C'est l' : marchandises :
utilité d'une (1.5.) "rapport :
chose qui en : quantitatif sui- :
fait une valeur : vant lequel des :
d'usage" (1.4) : valeurs d'usage :
: d'une espèce s' :
: échangent contre :
: des valeurs d' :
: usage d'une au- :
: tre espèce", :
: 2° La comparaison des valeurs d'échange

: Ses équivalents : L'équivalent général ou
: particuliers : universel :
: 1 34; "Une mar- : Moyen de circulation
: chandise fait de : Moyen de paiement ou de crédit
: la réalité natu- : matière sociale absolue de la
: relle d'une au- : richesse en général (1.76) "Seu-
: tre marchandise : le une action sociale peut fai-
: sa propre forme : re d'une marchandise déterminée
: de valeur" : un équivalent général".

: 3° <u>L'argent ou monnaie</u>	: <u>Les Prix</u>
: Le numéraire	: Forme monnaie de
: La monnaie de crédit	: la marchandise
: Trésor	: 4° <u>Capital</u>
: L'argent qui ne fructi- : L'argent qui fructi-	
fie pas	fie:
	: A-M-A) da

Divisions :

A Commercial	: industriel	: usuraire
B Constant (C)	:	:
transformé en moyens de	:	:
production)	: Variable (V)	:
	: transformé en forces de travail	:
	: reproduit son plus un excédent (dV)	:
	: équivalent (V) 5° <u>La Plus value</u>	:
	absolue	: relative
	par l'augmentation de la :	par la diminution
	journée de travail	: du temps de
		: travail nécessaire
		:
	Conséquences : <u>L'accumulation</u>	
	6° <u>La valeur travail</u>	

ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA & POLITICA DE SÃO PAULO
L'ECONOMIE RUSSE
Rev. J. L. Lebreton

Cours du Lundi 5, Mardi 6,

Mercredi 7 Mai 1947. Les structures soviétiques

- I/ Structures générales de la Russie
- II/ Les cadres de la planification
- III/ La préparation des plans
- IV / Résultats de la planification

A Structures administratives

Distribution du territoire

- 1/ Union des républiques socialistes soviétiques
- 2/ républiques fédérées & républiques autonomes
- 3/ régions & territoires, régions autonomes
- 4/ Rayons

distribution du pouvoir

- 1/ Pouvoir législatif
- Soviet Suprême de l'U.R.S.S.
- Soviet de l'Union : Soviet des nationalités

1 député pour 25 députés par république fédérée
300.000 habitants : 5 députés par république autonome
5 députés par région autonome

élit le Présidium du Soviet Suprême

2/ Pouvoir d'Etat

L'organe exécutif et administratif supérieur du pouvoir d'Etat est le Conseil des Commissaires du Peuple, responsable devant le Soviet Suprême et le Présidium du Soviet Suprême
Commissaires du Peuple (ministres)

Les commissaires économiques : Narkomat

Leurs directions : Glavki

Leurs directions sont divisées en sections

B/ Les organismes économiques

les unités complexes Trust Combinat Union
165 311 55 55 55 usine kolkhos sovkhos S M T magasins
de banques

Les banques Banque d'Etat Industrie Agriculture
Prombank Selshozbank
Commerce Municipalités
Torgbank Tsekbank

C/ Préparation du Plan

Directives
Propositions
Passerelles

Fig 16

III TERMO

Cursos Avulsos

Especiais — BASTOS, M.; CAVICCHIOLI, O.; CHIARA, L.; KOEHLER, I. E.; KUYAMA, F.; MAGALHÃES, L. P.; NOSE, A.; PATERNOSTRO, J. N.; PHILLIPSON, J. J.; ROCHA, L. L.; SAMPAIO, O. R.; TURPIN, J. J. B.; ZIBELL, J.

I TERMO

B — Estudos Post-Graduados

Seção de Sociologia e Antropologia

Regulares — AMARAL, D. M.; CARDOSO, M. A.; FONSECA, M. L. P.; KOEHLER, I. E.; LOEWENBERG, W. J.; NOGUEIRA, M.; ROSA, M. M.; RIBEIRO, L. T.; SILVA, F. F. A.; TEIXEIRA, C. B.

Especiais — ARAUJO, A. M.; ASSIS, A.; BAYERLEIN, F.; HAMBURGER, A.; PHILLIPSON, J. J.; SAMPAIO, O. R.; SCHADEN, E.; SCHULTZ, H.; SOUZA, L. A.; WIRTH, M. (O. S. B.).

Seção de Economia

Regulares — AMARAL, P. A.; BAPTISTA FILHO, O.; DALE, I.; ESCOBAR FILHO, C.; LEME, O. F.; LOEWENBERG, W. J.; LOPES, E. H. M.; LUNA, Z. B.; MARIANTE, M. C.; ROLDÃO, O.; ROSA, M. M.; SCANTIMBURGO, J.

Especiais — ABRÃO, N.; ALMEIDA, D. B.; ASSIS, A.; ASSUMPÇÃO, L. N.; BARBOSA, M. A.; BERNARDINI, O.; BRIDI, E.; CALVO, A.; CAROPREÇO, A. J.; CARVALHO, F. V.; CARVALHO, M. C.; CASHEIL, L.; CHAVES, E.; COSTA, Frei A. M. A.; D'ÁVILA, H. S.; DONOZZETTI, J. M.; FERREIRA, G. P.; FERREIRA, O. C.; FRANCO, G. C.; FREITAS, J. M.; GUSO, P. E. C.; JUNQUEIRA, H. T.; LAGENEST, Frei H. D. B.; MELANSON, O. S.; MEILLO JR., F. R.; MEYER, R.; NAZO, N.; NEVES, Frei L. M.; PENTEADO, J.; PONTEIRA, S. M.; PRADO, A. C.; PUPPI, Frei E.; RAMOS, A. F.; RANGEL, M.; REIS, L. C. G.; SAAB, Frei G. M.; SAMPAIO, A. A.; SAMPAIO, M. M.; SANTA CRUZ, Frei B.; TURPIN, J. J. B.; VAMPRE, C. C. F.; VASCONCELOS, L. C. M.

Seção de Estatística

Regulares — ACHOA, H. R.; DUARTE, G. G.; IPPOLITO, N.; KLOVRZA, F.; KUNTZ, M. L.; LOPES, E. H. M.; PATERNOSTRO, J. N.; QUEIROZ, A. N.
Especial — MARCONDES, W.

Fig 17

CIDADE DE SÃO-PAULO

ESTIMATIVAS para o conjunto da cidade das diferentes categorias de habitação

PESQUISAS realizadas

Os números nos círculos indicam as porcentagens; os algarismos romanos, as categorias de habitação.

GRÁFICO Nº 1

Fig 18

Fig 19

Fig 20

Fig 21

Fig 22

Fig 23

Fig 24

Departamento de Pesquisas
SAGMACS
 Sede provisória:
 Rua 7 de Abril, 935 - 6º andar - Sala 404
 Fone: 4-8969
 Caixa Postal 433 - SÃO PAULO

Fig 26

Fig 25

Figs 27 e 28

Figs 29, 30 e 31

CAPÍTULO 3

TERRITÓRIOS DO DESENVOLVIMENTO

Questões como influência e receptividade trazem à tona as discussões sobre as relações estabelecidas dentro da complexidade dos contatos culturais, neste caso através da inserção e atuação de Lebrecht no Brasil. Adrián Gorelik também se depara com esta questão, ainda que no seu caso se trate de compreender os papéis da cultura arquitetônica de vanguarda na América Latina¹. Gorelik descarta a noção de influência para analisar a complexidade dos contatos culturais, “eliminando também a visão simplista de uma via de mão única entre um modelo central e sua aplicação periférica”². O autor propõe, então, analisar as “marginalidades” como parte essencial para renovar as perguntas sobre os casos centrais.

¹ GORELIK, Adrián *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

² Ibidem Pg. 17.

Voltando a nosso objeto de investigação, após inicialmente buscar compreender como este estrangeiro particular chegou ao Brasil, os espaços em que circulou, os vínculos que aqui criou – mesmo institucionais como no caso da SAGMACS – e as ideias, propostas e métodos de pesquisa que difundiu, faz-se necessário voltar o olhar em sentido contrário, buscando reconstituir a via de mão dupla dos contatos e trocas que Lebrete empreendeu no Brasil. Pode-se, então, colocar a questão de modo inverso: o que Lebrete carrega em seu pensamento a partir de sua experiência no Brasil? Como este novo terreno social que é tocado por suas ideias pode igualmente repercutir criando uma inflexão em seu pensamento diante das crises do movimento? Como poderia a experiência com intelectuais locais contribuir para o entendimento de determinados deslocamentos em seu pensamento? Este poderia ser o caso do contato com Josué de Castro?

3.1 Diálogos

Certamente, Josué de Castro (1908-1973) não foi o único intelectual brasileiro com quem Lebrete manteve contato a partir de sua estadia no Brasil, nem caberia dizer que foi o mais importante dentre eles. Entretanto, seguramente, foi aquele cujas ideias deste o primeiro momento repercutiram em seu pensamento - como pode ser observado em "*Lettre aux Américains*" - e cuja obra passou a ser desde cedo difundida por *Économie et Humanisme*, que publicaria artigos de sua própria autoria em sua revista e seria responsável pela primeira versão francesa de seu livro *Geografia da Fome*³, publicada pela editora *Économie et Humanisme* em 1949, apenas três anos depois de seu lançamento no Brasil.

Estes elos também são salientados por autores como Souza Barros - um outro intelectual pernambucano da mesma geração de Josué e com quem este trabalharia em suas pesquisas sociais acerca da cidade do Recife na década de 1930 - e Antônio

³ CASTRO, Josué *Géographie de la faim: la faim au Brésil* Paris : Les éditions ouvrières. *Économie et Humanisme*, 1949.

Cândido. O livro de Alain Tobelem⁴ foi publicado logo após a morte de Josué em 1973 - na França, em exílio - com o intuito de dar visibilidade ao conjunto da obra de Josué. Nele Souza Barros contribui com o prefácio e revelaria o conjunto de amigos e colaboradores de Josué no projeto comum da luta contra a fome, entre eles incluindo o próprio Louis-Joseph Lebret, considerado “um dos grandes admiradores de Josué”⁵.

Mais recentemente, em 1999, Antônio Cândido⁶ ao ser convidado para o seminário “Alimentação – Direito Fundamental do Cidadão” promovido pelo SESC - Serviço Social do Comércio - em São Paulo, escreveu um artigo que foi publicado pelo jornal *Folha de São Paulo*⁷. Nele, Cândido refere-se a Josué de Castro como o intelectual brasileiro que a partir da grande repercussão de seus trabalhos fez do tema da fome um assunto obrigatório nos estudos de sociologia, geografia humana, economia e política em todo o mundo. Mas refere-se igualmente a Lebret, como um sociólogo e reformador francês, que ao trabalhar no Brasil liderando o movimento EH dedicava-se a pesquisas também sobre condições alimentares, sugerindo inclusive, a influência das ideias de Josué de Castro sobre Lebret.

Questões de influência à parte, o que se pode observar é um diálogo entre estes intelectuais que inicialmente aparece ao redor do tema da fome, mas que se revelaria muito mais amplo na análise dos problemas sociais como ponto de partida na construção de um plano de ação. Planos estes que manifestariam posições políticas próximas na leitura de um mundo desigual em que se faria necessário uma concepção humana, solidária e cooperativa diante dos desastres da guerra e dos antagonismos ideológicos.

⁴ TOBELEM, Alain *Josué de Castro e a descoberta da fome* Rio de Janeiro: Editora Leitura S.A., 1974.

⁵ Ibidem. Pg. 17.

⁶ Reconhecido como crítico literário, Antônio Cândido apresentou o trabalho “Parceiros do Rio Bonito” como tese de doutoramento em Ciências Sociais. Nele retrata, entre outros aspectos, o hábito alimentar do caipira no interior do Estado a partir de pesquisa empírica realizada ao longo dos anos entre 1947 e 1954, dentro da prática de pesquisa em sociologia que vinha se delineando nas instituições acadêmicas em São Paulo.

⁷ CÂNDIDO, Antônio “Alguns tópicos para a reflexão” *Folha de São Paulo*, 29/11/99, Ilustrada, p. 6.

Nos anos 1940 Josué de Castro era um dos intelectuais brasileiros de maior reconhecimento internacional. Nascido no Recife em 1908⁸, realizou seus estudos em medicina, inicialmente na Bahia para em seguida transferir-se ao Rio de Janeiro, onde se formou em 1929. De volta ao Recife iniciou sua carreira de médico como nutricionista no trabalho de consultório. Atuando também como médico de uma fábrica onde atendia os operários, percebera que aqueles pacientes não apresentavam as características de uma doença definida, mas em comum manifestavam traços de desnutrição. Foi neste período que realizou extensiva pesquisa sobre as características alimentares e a situação de moradia da população, publicada em 1935 sob o título “Condições de vida das classes operárias do Recife”⁹. Neste momento iniciou também sua carreira como professor universitário, no princípio como professor de fisiologia e geografia humana na Faculdade de Filosofia de Recife¹⁰.

Em 1935, retornou ao Rio de Janeiro onde continuou o magistério como professor de Antropologia na recém-criada Universidade do Distrito Federal até concorrer ao cargo de professor titular de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Durante este período pode-se observar como o tratamento da nutrição passara de um enfoque fisiológico, em uma abordagem mais especializada, para constituir-se em uma questão de geografia humana, como um problema social de primeira grandeza, o que pode ser verificado no trabalho “A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana”¹¹, publicado em 1937.

⁸ Todas as informações biográficas foram extraídas, salvo citações específicas, de: CASTRO, Anna Maria de “Josué de Castro: semeador de ideias” *Cadernos do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária*, Veranópolis, Ano II, N° 7, Set. 2003.

⁹ CASTRO, Josué de *Condições de vida das classes operárias do Recife* Recife: Departamento de Saúde Pública, 1935.

¹⁰ Esta última instituição foi fundada em 1931 tendo como organizadores Aníbal Bruno, Josué de Castro, Gilberto Freyre, Aluísio Bezerra Coutinho, Olívio Montenegro, Sílvio Rabelo e Luiz Barros Freire. LIRA, José Tavares Correia de *Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado* Tese de doutoramento, São Paulo, FAUUSP, 1996. Pg. 186.

¹¹ CASTRO, Josué *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1937.

Mas foi em 1946 com o lançamento de *Geografia da Fome* que Josué apresentou o problema da fome dentro de um quadro mais amplo, em que o método perseguido utilizava as concepções de geografia humana através do qual se buscava examinar as relações entre o homem e seu meio. Ainda que o estudo tenha se restringido ao território brasileiro, e especialmente a Amazônia, o semi-árido e a Zona da Mata nordestina, a agenda colocada em torno da questão da alimentação ampliava-se a uma perspectiva global, a ser verificado em um estudo mais amplo dos cinco continentes. Deste modo, o “grito de alarme” da fome ecoava como um problema universal. Foi neste período que as ideias de Josué ganhavam cada vez mais uma projeção internacional, momento no qual Lebrecht passa mencionar seu trabalho e EH a difundi-lo. Em 1947, Josué de Castro participaria da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) como representante brasileiro, e em 1952 seria eleito presidente do órgão, sendo reconduzido ao cargo em 1956.

Com a publicação de *Geopolítica da Fome* em 1951 a política internacional aparecia em primeiro plano nas questões relativas à alimentação no mundo. Nos termos do próprio autor, “ao retratarmos a fome no Brasil estamos evidenciando o seu subdesenvolvimento econômico porque fome e subdesenvolvimento são a mesma coisa”¹². Foi neste sentido que presidindo a FAO, Josué de Castro dedicou-se a intensificar a ajuda aos países subdesenvolvidos através de planos de desenvolvimento e programas de cooperação técnica. Em 1957, ao sair da FAO contrariado pela insuficiência de ações da organização¹³, fundou em Paris a ASCOFAM - Associação Mundial de Luta contra a Fome -, cuja missão era realizar as campanhas sobre a fome, empreender pesquisas para o conhecimento sobre seus diversos aspectos, capacitar pessoal técnico para a construção de planos de desenvolvimento, assim como elaborar planos regionais de desenvolvimento econômico para melhorar as condições de vida e

¹² CASTRO, Josué APUD CASTRO, Anna Maria de “Josué de Castro: semeador de ideias” *Cadernos do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária*, Veranópolis, Ano II, N° 7, Set. 2003. Pg. 29.

¹³ CASTRO, A. M. idem. Pg. 40.

alimentação de grupos humanos¹⁴. Josué de Castro foi o presidente da associação, que contou ainda com a colaboração de Oswaldo Aranha, Souza Barros e Lebrete entre outros.

Reconhecido, portanto, por colocar em pauta o problema da fome em termos globais, Josué de Castro evidenciava uma das faces da miséria elevando ao primeiro plano problemas de ordem social e econômica. Ao situar o quadro de análise em uma ampla geografia, evidenciava as desigualdades econômicas entre os países revelando, assim, a estreita relação entre miséria, fome e exploração econômica de povos considerados subdesenvolvidos. Mais ainda, ao indicar soluções ou ao menos caminhos para a ação, buscava o desenvolvimento dos povos tendo como referência a ação destes no território.

¹⁴ Cf. <http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/artigos/associacao.htm>

3.2 A geopolítica do subdesenvolvimento em *Économie et Humanisme*

Na sequência da primeira viagem de Lebreton ao Brasil pode-se observar uma abertura às questões referentes ao país na *Revue Économie et Humanisme*. Em 1948, encontra-se na seção "*documents et notules*" no item "*analyse et conjoncture*" o texto de Frei João Batista Pereira dos Santos apresentando a obra *Geografia da Fome* de Josué de Castro, que havia sido publicada no Brasil em 1946 – e que Lebreton já havia comentado em *Lettre aux américains*.

O Frei João Batista (1913- 1985) nascera em Franca, no interior de São Paulo, em 1928 e fizera seus estudos na Escola Apostólica dos Padres Dominicanos em Uberaba (Minas Gerais). Em 1931 viajara para a França, para iniciar os estudos superiores na Ordem dos Dominicanos em *Biarritz*. Foi lá que se ordenou em 1938 e no ano seguinte voltou ao Brasil para atuar no Rio de Janeiro como sacerdote. Em 1947, após conhecer Lebreton em sua passagem pela cidade, retornaria à França justamente para um estágio em Economia e Humanismo¹⁵. Foi neste momento preciso que Frei João Batista escreveu o artigo apresentando ao público francês os aspectos da sociedade brasileira amplamente abordados pela obra de Josué de Castro. Mas foi também neste período que passou a atuar como padre-operário em uma indústria metalúrgica em *Saint-Etienne* e participou do 1º Encontro Internacional de Economia e Humanismo, realizado no convento de *L'Arbresle*, nas proximidades de *Lyon*, durante um mês, e cujo tema principal foi a economia política e o catolicismo social¹⁶. De volta ao Rio de Janeiro, no final de 1948, o frei dominicano transferiu-se para o convento de Perdizes, em São Paulo. Foi nesta cidade que Frei João Batista a partir de 1950 tomou posse como capelão na Vila Basílio Machado, da capela do Cristo Operário, onde ocorriam as atividades do Círculo Operário do Ipiranga¹⁷ e onde nos anos seguintes (1954-1967) ele participaria

¹⁵ CLARO, Mauro *Unilabor: desenho industrial e racionalidade moderna numa comunidade operária em São Paulo (1950-67)* Dissertação de mestrado, FAU-USP, 1998. Pg. 25.

¹⁶ Faz-se necessário mencionar que no período de 1948-1949 Frei Benevenuto de Santa Cruz, um dos colaboradores próximos de Lebreton no Brasil e membro da SAGMACS, esteve no convento de La Tourette também em estágio de formação. FONTE: PELLETIER, D. Op. Cit. 298.

da construção da Comunidade de Trabalho UNILABOR – empresa fabricante de móveis modernos que experimentava a autogestão operária¹⁸ - colocando em prática a ideia de comunidade de trabalho, típica do ideário de Economia e Humanismo.

Durante seu estágio em Economia e Humanismo, portanto, Frei João Batista escreve a nota bibliográfica sobre a obra de Josué, "*Géographie de la faim. Le problème 'besoins-ressources' au Brésil*"¹⁹ – dividido em dois números da revista-, procurando salientar os aspectos confluentes daquela obra com a doutrina de EH, especialmente no que dizia respeito à noção de "*besoins-ressources*", que o movimento vinha elaborando ao redor dos problemas da reconstrução dos países atingidos pela guerra. O que chama a atenção do jovem dominicano é justamente a confluência destas questões em países que não haviam sofrido diretamente os efeitos dos anos de combate, o que colocava as preocupações de EH em um circuito mais amplo.

O artigo inicia-se, então, com uma ressalva à imagem do Brasil como um país rico, tal o esplendor da paisagem do Rio de Janeiro e o crescimento industrial de São Paulo, imagem que vinha sendo disseminada por obras que enfatizavam a prosperidade brasileira dentro da política nacionalista do governo Vargas. Por outro lado, sugere algumas obras consideradas relevantes para o estabelecimento de um verdadeiro retrato da situação nacional. Entre elas encontram-se o livro de Roberto Simonsen²⁰

¹⁷ Ver ainda sobre este espaço na cidade de São Paulo, a capela do Cristo Operário Cf. MARTINS, José de Souza "Cristo, de Volpi, espera os operários." *Minha Cidade*, São Paulo, 08.086, Vitruvius, set 2007. <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.086/1916>>. Ou ainda sobre o círculo de intelectuais e artistas congregados na capela Cf. LUZ, Vera Santana. "Unilabor: um lugar para a utopia." *Resenhas Online*, São Paulo, 04.037, Vitruvius, jan 2005 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.037/3169>>.

¹⁸ Cf. CLARO, Mauro *Unilabor: desenho industrial e racionalidade moderna numa comunidade operária em São Paulo (1950-67)* Dissertação de mestrado, FAU-USP, 1998.

¹⁹ SANTOS, J. B. Pereira dos "Géographie de la faim. Le problème 'besoins-ressources' au Brésil" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon,v.7, n.36, p. 201-209, Mar-Avr 1948.

SANTOS, J. B. Pereira dos "Géographie de la faim. Le problème 'besoins-ressources' au Brésil (continuação)" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon,v.7, n.37, p. 322-331, Mai-Jun 1948.

²⁰ Roberto Simonsen foi considerado um líder empresarial paulista, dentre os vários cargos que ocupou esteve na presidência da FIESP em 1937. Além de criar o IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho – em 1932, foi um dos fundadores da ELSP em 1933 – instituição a qual foi

(1889-1948), *Brazil's Industrial Evolution* (1939) e *Ensaaios sociais, políticos e econômicos* (1943)²¹; Sérgio Milliet²² (1898-1966) com *Roteiro do Café* (1946)²³; e ainda Gilberto Freyre (1900-1987) com *Brazil, an interpretation* (1945)²⁴. Mas são as obras de Josué de Castro, *Geografia da Fome* (1946) e *O problema da alimentação no Brasil* (1933)²⁵, que chamam a atenção do autor pela profundidade da pesquisa em revelar os problemas brasileiros.

A problemática agrícola

O artigo estrutura-se em três momentos: o discurso proferido em 1947 pelo senador José Américo de Almeida, as conclusões de centrais do livro de Josué de Castro e termina apresentando dados estatísticos sobre a situação brasileira que justificaria as críticas e as visões destes autores.

José Américo de Almeida (1887-1980) elegera-se senador em 1947 pelo estado da Paraíba sob a legenda da UDN. Fora próximo à Vargas nos anos 1930, ocupando o cargo de Ministro de Viação e Obras Públicas entre 1935 e 1937 e chegando mesmo a concorrer como seu sucessor nas eleições de 1936. Entretanto, com o golpe que instituiu o Estado Novo (1937-1945), José Américo se afastou de Vargas, tornando-se crítico ao novo governo. Em 1945 declara publicamente suas críticas às medidas

membro do conselho superior no momento em que Lebrecht foi convidado como professor visitante – e ainda professor da cadeira de história econômica do Brasil. Fonte: CPDOC/ FGV.

²¹ SIMONSEN, R. *Brazil's Industrial Evolution* São Paulo: s.i., 1939; e SIMONSEN, R. *Ensaaios sociais, políticos e econômicos* São Paulo: s.i., 1943.

²² Sergio Milliet foi um escritor, crítico de arte, pintor, sociólogo e professor. Em 1935 junto com Paulo Duarte e Mário de Andrade foi um dos idealizadores do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, órgão sob o qual foi chefe da Divisão de Documentação Histórica e Social, instância responsável pela *Revista do Arquivo Municipal*, e entre 1937 e 1944 lecionou na ELSP. FONTE: Enciclopédia Itaú Cultural Artes Visuais.

²³ MILLIET, S. *Roteiro do Café*, São Paulo: s.i., 1946.

²⁴ FREYRE, G. *Brazil, an interpretation* Nova York, 1945 ou FREYRE, G. *Interpretação do Brasil* Rio de Janeiro, 1947.

²⁵ CASTRO, Josué de *O problema da alimentação no Brasil* Companhia Editora Nacional, 1933.

ditatoriais e ao fracasso do ponto administrativo do Estado Novo. Com a deposição de Vargas e as eleições de Dezembro de 1945, José Américo voltou ao cenário político e assumiu o cargo de senador de onde proferiu o discurso datado de 28 de maio de 1947, mencionado por Frei João Batista. É interessante notar que o discurso ocorreu dias após a anulação do registro do PCB, e mesmo sendo presidente da UDN naquele ano José Américo votaria contra a cassação do mandato dos senadores daquele partido – nomeadamente Luiz Carlos Prestes²⁶.

Mas o que chama a atenção do dominicano brasileiro no discurso do senador são, inicialmente, as críticas à falta de incentivo à produção e à centralização e ao intervencionismo do Estado Novo, cuja constituição era considerada tributária ao regime fascista, que aumentando as autarquias agravava o funcionamento desarticulado do serviço público. O discurso ainda apontava como principal o problema da subsistência, como uma questão de saúde pública, tendo em vista as altas taxas de mortalidade infantil e tuberculose. Tratava-se, segundo o texto, da necessidade de construir uma política contra a fome.

O que se constatava era a insuficiência alimentar no Brasil, agravada pela estagnação da produção de gêneros alimentícios. A situação parecia ainda mais problemática haja vista a precariedade dos equipamentos, o modo de cultivo extensivo, a falta de vias de comunicação e de uma rede de circulação – sobretudo a férrea -, situação esta exacerbada pelo crescimento populacional e abandono do campo. Deste modo, Almeida reivindicava também uma modernização da estrutura agrária concentrando e intensificando a produção agrícola nas zonas mais próximas dos centros consumidores, incentivadas por um sistema de assistência técnica e financeira, assim como saneamento, drenagem, irrigação, defesa da vegetação existente, constituição de silos, armazéns e cooperativas. Em suma, sugeria a modernização da agricultura de modo a aumentar-se a produtividade e diminuir-se os preços pela proximidade dos centros consumidores, em dissonância ao sistema de monocultura extensiva para

²⁶ Fonte: CPDOC/FGV verbete José Américo de Almeida.

exportação, que mantinha o país como produtor de matérias primas na divisão internacional do trabalho.

E ainda tal discurso apontava as tarefas a serem cumpridas pelo parlamento: cooperar para a construção de uma legislação urgente de reforma agrária, que facilitasse a “exploração da terra por seus proprietários, ou, diante da inércia destes, por aqueles que quisessem trabalhar”²⁷, por leis especiais de expropriação de renda, de associações ou um regime fiscal que tornasse obrigatório o cultivo. O mote seria, então, produzir para satisfazer as necessidades, eliminar a fome e criar os bens e riquezas.

Pode-se observar, portanto, a repercussão da obra de Josué de Castro ao desvelar o problema da fome e da subnutrição no Brasil como plataforma política que ia além do problema específico da nutrição e ganhava um contorno social e econômico. É justamente em torno das conclusões do trabalho de Josué que se trata a segunda parte do artigo de Frei João Batista.

A fome como questão regional

A segunda parte do artigo apresenta, de modo bastante fiel, um recorte das principais conclusões de *Geografia da Fome*. Ali poderíamos ver o reconhecimento gradativo do problema da fome e da subalimentação em paralelo ao agravamento da situação por uma opção de política econômica. O que, por fim, imporia a necessidade da construção de um plano nacional de política alimentar. Isto porque o problema da fome teria sido examinado não somente sob a ótica biológica, mas fundamentalmente como uma expressão do modo de ocupação do território e exploração da terra consolidado historicamente. Analisado por Josué como um país de tipo “semi-colonial”, baseado em uma agricultura “semi-feudal” e com tendência à monocultura, o Brasil possuiria um coeficiente de produção alimentar muito abaixo das necessidades biológicas da

²⁷ SANTOS, J. B. Pereira dos *Op. Cit.* Pg.204.

população²⁸. Somada a esta situação encontrava-se a falta de uma rede de comunicação e transporte entre centros produtores e centros consumidores, e ainda um desequilíbrio regional da produção alimentar concentrada no sul do país.

Desse modo, a obra revelaria uma alimentação deficitária que se estenderia por todo o território. Insuficiente e incompleta, ela teria levado o país a um “regime habitual de fome”, cuja geografia poderia ser concebida como de fome endêmica, com carências quantitativas e qualitativas, sobretudo na região amazônica e nas regiões de produção de açúcar e cacau no Nordeste; fome epidêmica, nas áreas de seca do Nordeste, e, ainda, como fome de subalimentação, na região central e no Sul²⁹. Esta situação de fome global ou específica, segundo Josué, constituiria um dos fatores que dificultava a integração econômica do país, revelando a distância entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, que buscavam a integração. Os altos índices de mortalidade infantil, mortalidade por doenças como tuberculose e ainda os altos coeficientes de incapacidade para o trabalho seriam índices, ou ainda, expressão bioestatística, do estado de subalimentação coletiva³⁰.

Ainda segundo Santos, Josué de Castro teria percebido que esta situação se agravaria com o crescimento normal da população, sem um aumento da produção alimentícia, o que impunha, enquanto tal, uma crítica da política econômica vigente, que ao incentivar, e até mesmo privilegiar desproporcionalmente, as atividades industriais, teria abandonado as atividades agrícolas, sobretudo aquelas destinadas à alimentação, incentivando somente as atividades de produção de matérias-primas para o consumo industrial. Esta política econômica incentivaria, portanto, a mobilidade populacional de êxodo rural em direção às áreas industriais urbanas – concentradas no Sudeste – onde a remuneração era maior. Somado a estes fatores econômicos e populacionais, observava-se o desenvolvimento de uma indústria alimentar arcaica que apresentava produtos de baixa qualidade e de valores nutricionais duvidosos.

²⁸ Ibidem Pg. 205.

²⁹ Ibidem Pg. 206.

³⁰ Ibidem Pg. 206.

Diante deste quadro, Josué proporia um plano sistemático de política alimentar que levasse em conta os diferentes fatores envolvidos: biológicos, econômicos e sociais. Proporia, ainda, a criação de um organismo técnico administrativo unificado para a construção de um plano a longo prazo, cujas medidas teriam a finalidade de aumentar a produção e reformar a economia agrária. Dentre elas estariam o combate ao latifúndio e à monocultura, a exploração racionalizada das terras cultiváveis ao redor dos centros urbanos, a intensificação da produção alimentar por pequenos proprietários em sistema de policultura, a mecanização intensiva, um sistema de financiamento bancário para a produção de subsistência, e ainda, sustentar e desenvolver o cooperativismo³¹. Acompanhariam estas medidas, o incentivo aos trabalhos científicos para conhecer melhor o valor nutricional das fontes de alimentação e ainda uma campanha nacional educativa sobre hábitos alimentares.

Neste sentido, a obra de Josué, mais do que um trabalho específico sobre o tema da alimentação, introduziria uma possibilidade de leitura e análise dos impasses econômicos e políticos da sociedade brasileira. Neste sentido, ela coadunava-se com as perspectivas de EH ao propor medidas de reorganização econômica, mas também territorial, tendo em vista as condições de vida da população, verificadas ali à luz de pesquisas acerca dos níveis de alimentação.

A questão social entre o rural e o urbano

Na parte final do artigo de Frei João Batista, o autor se empenha em apresentar ao leitor francês uma ideia geral da conjuntura brasileira. Para tal, restringe este quadro em três aspectos: os movimentos populacionais, o estado da produção rural e os níveis de vida. Diferentemente do que se costumava dizer sobre o Brasil, como um país predominantemente rural cuja população mantinha-se no campo, Frei João Batista, apoiando-se nos trabalhos de Roberto Simonsen e Sergio Milliet, apresenta um grande fluxo migratório de saída do campo em direção aos centros urbanos. Referia-se

³¹ Ibidem. Pg. 208.

particularmente a um fluxo migratório da população do nordeste brasileiro, sobretudo proveniente das áreas pobres e atingidas pela seca, em direção à região sudeste. Ainda que parte desta população fosse absorvida como mão-de-obra da agricultura em expansão no interior do Estado, era notável o sincronismo entre o crescimento industrial em São Paulo e o aumento populacional. De qualquer modo, ainda que a população fosse para as áreas de produção agrícola estas não eram destinadas à produção alimentar para consumo interno. (Ver Figura 32)

O artigo denuncia a falta de investimento do poder público na produção rural. Parte da baixa produção alimentar era explicada pelas características da população: um proporção muito elevada de crianças e adolescentes combinada com uma taxa muito elevada de mortalidade adulta (com baixa expectativa de vida). Vista como fator fundamental da baixa produtividade, a concentração de propriedade, por outro lado, também acarretaria um rebaixamento dos níveis de vida desta população. “Mais que a exploração da terra, é a exploração do homem em toda sua iniquidade: o homem recebe somente uma parte ínfima dos frutos do seu trabalho”³², o que levaria a esta situação degradante. A concentração de terra nas mãos de poucos proprietários explicaria o fato de um país com extensas áreas cultiváveis, ter uma produtividade geral muito baixa e menor ainda para os gêneros alimentícios, ao mesmo tempo em que grande parte de sua população sofria os efeitos da fome, global ou específica.

Este conjunto de fatores, associados a reduzidos coeficientes de consumo per capita, levava a um quadro de níveis de vida muito baixo, sobretudo nos indicadores de consumo alimentício pesquisado por Josué de Castro, em *O problema da fome no Brasil*³³. Consolidava-se assim a imagem de um país com uma extrema concentração de propriedade e riquezas, até mesmo com uma relativa ausência de classes médias, e uma imensa massa populacional que vivia na pobreza. Faziam-se necessárias as pesquisas de níveis de vida e ainda dos orçamentos familiares. Neste quesito, o artigo evoca a

³² SANTOS, J. B. Pereira dos "Géographie de la faim. Le problème "besoins-ressources" au Brésil (continuação)" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v.7, n.37, p. 322-331, Mai-Jun 1948. Pg. 326.

³³ CASTRO, Josué de *O problema da alimentação no Brasil* Companhia Editora Nacional, 1933.

pesquisa de Josué de Castro sobre as condições de vida da classe operária no Recife³⁴, na qual o autor havia pesquisado os orçamentos familiares e constatara que o alto comprometimento da renda familiar com alimentação revelava o nível próximo à subsistência desta camada da população³⁵. Nesta pesquisa, ele avaliara também o consumo alimentar das famílias tendo em vista os seus quadros nutricionais, e ao final revelou as condições de insuficiência e os hábitos alimentares marcados pelo consumo de poucos gêneros alimentícios.

Ao final do artigo, ao traçar em linhas gerais uma breve análise da situação brasileira, Frei João Batista procura aproximá-la da conjuntura francesa em debate naquele momento. “Assim, ainda que o Brasil não tenha sofrido diretamente os efeitos da guerra, (...), sofre do mesmo mal que se pode constatar na França.”³⁶ E assinala a insuficiência de produção agrícola, orientação excessiva para exportação da agricultura e da jovem indústria, assim como o excesso de despesas administrativas e um política de privilégios. E finaliza: “parece-nos que este breve estudo poderá ajudar os franceses a melhor analisar sua própria situação e os brasileiros a refletirem sobre ela”³⁷.

Com este texto, nota-se, portanto, o esforço de construção de uma análise da conjuntura brasileira. Não se tratava de enaltecer as potencialidades das riquezas naturais, mas ao contrário, ao revelar seus problemas mais profundos, visava-se abordar as possibilidades de mudança e transformação de tal situação. O papel da obra de Josué de Castro é central neste processo como pode ser observado pela posição de destaque que ela assume no artigo de João Batista. Mas é ainda interessante notar como o problema da fome, a partir dos estudos no Brasil, era pensado como capaz de iluminar a situação francesa - ao menos é essa a sugestão do dominicano – colocando a questão

³⁴ CASTRO, Josué de *Condições de vida das classes operárias do Recife* S.i, 1935.

³⁵ O segundo maior gasto seria justamente com a habitação, que somada com os custos alimentares chegaria a 90% do orçamento familiar, não restando recursos para os gastos médicos, farmacêuticos ou para outras emergências. Revelando, deste modo, a extrema vulnerabilidade de grande parcela da população.

³⁶ SANTOS, J. B. Pereira dos Op. Cit. Pg. 331. Livre tradução da autora.

³⁷ Ibidem. Pg. 331. Livre tradução da autora.

da fome e o desequilíbrio econômico entre os países dentro de um cenário político internacional mais amplo.

Josué de Castro na *Économie et Humanisme*

Desde 1946, o livro *Geografia da fome* vinha tendo grande repercussão nos meios políticos e intelectuais. Não sem motivo, Josué de Castro em 1947 foi escolhido como delegado do Brasil na “Conferência de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas”, convocada pela FAO, tornando-se no mesmo ano um membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição da mesma instituição. Deste modo, pode-se observar que a recepção francesa de sua obra, e particularmente no interior do movimento Economia e Humanismo, é concomitante a seu reconhecimento no plano internacional, seja nos debates que emergem acerca do “Terceiro Mundo”, seja nas discussões de reconstrução do pós-guerra.

É neste impulso, que *Économie et Humanisme* publicou a tradução integral desta obra em língua francesa em 1949³⁸. No ano anterior, antecipando o lançamento do livro, Josué escreve na revista um artigo que serviria de apresentação da obra. O autor inicia o artigo *Terre des hommes - terre de la faim*³⁹ expondo o problema da fome como sendo algo generalizado e não restrito a certas imagens do senso comum, como ligadas apenas a áreas devastadas por guerras ou ainda a regiões superpovoadas do continente asiático. Tratava-se, antes, de uma calamidade pública universal, uma vez que atingia generalizadamente todo o globo, e mesmo regiões como a América vista como um continente de abundância, na qual milhões de imigrantes reconstruíram suas vidas, justamente fugindo da fome e da miséria, predominantemente, do continente europeu. As pesquisas sociais e estatísticas sobre o tema, ainda esparsas mostravam que as

³⁸ CASTRO, Josué *Géographie de la faim: la faim au Brésil* Paris : Les éditions ouvrières. *Économie et Humanisme*, 1949.

³⁹ CASTRO, Josué de "Terre des hommes - terre de la faim" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v.7, n.39, p. 449-460, Sept-Oct 1948.

populações americanas de diversos países também estavam expostas às consequências da fome e da desnutrição.

Por outro lado, Josué relata a dificuldade em se encontrar estudos, bibliografias e pesquisas nesta área, não obstante a gravidade do problema, o que revelava os tabus que o cercavam. Em primeiro lugar, estaria um tabu de ordem moral, que dificultava a abordagem dos instintos humanos em uma sociedade cada vez mais pautada pela racionalidade e cientificidade, situação esta agravada pelos estudos de Freud que associava os instintos aos impulsos sexuais. Mas em segundo plano, estariam tabus de ordem econômica, que constrangiam os estudos sobre a fome, pois revelavam justamente uma situação de dominação imperialista de países colonizados, destinados à produção de matérias-primas para suprimento do parque industrial das economias centrais. É neste sentido, que Josué de Castro preconiza os estudos sobre o assunto, tratando-o de modo compreensivo, analisando seus aspectos biológicos, econômicos e sociais.

Para tal tarefa, que pretendia examinar a fome sob uma ótica diferenciada tendo uma visão mais ampla da situação, Josué buscava um método que permitisse tal visada, apoiado na geografia humana e nos estudos ecológicos. A geografia permitiria “estudar o fenômeno da fome em toda sua realidade, sem arrancar as raízes que o ligavam a inúmeras manifestações econômicas e sociais da vida das pessoas”⁴⁰, referindo-se ao método interpretativo da geografia moderna⁴¹. Entretanto, não se tratava de um estudo restrito de geografia, pois ainda era preciso abordar os aspectos biológicos, higiênicos e médicos do problema. Josué expunha seu desejo de buscar fazer uma pesquisa de natureza ecológica do problema da fome. Segundo ele, a alimentação era um objeto privilegiado para os estudos de ecologia humana, uma vez que a relação entre os agrupamentos humanos e as regiões que estes ocupam seria essencial, pois dependem dos recursos naturais fornecidos pelo meio ambiente para a subsistência das populações locais, assim como os métodos escolhidos por estas populações para

⁴⁰ Ibidem. Pg. 455. Livre tradução da autora.

⁴¹ Dentre os autores citados está: BLANCHE, Vidal de la *Principes de Géographie Humaine*, 1922.

satisfazer suas necessidades alimentares fundamentais⁴². Contudo, ainda buscava uma contribuição própria: iluminar os fenômenos de natureza social com os fundamentos biológicos do caso da fome.

Josué procura, então, precisar a noção de fome com a qual ele trabalha. Tratava-se de um estudo sobre o que ele chamava de “fome coletiva”, um fenômeno que atingia grandes massas humanas de maneira endêmica ou epidêmica. O trabalho ainda ampliava a análise ao considerar não somente a fome total (ou global), que seria a mais visível, pois levaria o homem ao estado de inanição, mas também aquilo que ele chamou de fome parcial (ou específica), considerada um aspecto oculto do problema, pois se referia a carências alimentares de determinados nutrientes o que não tornava o problema mais ameno, pelo contrário era a causa de doenças graves que abatiam as populações de modo silencioso. O núcleo central, portanto, do trabalho de Josué ampliava e muito a visibilidade do problema das fomes coletivas parciais e a amplitude geográfica que ela atingia.

O livro, então, foi organizado em 5 partes. A primeira destinava-se à análise da situação brasileira, a segunda abordaria o restante da América, a terceira analisaria a questão na África, a quarta parte na Ásia, e a quinta e última destinava-se a análise da situação na Europa, somada a uma leitura global do problema da fome. Ao examinar a questão com tamanha extensão e intensidade entre diferentes agrupamentos humanos, Josué tinha em mente estimular as pesquisas para reconhecimento da situação alimentar dos povos assim como as fontes disponíveis para satisfazer suas necessidades alimentares. O autor coloca ainda seus estudos em uma perspectiva - crescente no pós-guerra - em que os problemas humanos deveriam sobrepor-se às questões estritamente financeiras. Crítico às disputas que levaram à Segunda Guerra, ele considerava igualmente mórbido o desejo de conquistar as forças naturais pela técnica. E ainda avaliava que o avanço científico deveria estar a serviço dos homens: “colocar a produção a serviço dos agrupamentos humanos ao invés de tornar o homem escravo da

⁴² Ibidem. Pg. 455.

produção insaciável”⁴³, dizia ele. Posições estas que iam ao encontro das perspectivas de EH de renovação do humanismo diante os desastres da Segunda Guerra.

Josué e o reconhecimento do subdesenvolvimento

Em 1951, Josué de Castro publicaria o seu *Geopolítica da fome*⁴⁴, obra que também teria uma grande repercussão internacional, inclusive com a tradução para o francês, mais uma vez publicada por *Économie et Humanisme*⁴⁵ no ano seguinte. 1952 foi também o ano em que Josué assumiu a presidência do Conselho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), cargo que voltou a ocupar em 1956. A *Revue Économie et Humanisme* mais uma vez abriu espaço ao novo trabalho de Josué. No artigo *Géopolitique de la faim*⁴⁶, o próprio autor traça as linhas gerais do livro, retomando o reconhecimento do problema da fome, mas acentuando o aspecto político da exploração econômica entre países.

O texto inicia-se com a constatação de que dois terços da população do mundo vivia em um estado permanente de fome. Questionando o leitor sobre a fonte de tal calamidade afirmava ser ela um entrave criado pelo próprio homem e não um fenômeno natural ao qual todos estariam inexoravelmente expostos. Sob este ponto Josué havia escrito outro artigo na revista *Idées et forces*⁴⁷, em 1949, argumentando contra as concepções de teóricos considerados neomalthusianos para quem – seguindo a teoria de Thomas Robert Malthus - a questão da fome e da miséria seria irremediavelmente produzida por um desequilíbrio entre o crescimento populacional e o aumento da produção. Josué enxergava a questão sob outro prisma, uma vez que concebia o

⁴³ Ibidem. Pg. 457. Livre tradução da autora.

⁴⁴ CASTRO, Josué *Geopolítica da fome* Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

⁴⁵ CASTRO, Josué *Géopolitique de la faim* Paris : Éditions Économie et Humanisme, 1952.

⁴⁶ CASTRO, Josué "Géopolitique de la faim" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v. 12, n.77,p. 26-31, Jan-Fev, 1953.

⁴⁷ CASTRO, Josué "La faim mondiale et le néo-malthusianisme" *Idées et forces*, Lyon, n.3, pg.7-15, Avril/Jun, 1949.

crescimento demográfico em função das atividades econômicas desenvolvidas e por fatores sociais nem sempre estimáveis.

Mas é na obra *Geopolítica da Fome* que a questão ganhava contornos muito mais políticos. Nela, o autor afirma que a fome coletiva seria um fenômeno de ordem social originado, em geral, pela má utilização dos recursos naturais disponíveis ou pela não repartição dos bens de consumo. Para ele, a luta contra a fome não se constituía em uma utopia, mas seria perfeitamente realizável diante dos bens disponíveis e das técnicas modernas. O que se fazia necessário e urgente era a distribuição das terras e dos meios. E continua sua argumentação afirmando: “sem o aumento do nível de vida das populações mais pobres, que constituem dois terços da população mundial, tornar-se-á impossível manter o nível de vida do outro terço da população”⁴⁸, evidenciando um plano de combate à desigualdade social.

Passando pelo plano técnico, a argumentação do autor é delimitada pela conjuntura política. Josué afirma a necessidade de uma revolução no campo da produção alimentar e sua efetiva possibilidade ainda que existissem obstáculos à aplicação em grande escala do progresso científico. O problema se tornaria como aplicar os avanços científicos e as decisões técnicas. Não bastaria produzir o suficiente de produtos alimentícios para que o combate à fome fosse eficaz. Era preciso garantir a aquisição e o consumo por aqueles que necessitavam, caso contrário haveria uma superprodução e um subconsumo. Para tal, no plano econômico era preciso enfrentar as barreiras alfandegárias e os blocos econômicos antagônicos para que se estabelecesse um equilíbrio internacional do consumo de alimentos.

Josué vai mais longe ao fazer uma análise mais profunda das disparidades econômicas entre países que historicamente haviam sido colônias dentro do cenário internacional. Para o autor, os países que teriam sido colonizados foram submetidos a um tipo de exploração que impunha um nível de produção, segundo ele, infra-humano. Para estes grupos propunha um tipo de organização econômica própria, saindo do

⁴⁸ CASTRO, Josué "Géopolitique de la faim" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v. 12, n.77,p. 26-31, Jan-Fev, 1953. Pg. 29.

sistema exploratório, aumentando o nível de produtividade e buscando integrar estes grupos marginais em uma comunidade econômica mundial. É neste sentido que afirma:

“A economia dita “colonial”, graças a qual prosperaram as potências industrializadas, retirando das colônias as matérias-primas a baixo preço, representa um destes tipos de exploração econômica incompatível com o equilíbrio econômico do mundo. Os grandes ares de fome endêmica do mundo são exatamente os ares coloniais – quer se trate das colônias políticas, como os territórios africanos, ou das colônias econômicas, como a China e a maior parte da América Latina – destinadas à produção de matérias-primas para alimentar a indústria européia e norte-americana. Sem uma transformação radical da política colonial, que conduza os povos coloniais a produzirem suficientemente de acordo com as suas necessidades biológicas, não se pode esperar uma solução radical ao problema da fome universal.”⁴⁹

Deste modo, o artigo evoca uma emancipação das antigas áreas coloniais e a constituição de um economia cooperativa mundial, em que predominasse a reciprocidade dos interesses econômicos⁵⁰, argumentando que estes países poderiam assumir um papel importante no equilíbrio internacional por serem potenciais mercados consumidores do excedente de produção dos países “mais desenvolvidos”⁵¹. Assim sendo, Josué preconiza uma política do bem estar social, típica do pós-guerra europeu, que colocava em jogo o papel que as antigas áreas coloniais poderiam assumir no cenário internacional, de modo que em um primeiro momento saísse da dicotomia imediata entre um capitalismo liberal – que assumia cada vez mais novas formas de imperialismo – e o bloco antagônico considerado como o socialismo real.

⁴⁹ Ibidem. Pg. 30. Livre tradução da autora.

⁵⁰ Ibidem. Pg. 30.

⁵¹ Ibidem. Pg. 30.

De todo modo, o que se pode observar é a presença das questões colocadas por Josué de Castro no principal meio de divulgação do ideário de *Économie e Humanisme*. O fato é que a partir da viagem de Lebreton ao Brasil parecia abrir-se um espaço no centro do movimento para as questões brasileiras e, por extensão, para questões regionais, em uma amplitude tal capaz de remeter-se ao que pouco depois viria a se chamar de Terceiro Mundo. Neste sentido, ao mesmo tempo em que o grupo de Lebreton parecia se abrir à contribuição do intelectual brasileiro, também este parecia oferecer uma possibilidade de renovação ao movimento francês quando este se encaminhava a uma intervenção em outras partes do mundo. Nota-se, ainda, as afinidades do trabalho de Josué com as perspectivas de pesquisa que EH vinha realizando sobre as condições de vida, em que a alimentação sempre foi um dos itens de análise, mas nunca chegaria tão longe em suas conclusões. Josué foi reconhecido por tratar a fome como um fenômeno social e ao retratá-la evidenciando as desigualdades econômicas evidenciava o subdesenvolvimento econômico dos países submetidos ao sistema colonial. Ao mesmo tempo, também em uma direção similar ao do movimento, afastava-se das dicotomias ideológicas típicas do pós-guerra, entre os blocos econômicos e colocava a pobreza e a fome em termos de uma necessidade de cooperação internacional, em posição anti-imperialista.

3.3 Desenhando os territórios do Desenvolvimento Harmonizado

No plano internacional o problema da fome, assim como a pobreza, a falta de moradia adequada configuravam uma agenda para ação cuja estratégia vinha sendo delimitada por planos de desenvolvimento. Amplamente apoiados pelos novos métodos de produção da ciência moderna e do conhecimento tecnológico, os planos de desenvolvimento, em geral, visavam aumentar a produtividade como chave de prosperidade e paz entre as nações dentro de um novo discurso das relações internacionais após a Segunda Guerra⁵².

Muitas foram as instituições e intelectuais que se debruçaram sobre a noção de desenvolvimento, em especial nos anos 50, ainda que com aspectos em comum algumas vezes com perspectivas diversas⁵³. É dentro deste contexto e clima intelectual que Lebreton vai desenhando a noção que ele denominaria de Desenvolvimento Integral e Harmonizado. A construção deste conceito vai articulando o reconhecimento do problema da fome projetado por Josué de Castro, a utilização do método de *Économie et Humanisme* denominado “*besoins-ressources*”, passando pela problemática do território designado “*aménagement du territoire*”.

A trajetória de Lebreton e dos rumos de EH, na interpretação de Denis Pelletier, passou por um momento de inflexão nos anos 50. Segundo o autor a crise pela qual passava EH, culminando na saída de Henri Desroche, seria seguida do engajamento de Lebreton nos países do “Terceiro Mundo”⁵⁴. Neste processo a América Latina - e em especial o Brasil - tornou-se um terreno de experimentação fundamental para a nova fase do movimento e de seu idealizador. “O Brasil será a partir de 1952 o laboratório

⁵² Sobre o estudo da emergência e consolidação do discurso e das estratégias do desenvolvimento no imediato pós-guerra, como resultado da problematização sobre a pobreza, assim como as representações produzidas sobre o “Terceiro Mundo”, sobretudo a partir das ações do Banco Mundial na América Latina Cf. ESCOBAR, Arturo *Encountering development: the making and unmaking of the third world* Princeton: Princeton University Press, 1995.

⁵³ Inclusive na América Latina, com a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) e o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), no Brasil.

⁵⁴ PELLETIER, D. Op. Cit. Pg. 289.

desta reconversão, logo estendido ao conjunto da América Latina, depois a outras partes do mundo”⁵⁵. Neste processo, Lebret parecia se afastar do engajamento direto com os movimentos cristãos na França e se concentrava no aprimoramento dos métodos de enquête, agora com orientação para pesquisas de desenvolvimento e de “*aménagement du territoire*”, assim como para a formação de *experts* na própria realização das pesquisas, processo que culminou com a criação, em 1958, do IRFED – *Institut International de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé* – em Paris, um instituição distinta do centro das discussões de EH em La Tourette, Lyon.

Ainda segundo a análise de Pelletier, nesta mudança vai sendo configurada a ideia que expressaria um equilíbrio entre a intervenção do Estado na economia nacional, limitado pelo sistema de seguridade social, e a iniciativa privada regulada por setores associativos⁵⁶. Segundo a análise do autor delineava-se como referência para EH um modelo de Estado providência no interior do sistema liberal. No entanto, não se tratava de uma ruptura com as construções anteriores de EH, neste processo de mudança seriam preservadas a utopia comunitária e a economia humana como método de pesquisa⁵⁷. Na interpretação do autor, ao conservar e dar um lugar privilegiado às pesquisas, uma lógica modernizadora e secular, defendida pela SAGMA, passava ao primeiro plano. Neste sentido, as pesquisas seriam postas a serviço de uma modernização respeitosa aos vínculos comunitários, e para o autor, ao respeitar igualmente uma ética cristã, forneceriam os fundamentos de um “terceiro mundismo católico”⁵⁸.

Brasil: a experiência regional

Em 1952, Lebret retornou ao Brasil. Não sem dificuldades conseguiu vencer a resistência colocada pelos arcebispos de São Paulo e do Rio de Janeiro. O retorno foi viabilizado pelo convite de Lucas Nogueira Garcez, então governador do estado de São

⁵⁵ Ibidem. Pg. 292.

⁵⁶ Ibidem. Pg. 292.

⁵⁷ Ibidem. Pg. 296.

⁵⁸ Ibidem. Pg. 296.

Paulo, para que Lebret através da SAGMACS realizasse uma pesquisa para a CIBPU – Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, constituída em 1951 pelos Estados brasileiros – São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e presidida por Garcez⁵⁹. Concomitante a este convite, Josué de Castro, após passagem por EH em 1949 e 1951, propôs a Lebret uma consultoria de duas semanas na Comissão do Bem Estar Social no Rio de Janeiro para difundir o método de pesquisa⁶⁰. A intervenção de Lucas Nogueira Garcez, Josué de Castro, ao lado de Dom Helder Câmara - que havia sido designado bispo auxiliar do Rio de Janeiro – permitiu o retorno de Lebret ao país.

Chegando ao Rio de Janeiro em 1952, para sua segunda estadia entre Maio e Setembro, Lebret iniciou seus trabalhos na Fundação Getúlio Vargas como consultor da Comissão do Bem Estar Social, dirigida por Josué de Castro. Esta comissão tinha por objetivo coordenar os esforços de desenvolvimento social e econômico no âmbito federal durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1950-54) e ficava sob a esfera do Ministério do Trabalho⁶¹. A demanda feita a Lebret era de auxiliar na construção do método de pesquisa sobre os níveis de vida de 34 municípios brasileiros, o que foi elaborado segundo o modelo empregado em EH, ficando ainda sob sua responsabilidade um capítulo interpretativo anexado ao relatório final publicado em 1954⁶².

Na mesma viagem, ele deu início à coordenação da pesquisa *L'aménagement du territoire des huit Etats du sud du Brésil*⁶³, sobre a situação dos estados brasileiros que

⁵⁹ Ibidem. Pg.302.

⁶⁰ Ibidem. Pg.301.

⁶¹ Ibidem. Pg.301.

⁶² LEBRET, L.-J. "A pesquisa brasileira de padrões de vida" *Serviço Social*, Pg.10-74, 1954.

⁶³ SAGMACS *Aspectos Demográficos e Econômicos da Bacia Paraná-Uruguai Tomo I Aspectos Demográficos, Nível e Ritmo de Desenvolvimento. Econ., Agricultura* São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 1963.

SAGMACS *Aspectos Demográficos e Econômicos da Bacia Paraná-Uruguai Tomo II O desenvolvimento Industrial, a demanda de energia elétrica, o sistema de transporte* São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 1963.

SAGMACS *Aspectos Demográficos e Econômicos da Bacia Paraná-Uruguai Tomo III Receita e dispêndios federais na região* São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 1963.

compunham a bacia hidrográfica Paraná-Urugui - em realidade conformavam a Bacia do Rio Paraná sete estados brasileiros: São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - e indicava a realização do estudo para a Bacia do Rio Urugui no país vizinho sob demanda da CIBPU. Esta comissão que reunia os governadores dos estados envolvidos contratou a SAGMACS, sob a coordenação local de Frei Benevenuto de Santa Cruz, para fornecer subsídios para a elaboração de uma política de planejamento regional e desenvolvimento econômico em uma escala regional, avaliando os níveis de vida e fazendo um levantamento das necessidades da população dos estados. A pesquisa foi realizada ao longo do ano de 1953. A formação dos pesquisadores ficou a cargo da SAGMACS e a interpretação e redação geral foram atribuídas a Lebrete e Raymond Delprat. (Ver Figuras 33 e 34)

Na mesma oportunidade, Garcez contratou a SAGMACS para realizar um estudo mais específico das possibilidades de desenvolvimento do estado de São Paulo, cujo relatório final sugeria o mesmo método para os demais estados da comissão. No trabalho *Problemas de desenvolvimento: necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo*⁶⁴, que foi realizado de junho a agosto de 1952, a orientação e direção de Lebrete contou com as equipes da SAGMACS e de EH na França. Os autores foram: Antonio Bezerra Baltar⁶⁵, Benevenuto de Santa Cruz, Darcy Passos, Eduardo Bastos, Lebrete e Raymond Delprat. Dentre os consultores especializados estavam Antônio Delorenzo Neto, sobre administração municipal, a economista Chiara D'Ambrosis e o economista Gilles Lapouge. As pesquisas sobre níveis de vida e necessidades da população rural foram dirigidas por Eduardo Passos e assistidas por Frank Perry Goldmann. A equipe de desenhistas que produziu as cartas, os gráficos e os mapas contou com os arquitetos

⁶⁴ SAGMACS *Problema de desenvolvimento: Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* Vol. I e II São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Urugui, 1954.

⁶⁵ Antonio Bezerra Baltar (1915-2003) foi professor, engenheiro, urbanista e atuou politicamente na cena pública. Foi membro da SAGMACS e um dos profissionais fundamentais nas análises urbanas no quadro desta associação. Em 1965, partindo para o exílio no Chile trabalhou para a ONU e CEPAL. Sobre a atuação de Baltar Cf. PONTUAL, V. "O engenheiro Antônio Bezerra Baltar: prática profissionais e filiações teóricas" ANAIS ENANPARQ, Rio de Janeiro, 2010.; e PONTUAL, V. *Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife na década de 1930-1960*. Recife: UFPE, 2001.

recém-formados Clementina D'Ambrosis, Domingos de Azevedo Netto, Joaquim Guedes e Liliana Guedes, Miguel Zangaro e Le Rouge da equipe francesa.

O trabalho divide-se em cinco partes. A primeira trata dos aspectos da Bacia Paraná-Uruguai, de sua posição econômica em relação ao país, de suas fontes de produção agrícola e industrial e do papel de São Paulo nesta região. A segunda parte aborda os níveis de vida e as necessidades da população rural do estado, buscando definir as zonas homogêneas e a apresentação dos resultados nos diagramas de Lebrete. A terceira parte dedica-se a uma análise de conjuntura da economia de São Paulo em relação ao país. A quarta parte apresenta as possibilidades produtivas e os pontos frágeis. E por fim apresenta os objetivos econômicos – entre eles aumentar e orientar a produção agrícola, estimular a indústria e o fornecimento de equipamentos básicos – sociais – dentre os quais examinar o problema migratório e os problemas de urbanização, em especial na reestruturação da capital - e administrativos – dentre eles, a reforma municipal e a organização regional do país.

Deste modo, vemos a articulação das pesquisas de níveis de vida da população com o levantamento de suas necessidades, assim como uma avaliação territorial das possibilidades de produção e logísticas, passando por uma reorganização administrativa que prevê uma descentralização dos poderes em que passa a desempenhar um papel importante as escalas regionais e municipais, para culminar na orientação de um plano de desenvolvimento. (Ver Figuras 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 43)

A mesma concepção de trabalho orientou a pesquisa *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao nordeste*⁶⁶. Este estudo foi contratado pela CODEPE – Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – sob a coordenação de Souza Barros – figura próxima a Josué de Castro e Antonio Bezerra Baltar – com o intuito de avaliar a localização de novas indústrias esperadas pela disponibilidade de energia elétrica oriunda do programa de obras da

⁶⁶ LEBRET, L. J. *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste* Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1955.

Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco. O primeiro contato foi efetuado em 1953, mas o estudo inicia-se efetivamente em 1954 e o relatório seria publicado somente em 1955. Baltar foi quem redigiu o prefácio de apresentação do trabalho que apontava para as disparidades regionais do país, a perspectiva de que o problema de industrialização do nordeste passava pela ascensão dos níveis de vida da população como um todo e que seria necessária a reestruturação da base agrária de forma que ela fosse equilibrada ao processo de industrialização. (Ver Figuras 44, 45 e 46)

O que pode ser observado a partir do conjunto dos planos elaborados pela SAGMACS no início dos anos 50 é a escala de análise. Trata-se de pesquisas com vistas a um planejamento regional, nas quais emerge em primeiro plano uma plataforma de reforma agrária. Os planos de desenvolvimento, portanto, são elaborados a partir de um planejamento regional, que através da mudança e coordenação de escalas passava também ao planejamento urbano, fossem das pequenas e médias cidades, como as capitais.

Aménagement du territoire

Concomitantemente às viagens de Lebreton ao Brasil (até 1954 foram realizadas 5 ao todo), *Économie et Humanisme* organiza no final do ano de 1952 uma seção de estudos sobre o “*aménagement du territoire*”. O número 79 da *Revue Économie et Humanisme*, do ano de 1953, seria todo dedicado ao tema. Nele encontra-se o artigo de Lebreton intitulado “*L'aménagement, problème économique, problème humain*”⁶⁷, que abre o volume temático. Neste artigo Lebreton define o sentido dado às palavras no processo de construção da noção de *aménagement du territoire*, são elas: “*mise en valeur*”, desenvolvimento, “*aménagement*” e civilização. A “*mise en valeur*” refere-se aos recursos potenciais de um território e a sua melhor utilização. Trata-se de uma valorização, mas adverte o autor, não em sentido de criação de valor para apropriação

⁶⁷ LEBRETON, L.J. "L'aménagement, problème économique, problème humain" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v. 12, n.79, p. 3-7, Mai-Jun, 1953.

de outros em sua acepção “materialista” e sim no sentido de uma valorização humana das populações⁶⁸. Este termo refere-se também à instalação dos equipamentos divididos em 4 tipos: de base (relaciona-se aos meios de transporte e energéticos), industriais, de extração e transformação, agrícolas (drenagem, irrigação, armazenamento) e de serviços (comércio, jurídico, administrativo, cultural e de lazer).

“Desenvolvimento” é definido, aqui, como um conceito dinâmico e relativo, que viria da comparação entre as situações dos países. Podendo eles serem classificados como: desenvolvidos – em que o conjunto de seus recursos estariam sendo bem utilizados -, em vias de desenvolvimento autônomo – em que os recursos próprios locais (poupanças) tem uma participação importante nos investimentos de infraestrutura -, e os subdesenvolvidos – em que não se pode investir nos equipamentos necessários senão pela ajuda dos países desenvolvidos. Nesta última categoria salienta a importância da consideração do nível técnico destas populações consideradas subdesenvolvidas, tanto quanto os níveis de desenvolvimento dos elementos econômicos, sanitários, residenciais e culturais para a definição de sua situação. E a partir de uma política de solidariedade internacional veria no desenvolvimento um “progresso coerente e harmonizado, ao mesmo tempo técnico e humano”⁶⁹.

O termo “aménagement” é definido da seguinte maneira:

“*aménagement*” é a técnica de “*mise en valeur*” e do desenvolvimento, dentro dos quadros de unidades territoriais naturais ou políticas mais ou menos vastas. Ele supõe uma intervenção voluntária para assegurar um “*mise en valeur*” racional e um desenvolvimento harmonioso em vista da utilização “ótima” dos recursos e da elevação humana das populações.”⁷⁰

⁶⁸ Ibidem. Pg. 4.

⁶⁹ Ibidem. Pg. 4.

⁷⁰ Ibidem. Pg. 4.

Mas ainda faz uma ressalva. O *aménagement* seria distinto da planificação por não se restringir aos aspectos econômicos, mas antes procurar elevar igualmente os aspectos humanos e as condições de vida da população. Ainda seria necessário construir os planos de *aménagement* e neste ponto distingue a denominação francesa da inglesa – “*regional planning*” – e da holandesa – “*planificacion d’espace*” – procurando salientar o termo “território” e uma preocupação concreta com as populações residentes nestes espaços. Por isso, utilizam o termo “*aménagement du territoire*”, adotado inclusive pelo Ministro da Reconstrução Urbana, Claudius Petit, presente na seção de discussão sobre o tema em *La Tourette*.

O último termo definido no artigo é “civilização”:

“O conceito de civilização implica a “*mise en valeur*” ordenado do valor humano das populações, o desenvolvimento integral, por sua vez econômico e humano, o “*aménagement du territoire*” em função da vida coletiva a mais libertadora.”⁷¹

Segundo seus critérios seria o conceito de civilização que garantiria um desenvolvimento dirigido às necessidades das populações, uma vez que a simples “*mise en valeur*” dos recursos poderia gerar uma desumanização, ou antes, o simples desenvolvimento poderia mascarar novas formas de exploração dos homens, ou ainda o simples *aménagement* poderia contribuir para consolidar os privilégios dos povos prósperos. Em última instância, a civilização concebida por Lebreton tratava de colocar os instrumentos de planejamento em função de uma ética cristã.

Procurando um caráter universal na ética cristã, Lebreton vislumbra através do *aménagement*, definido segundo seus critérios, um plano de ação que fosse independente da forma ideológica que o poder assumisse, procurando sair da dicotomia dos blocos econômicos da Guerra-Fria pautando uma ação no território, de utilização das fontes naturais a partir da estruturação da superfície, buscando como tal “abolir os

⁷¹ Ibidem. Pg.5.

subproletariados, alimentar, vestir, abrigar e instruir a humanidade”⁷². Lebret veria, ainda, uma interdependência crescente entre os povos, seja pelo aumento das necessidades de produção alimentar, seja pela universalização das técnicas, o que o leva a formular a escala variável, mas universal, do *aménagement*, indo das micro às meso regiões. É neste sentido, que Lebret enxerga o *aménagement du territoire* como uma tarefa universal.

Passando pelas escalas de atuação, entre micro e macro tentativas, Lebret avalia o que ele considera dois perigos a serem evitados e na verdade aborda as formas de gestão do território e da sociedade. O autor considera tanto as tentativas em micro escala, consideradas anárquicas, quanto as intervenções muito determinadas em macro escala, consideradas tecnocráticas. Em ambos os casos o equilíbrio entre o econômico e o humano estaria comprometido. No primeiro caso, as ações isoladas gerariam um conjunto caótico; no segundo caso, a organização do espaço em um processo “descendente”, de cima para baixo, resultaria em um processo tecnocrático, que só poderia culminar em uma ditadura.

“O *aménagement* supõe um duplo movimento: de baixo ao alto para que se exprima corretamente as necessidades e possibilidades tanto materiais quanto espirituais que se deve responder; e de alto a baixo para que uma coordenação realize a unidade. A tensão contínua entre base e cume é necessária se se quiser realmente realizar tal operação colossal.”⁷³

Tratava-se de uma análise aparentemente “técnica” de um panorama geopolítico. Ao negar igualmente o capitalismo liberal, que deixado à livre iniciativa geraria um caos no conjunto da produção, e o socialismo real, cuja planificação era considerada tecnocrática e ditatorial, vislumbrava-se a terceira via, desde cedo apregoada por

⁷² Ibidem. Pg.5.

⁷³ Ibidem. Pg. 6.

Lebret, em que o papel participativo das populações seria ativo em uma estrutura de poder descentralizada, mas de decisões coordenadas.

Deste modo, Lebret previa uma transformação profunda:

“Nenhum regime existente hoje poderá subsistir: um capitalismo humanizado deverá modificar tão profundamente os mecanismos que ele deixará de ser capitalismo; um comunismo consolidado deverá ser realmente descentralizado, realmente adaptado à diversidade, realmente resignado a deixar subsistir o espiritual, realmente adquirir sinceridade, que não parecerá nem de longe o marxismo leninista-stalinista que hoje podemos observar.”⁷⁴

Diante da polarização ideológica e a tensão de uma guerra iminente, para Lebret a esperança viria do “*aménagement* humano do espaço”, através do qual lentamente se chegaria à ascensão das massas e à lenta abertura dos intelectuais e técnicos à primazia do humano⁷⁵. Nota-se, portanto, que além da renovação de um certo humanismo, a noção espacial ganhava destaque nas formulações de Lebret.

“A civilização do desenvolvimento, se formos chamar assim a civilização a promover na perspectiva de uma ascensão humana universal, será em grande medida obra dos inteligentes do espaço. O espaço será para muitos entre eles uma simples vila ou algumas comunas ao redor de um mercado. Para outros será a zona de influência de uma ou algumas pequenas cidades ou de uma grande metrópole regional. Para alguns, tratar-se-á de conjuntos imensos, até o mundo.”⁷⁶

Deste modo, Lebret vai construindo uma concepção de desenvolvimento em que o território em suas variadas escalas e sua organização é fator preponderante, além do

⁷⁴ Ibidem. Pg. 6.

⁷⁵ Ibidem. Pg. 7.

⁷⁶ Ibidem. Pg. 7. Livre tradução da autora.

crescimento econômico através de índices de crescimento de produtividade ou mesmo alguns índices sociais de consumo alimentício ou de saúde. O espaço, o território da produção e do trabalho, as cidades, os deslocamentos diários, a habitação são critérios fundamentais para sua concepção de desenvolvimento. A ação necessariamente no território marca uma distinção importante da concepção de Lebreton face às muitas teorias do desenvolvimento.

O Brasil urbano de EH

É possível notar como a construção teórica de Lebreton é parte de um processo de atuação e experiência que vai se consolidando, seja nos novos terrenos em que o Brasil tem um papel preponderante, seja na França, com as pesquisas urbanas, entre as quais a da região de *Reims*. Neste sentido, em 1955 é publicado mais um manual destinado aos pesquisadores *Guide pratique de l'enquête sociale, Tomo III, L'enquête urbaine*. Tratava-se do terceiro volume destinado especificamente à análise urbana do bairro e da cidade, os volumes um e dois respectivamente abordavam os métodos de pesquisa de EH de uma forma geral (1952) e as pesquisas rurais (1951) e ainda seria publicado o quarto volume destinado a análise regional (1958)⁷⁷.

Os guias apresentam a metodologia de trabalho de EH e seguem uma estrutura geral: mapas de localização, estudos populacionais, a estrutura econômico-profissional, aspectos da vida familiar (onde se inserem as análises do habitat e dos níveis de alimentação), a oferta de equipamentos e vida social, finalizando com um procedimento

⁷⁷ LEBRET, L. J. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo I Manuel de l'enquêteur* Paris : Presses universitaires de France, 1952.

LEBRET, L. J. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo II L'enquête rurale* Paris : Presses universitaires de France, 1951.

LEBRET, L. J. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo III L'enquête urbaine* Paris : Presses Universitaires de France, 1955.

LEBRET, L. J. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo IV L'enquête en vue de l'aménagement régional* Paris : Presses Universitaires de France, 1958.

de síntese. No caso do guia de análise urbana o método se mantém, mas há uma modificação dos critérios de análise: inicia-se por um primeiro contato global (o contato direto com o terreno, uma compilação de documentação disponível sobre população e equipamentos fundamentais), passa pelo desenho das zonas de influência (analisando as divisões administrativas, funcionais e os bairros), analisa os bairros (o grau de autossuficiência e organização, a estrutura populacional do bairro e as particularidades do centro da cidade), avalia a cidade em seu conjunto (analisando comparativamente cada bairro, traçando um plano de urbanismo, e tratando do orçamento municipal), e finaliza com um quadro de síntese fazendo um diagnóstico e propondo resoluções. (Ver Figura 47, 48, 49, 50, 51 e 52)

A publicação dos guias consolida o método de pesquisa empírica que Lebreton em conjunto com os colaboradores de EH vinha construindo desde 1943, nos primeiros anos da associação. Contudo, pode-se observar como o método vai sendo depurado do fundamento religioso e assumindo uma cientificidade cada vez maior no tratamento das questões sociais e urbanas, inclusive contando com o reconhecimento da *Presses Universitaires de France* (PUF).

De 1956 a 1961, no período imediatamente posterior à sua publicação, Lebreton realizou mais quatro viagens ao Brasil com o intuito de coordenar as atividades da SAGMACS. Durante este período Lebreton orientou mais três estudos: a *Estrutura urbana da aglomeração paulistana* (1956-1958)⁷⁸, para a Prefeitura de São Paulo, *Pesquisa de desenvolvimento urbano de Belo Horizonte* (1958), para a Prefeitura de Belo Horizonte, e *Aspectos humanos da favela carioca*⁷⁹ (1958-1960), sob a encomenda do jornal *O Estado de São Paulo*. Nota-se que estes trabalhos apresentam outra escala de atuação. Eles são estudos urbanos, em que a cidade é analisada desde seus bairros ou assentamentos até a região metropolitana. Ainda que a escala seja outra o método se mantém.

⁷⁸ SAGMACS *Estrutura urbana da aglomeração paulistana Parte 1 e 2* São Paulo: SAGMACS, 1958.

SAGMACS *Estrutura urbana da aglomeração paulistana Parte 4 Análise Urbanística* São Paulo: SAGMACS, 1958.

⁷⁹ SAGMACS “Aspectos humanos da favela carioca” *O Estado de São Paulo* 13 e 15/04/1960, Encarte especial.

O estudo da *Estrutura urbana da aglomeração paulistana* foi realizado pela SAGMACS sob a direção de Lebrecht. Ele acompanhado de Benevenuto de Santa Cruz e Mário Larangeira de Mendonça iniciou os trabalhos em 1956 com o primeiro contato global, entrevistas e a formulação dos questionários a serem aplicados. No ano de 1957, Frei Benevenuto e Mário Larangeira realizaram o curso de formação dos pesquisadores que participariam do estudo. O relatório final ficou a cargo de Antonio Bezerra Baltar, Antonio Delorenzo Neto, Raymond Delprat, Frank Goldman, Louis Joseph Lebrecht, Mário Larangeira de Mendonça, Chiara de Ambrosio Pinheiro Machado e Benevenuto de Santa Cruz. A pesquisa contou com uma grande equipe de pesquisadores, dentre eles: Celso Monteiro Lamparelli, Francisco Whitaker Ferreira, Luiz Carlos Costa, Antonio Claudio Moreira, Clementina de Ambrosio e Domingos Theodoro de Azevedo Netto. O relatório final divide-se em cinco partes: a primeira aborda a cidade de uma perspectiva histórica, demográfica e econômica; a segunda trata da estrutura urbana de São Paulo a partir da aplicação dos diagramas de pesquisa e levantamento de dados populacionais e dos equipamentos urbanos disponíveis; a terceira refere-se aos aspectos sociológicos; a quarta oferece uma análise urbanística e por fim, apresenta as conclusões e “sugestões”.

Este último item, apesar da despretensiosa nomenclatura, apresenta todo um quadro de reestruturação da aglomeração. Inicia-se apresentando a proposta de uma cidade multipolar, com a criação e dispersão de sub-centros entre unidades periféricas, unidades centrais e ainda um novo centro de funções regionais e supra regionais. Deste modo, prevê uma desconcentração das atividades em um escalonamento das funções. Recomenda uma rede de comunicação entre os centros em função da estrutura multipolar e ainda, uma ordenação do território segundo as três escalas previstas no estudo o “*great*”, o “*greater*” e a “*greatest*” São Paulo, indicado a planejamento das atividades metropolitanas⁸⁰.

⁸⁰ Sobre este estudo de grande relevância entre os urbanistas conferir os estudos a respeito. Cf. LEME, Maria Cristina da Silva. *Formação do urbanismo em São Paulo como campo de conhecimento e área de atuação profissional* Tese de Livre-docência, FAU-USP, São Paulo, Janeiro 2000; MEYER, Regina Maria Prosperi *Metrópole e urbanismo: São Paulo anos 50* São Paulo, 1991 e ainda estudos recente e específico CESTARO, L. *Urbanismo e Humanismo: a SAGMACS e o estudo da “Estrutura Urbana da aglomeração paulistana”* Dissertação de mestrado, EESC-USP, 2009.

Em 1958, a SAGMACS realizou também a *Pesquisa de desenvolvimento urbano de Belo Horizonte*, monitorada por Lebrete, mas cujo relatório ficou a cargo da equipe constituída por Annibal Villela, Antônio Bezerra Baltar, Antonio Delorenzo Neto, Benevenuto de Santa Cruz, Celso Lamparelli e Francisco Whitaker Ferreira. No mesmo ano iniciou-se o estudo no Rio de Janeiro *Aspectos humanos da favela carioca*, que iria durar quase três anos e que contou com uma equipe coordenada pelo sociólogo José Arthur Rios, o arquiteto Hélio Modesto e ainda o etnólogo Carlos Alberto Medina. O estudo foi publicado em 1960 como um caderno especial do jornal *O Estado de São Paulo* e dava visibilidade às condições de vida das famílias que viviam nas favelas do Rio de Janeiro⁸¹, contrapondo-se à política urbana de erradicação deste tipo de assentamento em curso, no momento mesmo em que a cidade deixava de ser a sede administrativa do país com a inauguração de Brasília.

Nota-se, portanto, um amplo quadro de trabalhos realizados pela SAGMACS sob a coordenação de Lebrete abrangendo desde um planejamento regional, passando por um esboço de um planejamento metropolitano, a uma reestruturação das cidades. Neste processo evidenciava-se uma proposta de reforma agrária em paralelo ao incentivo à industrialização, onde o aumento dos níveis de vida da população rural era parte dos objetivos almejados, e corroborava com a estruturação de uma rede urbana de cidade de pequeno e médio porte, assim como uma polinucleação e desconcentração das grandes aglomerações que já exerciam uma atração regional.

Ao final deste longo período de viagens ao Brasil, em que Lebrete atua como coordenador das pesquisas aqui desenvolvidas⁸², é possível perceber como esta experiência, menos do que se tratar da aplicação de conceitos, noções e técnicas criadas na França, é ela mesma parte consolidação do método de pesquisa e da constituição de novas noções – como o próprio “*Aménagement*” e como veremos o “Desenvolvimento

⁸¹ Sobre este trabalho Cf. VALLADARES, L. P. *A invenção da favela: do mito de origem à favela* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005; VALLADARES, L. P. "Louis-Joseph Lebrete et les favelas de Rio de Janeiro (1957-1959) :enquête pour l'action" *Genèses* 60, septembre 2005.

⁸² Há referências de outras viagens de Lebrete ao Brasil depois de 1961, mas neste segundo momento Lebrete desenvolvia as atividades ligadas ao Concílio do Vaticano.

Harmonizado” – que viriam, inclusive, dar novos rumos abrindo novas perspectivas para o movimento *Économie et Humanisme* em um momento de crise interna.

O Desenvolvimento Harmonizado e os territórios do Terceiro Mundo

O Brasil foi certamente um campo privilegiado da atuação de Lebreton nos anos 50, mas não foi o único. Neste período iniciava-se também uma série de viagens aos países então considerados subdesenvolvidos e que constituiriam uma plataforma de ação para Lebreton nos anos seguintes. Em 1955, a *Revue Économie et Humanisme* decide publicar pequenos trechos do diário de viagens de Lebreton a uma série de países da América do Sul, do Extremo Oriente e do Oriente Médio⁸³.

O olhar perspicaz de Lebreton, familiarizado com as pesquisas de campo e sensibilizado pelas questões fundamentais, assim como, segundo os termos da apresentação da revista, seu “engajamento pessoal nos trabalhos de *aménagement* dos países subdesenvolvidos”⁸⁴ justificariam a apresentação de um apanhado de questões de vários países. Eles apresentariam em geral os mesmos problemas: “o aumento da população maior que o aumento de recursos, os povos que querem suas independências, um capitalismo que continua a ignorar o homem, e o comunismo que se torna cada vez mais a esperança dos pobres”⁸⁵. Ao traçar tal panorama o artigo pretendia lançar luzes sobre a responsabilidade dos países desenvolvidos, em especial a América do Norte – segundo a revista –, diante de tal situação, construindo a necessidade de uma cooperação internacional.

Os trechos do diário de Lebreton formam um conjunto de impressões sobre alguns países da América do Sul – Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia, Peru e Colômbia –; do Extremo-Oriente – Japão, Hong-Kong, Vietnã, Índia e Paquistão –; e do Oriente Médio

⁸³ LEBRET, L.J. "Amérique du sud, extrême-orient, Moyen-orient" *Revue Économie et Humanisme*, Lyon, v. 14, n.93, p. 5-21, Sep-Out, 1955.

⁸⁴ *Ibidem*. Pg.5.

⁸⁵ *Ibidem*. Pg.5.

– Iraque, Líbano e Egito. A partir deles, Lebret traça uma observação do conjunto: “O caminho do mundo em direção à fome, a imaturidade americana na política mundial, o vigor do avanço comunista, a imaturidade democrática de quase todos os povos menos desenvolvidos e a necessidade de uma opção entre um desperdício para preparar um confronto gigantesco ou superação em um esforço coletivo coordenado”⁸⁶. Deste modo, Lebret procurava uma saída frente à crescente tensão ideológica através de uma cooperação internacional que dirigisse seus recursos para promover o que ele chamava de um “desenvolvimento coerente e universal”⁸⁷ sendo os países subdesenvolvidos os territórios prioritários para ação.

Em 1958, as discussões sobre desenvolvimento tomam forma na noção de Desenvolvimento Integral e Harmonizado, teorizado no artigo de Lebret, *Développement Harmonisé et Économie Humaine*⁸⁸. Nele o autor afirma ser a fome e a miséria mais uma vez os principais problemas do mundo, em direta alusão à obra de Josué de Castro – *Geopolítica da fome*⁸⁹. E, assim, coloca os termos do debate: “Será que o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos será marcado por uma selvagem e inumana vontade de poder, por uma anarquia ineficaz que não encontrará saída senão na supressão dos nascimentos [em referência às teorias neo-malthusianas] ou pelo desejo de ascensão dos homens concretos?”⁹⁰. Ao longo do artigo Lebret vai argumentando sobre a capacidade técnica, econômica, sociológica e política da construção de um Desenvolvimento Harmonizado, pensado em função de todos os homens, como resposta à crise política daquela conjuntura.

Diante do problema da fome mundial, denunciada por Josué de Castro, e dos programas alimentares que vinham sendo esboçados, Lebret protesta em favor de uma

⁸⁶ Ibidem. Pg. 15-16.

⁸⁷ Ibidem. Pg. 16.

⁸⁸ LEBRET, L.J. "Développement Harmonisé et Économie Humaine" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v. 17, n.113, p. 317-322, Sep-Out, 1958.

⁸⁹ Ibidem. Pg.317.

⁹⁰ Ibidem. Pg. 317.

ação mais eficaz e não meramente assistencial. Sua proposta inicia-se por uma “*mise en valeur*” dos recursos naturais de cada zona regional, tendo em vista o menor esforço humano para uma produção equilibrada com as necessidades da população. Neste ponto as *comunidades de base* tem um papel relevante.

“Sem o desenvolvimento das comunidades de base, o desenvolvimento esperado de injeção massiva de capitais para a criação de instalações portuárias ou de grandes fábricas não se produz, ou provoca graves desequilíbrios, tanto econômicos quanto sociais”⁹¹.

O processo esperado iniciava-se, portanto, pelo desenvolvimento das comunidades de base assegurando a produção da agricultura e pecuária pela melhoria das condições sanitárias e pela organização do trabalho coletivo, em um esforço da “base pela base”. Sob este aspecto Lebret recomenda o trabalho do IRAM – *Institut International de Recherches et d’Actions sur la Misère du Monde* – fundado em 1957, pelo abade Pierre, no Marrocos⁹², que visava a formação de agentes locais na organização regional do meio rural.

Contudo, o desenvolvimento não seria assegurado somente pelas comunidades de base, a utilização dos recursos naturais e a produção exigiriam a instalação de infraestruturas de comunicação, transporte, energia, assim como a instalação de equipamentos escolares em todos os níveis de formação, incluindo o técnico. Na análise de Lebret, o investimento nas infraestruturas sem avaliar previamente a localização, o território, poderia causar desperdícios, devendo antes ser avaliada a complementaridade das atividades produtivas levando em consideração as vantagens e inconvenientes da concentração ou dispersão das atividades produtivas no território. A industrialização deveria ser incentivada em função das necessidades mais urgentes da população, em dissonância com a perspectiva de produção em função da exportação para alimentar o parque industrial estrangeiro – sistema próprio dos países coloniais. E

⁹¹ Ibidem. Pg. 318.

⁹² Sobre a fundação deste instituto ver <http://www.iram-fr.org/documents/Histoire.pdf>.

ainda prevê o planejamento e a estruturação dos centros urbanos a fim de impedir a especulação que resultava em um sistema excludente através de uma legislação apropriada. Deste modo, avaliava que as infraestruturas urbanas ou rurais deveriam partir de uma ação coordenada, uma vez que lançada a sorte pelos interesses particulares poderia ser custosa às coletividades locais, regionais ou nacionais. Sugeria-se, assim, a intervenção estatal de planificação que dirigisse os investimentos.

Lebret iria, então, argumentar em favor da realização de estudos, planos e diagnósticos que orientassem o desenvolvimento em função das possibilidades demográficas, das condições físicas, dos níveis técnicos, evitando despesas mal empregadas pelo poder público. O autor evoca o tipo de análise realizada pelo “Centro de Estudos” de *Économie et Humanisme*, que buscava precisar a *situação* e as *necessidades* das populações, assim como as *potencialidades* e *possibilidades* do meio, do homem e das técnicas empregadas, assim como um sistema de *arbitragem* de forças que poderiam ser antagônicas dentro de cada sistema. As arbitragens indicariam como tratar as “tensões econômicas ou sociológicas” que seriam reveladas pela análise, configurando um “pré-plano de *aménagement* e de desenvolvimento”⁹³ que orientaria os investimentos por prioridade de urgência.

Nas palavras de Lebret: “Nós dispomos de um método que permitiria às autoridades públicas visar ao Desenvolvimento Integrado e Harmonizado”⁹⁴. Integrado porque se referia a “todos” os aspectos e camadas sociais, e harmonizado porque previa uma amplitude de situações que poderia abordar. Lebret ainda define este desenvolvimento como “a passagem de uma população determinada, de uma fase menos humana (inferior) a uma fase mais humana (superior), no ritmo mais rápido possível, ao custo menos elevado possível, alcançado através da solidariedade de todas as nações”⁹⁵. O modelo de desenvolvimento definido por Lebret pretendia, ainda, uma

⁹³ LEBRET, L.J. “Développement Harmonisé et Économie Humaine” *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v. 17, n.113, p. 317-322, Sep-Out, 1958. Pg. 321.

⁹⁴ Ibidem. Pg. 321.

⁹⁵ Ibidem. Pg. 322.

revisão dos modos de relação entre os povos em que estavam em jogo as formas de dominação colonial, no contexto de luta pela independência.

Neste artigo, Lebret define sua concepção de Desenvolvimento Integrado e Harmonizado, a abordagem das pesquisas, onde pode ser observada a preponderância do espaço na concretização desta concepção, e ainda a preconização do desenvolvimento local através do papel das comunidades de base dentro do contexto de disputas do processo de descolonização. Deste modo, a atuação nos territórios dos países subdesenvolvidos ganhava a dimensão da luta pelo Terceiro Mundo como um desvio da disputa ideológica - muitas vezes considerada como novas formas de imperialismo.

No mesmo ano da publicação do artigo, Lebret criava em Paris um novo instituto, o IRFED – *Institut International de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé* – que se propunha a formar os novos quadros de agentes de desenvolvimento, em especial, nos países subdesenvolvidos⁹⁶. A criação do IRFED por Lebret em 1958, assim como a criação do IRAM pelo abade Pierre em 1957, deu-se em uma ação conjunta com a fundação da ASCOFAM - Associação Mundial da Luta contra a Fome – em 1957, por Josué de Castro. Assim, o IRFED e o IRAM seriam dois organismos especializados com autonomia administrativa, mas filiados à ASCOFAM e trabalhando sob um plano comum.

Mais uma vez nota-se a presença de Josué de Castro e seu pensamento nesta fase da trajetória intelectual de Lebret. Ainda em 1958, como parte da comemoração de cinquenta anos de Josué foi lançado o livro intitulado *O drama universal da fome*, coordenado por Oswaldo Aranha – representante da ASCOFAM no Brasil - e Souza Barros - secretário geral da Associação. Nele Lebret reapresenta as linhas gerais do Desenvolvimento Harmonizado sob o título *A luta eficaz contra a fome supõe o*

⁹⁶ Sobre o IRFED e os alunos e intelectuais brasileiros que frequentaram a instituição cf. ANGELO, M. R. “A formação de profissionais brasileiros especializados no tema do desenvolvimento: da SAGMACS ao IRFED (1947-1958)” In: Anais ANPARQ, Rio de Janeiro, 2010.

*desenvolvimento integral harmonizado*⁹⁷. Revelam-se mais uma vez os diálogos entre Lebrecht e o Brasil, através de seus intelectuais, técnicos, amigos e colaboradores, mas também através de sua experiência neste terreno social que levaria à formulação de um plano de ação dentro de perspectivas comuns, o que Pelletier chamou de combate pelo Terceiro Mundo. Portanto, a noção formulada por Lebrecht de Desenvolvimento Harmonizado pressupõe o território para análise e ação, mas também trata-se de um desenvolvimento para os territórios do Terceiro Mundo.

⁹⁷ LEBRECHT, L.-J. "A luta eficaz contra a fome supõe o desenvolvimento integral harmonizado" In: ASCOFAM *O drama universal da fome* Rio de Janeiro: ASCOFAM/MEC, 1958. pg.7-14. (Simpósio Comemorativo dos cinquenta anos de Josué de Castro)

Figs 35 e 36

LEADER, CARTA Nº AN-VI-6

Fig 42

L
A
C
C
L

CARYA U'AN V180

LE DÉBAT DE VIE D'AD COUCHES SOCIALES

Fig 41

U
C
A
A

A área dos pontos é proporcional à população total dos municípios.

Figs 43 e 44

Fig 50

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa procuramos identificar a formulação de um ideário urbano através das relações estabelecidas entre um estrangeiro, o dominicano francês Louis-Joseph Lebret e São Paulo, através de intelectuais, técnicos, colaboradores e de instituições como a SAGMACS. O itinerário percorrido buscou acompanhar a trajetória de Lebret em seu anos de formação na França, na constituição do movimento religioso de ação entre os leigos *Économie et Humanisme*; seguindo de perto as experiências deste personagem em São Paulo, focalizando sua inserção neste novo terreno social e as relações estabelecidas com as instituições de ensino locais, com a ordem dos dominicanos na cidade, com os centros de formação e discussão entre os católicos; e em um terceiro momento buscou acompanhar as formulações teóricas de Lebret a partir dos diálogos com intelectuais e profissionais locais, assim como sua experiência neste território.

Ao abordar seus anos de formação procuramos evidenciar as matrizes filosóficas de São Tomás de Aquino e de Karl Marx presente em seu pensamento que configuravam um modo próprio de pensar a modernidade, em que uma visão ligada às formas medievais da sociedade na qual a comunidade seria uma categoria importante combinava-se, de maneira peculiar, com uma crítica à sociedade industrial moderna. Por outro lado, ao renovar os métodos de análise empírica dentro de uma tradição católica pavimentava o solo em que a pesquisa empírica sobre as condições de vida da população serviria para orientar os planos de reconstrução do pós-guerra dentro de um ciclo modernizador.

Foi dentro das perspectivas que se abriam com o final dos conflitos bélicos e o fim do Regime de Vichy, que Lebreton, à frente do movimento Economia e Humanismo, visou expandir os princípios e perspectivas deste movimento, através de cursos de formação e da aplicação do método de pesquisa, no momento de retomada do fluxo internacional de intelectuais em que o Brasil já se delineava como destino.

Ao chegar a São Paulo em sua primeira viagem, mais do que trazer em sua bagagem um “arsenal” teórico a ser aplicado aqui, procuramos identificar os modos de inserção deste estrangeiro em um campo receptivo a suas ideias, talvez porque intelectuais, profissionais e militantes católicos brasileiros vissem nelas antes uma contribuição a suas próprias indagações em um conjunto de questões já formuladas aqui. Não sendo este novo terreno social uma *tábula rasa*, mas antes um espaço que reformulou suas propostas, selecionando-as frente aos problemas aqui formulados.

Lançando as questões em sentido oposto, procuramos analisar como Lebreton através do contato com o Brasil, rearticulou suas posições iniciais. A experiência brasileira além de oportunidade de utilização de seus métodos de pesquisa em escala regional – mas também urbana – parece refinar seus procedimentos, inclusive com a colaboração de profissionais locais em que a SAGMACS tem papel determinante, em uma rearticulação entre o urbano e a modernização da estrutura agrária. O diálogo com intelectuais, entre eles Josué de Castro, aparece como fundamental para formular uma plataforma comum de ação política através do reconhecimento da pobreza pelas

pesquisas empíricas sobre a nutrição, mas também sobre habitação e o habitat, conformando um quadro geral precário dos níveis de vida, em especial das camadas proletárias. Esta nova plataforma política renovaria, inclusive, as perspectivas de ação do movimento francês.

A partir das experiências de Lebreton atuando pela SAGMACS e dos diálogos estabelecidos com intelectuais, profissionais, amigos e colaboradores parece surgir, portanto, um caminho viável diante da crise a qual o movimento EH se deparava. Justamente pela formulação de uma agenda comum de atuação sobre a miséria, a pobreza, a fome nos países considerados subdesenvolvidos - em função de seu passado colonial e do papel que assumiam no plano econômico internacional. Deste modo configurava-se um novo território de atuação para Lebreton, o Terceiro Mundo, onde este intelectual buscava criar um Desenvolvimento Harmonizado, conceito este formulado a partir do contato e experiência nestes novos territórios em que o Brasil foi um campo privilegiado.

A pesquisa buscou, portanto, trilhar uma via de mão dupla para analisar o contato das ideias de um estrangeiro com o Brasil, especificamente em São Paulo através da SAGMACS, delineando o “ideário urbano” contido nos métodos de pesquisa, mas também na noção de Desenvolvimento Harmonizado formulados por Lebreton. O ideário urbano contido nos planos realizados aqui dá um sentido mais amplo para os estudos urbanos e regionais, que não se restringe a contribuições para o ordenamento do território, pois ao ordenar o território segundo respectivos critérios busca dar forma a ideias e ideais na construção de outra sociedade.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

ADORNO, Theodor W. "Crítica cultural e sociedade" In: *Indústria cultural e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1982].

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ASTIER, Isabelle; LAÉ, Jean-François. "La notion de communauté dans les enquêtes sociales sur l'habitat en France. Le groupe d'Économie et humanisme, 1940-1955." *Genèses*, n. 5, Observer, classer, administrer. pp. 81-106., 1991.

BARDET, Gaston. "Les échelons communautaires dans les agglomérations urbaines" *Revue Economie et Humanisme*, Marseille, v.2, n.8, p.501-521, Mai-Jun 1943.

_____. "L'unité de voisinage dans l'urbanisme anglo-saxon" *Revue Economie et Humanisme*, L'Arbresle, v.4, n.20, p. 427-435, Jui-Aout 1945.

_____. *Problèmes d'urbanisme*. Paris : Éd. Dunod, 1941.

BENDER, Thomas e ÇINAR, Alev. "The City: Experience, imagination and place" In: *Urban Imaginaries : locating the modern city*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

_____. *Intellectual and cultural history*. Nova York: Amer Historical Ass, 1997.

BENEVOLO, L. *História da arquitetura moderna* São Paulo: Editora Perspectiva, 1998. Pg. 218-233.

BENJAMIN, W. "O caráter destrutivo" IN: *Obras escolhidas II: Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. *Obras Escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo : Brasiliense, 1996.

BOSI, A. *Ideologia e contraideologia: temas e variações*. São Paulo: CIA das Letras, 2010.

_____. "Jacques Chonchol: o Chile ontem e hoje" *Revista Estudos Avançados*, Vol. 8, n. 21, São Paulo, Maio-Ago, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral* Rio de Janeiro: fundação Getúlio Vargas, 2006. Pg. 183-192.

BRESCIANI, M. S. M. "Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)" *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.5, n°8/9, PP. 35-68, set.1984/abr. 1985.

_____. "Cidade e história" In: OLIVEIRA, L. L. (org.) *Cidades: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. "Cidades e urbanismo. Uma possível análise historiográfica". In: POLITEIA, *História e Sociedade*, v.9, n.1. Vitória da Conquista: 2009. p. 21-50.

_____. "História e historiografia das cidades, um percurso." In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Ed. USF-Contexto, 1998, p. 237-258.

BREUIL, Mathilde Le Tourneur du. *Le Père Lebreton et la construction d'une pensée chrétienne sur le développement: dans la sillage de modèles politiques et intellectuels émergents au Brésil 1947-1966*. Paris : Ecole des Hautes Etudes em Sciences sociales, 2006.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

CÂNDIDO, Antônio. "Alguns tópicos para a reflexão" *Folha de São Paulo*, 29/11/99, Ilustrada, p. 6.

_____. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CASTRO, Anna Maria de. "Josué de Castro: semeador de ideias" *Cadernos do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária*, Veranópolis, Ano II, Nº 7, Set. 2003.

CASTRO, Josué. "Géopolitique de la faim" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v. 12, n.77,p. 26-31, Jan-Fev, 1953.

_____. "La faim mondiale et le néo-malthusianisme" *Idées et forces*, Lyon, n.3, pg.7-15, Avril/Jun, 1949.

_____. *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1937.

_____. "Terre des hommes - terre de la faim" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v.7, n.39, p. 449-460, Sept-Oct 1948.

_____. *Condições de vida das classes operárias do Recife*. Recife: Departamento de Saúde Pública, 1935.

_____. *O problema da alimentação no Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

_____. *Geopolítica da fome*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

CESTARO, L. *Urbanismo e Humanismo: a SAGMACS e o estudo da "Estrutura Urbana da aglomeração paulista"* Dissertação de mestrado, EESC-USP, 2009.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações* Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

CHAKRABARTY, Dipesh. "Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference". Princeton University Press, 2000. pp.3-46

CLARO, M. *Unilabor: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária*. São Paulo: Senac, 2004.

_____. *Unilabor: desenho industrial e racionalidade moderna numa comunidade operária em São Paulo (1950-67)*. Dissertação de mestrado, FAU-USP, 1998.

COSTA, Marcelo Thimoteo da. "História, fé e exemplaridade: pensando o trajeto de Alceu Amoroso Lima" *Alceu (PUCRJ)*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.132-145, 2001.
http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n3_Marcelo.pdf

CORRÊA, Mariza. *Historia da antropologia no Brasil (1930-1960): testemunhos - Emilio Williems e Donald Pierson*. São Paulo: Vértice, 1987.

DAVIS, Horace. *Padrões de vida dos operários da cidade de São Paulo*. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, ano II, vol. XIII, junho 1935. Pg. 113-166

DESROCHE, H. C. *Signification du marxisme, suivi d'une initiation bibliographique à l'oeuvre de Marx e d'Engels par Charles-François Hubert*. Paris : Ed. Économie et Humanisme e Éditions Ouvrière, 1949.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: the making and unmaking of the third world* Princeton: Princeton University Press, 1995.

FELDMAN, Sarah. *Planejamento e zoneamento São Paulo 1947-1972* . São Paulo : Edusp / Fapesp, 2005.

FERRO, S., KEBBAL, C., POTIE, P. E SIMONNET, C. *Le corbusier: Le Couvent de La Tourette*. Marseilles, Parenthèses, 1987.

FICHER, S. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2005.

GORELIK, Adrian "A Aldeia na cidade: ecos urbanos de um debate antropológico" In: LANNA, A. L. D. [et al.] (org.) *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades* São Paulo: Alameda, 2011.

_____. *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. "A produção da "cidade latino-americana" In: *Tempo Social, Revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 1, São Paulo: junho 2005. pp. 111-133.

_____. *La grilla y el parque: espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936* Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

_____. "O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização" In: MIRANDA, Wander Melo (org.) *Narrativas da Modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pp.55-80.

_____. "Historia de la ciudad e historia intelectual" In: *Primas, Revista de Historia intelectual*, nº3, 1999. pp. 209-223

HALL, P. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005 (1988).

HARTOG, François. « Ordres du temps, régimes d'historicité » In: *Régimes d'historicité, présentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo; Cia das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. *History, Culture and Text* In: *The new cultural history*. Los Angeles: University of California Press, 1989.

JAUSS, Hans Robert . *Pour une esthetique de la reception*. Paris: Gallimard, 1978.

LAMPARELLI, Celso Monteiro. "Louis-Joseph Lebrete e a pesquisa urbano-regional no Brasil: crônicas tardias ou história prematura." *Espaço e Debates*, São Paulo, nº 37, pg. 90-99, 1994.

_____. *O ideário do urbanismo em São Paulo em meados do século XX: o padre Lebrete: continuidades, rupturas, sobreposições*. In: *Cadernos de Pesquisa do LAP*, nº 5. São Paulo: março-abril, 1995.

LE PLAY, Frédéric. *Les ouvriers européens : étude sur les travaux, la vie domestique et la condition morale des populations ouvrières de l'Europe s.i.*, 1855.

LEBRETE, L. J., GATHERON, J.-M. *L'ordre communautaire : principes d'une économie humaine* In: *Revue Economie et Humanisme*, n.6, Mar-Avr 1943.

LEBRET, L. J., DESROCHES H. C. « La méthode d'économie et humanisme I » *Revue Economie et Humanisme*, Ecully, v.3, n.12, p.121-134, Mar-Avr 1944.

_____. "La méthode d'économie et humanisme II" *Revue Economie et Humanisme*, Ecully, v.3, n.13-14, p.225-258, Mai-Jul 1944.

LEBRET, L. J. Propriété et communautés *Revue Economie et Humanisme*, Marseille, v.1, n.3, p. 321-328, Oct-Nov 1942.

_____. *Principes et perspectives d'une économie humaine* Ecully : Éditions Ouvrières Économie et Humanisme, 1943.

_____. "Tristesse et lumière". *Revue Economie et Humanisme*, Écully, v.4, n.17, p. 1-14, Jan-Fev 1945.

_____. "Tour de France" *Revue Economie et Humanisme*, L'Arbresle, v.5, n.25, Pg. 225-235, Mai-Jun 1946.

_____. "Lettre aux américains" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v. 6, n.34, p. 561-580, Nov-Dec 1947.

_____. "Forces du monde moderne" Curso São Paulo, 1947. Datilografado e numerado por aula.

_____. "Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo" *Revista do Arquivo Municipal São Paulo*, São Paulo, Vol. CXXXIX, Ano XVII, Pg. 7-52, Abr- Mai 1951.

_____. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo II L'enquête rurale*. Paris : Presses universitaires de France, 1951 ;

_____. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo I Manuel de l'enquêteur*. Paris : Presses universitaires de France, 1952;

_____. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo III L'enquête urbaine*. Paris : Presses Universitaires de France, 1955 ;

_____. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo IV L'enquête en vue de l'aménagement régional*. Paris : Presses Universitaires de France, 1958.

_____. "L'aménagement, problème économique, problème humain" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v. 12, n.79, p. 3-7, Mai-Jun, 1953.

_____. "A pesquisa brasileira de padrões de vida" *Serviço Social*, Pg.10-74, 1954.

_____. "Amérique du sud, extrême-orient, Mouen-orient" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v. 14, n.93, p. 5-21, Sep-Out, 1955.

_____. *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste* Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1955.

_____. "Développement Harmonisé et Économie Humaine" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v. 17, n.113,p. 317-322, Sep-Out, 1958.

_____. "A luta eficaz contra a fome supõe o desenvolvimento integral harmonizado" In: ASCOFAM *O drama universal da fome*. Rio de Janeiro: ASCOFAM/MEC, 1958. pg.7-14. (Simpósio Comemorativo dos cinquenta anos de Josué de Castro)

_____. *Rapport général sur les perspectives de développement du Sénégal*. 1960.

_____. *Besoins et Possibilités de développement du Liban*. Liban : Mission Irfed, 1960.

_____. *Drama do século xx : miséria, subdesenvolvimento, inconsciência, esperança*. São Paulo: Duas Cidades, 1962.

_____. *Suicídio ou sobrevivência do ocidente? : problemas fundamentais de nossa civilização*. São Paulo: Duas Cidades, 1964.

_____. *Princípios para a ação*. São Paulo : Duas Cidades, 1965.

LEBRET, M. T. "Conditions de vie de la paysanne bretonne". *Revue Economie et Humanisme*, n.20, Jui-Aout 1945.

LEFORT, Claude. "Marx: de uma visão da história a outra" In: *As Formas da história*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

LEME, Maria Cristina da Silva. *A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/Fauusp/Fupam, 1999.

_____. *Formação do urbanismo em São Paulo como campo de conhecimento e área de atuação profissional* Tese de Livre-docência, FAU-USP, São Paulo, Janeiro 2000.

_____. "A politização do urbanismo no Brasil: a vertente católica" In: *Anais ANPUR*, Rio de Janeiro, 2001.

_____. *A pesquisa pioneira de Lebrecht sobre as condições de habitação em São Paulo* In: *Espaço e Debates*, v.24, n.45, p.110-113, jan./jul. 2004.

LEPETIT, Bernard. "Arquitetura, Geografia, História: usos da escala" In: SALGUEIRO, H. A. (org.) *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. "O presente da história" In: SALGUEIRO, H. A. (org.) *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. « Histoire et sciences sociales. Um tournant critique? » In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 43e année, N. 2, 1988. pp. 291-293.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "História e Dialética" in "O Pensamento Selvagem" Campinas, SP. Papirus, 1989. pp. 280-306

LIMONGI, Fernando. "A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo" IN: MICELI, S. *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol.1. São Paulo: IDESP: Vértice, 1989-1995.

LIRA, José Tavares Correia de. *Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado*. Tese de doutoramento, São Paulo, FAUUSP, 1996.

LOEW, Marie-Réginald. "Problème d'urbanisme par Gaston Bardet" *Revue Economie et Humanisme*, Marseille, v.1, n.1, p. 154-156, Avril-Mai 1942.

_____. "Urbanisme e Humanisme (par S. Laine, F. Pierrefeu, Le Corbusier, André Boll, A. Gutton)" *Revue Economie et Humanisme*, Marseille, v.1, n.4, p.620-628, dec 1942.

_____. "Principes d'urbanisme: principes inédits d'enquête et d'analyse urbaine par Gaston Bardet" *Revue Economie et Humanisme*, Marseille, v.2, n.6, p. 263-268, Mar-Avr 1943

_____. "Une expérience américaine d'économie planifiée et décentralisée TVA" *Revue Economie et Humanisme*, L'Arbresle, v.4, n.21, p. 549-557, Set-Out 1945.

_____. *Les dockers de Marseille depuis la Libération* In: *Revue Economie et Humanisme*, n.20, Jui-Aout 1945.

LOWRIE, S. "Origem da população de São Paulo e diferenciação das classes sociais". *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, ano IV, Vol. XLIII, p. 195-212, jan. 1938.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina* Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. "Cristianismo da libertação e marxismo: de 1960 a nossos dias." In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2002 (vol. 6);

LÖWY, Michael; GARCIA-RUIZ, Jesús. "Les Sources françaises du christianisme de la libération au Brésil " The French Sources of Liberation Christianity in Brazil. In: *Archives des sciences sociales des religions*. N. 97, pg. 9-32, JAN-MARS 1997.

LUZ, Vera Santana. "Unilabor: um lugar para a utopia." *Resenhas Online*, São Paulo, 04.037, Vitruvius, jan 2005.
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.037/3169>>.

MALLEY, François *Le Père Lebreton: L'economie au service des hommes* Paris : Les Editions du Cerf, 1968.

MARTINS, José de Souza "Cristo, de Volpi, espera os operários." *Minha Cidade*, São Paulo, 08.086, Vitruvius, set 2007.
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.086/1916>>.

MEYER, Regina. *Metrópole e urbanismo: São Paulo anos 50*. Tese de doutorado. São Paulo,

MORI, Klara Anna Maria Kaiser. *Brasil: urbanização e fronteiras* Tese de doutorado, São Paulo, FAU-USP, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. "O Estado e o urbano no Brasil" *Revista Espaço e Debates*, nº 6. São Paulo, 1982.

PEIXOTO, Fernanda. "As cidades nas narrativas sobre o Brasil" in Frugoli et alli. *As Cidades e seus Agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUCMG; São Paulo: EDUSP, 2006, pp.177-197.

_____. "Franceses e Norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)" In: MICELI, Sergio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP: Vértice, 1989.

PELLETIER, Denis. « Actualités Economie et Humanisme: Louis-Joseph Lebreton, un "tiers mondiste concret". » *Economie et Humanisme*, nº 315. Lyon: oct-déc 1990.

_____. « Engagement intellectuel catholique et médiation du social. L'enquête monographique de Le Play à Lebreton. » *Revue Mil neuf cent*, N° 13, 1995. pp. 25-45.

_____. *Economie et Humanisme: de l'utopie communautaire au combat pour le tiers-monde 1941-1966* Paris : Les Editions du Cerf, 1996.

PERROUX, François « Présence du R. P. Lebreton. » *Tiers-Monde*. 1966, tome 7 nº27. pp. 457-460.

PIERSON, D. "Habitações em São Paulo: estudo comparativo" *Revista do Arquivo Municipal*, Vol. LXXXI, Ano VIII, p.199-238, Jan-Fev 1942.

_____. "Recenseamento por bairros" *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, vol. LXII, p. 173-175, 1939.

_____. "Hábitos alimentares em São Paulo" *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, vol. 98, p. 45-79, 1944.

PONTUAL, Virginia. *Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife na década de 1930-1960*. Recife: UFPE, 2001.

_____. "O engenheiro Antônio Bezerra Baltar: prática profissionais e filiações teóricas" ANAIS ENANPARQ, Rio de Janeiro, 2010.

_____. *Urbanismo no Recife e a circulação dos saberes: o estudo do padre dominicano francês Louis-Joseph Lebreton* In: Anais IPHS, 2008.

PRADO, Luiz Cintra do. "Economia e Humanismo: princípios e perspectivas do movimento" *Digesto Econômico* Ano III, N.36, Pp.31-42, 1947.

RAMOS, M. *Les développeurs: Louis Joseph-Lebreton e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil* Tese de doutorado, EESC-USP, 2010.

REVISTA O POLITÉCNICO. "S.A.G.M.A.C.S.". São Paulo, ano 5, nº9, pg.1-2, Maio de 1949.

REVUE ÉCONOMIE ET HUMANISME. "Le financement de la reconstruction: le building societies em France" *Revue Economie et Humanisme*, L'Arbresle, v.4, n.20, p. 436-438, Jui-Aout 1945.

_____. "Le problème du logement" *Revue Economie et Humanisme*, Ecully, v.4, n.16, p.605-613, Nov-Dec 1944.

_____. "Positions-clés" *Revue Economie et Humanisme*, L'Arbresle, v.5, n.23, p. 1-74, jan-fev 1946.

_____. "Réflexes et réflexions marxistes" *Revue Economie et Humanisme*, Écully, v.4, n.18, p.134-151, Mar-Avr 1945.

RIDENTI, Marcelo. "Ação Popular: cristianismo e marxismo." In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2002 (vol. 5).

RIZEK, Cibele S. "Os sentidos da cidade brasileira: figurações da ordem e de seus avessos". *Espaço & Debates* v.23 – n.43-44, São Paulo, Jan/dez 2003.

SAGMACS. "Aspectos humanos da favela carioca" *O Estado de São Paulo* 13 e 15/04/1960, Encarte especial.

_____. *Aspectos Demográficos e Econômicos da Bacia Paraná-Uruguaí Tomo I Aspectos Demográficos, Nível e Ritmo de Desenv. Econ., Agricultura* São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, 1963.

_____. *Aspectos Demográficos e Econômicos da Bacia Paraná-Uruguaí Tomo II O desenvolvimento Industrial, a demanda de energia elétrica, o sistema de transporte* São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, 1963.

_____. *Aspectos Demográficos e Econômicos da Bacia Paraná-Uruguai Tomo III Receita e dispêndios federais na região* São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 1963.

_____. *Estrutura urbana da aglomeração paulistana Parte 1 e 2* São Paulo: SAGMACS, 1958. *SAGMACS Estrutura urbana da aglomeração paulistana Parte 4 Análise Urbanística* São Paulo: SAGMACS, 1958.

_____. *Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* Vol. I e II São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 1954.

SALGUEIRO, Heliana A. (org.) *Cidades capitais do século XIX. Racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos* São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. (org.) *Por uma nova história urbana* São Paulo: Edusp, 2001.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. "Depoimento: o Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto: planejamento e política no Estado de São Paulo em 1959." *Revista Espaço e Debates*, nº 4. São Paulo, 1981.

SANTOS, J. B. Pereira dos. "Géographie de la faim. Le problème "besoins-ressources" au Brésil" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon,v.7, n.36, p. 201-209, Mar-Avr 1948.

_____. "Géographie de la faim. Le problème "besoins-ressources" au Brésil (continuação)" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon,v.7, n.37, p. 322-331, Mai-Jun 1948.

SCHALLENMUELLER, C. J. *Nacional-desenvolvimentismo e Igreja Católica: algumas repercussões do movimento Economia e Humanismo no Brasil* Relatório de Iniciação Científica, FFLCH-USP, 2007.

SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Viena Fin-de-Siècle : política e cultura* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIGOLO, V. M. *Trabalho em moviment'ação': a formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina pós-90*. Dissertação de mestrado, PROLAM-USP, 2007.

SILVA, Isabela O. P. "Donald Pierson em São Paulo: entre o Departamento de Cultura e a Escola Livre de Sociologia e Política" In: LANNA, A. L. D. [et al.] (org.) *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades* São Paulo: Alameda, 2011.

SIMMEL, Georg. "A metrópole e a vida mental" In: O. G. VELHO, *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro : Zahar, 1967.

_____. "O estrangeiro" In: SIMMEL, G. *Sociologia* ; organização e introdução Evaristo de Moraes Filho São Paulo: Ática, 1983.

SODRE, J. C. A. *Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil (1938-1962)* Dissertação, FAU-USP, São Paulo, 2010.

SOULE, George; EFRON, David; NESS, Norman T. *Latin America in the future world*. Nova York: Farrar & Rinehart, 1945

SUAVET, Thomas. *Actualité de Louis-Joseph Lebre*t. Paris: Éditions Économie et Humanisme, 1968.

TAFURI, Manfredo. *Projecto e utopia : arquitetura e desenvolvimento do capitalismo*. Lisboa: Presença, 1985.

_____. "La montaña desencantada: el rascacielo y la ciudad" In: CUICCI, Giorgio et allí *La ciudad americana: de la Guerra Civil al New Deal* Barcelona: GG, 1975.

TOBELEM, Alain. *Josué de Castro e a descoberta da fome* Rio de Janeiro: Editora Leitura S.A., 1974.

VALLADARES, L. P. *A invenção da favela: do mito de origem à favela* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. "Louis-Joseph Lebret et les favelas de Rio de Janeiro (1957-1959) :enquêter pour l'action" *Genèses* 60, septembre 2005.

_____. (org.). *A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG: IUPERJ, 2005.

VELHO, Gilberto "Antropologia e cidade" In: OLIVEIRA, L. L. (org.) *Cidades: história e desafios* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

VOISIN, Paul. "Préface à une politique de l'habitat" *Revue Economie et Humanisme*, L'Arbresle, v.5, n.24, p.99-114, Mar-Avr 1946

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

WRIGHT, Gwendolyn. "Michel Foucault: negotiating colonial spaces" in "Working paper 29". Copenhagen, Center for Urbanity and Aesthetics, Copenhagen, 1998.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1. Capa da primeira *Revue Économie et Humanisme* e contra-capas com os integrantes comissão editorial e trechos do estatuto da Associação *Économie et Humanisme*.

Figura 2. Capa do manual do pesquisador e o plano geral de trabalho.

Figura 3. Capa do manual do pesquisador, enquête rural.

Figura 4. Capa do manual do pesquisador, enquête urbana.

Figura 5. Diagrama monográfico de Lebreton.

Fonte: LEBRET, L. J., DESROCHES H. C. "La méthode d'économie et humanisme II" *Revue Economie et Humanisme*, Ecully, v.3, n.13-14, p.225-258, Mai-Jul 1944.

Figura 6. Diagrama monográfico de Lebreton preenchido

Fonte: LEBRET, L. J., DESROCHES H. C. "La méthode d'économie et humanisme II" *Revue Economie et Humanisme*, Ecully, v.3, n.13-14, p.225-258, Mai-Jul 1944.

Figura 7. Gráfico de comparação do habitat

Fonte: LEBRET, L. J., DESROCHES H. C. "La méthode d'économie et humanisme II" *Revue Economie et Humanisme*, Ecully, v.3, n.13-14, p.225-258, Mai-Jul 1944.

Figura 8. Esquema de aglomerações urbanas de Bardet.

BARDET, Gaston "Les échelons communautaires dans les agglomérations urbaines" *Revue Economie et Humanisme*, Marseille, v.2, n.8, p.501-521, Mai-Jun 1943.

Figura 9. Esquema da unidade de vizinhança de Clarence Perry.

Fonte: BARDET, Gaston "L'unité de voisinage dans l'urbanisme anglo-saxon" *Revue Economie et Humanisme*, L'Arbresle, v.4, n.20, p. 427-435, Jui-Aout 1945.

Figura 10. Mapa esquemático da região do TVA.

Fonte: LOEW, M-R. "Une expérience américaine d'économie planifiée et décentralisée TVA" *Revue Economie et Humanisme*, L'Arbresle, v.4, n.21, p. 549-557, Set-Out 1945.

Figura 11. Diagrama esquemático de cidade-jardim.

Fonte: LAMB, Teresa "La cité de demain" *Revue Economie et Humanisme*, L'Arbresle, v.5, n.26, p. 438-444, Jui-Aou 1946.

Figura 12. Anuário da ELSP com o programa do curso de Lebreton e a Bibliografia.

Figura 13. Resumo da primeira aula do curso de Lebreton na ELSP.

Figura 14. Resumo de aula do curso de Lebreton na ELSP.

Figura 15. Resumo de aula do curso de Lebret na ELSP.

Figura 16. Resumo de aula do curso de Lebret na ELSP.

Figura 17. Anuário da ELSP com a lista de alunos do curso de Lebret.

Figura 18. Gráficos sobre as categorias de habitação.

Fonte: LEBRET, L.J. "Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo" *Revista do Arquivo Municipal São Paulo*, São Paulo, Vol. CXXXIX, Ano XVII, Pg. 7-52, Abr-Mai 1951.

Figura 19. Mapa de São Paulo com a densidade populacional por distrito.

Fonte: LEBRET, L.J. "Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo" *Revista do Arquivo Municipal São Paulo*, São Paulo, Vol. CXXXIX, Ano XVII, Pg. 7-52, Abr-Mai 1951.

Figura 20. Gráficos das categorias de habitação por zona da cidade.

Fonte: LEBRET, L.J. "Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo" *Revista do Arquivo Municipal São Paulo*, São Paulo, Vol. CXXXIX, Ano XVII, Pg. 7-52, Abr-Mai 1951.

Figura 21. Mapa com a concentração de habitações precárias (sub-casebres)

Fonte: LEBRET, L.J. "Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo" *Revista do Arquivo Municipal São Paulo*, São Paulo, Vol. CXXXIX, Ano XVII, Pg. 7-52, Abr-Mai 1951.

Figura 22. Mapa com a concentração das habitações "luxuosas".

Fonte: LEBRET, L.J. "Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo" *Revista do Arquivo Municipal São Paulo*, São Paulo, Vol. CXXXIX, Ano XVII, Pg. 7-52, Abr-Mai 1951.

Figura 23. Gráficos de habitações superpovoadas.

Fonte: LEBRET, L.J. "Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo" *Revista do Arquivo Municipal São Paulo*, São Paulo, Vol. CXXXIX, Ano XVII, Pg. 7-52, Abr-Mai 1951.

Figura 24. Gráfico de comparação entre distribuição de habitantes por categorias sociais e superfície que dispõem.

Fonte: LEBRET, L.J. "Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo" *Revista do Arquivo Municipal São Paulo*, São Paulo, Vol. CXXXIX, Ano XVII, Pg. 7-52, Abr-Mai 1951.

Figura 25. Comparação entre Brasil e França.

Fonte: LEBRET, L.J. "Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo" *Revista do Arquivo Municipal São Paulo*, São Paulo, Vol. CXXXIX, Ano XVII, Pg. 7-52, Abr-Mai 1951.

Figura 26. Logotipo de Economia e Humanismo e localização de sua sede em São Paulo.
Fonte: LEBRET, L.J. "Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo" *Revista do Arquivo Municipal São Paulo*, São Paulo, Vol. CXXXIX, Ano XVII, Pg. 7-52, Abr-Mai 1951.

Figura 27. Capa do trabalho da SAGMACS.

Figura 28. Capa do trabalho da SAGMACS.

Figura 29. Capa do trabalho da SAGMACS.

Figura 30. Capa do trabalho da SAGMACS.

Figura 31. Capa do trabalho da SAGMACS.

Figura 32. Mapas ilustrativos de migração e avanço da cultura cafeeira de Simonsen e Milliet, respectivamente.

Fonte: BATISTA. SANTOS, J. B. Pereira dos "Géographie de la faim. Le problème "besoins-ressources" au Brésil (continuação)" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v.7, n.37, p. 322-331, Mai-Jun 1948.

Figura 33. Mapa das bacias hidrográficas da América Latina.

Fonte: SAGMACS *Problema de desenvolvimento: Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* Vol. I e II São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 1954.

Figura 34. Mapa da divisão do Brasil segundo as unidades racionais.

Fonte: SAGMACS *Problema de desenvolvimento: Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* Vol. I e II São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 1954.

Figura 35. Estudo preliminar das atividades agrícolas do estado de São Paulo

Fonte: SAGMACS *Problema de desenvolvimento: Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* Vol. I e II São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 1954.

Figura 36. Utilização dos gráficos monográficos.

Fonte: SAGMACS *Problema de desenvolvimento: Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* Vol. I e II São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 1954.

Figura 37. Utilização dos gráficos monográficos.

Fonte: SAGMACS *Problema de desenvolvimento: Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* Vol. I e II São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, 1954.

Figura 38. Mapa do estado de São Paulo com os níveis de vida da população rural.

Fonte: SAGMACS *Problema de desenvolvimento: Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* Vol. I e II São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, 1954

Figura 39. Mapa com as médias dos níveis de vida.

Fonte: SAGMACS *Problema de desenvolvimento: Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* Vol. I e II São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, 1954

Figura 40. Figura esquemática sobre o desenvolvimento.

Fonte: SAGMACS *Problema de desenvolvimento: Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* Vol. I e II São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, 1954

Figura 41. Figura esquemática dos níveis de vida e camadas sociais.

Fonte: SAGMACS *Problema de desenvolvimento: Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* Vol. I e II São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, 1954

Figura 42. Figura esquemática da instalação dos equipamentos.

Fonte: SAGMACS *Problema de desenvolvimento: Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* Vol. I e II São Paulo: Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, 1954

Figura 43. Gráfico dos níveis de vida do operariado urbano do Nordeste.

Fonte: LEBRET, L. J. *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste* Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1955.

Figura 44. Gráfico comparativo dos níveis de vida entre o nordeste a região centro sul e os EUA.

Fonte: LEBRET, L. J. *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste* Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1955.

Figura 45. Mapa do Estado de Pernambuco.

Fonte: LEBRET, L. J. *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste* Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1955.

Figura 46. Mapa da cidade e arredores do Recife.

Fonte: LEBRET, L. J. *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste* Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1955.

Figura 47. Exemplo do método – o contato global.

Fonte: LEBRET, L. J. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo III L'enquête urbaine* Paris : Presses Universitaires de France, 1955.

Figura 48. Exemplo do método – análise do “quartier”.

Fonte: LEBRET, L. J. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo III L'enquête urbaine* Paris : Presses Universitaires de France, 1955.

Figura 49. Exemplo do método – gráficos do habitat.

Fonte: LEBRET, L. J. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo III L'enquête urbaine* Paris : Presses Universitaires de France, 1955.

Figura 50. Exemplo do método – grupos homogêneos.

Fonte: LEBRET, L. J. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo III L'enquête urbaine* Paris : Presses Universitaires de France, 1955.

Figura 51. Exemplo do método – mapas de análise do conjunto da cidade. O exemplo de São Paulo em 1947.

Fonte: LEBRET, L. J. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo III L'enquête urbaine* Paris : Presses Universitaires de France, 1955.

Figura 52. Exemplo do método – plano de urbanismo.

Fonte: LEBRET, L. J. *Guide pratique de l'enquête sociale Tomo III L'enquête urbaine* Paris : Presses Universitaires de France, 1955.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. José Lira pela orientação e por me acompanhar desde o TFG, à Prof. Fernanda Peixoto e Prof. Maria Cristina Leme pelo diálogo e incentivo.

À Prof. Ana Lanna e Prof. Maria Lucia Gitahy pela supervisão nas monitorias.

À Maria Stella Bresciani pela leitura atenta e sugestões na Banca de Qualificação.

Ao Prof. Celso Lamparelli pela interlocução, pela disponibilidade e incentivo na pesquisa.

Ao FAU USP apoio institucional e à FAPESP que concedeu apoio financeiro imprescindível para a realização desta pesquisa.

Aos funcionários das Bibliotecas da FAU USP, da FFLCH USP, da Biblioteca do Convento dos Dominicanos no Rio de Janeiro, bibliotecários da Fundação da Escola de Sociologia e Política em especial ao Prof. Rodrigo Estramano de Almeida pelo acesso à documentação da instituição.

Aos professores do projeto temático dos estrangeiros: Prof. Fernanda Fernandes, Prof. Sarah Feldman, Prof. Maria Ruth de Amaral Sampaio, Prof. Paulo Garcez, Prof. Solange Ferraz.

À Luisa Valentini, Isabela Oliveira, Joana Mello, Ana Castro, Mariana Guardani, Luisa Amoroso e Adriana Maiolini pela companhia.

Ao grupo de estudos de orientação do Prof. José Lira.

À Flávia Brito, Nilce Arevecchia, Fernando Atique, Malu Freitas, Mariana Boghosian pelos encontros.

À Mariana e ao Christian – pelo apoio e generosidade – e a Vanessa Sígolo pelo compartilhamento das pesquisas.

Aos amigos de todas as horas Julia, Luísa, Letícia, Gabriel, Aninha, Carol Zul, Michel, Paul, Isadora, Débora e Marco Aurélio que me acompanharam neste processo.

E a minha família pelo apoio e carinho fundamentais.

Ao Jorge Oseki (*in memoriam*).